

e-ISSN 2238-3824

Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais

caligrama

revista de estudos românicos

v. 30, n. 3

setembro – outubro 2025

caligrama

revista de estudos românicos

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Alessandro Fernandes Moreira; Vice-Reitora: Alamanda Kfoury Pereira

Faculdade de Letras

Diretora: Sandra Gualberto Bianchet. Vice-Diretor: Lorenzo Teixeira Vitra

Editora-chefe

Aléxia Teles Guimarães, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Comissão editorial

André Vinícius Lopes Coneglian, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Evandro Landulfo Teixeira Paradela Cunha, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Giulia Bossaglia, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Laureny Aparecida Lourenço da Silva, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Lia Araujo Miranda de Lima, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Conselho editorial interno

Ana Maria Chiarini, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

César Nardelli Cambraia, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Haydée Ribeiro Coelho, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Lúcia Castello Branco, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Lúcia Monteiro de Barros Fulgêncio, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Márcia Cristina de Brito Rumeu, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Marcos Antônio Alexandre, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Maria Antonieta A. de Mendonça Cohen, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Maria Juliana Gambogi Teixeira, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Sara Rojo, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Conselho editorial externo

Aldina Quintana, The Hebrew University of Jerusalem, Israel

Célia Marques Telles, Universidade Federal da Bahia, Brasil

David Bunis, The Hebrew University of Jerusalem, Israel

Geraldine Rogers, Universidad Nacional de La Plata, Argentina

João Bosco Cabral dos Santos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Leila de Aguiar Costa, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Leonardo Francisco Soares, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Lilián Guerrero, Universidad Nacional Autónoma de México, México

Luis Urbano Afonso, Universidade de Lisboa, Portugal

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Célia Pereira Lima-Hernandes, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Eugênia Olímpio de Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Maura Cezario, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Mariângela Rios de Oliveira, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Martine Kunz, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Maurício Sartori Resende, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Mirta Groppi, Universidade de São Paulo, Brasil

Márcia Paraquett, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Pedro Dolabela Chagas, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Raquel Meister Ko. Freitag, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil

Roberto Mulinacci, Università degli Studi di Bologna, Itália

Roberto Vecchi, Università degli Studi di Bologna, Itália

Saulo Neiva, Université Blaise Pascal (Clermont II), França

Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Universidade do Estado de São Paulo, Brasil

Sergio Romanelli, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Silvia Inês Cárcamo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Thomas Hoelbeek, Vrije Universiteit Brussel, Bélgica

Walter Carlos Costa, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Secretaria: Ana Clara de Souza Marques, Ash Freitas de Almeida

Editor de arte: Emerson Eller

Projeto gráfico: Stéphanie Paes

Revisão: Camila Almeida, Gabriel Batista, Izabelly Silva Duque, Maria Clara Barcelos, Vitória Teixeira

Diagramação: Vitória Teixeira

caligrama

revista de estudos românicos

Organizadoras

Aléxia Teles Guimarães (UFMG)

Huda Santiago (UEFS)

Soélis Mendes (UFOP)

FALE
FACULDADE
DE LETRAS

UFMG



This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Letras da UFMG

Caligrama: Revista de Estudos Românicos, v. 1, dez. 1988 – . Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG. il. ; color.; online.

Histórico

Título anterior: Estudos Românicos, 1981–1985 (n. 1–3).

Periodicidade semestral, a partir do v. 15, n. 1, jan./jun. 2010

Passou a ser online a partir de 2015.

Periodicidade quadrimestral, a partir do v. 23, n. 1, jan./abr. 2018.

ISSN: 0103-2178

e-ISSN: 2238-3824

1. Línguas românicas – Estudo e ensino – Periódicos. 2. Literatura românica – História e crítica – Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras.

CDD: 440.05

Faculdade de Letras da UFMG
Seção de Periódicos, sala 2017
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte, MG – Brasil
Tel.: (31) 3409-6009
www.lettras.ufmg.br/periodicos
periodicosfaleufmg@gmail.com

Sumário

Dossiê: Estudos Diacrônicos

- 9 O preenchimento do sujeito pronominal de terceira pessoa em peças teatrais catarinenses como reflexo de competição de gramáticas do português nos séculos XIX e XX
Third-person Subject Pronoun Realization in Theatrical Plays from Santa Catarina as a Reflection of Competition of Grammars in Portuguese in the 19th and 20th Centuries
Iris Medeiros da Fonseca; Marco Antonio Rocha Martins
- 29 Sonidos criollos: reescrituras fonéticas del Martín Fierro
Creole Sounds: Phonetic Rewrites of Martín Fierro
María Celina Ortale
- 46 Análises gramaticais de demonstrativos em notícias e romances escritos nos séculos XIX, XX e XXI na região norte (Amazonas) do Brasil em busca de variação e mudança linguística
Grammatical Analysis of Demonstratives in Novels and Newspaper News Written in the 19th, 20th and 21st centuries in the Northern Region (Amazon) of Brazil Looking for Linguistic Change
Gislane Aparecida Martins Siqueira
- 72 Uma análise preliminar da microdiacronia nos códigos brasileiros: O Código de Águas e o Código do Consumidor
A Preliminary Analysis of Micro-diachrony in Brazilian Codes: the Código de Águas and the Código do Consumidor
Lucia Almeida Ferrari; Nayane Araujo; Luisa Ramos de Oliveira; Carolina Godoi de Faria Marques

- 96 A memória da escravidão em manuscritos paranaenses: Uma abordagem lexical.
The Memory of Slavery In Manuscripts from Paraná: A Lexical Approach
Patrícia Medeiros da Silva Galvão; Fabiane Cristina Altino
- 115 As formas de tratamento de Dom Quixote a Sancho Pança no *Quijote*: cortesia, distância comunicativa e retomada de valores cavalheirescos
The Forms of Address from Don Quijote to Sancho Panza in Quijote: politeness, communicative distance, and the restoration of knightly values
Camila Rodrigues Albuquerque
- 131 A última boa ação: obras pias em testamentos catalanos oitocentistas
The Last Good Action: Pious Works in Nineteenth-Century Catalan Wills
Maiune de Oliveira Silva; Vanessa Regina Duarte Xavier
- 147 O conceito 'freixo' nos atlas linguísticos
The concept of 'freixo' in linguistic atlases
Mafalda Frade
- 158 O contato linguístico hispânico-português na Península Ibérica: Uma análise diacrônica dos traços fonético-fonológicos e morfossintáticos do barranquenho
The Hispanic-Portuguese Linguistic Contact in the Iberian Peninsula: A Diachronic Analysis of the Phonetic-Phonological and Morphosyntactic Traits of Barranquenho
Heloísa Pellenz Schneider
- 181 A escrita epistolar de Manuel dos Passos de Oliveira Telles: Edição semidiplomática e análise semântico-enunciativa
The epistolary writing of Manuel dos Passos de Oliveira Telles: Semi-diplomatic Edition and Semantic-enunciative Analysis
Renata Ferreira Costa
- 200 Mudança semântica da palavra "gambiarra" em textos "jornalísticos: um estudo baseado no uso
Semantic Change of the Word "gambiarra" in Journalistic Materials: A Usage-based Study
Igor Andrade Barbosa
- 220 A categoria de gênero nas gramáticas de língua portuguesa publicadas no Brasil: Um excuro histórico
Gender Category in Portuguese Grammars Published in Brazil: A Historical Excursus
Roberto Mulinacci

Linguística

- 238 A Representação Fonológica dos Róticos no Português Brasileiro
The Phonological Representation of Rhotics in Brazilian Portuguese
Thaís Cristófaró Alves da Silva
- 255 Apagamento do segmento /r/ em coda silábica na fala de
Currálinho-PA: uma abordagem sociolinguística variacionista
*Deletion of the /R/ Segment in Syllabic Coda in the Speech of
Currálinho-PA: A Variationist Sociolinguistic Approach*
Benedita Maria Do Socorro Campos De Sousa; Priscélia Pantoja de Paula

Resenha

- 271 A morte e a morte do marido: precisamos voltar a falar do lugar
simbólico da literatura
Flávia Alves Figueirêdo Souza

Dossiê

Estudos Diacrônicos

O preenchimento do sujeito pronominal de terceira pessoa em peças teatrais catarinenses como reflexo de competição de gramáticas do português nos séculos XIX e XX

Third-person Subject Pronoun Realization in Theatrical Plays from Santa Catarina as a Reflection of Competition of Grammars in Portuguese in the 19th and 20th Centuries

Iris Medeiros da Fonseca

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Florianópolis | SC | BR
irismfonseca@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0008-6015-0461>

Marco Antonio Rocha Martins

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Florianópolis | SC | BR
marcomartins.ufsc@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3999-3893>

Resumo: Neste artigo, investigamos e analisamos a realização de sujeitos pronominais de terceira pessoa em peças teatrais pertencentes aos corpora escritos do PHPB-SC, a partir do modelo de competição de gramáticas e inspirados pelo extenso trabalho de Maria Eugênia Lammoglia Duarte. Nossa hipótese é de que as peças teatrais escritas em SC nos séculos XIX e XX irão apresentar competição entre duas gramáticas, uma conservadora, adquirida através da escrita (português europeu) e uma inovadora (português brasileiro). O *corpus* é composto por 6 peças teatrais escritas por autores catarinenses nascidos entre os séculos XIX e XX, são elas: Raimundo (1986), de Álvaro de Carvalho; Quem desdenha quer comprar (1986), Lacerda Coutinho; A estória (1990) e Os lobos (1992), escritas por Ademir Rosa; Flores de inverno (1992) e As quatro estações (1998), ambas de Antônio Cunha. Os resultados sugerem que Álvaro de Carvalho e Lacerda Coutinho, autores nascidos no século XIX, têm uma gramática de sujeitos nulos do português europeu, apesar de já apresentarem dados de realização característicos do português brasileiro, enquanto Antônio Cunha, nascido na segunda metade do século XX, apresenta mais construções com realização do sujeito pronominal de terceira pessoa, em uma gramática característica do PB.

Palavras-chave: português brasileiro; mudança sintática; competição de gramáticas; sujeitos pronominais; peças teatrais.



Abstract: Abstract: In this article, we investigate and analyze the realization of third-person pronominal subjects in plays belonging to the PHPB-SC written corpora, based on the competing grammars model and inspired by the extensive work of Maria Eugênia Lammoglia Duarte. Our hypothesis is that plays written in Santa Catarina in the 19th and 20th centuries will present competition between two grammars, one of them conservative, acquired through writing (European Portuguese), and the other innovative (Brazilian Portuguese). The corpus consists of six plays written by authors from Santa Catarina born between the 19th and 20th centuries, namely: *Raimundo* (1986), by Álvaro de Carvalho; *Quem desdenha quer comprar* (1986), by Lacerda Coutinho; *A estória* (1990) and *Os lobos* (1992), written by Ademir Rosa; *Flores de inverno* (1992) and *As quatro estações* (1998), both by Antônio Cunha. The results suggest that Álvaro de Carvalho and Lacerda Coutinho, authors born in the 19th century, have a null subject grammar from European Portuguese, despite already presenting realization data characteristic of Brazilian Portuguese, while Antônio Cunha, born in the second half of the 20th century, presents more constructions with third-person pronominal subjects, in a grammar characteristic of BP.

Keywords: Brazilian Portuguese; syntactic change; competition of grammars; pronominal subjects; plays.

1 Introdução

Dentre as mudanças estruturais/sintáticas observadas no português brasileiro (PB), a questão do sujeito nulo tem sido amplamente revisitada por diversos linguistas interessados nos estudos da sociolinguística brasileira (Tarallo, 1983; 1993, cf. Pagotto, 2007, Duarte, 1995, 2018 [1993], 2018; 2020; Duarte, Mourão, Santos, 2012; Berlinck *et al.*, 2015; Martins, 2009; Martins; Cavalcante e Coelho, 2020; Corôa, 2022, entre outros). Os resultados que apresentamos neste artigo advêm da pesquisa realizada por Fonseca (2024) sobre a realização do sujeito pronominal de terceira pessoa em peças teatrais catarinenses dos séculos XIX e XX, com uma metodologia atualizada¹ que prevê a análise dos dados sem as segundas orações coordenadas. O objetivo principal deste artigo é observar as singularidades da escrita catarinense em

¹ Para a pesquisa de dissertação, foram consideradas as falas inteiras das personagens, o que levou à situações, por vezes da utilização de bifes. No jargão teatral, essas estruturas são falas longas proferidas por uma só personagem, característica do gênero. A utilização dos bifes também se justificou ante a hipótese de que, assim, se poderia obter mais ocorrências de dados. No entanto, ela gerou um aparente enviesamento dos dados. Além de não ter sido selecionado um dos elementos esperados, o traço semântico, como observado no trabalho de Duarte; Mourão e Santos (2012).

oposição a resultados já encontrados para outras regiões do Brasil, especificamente a Sudeste, para a qual há muitos estudos e resultados publicados.

As peças escolhidas para essa pesquisa fazem parte do acervo físico e digital do Projeto Para a História do Português Brasileiro em Santa Catarina (PHPB-SC), e foram consultadas, primeiro em meio físico através de publicação em livros ou consulta aos manuscritos originais do autor (nesse caso, em específico, as peças de Ademir Rosa) e posteriormente em consultas aos arquivos digitais transcritos em .doc (Word). Todas as 6 peças (apresentadas no Quadro 1) foram escritas por autores catarinenses e estão delimitadas entre as metades finais dos séculos XIX e XX, sendo as duas primeiras correspondentes ao século XIX e as outras quatro ao XX.

Quadro 1 – Peças teatrais observadas, autores e ano de publicação

Peça Teatral	Autor	Ano de Nascimento dos autores
Raimundo (1868)	Álvaro de Carvalho	1829
Quem desdenha quer comprar (1868)	Lacerda Coutinho	1841
A estória (1990) Os lobos (1992)	Ademir Rosa	1950
Flores de Inverno (1992) As Quatro Estações (1998)	Antônio Cunha	1961

Fonte: Elaboração própria.

Para Kroch (1989) a mudança sintática ou linguística se daria através de “uma falha na transmissão de traços linguísticos através do tempo” (Kroch, 2021 [2001], p. 23), supostamente durante o período de aquisição da linguagem. Ou seja, a criança apreende a forma gramatical inovadora (originada na “falha de transmissão”), que irá entrar em competição com a forma antiga, causando casos de diglossias sintáticas, ou competição de gramáticas (cf. Kroch, 2021 [2001]). A mudança linguística está, portanto, vinculada à aquisição geracional da língua. A título de ilustração do modelo, apresentamos no que segue (seção 2) o modelo de competição de gramáticas (Martins, 2009; 2012; 2013; Martins; Coelho; Cavalcante, 2015) proposta teórica que embasa a presente análise. Na seção 3, apresentamos um breve panorama de estudos sobre a evolução do preenchimento do sujeito no PB e nas seções 4 e 5 a metodologia e a análise do fenômeno, respectivamente.

2 O modelo de competição de gramáticas no contexto de três gramáticas do português (PC, PE e PB)

Modelo teórico de competição de gramáticas (Kroch, 1989; 2021 [2001]) propõe uma convergência de propriedades da Teoria Gerativa e da Teoria de Variação e Mudança no estudo de mudança sintática. Para analisar os 362 dados recolhidos das seis peças teatrais catarinenses citadas, partimos da justificativa de que o falante do PB teria uma preferência pelo preenchimento dos sujeitos pronominais a partir da simplificação de conjugação verbal, fato

observado, não somente, por Duarte (1995; 2018; 2018 [1993]; 2019, entre outros), Duarte, Mourão, Santos (2012), Berlinck et al. (2015), Galves (1993; 2020).

Interpretando fenômenos de mudança no PB a luz do modelo de competição de gramáticas, Martins (2009) propõe que a mudança observada na gramática do PB perpassa primeiro por uma aceção de que o PB teria derivado do Português Clássico (doravante, PC). Martins (2009) defende que existem, no contexto de falantes de português brasileiro na primeira metade do século XIX, no cenário da escrita catarinense, competição entre três gramáticas do português. Seriam elas:

- (i) o PC oriundo, de uma escrita conservadora;
- (ii) o PB, nossa gramática inovadora;
- (iii) o PE, de caráter normativo e marcada sociolinguisticamente (cf. Martins, p. 19).

Seguindo os estudos de Anthony Kroch, Martins (2009) defende, aos preceitos da teoria de mudança sintática no modelo de competição de gramática, que “a alteração na fixação de um parâmetro na gramática de uma língua seja, antes de tudo, sempre catastrófica” (Martins, 2009, p. 35). Nesse sentido, ao analisarmos dados de textos históricos por uma perspectiva diacrônica, podemos observar que textos escritos, como as peças teatrais, podem instanciar a competição entre dois tipos de gramática: uma inovadora, vernacular; outra conservadora, aproximada à norma padrão, oriunda de uma escrita conservadora. Numa interpretação deste modelo, Martins; Cavalcante e Coelho (2020) estudaram dois fenômenos históricos do português: i) colocação pronominal e ii) posição do sujeito.

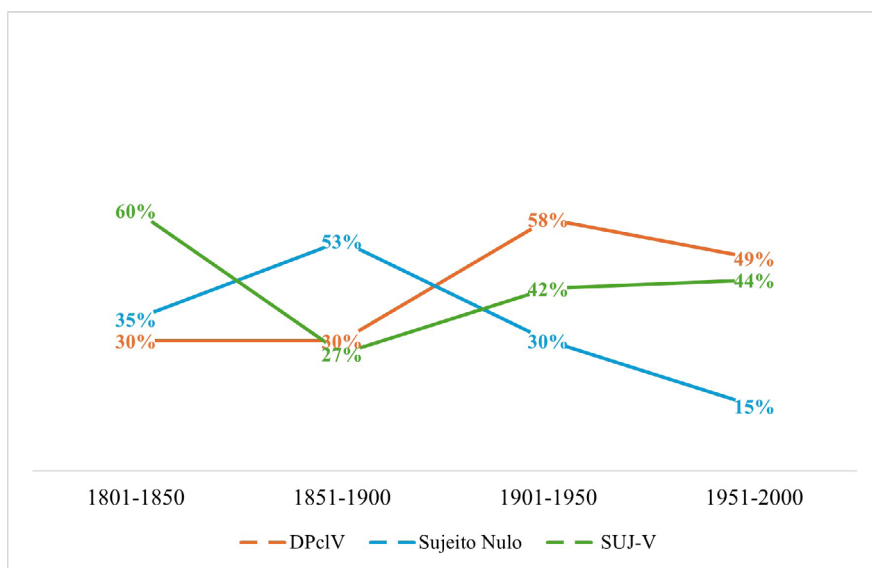
Martins; Cavalcante e Coelho (2020) buscaram defender a hipótese de que o PB pode ser interpretado como um caso de competição de gramáticas a partir de sua origem em relação ao português clássico (PCI), com um aparente início no século XVIII, seguindo Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006). A mudança, para as autoras, parece estar associada à perda de características de uma gramática V2² (PCI)³ (cf. Galves, Namiuti e Paixão de Sousa, 2006) que parece ter persistido na escrita de brasileiros, segundo a pesquisa de Martins; Cavalcante e Coelho até meados do século XIX. Analisados em jornais e cartas, os escritores apresentaram resquícios gramaticais de PCI, com certa expressão na primeira metade do século XIX, enquanto os textos observados correspondentes à segunda metade do século XX apresentam propriedades de uma gramática sujeito-verbo (SV), característica do PB, o que impulsiona para uma hipótese de competição de gramáticas, descrita anteriormente.

Os autores mostram que, a escrita jornalística da primeira metade do século XIX reflete padrões da gramática observada do PC, além de formas de uma escrita conservadora do PB, como ilustra o Gráfico 1 a seguir.

² As línguas V2 são aquelas que obrigatória ou preferencialmente apresentam o verbo na segunda posição em sentenças matrizes e permitem que qualquer sintagma preencha a posição pré-verbal, não sendo essa reservada somente ao sujeito. Caracterizam-se como línguas de sintaxe V2 as línguas germânicas modernas, com exceção do inglês. No caso das línguas românicas medievais, como o português é observada uma “versão flexível da sintaxe V2” (cf. GALVES, 2020, p. 18).

³ Galves (2020) analisou no Corpus Tycho Brahe textos escritos por autores portugueses que desembarcaram no Brasil entre os séculos XVI e XVII, e constatou que a escrita desses autores apresentava uma gramática de sujeito nulo consistente, com verbo em segunda posição (V2) que permite uma liberdade na ordenação de constituintes na oração, proclítica e utilização de posposição do sujeito (ordem VS).

Gráfico 1 – A posição do sujeito e ordem dos clíticos em jornais brasileiros entre os séculos XIX e XX



Fonte: Martins; Cavalcante e Coelho (2020, p. 8)

Ou seja, ao olharmos os fenômenos sintáticos de mudança, aqui analisados – nominalmente: o comportamento proclítico, a ordem sujeito-verbo e sujeito nulo – na escrita da primeira metade do século XIX, os autores constataam, como observado na gramática do PC, o padrão proclítico anteposto ao verbo ([XP]clV). O padrão proclítico, que se observa como advindo da forma inovadora, presente na gramática do PB, com sujeitos lexicais e próclise em ordem SV, tem sua ascensão somente a partir da segunda metade do século XIX e, em maior expressividade, no início do século XX chegando a 58%.

Ainda que dados de um período relativamente curto, como o decorrido entre os séculos XIX e XX, como bem salientou Martins (2009), sejam limitados para investigar competição de gramáticas, os dados aqui replicados e os que serão apresentados em análise adiante neste artigo parecem revelar processos de mudança sintática em um efeito constante, como previsto por Kroch (1989; 2021), Martins (2009; 2013), Martins; Coelho e Cavalcante (2015), Martins; Cavalcante e Coelho (2020) ao comparar a outras pesquisas sobre o sujeito nulo no português brasileiro.

Nossa hipótese, nessa direção, é de que que as peças teatrais, no contexto da presente análise, escritas em SC nos séculos XIX e XX irão apresentar, seguindo essa teoria, dois tipos de gramática em competição: uma vernacular, inovadora: o Português Brasileiro; e uma oriunda da norma padrão, através da escrita, conservadora: o Português Europeu.

As variáveis que definem o fenômeno podem ser observadas nos exemplos em 1 retirados das peças em análise.

- (1) Sujeito preenchido
 H — Quem sabe elei não fez de propósito.
 M — Elei costuma ser pontual.
 (A estória, Ademir Rosa, 1990, grifos dos autores)
- (2) Sujeito nulo
 EUGÊNIA — Silêncio! Ela, também o supõe... mas Ø está enganada. Verdade é que Ø, já principia a desenganar-se...
 (Quem desdenha quer comprar, Lacerda Coutinho, 1868, grifos dos autores)

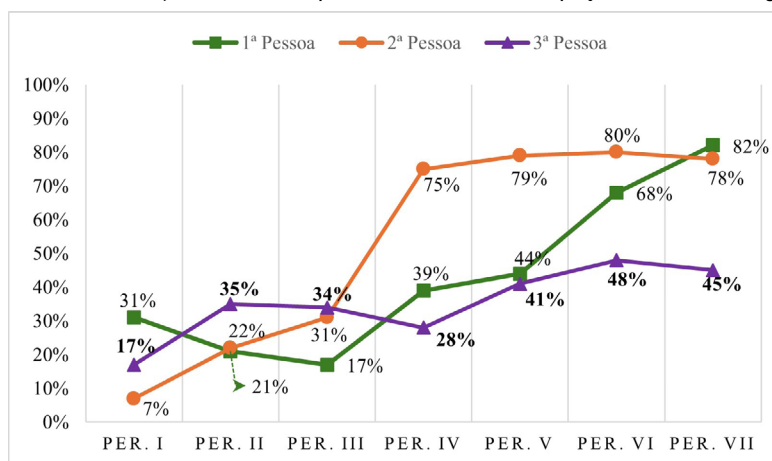
Para a delimitação do envelope de variação, nos baseamos nos resultados obtidos em trabalhos de Duarte (1993; 1995; 2018, entre outros) e Duarte, Mourão e Santos (2012), que atestaram o comportamento peculiar do PB, assim como quanto à realização ou não dos sujeitos nulos referenciais de 1ª, 2ª e 3ª pessoas, dispostos em Padrões Sentenciais, postulados por Cyrino, Duarte, Kato, (2000), revisitados por Duarte, Mourão e Santos (2012), aliados aos traços referenciais, aos autores e à época em que foram escritas as peças teatrais, entre os séculos XIX e XX.

3 O Parâmetro do Sujeito Nulo e os trabalhos de Duarte (1993) e Duarte; Mourão e Santos (2012): uma breve revisão

O Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN) foi teorizado e elaborado, de acordo com Duarte (2018), a partir de uma necessidade de explicar as línguas naturais dentro da Gramática Universal, “a partir (...) das possíveis variâncias interlinguísticas permitidas por todos os parâmetros associados a esses princípios rígidos, invariáveis.” (Duarte, 2018, p. 29). Ou seja, tinha como intuito estabelecer parâmetros que permitissem agrupar as línguas naturais conforme suas características a partir do sujeito nulo.

Voltando-se ao PB, Duarte (2018 [1993]) partiu da hipótese de que a queda no sujeito nulo se deu pelo enfraquecimento da Concordância⁴ aliado às mudanças no paradigma verbal,⁵ considerados dois pontos basilares na observação do licenciamento do sujeito nulo. A autora encontrou, em suas pesquisas, em termos totais para as três formas pronominais, uma curva que sugere a queda do sujeito nulo em níveis gerais às três pessoas do discurso. Os resultados na frequência de uso gerais podem ser observados no Gráfico 2, reproduzido de Duarte.

Gráfico 2 – A trajetória das três pessoas do discurso em peças teatrais ao longo do tempo



Fonte: Duarte, Mourão, Santos (2012, p. 22).

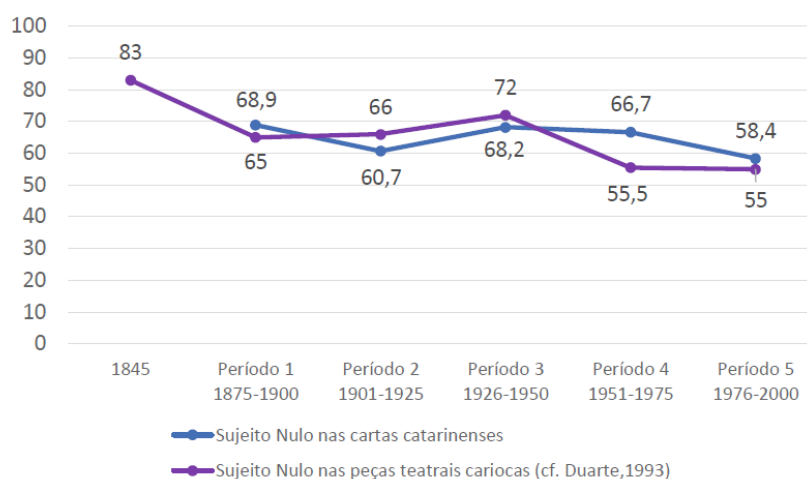
⁴ O elemento de concordância (AGR) licencia e recupera o sujeito nulo (cf. Duarte, 2018 [1993]) em línguas com sistema flexional rico. Encontram-se aqui as línguas românicas, incluindo o Português Europeu e o PB; em contrapartida, estabeleceu-se o inglês como padrão para língua que não permite sujeitos nulos.

⁵ A uniformidade morfológica dos paradigmas verbais passou a ser observada junto ao elemento de concordância, após os estudos do chinês (Huang, 1984, cf. Duarte, 2018). Para Roberts (1993, cf. Duarte, 2018) um paradigma formalmente rico, como o do italiano, não seria o único a licenciar sujeitos nulos, um paradigma com desinência zero e um sincretismo também permitiriam o licenciamento e identificação de um sujeito nulo.

Estas mudanças são, de acordo com Duarte (2018 [1993]), oriundas da redução do nosso quadro pronominal e a gramaticalização de duas formas novas, são elas: (i) a mudança nas formas de tratamento com a substituição de ‘vossa mercê’ para a forma ‘você’, que entra em variação com outra forma, ‘tu’, acarretando apócope da desinência <-s>; (ii) a pronominalização da forma ‘a gente’, concorrendo com a forma ‘nós’. Observa-se, assim, o comportamento diverso do PB em comparação às outras línguas românicas de sujeito nulo, apresentando mudança do licenciamento e identificação do sujeito nulo de referência definida.

Adicionalmente, Vieira Pinto (2020) apresentou, em sua tese de doutoramento, uma análise na “*Trajatória de mudança do sujeito e objeto anafóricos em cartas pessoais brasileiras e portuguesas dos séculos XIX e XX*”, atestando, em cartas de ilustres e não-ilustres catarinenses. Em uma comparação dos dados de terceira pessoa encontrados em sua pesquisa nas missivas catarinenses com os dados em peças teatrais de Duarte (1993 apud. Duarte, Mourão, Santos, 2012), a autora encontrou resultados como os apresentados na Figura 1.

Figura 1 – Sujeito nulo de terceira pessoa em cartas catarinenses e peças cariocas entre os séculos XIX e XX (percentuais)



Fonte: Vieira Pinto (2020, p. 325)

Os resultados encontrados por Vieira Pinto (2020) em sua pesquisa, parecem indicar similaridades nas curvas de uso do sujeito nulo nas cartas catarinenses e peças cariocas nos séculos XIX e XX, de modo geral. No entanto, podemos perceber uma leve resistência na escrita de cartas catarinenses, com o aumento do preenchimento do sujeito, na primeira metade do século XX (66,7% de sujeitos nulos em cartas catarinenses e 55,5% em peças cariocas).⁶

⁶ Ainda sobre a pesquisa de Vieira Pinto (2020) com missivistas catarinenses dos séculos XIX e XX, vale a menção aos dados de sujeito nulo contabilizados a partir de sua data de nascimento. Nessa rodada (cf. Vieira Pinto, 2020, p. 299-302), a pesquisadora encontrou dados que corroboram a hipótese de escrita conservadora, com dados esperados, principalmente, na segunda metade do século XIX, onde o sujeito nulo perseverou retratando, segundo a autora, “a norma linguística lusitana que vigorava fortemente no Brasil (Vieira Pinto, 2020, p. 302)”. No entanto, ressalta-se os resultados encontrados em Maria de Senna (1904), Jayme Bertaso (1912) e Remetente MR (1960), missivistas que indicam uma preferência para o preenchimento de sujeito, com 41%, 55% e 51% respectivamente, resultados bastante inovadores para o início do século XX.

Ao alinharmos os estudos de Vieira Pinto (2020) aos de Martins; Cavalcante e Coelho (2020),⁷ podemos, então, considerar estes como resultados que corroboram a hipótese de uma implementação mais lenta ao preenchimento do sujeito na escrita da região Sul, sugerindo uma escrita mais conservadora por parte dos catarinenses.

Duarte, Mourão e Santos (2012) retornaram aos estudos publicados em 1993, com o objetivo de observar mais detalhadamente o fenômeno na terceira pessoa, que comprovadamente apresenta um comportamento diferente das outras duas pessoas do discurso. Os resultados das autoras para o preenchimento do sujeito neste estudo com enfoque na 3ª pessoa evidenciam o aumento do preenchimento no decorrer do século XIX e XX e guiados por dois critérios principais: os padrões sentenciais e os traços referenciais.

Os padrões sentenciais são quatro condições estruturais (cf. Barbosa, Duarte, Kato, 2005) estabelecidas para determinar a acessibilidade do antecedente do sujeito em sentenças subordinadas. Na presente pesquisa, os padrões, revisitados por Duarte; Mourão e Santos (2012) não foram selecionados como variável independente, mas reconhecendo sua importância para identificação do comportamento do sujeito nulo no PB, acreditamos ser relevante apresentá-los, com exemplos do corpus de peças teatrais do PHPB-SC.

- (i) Padrão 1 o antecedente está no mesmo período e *é sujeito da oração principal ou subordinada* (grifos dos autores);
JOÃO ANDRÉ – O nosso capitão está incomodado; fiquem de vigia aqui, e se ele alevantar-se dêem-me parte.
(Raimundo, Álvaro de Carvalho, 1868)
- (ii) Padrão 2: o antecedente está no período seguinte, possuindo *função de sujeito da oração ou de tópico do discurso* (grifos dos autores);
H — Quem sabe ele não fez de propósito.
M — Ele costuma ser pontual.
(A estória, Ademir Rosa, 1990)
- (iii) Padrão 3: o antecedente do sujeito está em uma *oração não adjacente* (grifos nossos), este padrão se caracteriza por possuir orações intervenientes (grifos dos autores);
EUGÊNIA — Pobre rapaz! E não te envergonhas de pagar-lhe tantos desvelos com tamanha ingratidão?..
MATILDE — Mas se eu não lhe tenho amor! Olha, se ele não teimasse em querer casar comigo... estou convencida de que havia de ser muito sua amiga...
(Quem desdenha quer comprar, Lacerda Coutinho, 1868)
- (iv) Padrão 4: o antecedente está em *oração principal ou subordinada e não possui função de sujeito* (grifos dos autores).
MARIA – Quereis um conselho? Entrega esta carta a teu tio, e que ele a devolva ao Sr. João André.
(Raimundo, Álvaro de Carvalho, 1868).

⁷ Adicionalmente, podemos também citar os trabalhos de Coelho e Nunes de Souza (2015); Martins; Cavalcante e Coelho (2020) que constatam a tendência de formas inovadoras de mudança no PB se implementarem de forma lenta nas regiões Sul e Sudeste, em comparação aos mesmos fenômenos observados no Nordeste, imprimindo, deste modo, uma constituição gramatical mais conservadora aos escritores catarinenses.

Levando em consideração as generalizações de Barbosa, Duarte e Kato (2005), voltamos aos resultados de Duarte, Mourão, Santos (2012) para um diagnóstico do condicionamento dos padrões sintáticos e dos traços semântico-referenciais do preenchimento do sujeito na diacronia do PB.⁸

Os traços semânticos analisados pelos autores são tomados a partir da Hierarquia referencial, proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000). Aqui, podemos observar a interação dos traços [+/- humano] e [+/- específico] nos processos de mudança em direção a pronomes expressos, na implementação dos sujeitos pronominais e em direção aos vazios, como, por exemplo, a implementação do objeto nulo (cf. Duarte; Mourão e Santos, 2012). Os resultados encontrados para aquela pesquisa estão dispostos na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Sujeitos plenos e o traço semântico

Traço Semântico	Totais (percentual)	Peso Relativo (P.R)
[+hum/+esp]	385/890 = 43%	.61
[+hum/-esp]	13/57 = 23%	.36
[-hum/+esp]	18/152 = 12%	.16
[-hum/-esp]	2/48 = 4%	.07

Fonte: Duarte, Mourão e Santos, 2012. Input = .31 Log likelihood = -556.245 Significance = .002 (Adaptado).

A partir dos resultados expostos, as autoras concluem que, observados os pesos relativos, o traço [+hum] favorece o preenchimento do sujeito, de modo geral, e, quando combinado com o traço [+esp] eleva-se ao maior dos resultados encontrados, com peso relativo de .61. Paralelamente, os traços [-hum], aparenta desfavorecer a realização do sujeito pleno, com pesos relativos de .16 na combinação com o traço [+esp] e .07 ao ser combinado com o traço [-esp].

A seguir, apresentamos a metodologia empregada na análise do presente artigo.

⁸ As autoras apresentaram os seguintes resultados, analisando os padrões sentenciais ao longo do tempo, utilizando a mesma faixa temporal de estudos em Duarte (2018 [1993]): sete momentos divididos entre os séculos XIX e XX. Na versão de Duarte, Mourão, Santos (2012), os autores optaram por reunir os padrões 3 e 4, por apresentarem pesos e valores gerais aproximados. Os resultados ficaram assim:

- ◆ Padrão 1 – Período I: 0; Período II: 8%; Período III: 14%; Período IV: 0; Período V: 6%; Período VI: 21%; Período VII: 25%;
- ◆ Padrão 2 – Período I: 6%; Período II: 19%; Período III: 17%; Período IV: 16%; Período V: 22%; Período VI: 35%; Período VII: 49%;
- ◆ Padrões 3 e 4 – Período I: 43%; Período II: 50%; Período III: 56%; Período IV: 43%; Período V: 67%; Período VI: 75%; Período VII: 80%.

4 Metodologia empregada nesta pesquisa

Como já anunciado, para a presente análise foram selecionadas 6 peças teatrais, caracterizadas como *comédia de costumes*, todas pertencentes ao acervo do PHPB-SC. As peças foram escritas entre os séculos XIX e XX por homens catarinenses, quase todos nascidos na capital, Florianópolis, antes denominada Nossa Senhora do Desterro. A primeira leitura integral se deu em suporte físico original no qual a peça se encontrava⁹. As peças do século XIX, *Raimundo* (1868) e *Quem desdenha quer comprar* (1868), não foram analisadas em suas versões originais, são edições literárias que tiveram os textos tratados e gramáticas atualizadas. É importante salientar que as possíveis alterações¹⁰ das versões originais para as peças do século XIX e século XX não foram consideradas. Após leitura integral em suporte físico original, as 6 peças foram transcritas integralmente, com o intuito duplo de consultá-las em suporte digital, através de laptop, no Word, e, poderemos, posteriormente, disponibilizá-las on-line, para demais pesquisadores, junto aos corpora do PHPB-SC.

Após a recolha e categorização dos 363 dados, procedemos às rodadas no programa estatístico *GoldVarb*. Para a análise de aplicação dos valores da variável dependente foram feitos dois tipos de rodadas no programa estatístico, primeiro de frequência de uso, e então uma rodada de análise binomial, para observar combinações da variável dependente aos demais grupos de fatores.

Para a presente análise optamos por excluir as sentenças de 2^{as} coordenadas, procurando, desta maneira, balizarmos os dados de acordo com as pesquisas anteriores de Duarte (1993; 2018; 2019) e Duarte, Mourão e Souza (2012) (ver nota de rodapé 1).

Para caracterizar as personagens, optamos por observar um elemento característico do texto dramático, as rubricas. Por apresentar outra configuração, que não a de diálogo, mas conter informações relevantes sobre a peça, observamos as rubricas utilizadas especificamente em cabeçalhos. As rubricas-de-cabeçalho (assim denominadas no presente artigo para evitar confusão)¹¹ (Figura 2) são elementos em que, por vezes, se descreve o cenário ou fornecem maiores informações sobre as personagens.

⁹ Para duas peças foi possível uma primeira consulta em manuscrito original do autor, foi o caso de *A estória e Os lobos*, de Ademir Rosa, peças representantes do século XX. Os suportes físicos originais podiam, então, ser manuscritos ou edições literárias físicas em que as peças estivessem antes de serem transcritas ao Word.

¹⁰ Apesar de não considerar as possíveis alterações das versões originais para as peças do século XIX, chamou a atenção como se descreve o feito na edição física onde se encontra *Quem desdenha quer comprar* (Lacerda Coutinho, 1868). À publicação da segunda edição foram considerados alguns aspectos:

1 – Foram feitas mudanças ortográficas, tipográficas e, sempre que necessário, também as sintáticas, em especial a pontuação, mas só em casos óbvios; não houve troca de vocábulos; observamos apenas as indicações de erratas na última página de *Quem desdenha quer comprar*. (...)

3 – Na fala das personagens, respeitou-se rigorosamente a linguagem de cada um. (*Quem desdenha quer comprar*, p. 8, 2. ed. 2001)

¹¹ Nas peças teatrais há generalização do termo rubrica para designar tanto descrições em cabeçalhos antes de iniciar uma cena, como na descrição de ações e/ou emoções demonstradas pelas personagens. Neste artigo, optamos por dividir o significado para sinalizar o uso exclusivo das rubricas presentes nos cabeçalhos que garantem, por vezes, informações como idade da personagem – critério que auxiliou na resolução de *knockout* do presente trabalho. É de nosso interesse continuar, em pesquisas futuras, aprofundando a utilização de elementos paratextuais, além das falas das personagens, às análises das peças teatrais, como a lista de personagens, por exemplo, e demais elementos que auxiliem na criação de perfil das personagens para incrementação das análises.

Figura 2 – Rubrica-de-cabeçalho de uma peça teatral com informações de personagem

Rubrica-de-cabeçalho de <i>A estória</i> (Ademir Rosa, 1990)
A cena se passa numa praça de uma média cidade. Está sentado um homem de meia idade, lendo um jornal e se distraíndo, observando crianças jogarem futebol. Entra uma mulher mais nova. Pára e fica olhando, como quem procura algo, ou esperando alguém.

Fonte: Elaboração própria sob texto de Ademir Rosa (1990).

Para a presente pesquisa, o cabeçalho se mostrou útil à análise ao dar mais pistas sobre as personagens, que não foram descritas no perfil de personagem ou no interior da peça. Dessa forma, conseguimos aplicar, de forma coesa, um critério para eliminar essas situações. Uma vez que ocorrências de *knockout* precisam ser desfeitas de alguma forma, a utilização das rubricas-de-cabeçalho mostrou-se exitosa através das informações que forneciam esses elementos textuais, possibilitando, por exemplo, a separação das personagens por idade. A estratificação foi feita a partir de três faixas de idade estipuladas pelos pesquisadores da seguinte maneira: faixa 1: até 25 anos, faixa 2: 26 a 49 anos, faixa 3: 50 anos em diante.

Nesta pesquisa, o preenchimento do sujeito de terceira pessoa foi escolhido como variável dependente e aqui estão caracterizadas desse modo: a forma preenchida do sujeito pronominal de terceira pessoa no singular ou plural [ele/ela; eles/elas] e sua contraparte nula, marcada canonicamente com o símbolo de vazio [Ø].¹²

Estas foram as variáveis independentes selecionadas e testadas durante a pesquisa: (1) a realização do sujeito preenchido vs. sujeito nulo, (2) os padrões sentenciais, (3) os traços semântico-referenciais e (4) o traço singular/plural das formas de terceira pessoa, e (5) os autores por data de nascimento. Na seção seguinte, de Análise, apresentamos os dados e retomamos brevemente cada uma das variáveis independentes selecionadas.

5 Análise

Dos 4 grupos de variáveis independentes, 3 foram selecionadas pelo programa do pacote estatístico *GoldVarb*. Os grupos de variáveis selecionados pelo programa foram: os autores, os traços-semânticos e as personagens das peças resultados apresentados nas duas rodadas (frequência de uso e binomial). As variáveis padrões sentenciais¹³ e o traço singular/plural das formas de terceira pessoa, não foram selecionadas, mas apresentaram relevância em frequência de uso.¹⁴

¹² O símbolo de vazio [Ø] é utilizado para a variante de marcações vazias, nulas ou não-realizadas, em que suas contrapartes são realizadas, como por exemplo, o sujeito nulo/sujeito preenchido.

¹³ Diferentemente dos resultados apresentados no trabalho anterior de Duarte, Mourão e Santos (2012), os padrões sentenciais não foram selecionados no quadro de variáveis independentes para esta presente pesquisa. No entanto, entendendo a relevância para a análise de preenchimento de sujeito, estão apresentados, na sequência, os resultados encontrados, já unidos os Padrões 3 e 4. Com um total de 71/291 dados de preenchimento de sujeito, apresentando 19.6%, os padrões ficaram distribuídos da seguinte maneira:

i. Padrão I: 11/42 = 26%

ii. Padrão II: 11/52 = 21%

iii. Padrões 3 e 4, favorecendo o preenchimento do sujeito = 49/219 = 36%.

¹⁴ Os traços semânticos dos feixes [+hum/+esp] e [-hum/+esp] foram os mais recorrentes, com 20% e 15% de frequência. Para a concordância nominal, os resultados apontaram para 19% de frequência para o sujeito preen-

Durante a análise com rodadas de frequência de uso em nossa pesquisa, foi possível observar que os dados apresentaram, em todas as peças, uma grande incidência de sujeito nulo, com os números de percentuais desfavorecendo o preenchimento do sujeito.

Tabela 2 – O comportamento do preenchimento do sujeito na escrita de autores catarinenses dos séculos XIX e XX – dados totais (porcentagem)

Preenchimento do sujeito na escrita de autores catarinenses (s. XIX e XX) (%)	
Sujeito preenchido	Sujeito nulo
71 ocorrências = 20%	291 ocorrências = 80%

Fonte: elaboração própria.

A análise dos 362 dados recolhidos em peças teatrais catarinenses dos séculos XIX e XX para os sujeitos pronominais de terceira pessoa apresentou como resultados para frequência de uso e percentual: 71 ocorrências para o preenchimento do sujeito (20%) e 291 para o sujeito nulo (80%).

Enquanto *Raimundo* (1868), a peça com mais dados gerais, apresenta o menor número para o preenchimento do sujeito com 13% (algo esperado por sua época bem como demais autores geracionais nascidos na primeira metade do século XIX). Neste sentido, podemos, então, conjecturar que o alto percentual encontrado em Antônio Cunha, um autor nascido na segunda metade do século XX se dá por conta da mudança já implementada na escrita brasileira do século XX, apresentando, em sua escrita, dados que corroboram a gramática do PB, como demonstrado em (3) e com maiores detalhes na subseção “Os autores”.

- (3) KLAUS — Eu não sou alemão, não! Só o meu nome. **A minha mãe** gostava muito de nomes estrangeiros. *Meu irmão é William. Acho que é inglês!* **Ela** queria que nós fossemos alguma coisa, mas **ela** morreu e eu não sou muita coisa, não, aliás, eu sou quase nada.
(Flores de Inverno, Antônio Cunha, 1992 – Século XX, grifos dos autores)

Os resultados encontrados na análise de frequência de uso para os totais de realização do sujeito pronominal de terceira pessoa *versus* sua contraparte nula vão de encontro com os resultados apresentados por Vieira Pinto (2020) para a realização do sujeito anafórico em cartas catarinenses em cinco períodos compreendendo os séculos XIX e XX (66,7% de sujeitos nulos em cartas catarinenses e 55,5% em peças cariocas), sugerindo que na escrita catarinense encontramos registros baixos para o preenchimento do sujeito em comparação ao sujeito nulo.

5.1 Os autores

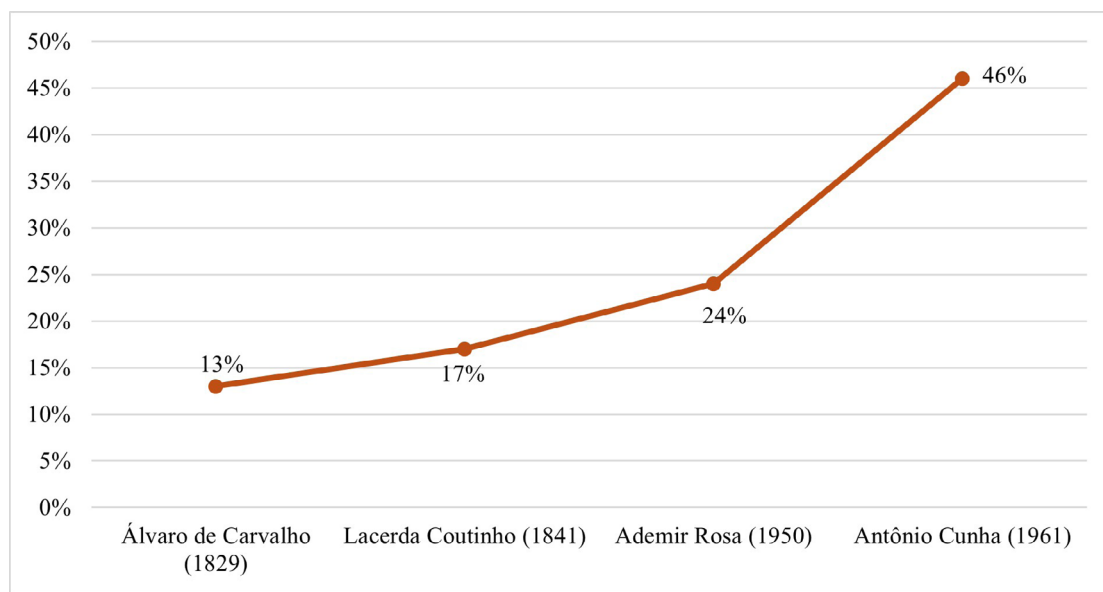
A variável ‘Autor’ foi observada em nossa análise de maneira cronológica, a partir da data de nascimento dos quatro autores das peças selecionadas. Desse modo, partindo da hipótese de competição de gramáticas na formação do PB, consideramos que Álvaro de Carvalho e

chido em 3ª pessoa do singular e 12% para sujeito nulo na 3ª pessoa do plural.

Lacerda Coutinho, por terem nascido na primeira metade do século XIX, em 1829 e 1841, respectivamente, teriam gramáticas diferentes dos autores nascidos no século XX, Ademir Rosa e Antônio Cunha, nascidos em 1950 e 1961.

Os dados para o preenchimento do sujeito pronominal de terceira pessoa em peças teatrais dos séculos XIX e XX escritas por autores catarinenses, estão ilustrados no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Preenchimento de sujeito no curso do tempo na escrita de autores catarinenses por ano de nascimento (frequência de uso)



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados são relevantes na direção em que evidenciam, progressivamente, o aumento no preenchimento dos sujeitos pronominais de terceira pessoa ainda na primeira parte do século XIX (exemplos 4 a 8), com Lacerda Coutinho, nascido em 1841, marcando 17% de ocorrências em comparação ao Álvaro de Carvalho, seu contemporâneo, de 1829. Já para os autores nascidos na segunda metade do século XX (exemplos 9 a 11), podemos observar uma alternância sugestiva indicando uma curva maior entre eles, tendendo a um favorecimento ao preenchimento de sujeitos por Antônio Cunha, com 46% dos dados.

- (4) MARIA – Raimundo!... Oh! meu Deus!... Dirige-se para aqui!... Será possível tanta loucura? Ninguém... Mas, onde estará **meu pai?** se **ele** o encontrasse...
(*Raimundo*, Álvaro de Carvalho, 1829 – Século XIX, grifos dos autores)
- (5) MARIA – Estamos no quarto de **minha mãe**... Retire-se... respeite-me para que **ela** não o amaldiçoe.
(*Raimundo*, Álvaro de Carvalho, 1829 – Século XIX, grifos dos autores)
- (6) BÁRBARA – Minha filha, quem não tem, pede: quando era rica não davas esmola aos **pobres?**... e alguma vez lhe passou pela idéia que **eles** ficavam menos por lhe estenderem a mão?
(*Raimundo*, Álvaro de Carvalho, 1829 – Século XIX, grifos dos autores)

- (7) MATILDE – Eu, minha boa prima? Eu estou pouco mais ou menos na mesma ignorância... Convivi com ele por três meses, é verdade... Mas há tanto tempo que isso foi! Além de que era então uma criança, e ele outra... O que posso dizer-te é que ele mostrava ter-me muita amizade. Ø Fazia tudo quanto podia para agradar-me.
(*Quem desdenha quer comprar*, Lacerda Coutinho, 1841 – Século XIX, grifos dos autores)
- (8) EUGÊNIA – Pelo menos, assim o espero. Vamos... Nada de desanimar... onde está a tia Joana?
MATILDE – Ali... Falemos baixo... cumpre que Ø não nos ouça... Ela é também contra mim... Todos são contra mim!...
(*Quem desdenha quer comprar*, Lacerda Coutinho, 1841 – Século XIX, grifos dos autores)
- (9) H – MEU PAI SE SEPAROU DA MINHA MÃE QUANDO ELE ERA FUNCIONÁRIO PÚBLICO E DEPOIS DE VINTE ANOS DE CASADOS. COITADO. Ø ERA SEMI ANALFABETO.
(*A estória*, Ademir Rosa, 1950 – Século XX, grifos dos autores)
- (10) EUGÊNIO – As pessoas daqui costumam acordar cedo?
KLAUS – Não sei bem. Quando elas acordam (sic) eu normalmente já estou dormindo
(*Flores de Inverno*, Antônio Cunha, 1961 – Século XX, grifos dos autores)
- (11) KLAUS – Valentina sabia de sua chegada?
EUGÊNIO – Eu não sei se ela me espera ainda.
KLAUS – Vem comigo, ela poderia estar esperando outra pessoa?
(*Flores de Inverno*, Antônio Cunha, 1961 – Século XX, grifos dos autores)

Podemos observar, nesta direção, que os dados de frequência de uso e peso relativo (Tabela 3) parecem sugerir Antônio Cunha (1961), autor mais jovem dentre os pesquisados, como o expositor de uma gramática inovadora, que favorece o uso do preenchimento dos sujeitos pronominais de terceira pessoa (.75 PR) em relação aos autores do século XIX. Ao passo que os dados observados para a escrita de Ademir Rosa (24% de ocorrências para a variável inovadora), seu contemporâneo, parecem sugerir que o autor optava pelo uso de uma gramática normativa.

Tabela 3 – Preenchimento do sujeito por autores catarinenses dos séculos XIX e XX – ano de nascimento (PR)

Autor (ano de nascimento)	Totais (Sujeitos preenchidos)	Peso Relativo (PR)
Álvaro de Carvalho (1829)	24/183 = 13%	.41
Lacerda Coutinho (1841)	10/60 = 17%	.34
Ademir Rosa (1950)	19/80 = 24%	.67
Antônio Cunha (1961)	18/39 = 46%	.75

Fonte: Elaboração própria. *Log likelihood* = -159.859 *Significance* = 0.452

Os dados analisados poderiam também indicar que Álvaro de Carvalho (1829) seja ainda um representante de uma gramática de sujeitos nulos (.41). Transformando os autores do século XIX em um ponto de observação por apresentarem números relativamente menores em peso relativo, como foi igualmente o caso de Lacerda Coutinho (1841) (.34). Sugerindo novas pesquisas para observação tanto de implementação (ou delimitação mais aproximada) de uma gramática do PB no século XIX e definitiva, provavelmente, na segunda metade do XX.

5.2 Os traços semânticos-referenciais

Como mencionamos anteriormente, os traços semânticos-referenciais foram considerados, na presente análise, como variável independente, sendo selecionada pelo programa *GoldVarb*. Dentre as possibilidades dispostas, a combinação [+hum/+esp] (exemplo 12 e 13), como esperado, foi a mais frequente nos resultados totais. Como verificado em estudos já realizados (como Duarte, Mourão e Santos, 2012, por exemplo), o traço semântico aparece como um facilitador para a realização do preenchimento do sujeito.

Seguindo as análises de Cyrino, Duarte e Kato (2000) e Duarte, Mourão, Santos (2012), os resultados obtidos para o feixe de traço [-humano] (exemplo 14) nas peças catarinenses foram baixos, com baixa ocorrência.

- (12) [+hum/+esp]
EUGÊNIO — **As pessoas** daqui costumam acordar cedo?
KLAUS — Não sei bem. Quando **elas** acordam eu normalmente já estou dormindo. (*Flores de Inverno*, Antônio Cunha, 1992 – Século XX, grifos dos autores)
- (13) [+hum/-esp] Sujeito nulo
2 – A denúncia por si só não me assusta... ademais **essa gente** anda tão apática, insolente mesmo. Mais da metade, se \emptyset nos descobrirem aqui, \emptyset devem apenas nos ignorar.
(*Os lobos*, Ademir Rosa, 1992 – Século XX, grifos dos autores)
- (14) [-hum/+esp] Sujeito nulo
M — Não posso, meus **ratinhos** [rasurado] [já deviam ter] comido às três horas... como já passam das cinco... \emptyset devem estar com muita fome. Vou sair para procurá-los.
(*A estória*, Ademir Rosa, 1990 – Século XX, grifos dos autores)

No entanto, mesmo sendo selecionados pelo programa, os traços semânticos-referenciais apresentaram dados¹⁵ relativamente baixos para cada uma das combinações, estando distribuídos como na Tabela 4.

¹⁵ A distribuição dos dados totais para a variável traços semânticos-referenciais, dentre os 362 dados, apresentou os seguintes resultados: [+hum/+esp] 64/287; [+hum/-esp] 2/35; [-hum/+esp] 4/32 e [-hum/-esp] 1/8.

Tabela 4 – Traços semântico-referenciais – Sujeito preenchido

Traço Semântico-referencial	Percentual (%)	Peso Relativo (PR)
[+hum/+esp]	22%	.56
[+hum/-esp]	5%	.21
[-hum/+esp]	12%	.30
[-hum/-esp]	12%	.39

Fonte: Elaboração própria. *Log likelihood* = -159.859 *Significance* = 0.452

Observando as ocorrências gerais para o traço semântico, tanto em percentual quanto em Peso Relativo, podemos observar que a combinação [+hum/+esp], como esperado, é a mais frequente. Ao passo que a combinação [+hum/-esp] apresenta resultados bastante inferiores (com 5% de ocorrências). Seguindo a metodologia de Duarte, Mourão, Santos (2012), podemos observar que a combinação [+hum/+esp] mostra-se como a que favorece o preenchimento do sujeito, com .56 de PR. Interessa-nos perceber que não podemos, nesta pesquisa, referenciar o traço [+hum] de forma genérica, pois encontramos, na combinação com o traço [-esp], o menor número de ocorrências, com .21 de PR, de forma discrepante ao encontrado por Duarte; Mourão e Santos (2012) (ver Tabela 1), suscitando novas pesquisas. No entanto, os resultados para as combinações com traço [-hum] parecem apresentar, em nossa análise, dados aproximados ao esperado, com as combinações [-hum/-esp] apresentando uma maior elevação de peso relativo, com o .39.

5.3 As personagens

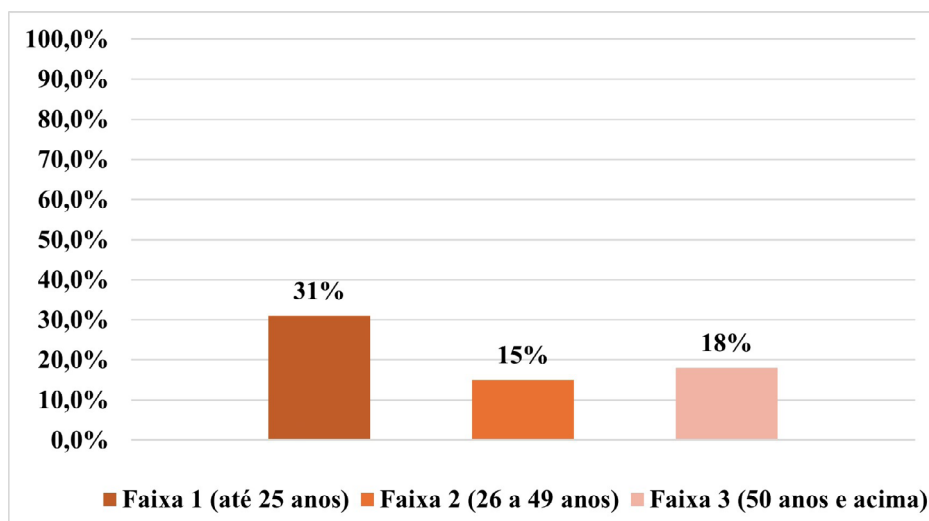
A decisão de analisar as personagens das peças aparentou ser profícua no sentido de apontar um bom aproveitamento nas análises, sendo selecionada pelo programa estatístico.

Ao analisar as personagens, resolvidos os casos de *knockout*, e com a divisão dos personagens em grupos por faixa-etária (faixa 1: até 25 anos, faixa 2: 26 a 49 anos, faixa 3: 50 anos em diante), observamos a curva da realização do sujeito pronominal (Gráfico 4). A personagem que possui o maior número de falas totais, João André (77/362 = 21%)¹⁶ (15), de *Raimundo* (Álvaro de Carvalho, 1868), é, no entanto, expressiva em sujeitos nulos – justificada por se tratar de uma personagem de origem portuguesa.

- (15) Sujeito nulo
 JOÃO ANDRÉ — **A filha... Vá!... Ø** é boa laia de rapariga... e **Ø** tem bom coração;
Ø não esquece o bem, mas o cação do pai... **Ø** é um biltre!
 (*Raimundo, Álvaro de Carvalho, 1868 – Século XIX, grifos dos autores*)

¹⁶ Este é o resultado atribuído ao total dos dados sem distinguir sujeitos nulos e preenchidos; em detalhes, João André apresentou 73/77 (94,8%) para sujeito nulo e 4/77 (5,2%) para o preenchimento do sujeito.

Gráfico 4 – Frequência de uso de preenchimento de sujeito por personagens em três faixas de idade



Fonte: Elaboração própria.

Para a análise binomial, com as personagens divididas em suas respectivas faixas, podemos observar que a Faixa 1, que corresponde às personagens com idade até 25 anos (aos quais se incluem Eugênia e Klaus), apresenta uma frequência de uso de 31% em comparação à Faixa 2, dos adultos entre 26 e 49 anos, que apresentou a menor taxa observada nesta variável, de 15%. O alto resultado encontrado na Faixa 1 (16) parece indicar ser essa a faixa que favorece o preenchimento do sujeito. Entretanto, as personagens não foram analisadas à perspectiva de sua época no curso do tempo, como foi feito com os autores, mas, para esta pesquisa, os resultados se mostram satisfatórios no sentido de indicar a preferência ao preenchimento do sujeito pronominal de terceira pessoa entre os mais jovens (9; 10).

- (16) EUGÊNIO — E o seu irmão inglês, quando Ø vem visitá-lo?
KLAUS — Ele não é inglês. É só o nome. Eu não sei, ele está na África, eu acho. Quando ele volta normalmente já passou tanto tempo, que eu não me lembro como era o seu rosto antes.
(*Flores de Inverno*, Antônio Cunha, 1992 – Século XX, grifos dos autores)

6 Conclusão

De modo geral, os dados aqui descritos parecem indicar, na comparação da forma inovadora (o preenchimento do sujeito) com a forma conservadora (o sujeito nulo) uma escrita mais conservadora por parte dos catarinenses, seguindo o que apontam Martins (2009; 2015), Vieira Pinto (2020), Coelho; Vieira Pinto, (2021).

Quanto aos autores, os resultados que encontramos para Ademir Rosa (1950) parecem ir de encontro à hipótese aventada de uma gramática mais escolarizada, mais voltada à escrita, enquanto para Antônio Cunha, apesar da peculiaridade encontrada em *As quatro estações* em possuir em sua própria estrutura um caráter mais literário, por vezes quase lírico,

os dados sugerem que, em geral, o autor mais jovem dentre os quatro analisados parece apresentar uma gramática, por vezes, mais próxima à fala. Por fim, os dados encontrados parecem indicar competição de gramáticas, no sentido de aparentarem ser um “reflexo de diferentes gramáticas do português” (Martins, 2024, p. 137).

Os traços semânticos-referenciais selecionados nesta rodada de análises, apresentam uma preferência, como esperado (cf. Duarte, Mourão e Santos, 2012), pela ocorrência de dados de combinação [+hum/+esp] totalizando .56. No entanto, ao observarmos a combinação [+hum/-esp] podemos perceber .21 de peso relativo, indicando que, provavelmente, o feixe [-específico] esteja infligindo nos resultados. Em contrapartida, o feixe [-humano] apresenta resultados mais elevados que o esperado, com .30 e .32 de peso relativo, respectivamente. Instigando pesquisas futuras mais detalhadas sobre a variável independente selecionada.

As personagens apresentaram dados de frequência de uso e dados de peso relativo do sujeito preenchido bastante importantes, mesmo apresentando índices, em sua maioria, baixos. Personagens circunscritos à Faixa 1 (até 25 anos) apresentaram uma maior frequência de uso, de 31%, enquanto os da Faixa 2 (26 a 49 anos) curiosamente apresentaram a menor frequência de uso, 15%. Analisadas ante o peso relativo, as personagens da Faixa 1 (até 25 anos) apresentaram .67 em comparação à Faixa 2 (adultos de 26 a 49 anos) com peso relativo de .40. Os resultados encontrados em minha pesquisa parecem corroborar com a hipótese de Vieira Pinto (2020) no sentido que esses atestam a tendência ao preenchimento de sujeito pronominal de terceira pessoa encontrar maior aderência na faixa de personagens mais jovens em comparação aos personagens mais velhos, nesse caso, em especial, os adultos.

Parece haver realmente um fator conservador observado na gramática da escrita de peças teatrais catarinenses, com resultados que conversam com o que sugeriu Martins (2021) no comparativo entre as regiões Nordeste/Sudeste e Sul, com uma evolução lenta para a implementação do preenchimento de sujeito pronominal de terceira pessoa na região Sudeste, mas ainda mais lenta na região catarinense (Coelho; Nunes de Souza, 2015). Há, no entanto, variação encontrada entre os autores, inclusive nos expoentes dos mesmos séculos, com Álvaro de Carvalho e Lacerda Coutinho (séc. XIX) e Ademir Rosa e Antônio Cunha (séc. XX), sugerindo competição de gramáticas (Kroch, 1989; 2001) e instigando os resultados para pesquisas futuras.

Referências

BARBOSA, P.; DUARTE, M. E. L.; KATO, M. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. In: FROTA, Sónia et al. (Org.). *Journal of Portuguese Linguistics*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri – AEJPL, Vol. 4, Nº. 2, 2005.

BERLINCK, R. A.; COELHO, I. L.; CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E. L.; MARTINS, M. A. Mudança sintática e a história do PB nos séculos XIX e XX. In: Araújo Sá Jr, L.; Martins, M. A. (org.). *Rumos da Linguística Brasileira no Século XXI: historiografia, gramática e ensino*. São Paulo: Blucher, 1.ed., v. 1, p. 155-187, 2016. Disponível no link: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/rumos-da-linguistica-brasileira-no-seculo-xxi-1219>. Acesso em: 25 de abr. 2025.

CARVALHO, Álvaro Augusto de. [1868]. *Raimundo*: drama em cinco atos. Florianópolis: FCC; Edusfc, 1994.

COELHO, I. L.; NUNES DE SOUZA, C. M. Caminhos para a investigação da alternância de pronomes de segunda pessoa em Santa Catarina. *LaborHistórico* v. 1 n. 1 (2015): História dos Pronomes de Tratamento no Português Brasileiro. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/4784>. Acesso em: 14 de abr. 2025.

COELHO, I L; VIEIRA PINTO C. A. O sujeito nulo em cartas pessoais catarinenses no curso dos séculos XIX e XX (1885-1998), *In: Lammoglia Duarte, MARINS, J. E; ORSINI, M. T.; CAVALCANTE, S. R. O. (orgs.). Contribuições à descrição e ao ensino do Português Brasileiro: da fonética ao discurso, com parada obrigatória na sintaxe – uma homenagem a Maria Eugênia.* São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

CORÔA, Williane S. *Rastreado as origens do português brasileiro: a dinâmica da mudança na escrita de “homens bons” na Bahia colonial.* 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2022.

COUTINHO, José Cândido de Lacerda. [1868]. *Quem desdenha quer comprar...; A casa para alugar.* Porto Alegre: Movimento, 2001.

CUNHA, Antônio. [1992] *Flores de Inverno: Três d(r)amas possíveis.* Joinvile: Letradágua, p. 82-111, 2004.

CUNHA, Antônio. [1998] *As quatro estações: Três d(r)amas possíveis.* Joinvile: Letradágua, p. 40-81, 2004.

CYRINO, S.; DUARTE, M. E.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. *In: KATO, M.A.; NEGRÃO, E. V. (Ed.). Brazilian portuguese and the null subject parameter.* Frankfurt: Vervuert, p. 55-104, 2000.

Duarte, M. E. L. *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro.* 1995, 151fl. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 1995.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito nulo no português do Brasil. *In: Castilho, A. T., et al.; Ian Roberts e Mary A. Kato (orgs.). Português Brasileiro: uma viagem diacrônica – homenagem a Fernando Tarallo.* 3 ed. São Paulo: Contexto, p. 83-103, 2018 [1993].

DUARTE, M. E. L. O sujeito nulo no Português Brasileiro. *In: A. Castilho; S. M. L. Cyrino e Morais M.A.T (Org.). História do Português Brasileiro: Mudança sintática do Português Brasileiro: perspectiva gerativista, v. 06.* São Paulo: Ed. Contexto, p. 26-71, 2018.

DUARTE, M. E. L. O sujeito nulo referencial no português brasileiro e no português europeu. 93-126, *In: Charlotte Galves, Mary A. Kato e Ian Roberts (Orgs.). Português Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica.* Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2019.

DUARTE, M.E.L. A remarcação em curso no valor do parâmetro do sujeito nulo. 2020. *Cuadernos de la Alfal*, v. 12, p. 71-99, 2020. Disponível em: http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/12_2_cuaderno_005.pdf. Acessado em: 25 de abr. 2025

DUARTE, M. E. L.; MOURÃO, G. C.; SANTOS, H. M. Os sujeitos de 3ª pessoa: REvisitando Duarte 1993. *In: DUARTE, M. E. L. (org.). O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos.* São Paulo: Parábola, p. 21-44, 2012.

FONCECA, I. M. da. *O sujeito pronominal de terceira pessoa em peças teatrais de Santa Catarina escritas nos séculos XIX e XX.* 2024. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2024.

GALVES, C.M.C. Mudança sintática no português brasileiro. *Cuadernos da La Alfal*, Nº 12 (2) novembro 2020: 17-43. ISSN: 2218-0761. Disponível em: https://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/12_2_cuaderno_003.pdf. (Acesso em: 01/05/2024)

KROCH, A. Mudança sintática. Traduzido por Silvia Regina de Oliveira Cavalcanti (UFRJ). Revisão de Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado. *Working Papers em Linguística*, V. 22. N. 2: Sintaxe Diacrônica, Florianópolis, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2021.e86882>.

KROCH, A. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variation and Change*, 199-244, 1989.

- MARTINS, M. A. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 2009. Tese (doutorado em linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MARTINS, M. A. *A colocação de pronomes clíticos na escrita brasileira: para o estudo das gramáticas do Português*. Natal: EDURFN, 2012.
- MARTINS, M. A. Gramática ou gramáticas do português brasileiro? O problema da implementação na mudança sintática. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, nº 32, jul-dez, 2013. MARTINS, M. A. R. Singularidades na sintaxe do português brasileiro escrito na região nordeste nos séculos XIX e XX. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 65, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e12362>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/12362>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- MARTINS, M. A. R. Singularidades na sintaxe do português brasileiro escrito na região Nordeste nos séculos XIX e XX. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 65, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/12362>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- MARTINS, M. A. R.; CARVALHO JÚNIOR, S. V. O sujeito pronominal na fala de Natal/RN: retrato de uma mudança em tempo aparente. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, v. 25, n. 2, p. 41–61, 2020. DOI: 10.17851/2238-3824.25.2.41-61. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/30198>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- MARTINS, M. A. R.; COELHO, I, L.; CAVALCANTE, S, R, O. Variação sintática e gerativismo. In: M. A. Martins; J. Abraçado (org.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, p. 221-247, 2015.
- MARTINS, M. A. R; CAVALCANTE, S. R. O.; COELHO, I. Z. Ordem do sujeito e colocação de clíticos na escrita brasileira dos séculos XIX e XX: reflexos da gramática do Português Brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 62, n. 00, 2020. em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8655919>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- MARTINS, M.A.R. Linguística histórica. In: OTHERO, G. A; FLORES, V. N. (org.): *A linguística histórica hoje: historicidade e generalidade*. São Paulo: Contexto, 2024.
- MARTINS, M.A.R; CAVALCANTE, S, R, O. Os estudos em sintaxe diacrônica no Brasil: um balanço crítico. *Revista Working Papers em Linguística*. V.22, n.2. Florianópolis: UFSC, 2021.
- ROBERTS, Ian. Gramáticas “marginais” e mudanças sintáticas “extremas”: O inglês e o português brasileiro. In: Charlotte Galves, Mary A. Kato e Ian Roberts (org.). *Português Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 23-56, 2019.
- ROSA, Ademir. *A estória*. 1990. Consulta ao manuscrito do autor cedida por Antônio Cunha.
- ROSA, Ademir. *Os lobos*. 1992. Consulta ao manuscrito do autor cedida por Antônio Cunha.
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *Goldvarb X: A Variable Rule Application for Macintosh and Windows*, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 5 de maio de 2025.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1997.
- VIEIRA PINTO, C. A. *Trajatória de mudança do sujeito e do objeto direto anafóricos: análise de cartas pessoais e portuguesas dos séculos XIX e XX*. 2020. Tese (doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219297>. Acesso em: 23 de abr. 2025.

Sonidos criollos: reescrituras fonéticas del Martín Fierro

Creole Sounds: Phonetic Rewrites of Martín Fierro

María Celina Ortale

Universidad Nacional de La Plata

(UNLP) | La Plata | AR

mcelinaortale@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-6180-2289>

Resumen: El artículo ofrece un acercamiento a la configuración de los sonidos criollos en la Argentina, en la zona del Río de La Plata. Se concentra en enfocar el proceso de literaturización de las voces plebeyas a través del género gauchesco y de analizar las marcas fónicas que determinan la percepción de diferencias sociolectales entre el espacio urbano y el rural en el siglo XIX en la zona bonaerense. Además, se ocupa de recorrer las distintas etapas de manipulación de estas marcas, entre la que se destaca la sinéresis con desplazamiento acentual, en el proceso escritural del Martín Fierro de José Hernández. Para el estudio de la sinéresis se incorporan los primeros análisis que ofrecen J. Page y G. Máspero como receptores extranjeros de esta particularidad fonética, hasta los de E. Tiscornia, A. Alonso, B. Malberg, Ma. Beatriz Fontanella y Élide Lois.

Palabras clave: Marcas fonéticas; Reescrituras; Martín Fierro; Lengua Criolla.

Abstract: This article offers an approach to the configuration of Creole sounds in Argentina, in the Río de la Plata region. It focuses on the process of literary transformation of plebeian words through the gaucho genre and analyzes the phonetic markers that determine the perception of sociolectal differences between urban and rural spaces in the 19th century in the Buenos Aires region. It also explores the different stages of manipulation of these marks, among which syneresis with accentual shift stands out, in the writing process of José Hernández's Martín Fierro. For the study of syneresis, the first analyses offered by J. Page and G. Máspero as foreign receivers of this fonetic peculiarity are included, up to E. Tiscornia, A. Alonso, B. Malberg, Ma. Beatriz Fontanella and Élide Lois.

Key words: Phonetic marks; Rewrites; Martín Fierro; Creole Language.



1 Introducción

El proceso independentista de las colonias hispanoamericanas instaló, entre otras reflexiones, la del uso, imposición, apropiaciones, registros, hegemonía, estandarización y representación de la lengua. La configuración de una comunidad imaginada sudamericana (Anderson, 2021) impuso nuevos presupuestos sobre la amplia realidad de la lengua española que comienza a ser entendida e interpretada como “competencia de normas y conflicto de identidades lingüísticas y culturales” (Blanco, 1999, p. 145). Se habilitó entonces una línea de reflexión “*meta-lingüística* popular surgida ya a comienzos del siglo XIX” (Blanco, 1999, p. 45), que impactó sobre la esfera pública con una serie de hechos de política lingüística: la conformación de diccionarios regionales, las propuestas de modernización de las grafías americanas, la entronización de los filólogos incluso como autoridades políticas, la fundación de academias locales, las polémicas con la Real Academia Española, entre otros.¹

Este periodo de revolución política, cultural y lingüística, que amenazó con generar la sustitución de normas y obliga a la organización de “cartografías rizomáticas” de la lengua (Daviña, 1999) que permitan entender algunos lugares de la compleja geografía americana como zonas de frontera lingüística, de contacto y conflicto,² habilitó a su vez caminos de reorganización social identitaria, desde las guerras de la Independencia hasta 1880 en la Argentina, en que se inicia el programa modernizador del Estado.³

Asumida la provincia y la ciudad de Buenos Aires como el espacio de irradiación de la nueva norma política, cultural, social y lingüística para el resto del país, comienza a principios del siglo XIX un proceso de resignificación de la sociedad argentina liberada del yugo colonial pero imaginada en términos de su relación con el espacio rural y las costumbres españolas más acendradas e imantadoras de la condición de buen criollo.⁴

Se inicia así el debate y la circulación de argumentaciones prescriptivas que modelaron la identidad nacional cultural y lingüística con nuevas reglas y también mediante la producción simbólica del discurso literario; se empezó así a escribir sobre el país, sobre su paisaje y sus habitantes. Este bagaje discursivo poscolonial, que aportó a la configuración de una identidad nacional criolla, propició a su vez la formulación de presupuestos locales, signando la aparición de una literatura original que no encontró réplica en ninguna otra nación hispanoamericana.

¹ La relación entre el proceso de revoluciones independentistas y las reflexiones sobre la lengua americana puede patentizarse, por mencionar un aspecto de los muchos a considerar, en la aparición de la oleada de filólogos americanos que participan de manera muy concreta, desde las más altas esferas del poder político, de los debates sobre las lenguas nacionales, el uso americano de la lengua, la creación de diccionarios de localismos y las discusiones sobre la distinción entre el habla popular y culta como Sarmiento para el caso de Argentina, pero además Andrés Bello en Chile, Rufino José Cuervo, Miguel Caro y Juan García del Río en Colombia, Rafael María Baralt en Venezuela, Manuel Orozco y Berra y Joaquín García Icazbalceta en México, Ricardo Palma en Perú, Alberto Membreño en Honduras, por citar algunos.

² Me interesa el concepto de Daviña de “cartografías rizomáticas” en tanto propone pensar, en un espacio fronterizo, “la condición continua y fluida de los procesos de sentido y también de los límites conflictivos que la historia dibuja, contradictorios en la construcción de las hegemonías, de las dominaciones e imposiciones de la violencia simbólica” (p. 226).

³ En artículos anteriores se ha trabajado la idea del fortín como zona de frontera lingüística y la participación de José Hernández en los debates sobre política lingüística. Ver Ortale 2025.

⁴ La bibliografía sobre el concepto “creol” o “criollo” es inabarcable. Recomendamos Vitulli, J.M. y D.M. Solodokov (2009) y Stewart, Charles (2007).

2 Un nuevo género para la voz plebeya

En este marco, la alternancia entre concepciones que tenían que ver con la indagación sobre la identidad social y lingüística y sobre la supremacía, dominio e imposición de voces cultas y vulgares en el registro oral y escrito, permitió la aparición de nuevos modos de representación literaria de la lengua dando origen a la creación de un género literario específico y distinto en el Río de La Plata, que abrevó de la tradición del uso del diálogo, y que habilitó la irrupción del habla gaucha o plebeya (Pisano 2018) en la Argentina decimonónica.⁵

En un curioso procedimiento que generó amplias discusiones sobre las “innovaciones del habla bonaerense” (Salto, 2006, p. 10), se habilitó la implementación de diálogos entre personajes que estaban afuera del círculo social letrado y que sin embargo encontraban un espacio para hacer oír su voz, y se organizó en la zona rioplatense un nuevo modo de expresión artística local, la producción gauchesca, que se fue replicando hasta su claudicación (Martínez Estrada 1958). Juan Ignacio Pisano (2018, p. 53) define así la operativa clave del género: “La ficción del diálogo gauchesco opera su intervención en lo real a partir de subjetividades que, desde una palabra plebeya y gaucha, se inmiscuyen en asuntos apremiantes de la hora disputando esa puesta en acto de la palabra a la cultura letrada.”

Para dar cauce a estas nuevas voces de denuncia, para registrar sus sonidos y darles protagonismo literario, se precisó de cierta pericia en términos de reconocimiento de alteridades lingüísticas que tuvo importantes antecedentes en la figura pionera de Bartolomé Hidalgo, luego en Hilario Ascasubi, y que vino a desplegarse con Estanislao Del Campo y José Hernández. La destreza de estos autores se relacionó con la capacidad que mostraron al recortar, de entre la masa comunicativa rioplatense, lo que Josefina Ludmer (1988) definió como los tonos de lamento y desafío, que además de importar un debate de ideas incluyó cuestionamientos sobre la representación del habla de la campaña mediante la incorporación de los acentos y pronunciaciones de una voz, de un sonido de queja y rebeldía que se definió como criollo porque comenzaba a percibirse como apartado de la norma culta, como una alteridad lingüística, como una *différance*, en los términos en que la problematiza Derrida: “[...] el sujeto no se hace hablante más que comerciando con el sistema de las diferencias lingüísticas; o incluso el sujeto no se hace significativo (en general, por el habla y otro signo) más que inscribiéndose en el sistema de las diferencias.” (1968, p. 14)

Las formas de analizar los procedimientos literarios y su relación con el mundo de lo real expresadas en las líneas ya clásicas de Auerbach o Barthes y sus conceptos de mimesis y verosímil, nos ayudan en el intento de abordar las estrategias que empleó este género gauchesco en relación con la diferenciación de una identidad rural, masculina y rebelde y su registro oral expresado en lo que Prieto define posteriormente como el discurso criollista: “el plasma que pareció destinado a unir a los diversos fragmentos del mosaico racial y cultural [y que] se constituyó sobre una singular imagen del campesino y de su lengua” (2006, p. 18).⁶

Uno de los primeros en señalar esta argucia de los gauchescos es Amado Alonso (1946), que en su estudio sobre el proceso escritural del *Fausto* de Estanislao del Campo la

⁵ Sobre la democratización del lenguaje literario en Hispanoamérica, la mezcla de vocabulario plebeyo y patriocio y la posibilidad que eso significa para la incorporación de lenguas ampliar en Salto, Graciela (2006).

⁶ Se refiere Adolfo Prieto a las estrategias de fijación de la identidad nacional que se organizan a partir de 1880 en razón de la irrupción de los programas de alfabetización masiva que amplían el horizonte de lecturas y la

advierte con claridad en el apartado “Expresión propia y expresión imitada”: “Aún en los escritores como Hilario Ascasubi y José Hernández, que convivieron largamente con los paisanos, el lenguaje gauchesco es hechizo, imitado, contrahecho...” (Alonso, 1946, p. LVIII). Y Élica Lois al considerar a Alonso como el “precursor de la crítica genética en la Argentina”,⁷ avanza en esta explicación al mostrar cómo este discípulo de Menéndez Pidal incluso revela la convivencia de las diferencias entre el sociolecto rural y el urbano, evidenciando la tensión que muestra la representación de la voz gaucha en el proceso de reescrituras de *Del Campo*:

El análisis muestra que la mayoría de las enmiendas se orientan en el sentido de acomodarse no solo a la gramática rural sino también a la fluidez y naturalidad de la poesía popular. Pero los desplazamientos entre la norma culta y la norma popular van revelando cómo los autores urbanos que proyectan configuraciones propias de la cultura oral en la escritura, a la par que deslizan una que otra marca de su verdadera adscripción social, van imponiendo una sutil elaboración artística de la poética popular. (Lois, 1995, p. 407).

Alonso también destaca que esta maniobra literaria, sostenida sobre la base de una imitación del habla gaucha que intentó disimularse en el uso del diálogo, un estilo teatral de enunciación directa que jugaba con la idea de que no había interferencia letrada en la producción de las obras que se difundieron en folletos pero mayormente de modo oral,⁸ se adscribe a los aportes del modelo realista decimonónico: “Solo el realismo del siglo XIX se creó la obligación de llevar esta adopción de personalidad a las adherencias exteriores del medio, del vestido y de las variedades de lenguaje” (1946, p. XLII).

Y, por otra parte, se deduce desde esta mirada que es justamente el propósito de incluir a una alteridad lingüística lo que habilitó planteamientos que mantuvieron a este tipo de producción fuera del campo canónico del lector culto (que hablaba otra lengua), hasta su incorporación definitiva impulsada por Leopoldo Lugones y Ricardo Rojas en los festejos del primer centenario patrio.

3 Los prólogos de Hernández

Quien corrió el velo en cuanto a las artimañas de representación de la voz gaucha fue José Hernández, al divulgar abiertamente su mecanismo mimético en el prólogo a *El gaucho Martín Fierro* dirigido a su amigo y editor ayacuchense Don Zoilo Miguens, en 1872:

producción de literatura popular, y que inician un proceso de normalización de la cultura nacional, amenazada por el aluvión inmigratorio, en base a los presupuestos criollistas.

⁷ Lois define a Amado Alonso como un “precursor de la crítica genética” por el análisis que ofrece sobre el cotejo escritural del poema desde el manuscrito que encuentra Alonso en la colección Martiniano Leguizamán, pasando por las dos publicaciones en periódicos de la época hasta la versión *princeps*. En este trabajo Alonso discrimina las reescrituras que tienen que ver con la reformulación del sociolecto gaucho percibido como una diferencia respecto del propio.

⁸ Para profundizar sobre la importancia del folleto en la difusión del *Martín Fierro* ver Rivera 2001.

Es un pobre gaucha, con todas las imperfecciones de forma que el arte tiene todavía entre ellos, y con toda la falta de enlace en sus ideas, en las que no existe siempre una sucesión lógica, descubriéndose frecuentemente entre ellas una relación oculta y remota. Me he esforzado, sin presumir haberlo conseguido, en presentar un tipo que personifica el carácter de nuestros gauchos, concentrando el modo de ser, de sentir, de pensar y de expresarse, que les es peculiar [...]
Cuantos conozcan con propiedad el *original* juzgarán si hay o no semejanza en la *copia* [...] (Hernández, 2018, vol. IV, p. 119)

Con esta explicación Hernández descubre el artilugio literario del género: “he deseado todo esto, empeñándome en imitar ese estilo abundante en metáforas”, “en copiar sus reflexiones con el sello de la originalidad que las distingue y el tinte sombrío de que jamás carecen” (2018, vol. IV, p. 119) y se disculpa de antemano, revelando gran lucidez ante el efecto de verosimilitud que logrará su obra, por lo que puedan considerarse yerros en este intento de emulación: “Una palabra más, destinada a disculpar sus defectos. Páselos Usted por alto, porque quizás no lo sean todos los que, a primera vista, puedan parecerlo, pues no pocos se encuentran allí como copia o imitación de los que lo son realmente” (2018, vol. IV, p. 129).⁹

La advertencia prologal de Hernández, sin embargo, fue prácticamente desestimada por el público lector/auditor y por la crítica, en las dos líneas de recepción que se abrieron luego de su publicación. La multiplicación instantánea del poema en la campaña y su conversión en el primer *best-seller* nacional demuestran que se estableció una suerte de pacto de lectura con el público rural, semejante al que se establece en el género autobiográfico (Lejeune 1975), a partir del cual todos tendieron a creer en la verdad de lo que el gaucha Martín Fierro expresaba, justamente a través de esa recuperación tan perfecta de su voz. En cambio, la recepción crítica, enfrascada en combatir los presupuestos ideológicos del texto, criticó el poema por sus fallas métricas, sin advertir la recomendación del autor que los prevenía sobre lo que podía asumirse como furcios. Algunos lectores cultos, sin comprender que se trataba de una artimaña muy bien resuelta, creyeron que los versos estaban mal medidos, pero resultó que todo el poema había sido compuesto por Hernández para su recitado oral, que imponía la pronunciación al estilo gaucha por fuera de la norma letrada, lo que permitía constatar que no había ningún error en su perfecta medida octosilábica, como bien mostraron las investigaciones filológicas de Eleuterio Tiscornia (1930) y Élica Lois (2001).

Las cartas que Hernández incorpora en el peritexto de la última publicación de *El gaucha* (1883) muestran este conflicto; Miguel Cané definió al *Martín Fierro* como “negligentemente envuelto en incorrecta forma” (2018, vol. IV, p. 396) y Bartolomé Mitre dijo que tenía “versos sin medida” (2018, vol. IV, p. 399). Ambas respuestas alcanzan para visibilizar la incomprensión ante la problemática que tensa el poema y que, a parte de los prejuicios ideológicos conocidos por todos, se relaciona, fundamentalmente, con la cuestión lingüística que aborda y que se entronca con el proceso de conformación de la variedad rioplatense. La enunciación en primera persona de Martín Fierro, ese gaucha que asume su voz en clave autobiográfica, tensa los preceptos de representación literaria y desdibuja los límites del artilugio, sobre todo, en razón de que Hernández supo distinguir con maestría los sonidos criollos y el proceso de reorganización del sistema fonético que estaba experimentando la zona rioplatense.

⁹ Las cursivas son mías.

Según explica María Beatriz Fontanella en *El español bonaerense* (1980), con los años transcurridos desde la fundación de Buenos Aires se había ido diseñando una variedad oral local compartida entre el espacio rural y el de la gran aldea porteña en la que se destacaban algunos rasgos fonéticos que se constatan en los epistolarios de la época, y que desde mitad del siglo XIX inician un recorrido de cambios en razón de los proyectos de reorganización nacional.

El intento de ordenar al país en el camino de su modernización impuso la necesidad de recortar y definir una lengua nacional, y de configurar normas tendientes a la estandarización lingüística que definió la adopción de algunas marcas orales y la desaparición de otras que se refugiaron o retrocedieron (para usar la metáfora de Fontanella) al espacio rural. La investigadora fecha esta modificación por 1880, pero sabemos que los procesos de cambio lingüístico son largos, que no pueden fijarse con exactitud. Por lo tanto, puede sostenerse que la aparición del poema en 1872 se da en una franja temporal en donde se estaban experimentando modificaciones importantes en el uso y apropiación de la lengua en la Argentina y que en el tránsito por esta suerte de deriva lingüística entre la primera edición del poema en 1872 y la última de 1883, Hernández se movió con magistral pericia.

El tembladeral lingüístico se pronuncia justamente por estos años en base a la conjunción de los objetivos de modernización política que conducen al país a la gesta de “un nacionalismo eminentemente discursivo” (Barrios-Robertazzo, 2019, p. 83): la apertura al aluvión inmigratorio y la imposición de los planes de alfabetización, presentidos ya en el *Martín Fierro*.

4 Recortes de la voz gaucha

La configuración de una variedad lingüística oral implica, entre otros aspectos, el reconocimiento de una serie de marcas comunicativas que se recortan en el mundo del habla, en el espacio de los sonidos, y que perfilan modos de adopción o resistencia a lo que se va constituyendo como norma, evidenciando el esquema subyacente de organización de los rasgos indiciales del lenguaje (Halliday 2013). El empleo de alófonos específicos entre hablantes de una lengua común delimita un espacio que se autopercibe como propio y que regula las relaciones de identidad de una sociedad particular. En determinadas circunstancias, a las que contribuyen elementos de todo el arco social según ya ha demostrado William Labov (1960), se define un modo diferente de comunicación oral sobre la base de una selección de pronunciaci3nes bien reconocibles y reguladas por esquemas de admisi3n de norma lingüística en términos de dominaci3n y sub estandarizaci3n, que revelan las disputas de poder simb3lico y político de una sociedad.

En este sentido, el aporte de la gauchesca consistió en trabajar con una serie de marcas fónicas que comenzaron a interpretarse como indicios de rusticidad viril y heroica, aunque originalmente habían sido compartidas por todo el arco social rioplatense. La nueva literatura popular seleccionó estas marcas para configurar la voz masculina en el espacio de la guerra con los cantos de Hidalgo, para luego mantenerla reducida al ambiente rural asociado a las tareas de la milicia (fortines, levas, malones) y de la estancia (yerras, rodeos, pastoreo, doma) en las obras de Ascasubi, Del Campo y Hernández, espacios donde priman los valores relacionados con el desarrollo de la fuerza y el coraje gauch3.

En este orden de cosas puede observarse, como venimos diciendo, que la gran labor de José Hernández en el *Martín Fierro* consistió en ejecutar a la perfección una habilidad que ya habían ensayado los gauchescos anteriores, la de lograr la identificación masiva con el paisano a través de la articulación de los matices del sociolecto rural rioplatense. De este modo, la gente del campo y de la ciudad, los que se quedaron en las estancias a pesar de la modernización que impuso el alambrado y la declinación de las costumbres pastoras, y los que fueron trasladándose a los pueblos de la campaña porteña fundados en las últimas décadas del siglo XIX mientras Buenos Aires se transformaba en una urbe y delineaba los suburbios en los que también se recitaría el poema, escucharon el *Martín Fierro* y lo adoptaron como su biblia gaucha, decálogo de la argentinidad que sacralizó también una lengua, en una etapa de reconfiguraciones identitarias muy importantes para el desarrollo nacional.

Los peones en las pulperías, criollos analfabetos y algunos gringos que hasta esos años habían permanecido desplazados del espacio cultural, que no habían experimentado aún los avances de la estandarización lingüística, pudieron disfrutar del poema en jornadas de recitados que se dieron en el ámbito de las viejas estancias y en los nuevos espacios de socialización que se abrieron con la fundación de los nuevos pueblos y con la acelerada urbanización de la capital.

Sin embargo, estos folletos gauchescos no hallaron eco en ninguna otra manifestación literaria hispanoamericana; solo avanzado el siglo XX aparecerán textos en otras zonas de América que tienen como protagonistas a estas figuras silenciadas.¹⁰

5 Recursos fonéticos que perfilan la voz criolla

De acuerdo a la investigación de María Beatriz Fontanella (1980), se observa que la variedad lingüística local fue asumiendo desde fines del siglo XVI características fonéticas particulares que fueron compartidas por los pobladores de la aldea y de los campos aledaños. Sin embargo, con el correr del tiempo, estos rasgos se fueron reubicando, diferenciándose los modos de expresión entre el campo y la ciudad a partir de mediados del siglo XIX, y definiéndose una norma culta que dividió las aguas. Este proceso fue funcional a los objetivos de la gauchesca que se ocupó de intentar la identificación con el héroe criollo ficcionalizando su voz.

En *El español bonaerense*, Fontanella selecciona alrededor de ocho rasgos esenciales para la configuración de la variedad porteña: la vacilación del timbre de vocales átonas (*recebí, monesterio, dispusición, cudicia*) y el uso de la sinéresis (*pior, saquiar*) incluso con dislocación del acento (*traído, veia, ahí, países*), la confusión de las líquidas (l/r) (*peltrechos, cuarquier, cárculos*), el refuerzo velar de /we/ (*güérfano, güeso*) y la velarización de /bue/ (*güeno*) y la confusión de /g/ y /b/ ante vocal posterior (*regolución, gomitar*), la caída de las sonoras /d/ y /b/ en posición intervocálica y final (*casao, enfermedá, soldao, abesindao*), la confusión de grupos consonánticos cultos con ultracorrecciones (*dotrinante, lactitud, destrucción, Inasio, Madalena, efeto, octubre*), el seseo, el yeísmo y la pérdida o aspiración de -s al final de palabra.

¹⁰ Nos referimos a *Doña Bárbara* de Rómulo Gallegos, que toma en 1926 la figura de los llaneros venezolanos, y la de *Los Sangurimas* de José de la Cuadra que se ocupa de los montubios ecuatorianos en 1934. Ya en el siglo XXI pueden mencionarse, entre otros textos, las investigaciones de la mexicana Ana María Prieto en *Pendenciera e indisciplinada vida de los leperos* (2001), la serie del argentino Miguel Ángel Palermo, *Lo que cuentan los collas* (2003) y la novela del peruano Marco Aviles, *De dónde vienen los cholos* (2017).

En la evolución de estos rasgos, que analiza desde 1580 hasta 1880, y salvando las dificultades que se le presentaron en la primera centuria al no contar con una abanico amplio de documentación escrita porque el sector popular que incluía a artesanos, albañiles y comerciantes eran analfabetos, se constata que las primeras cinco características; la vacilación de timbre y el uso de la sinéresis, la confusión de líquidas, el refuerzo velar, la caída de /d/ y /b/ y la confusión de grupos cultos muestran lo que Fontanella llama un retroceso al área rural, mientras que el seseo, yeísmo y aspiración de -s se extienden por toda la zona, es decir que se fueron compartiendo entre el hablante de campo y el de la ciudad hasta que fueron adoptadas como rasgos de la norma culta. Es por estos movimientos de retroceso y expansión que en la gauchesca, normalmente, vamos a encontrar casos de las marcas que señalamos en el primer grupo y no las del segundo, porque estas últimas (seseo, yeísmo y aspiración de -s) no sirven ya para distinguir la voz del poblador rural, para reconocerlo y asociarlo a una resistencia, y de entre los rasgos del primer grupo se destaca la sinéresis, como rasgo identitario singular de la variedad rioplatense.

6 El uso de la sinéresis y la percepción extranjera

Los extranjeros que llegaron al país en el siglo XIX ya habían percibido esta característica del habla del Río de la Plata. Por ejemplo, Gastón Máspero en *Sobre algunas peculiaridades fonéticas del español rural hablado en Buenos Aires y Montevideo*, describe en 1875 las “alteraciones fonéticas” que notó en Buenos Aires, de las cuales dará cuenta luego de recopilarlas “del terreno mismo o en las obras de los poetas populares Hidalgo, Ascasubi y del Campo”, y se concentra en señalar el paso de e en a (es decir la vacilación de timbre vocálico), pero sus ejemplos recogen además dos casos claros de sinéresis, aunque sin analizarlos; el caso de “rAirme” por “reírme”, y también el del verbo “daria” por “daría”:

La mutación de la e en a ante i en las sílabas iniciales y medias es de rigor. Reina, reir, peine, afeitar se pronuncian rAina, rAir, pAine, afAitar.

Si acaso por un evento
Viese a la RAina Vitoria...
Mire, amigo,
Por dir a rAirme, le digo
Que daria el azulejo! (Máspero, p. 173)

También John Page en *Los payadores gauchos*, de 1897, se referirá a estas marcas en el capítulo 3. Ya estamos frente a un autor que conoce el *Martín Fierro*, que lo ha leído y lo cita en numerosas oportunidades junto al *Santos Vega* y el *Fausto*. En el apartado “Grupos vocálicos en el dialecto gaucho” coincide con Fontanella en señalar la inclinación criolla a diptongar los hiatos: “Such combinations as; aí-aú-eí-eú-oí in Spanish do not form diptongs, but in Gaucho speech have a diphtongic tendency caused by the displacement of the accent” (Page, p. 54). “Tales combinaciones como: aí, aú, eí, eú, oí no forman diptongo en español, pero en la lengua gaucha tienen tendencia a diptongar a causa del desplazamiento del acento” (Page, p. 54) (La traducción es mía).

Ya en el siglo XX, Eleuterio Tiscornia, en su monumento pidaliano *La lengua del Martín Fierro*, se ocupa también de singularizar este aspecto y explica la tendencia rioplatense a diptongar el hiato con desplazamiento acentual:

En cuanto al acento el autor no consigna las variaciones producidas por diptongación de hiatos, y así escribe *auja* y no *áuja*, *oído* y no *óido* etc; pero la métrica del poema, siempre regular y segura, permite reconocer esas alteraciones. En nuestra edición hemos creído conveniente consignar por nuestra cuenta tales acentos (*maestro* II, 464; *incrédible*, 1105; *engréido* 1611 etc.) para ayudar en particular a los lectores no familiarizados directamente con el habla gauchesca. (Tiscornia, p.3)
Las transgresiones de esta regla empiezan en el latín vulgar, cuya tendencia a diptongar el hiato favorece el paso del acento a la vocal más sonora. (p.6)

También hubo otros investigadores que intentaron trazar la historia del uso del español de América y de Argentina que señalaron esta característica, aunque enmarcada por otros debates lingüísticos, como es el caso de Amado Alonso en “El problema argentino de la lengua”, de 1932. No deja de ser interesante notar la continuidad del fenómeno y la asociación del mismo con las clases populares, la pronunciación corriente, descuidada o vulgar:

Con frecuencia he asistido a tertulias argentinas en las que había gentes de México, Colombia, Antillas y España. Si entre los argentinos los había de edad avanzada, entonces se notaba cierta discrepancia en la norma de pronunciar las vocales concurrentes *pior*, *caído*, *país*, *maístro*, *creía*. Esta es pronunciación que prosperó durante el siglo XIX por casi toda América y por la mitad norte de España (no en Andalucía) y contra la cual han reaccionado las clases cultas de todos los países reponiendo las acentuaciones *caído*, *maestro*, *país*, *creía* etc. Aquí también ha triunfado la misma reacción culta, sólo que con algún retraso respecto a los demás países, en las últimas generaciones. Hoy dicen *país* los hijos de las madres que dicen *páis*, de modo que aquella discrepancia es sólo aparente. (Alonso, 1932, p.14)

Con el tiempo, no obstante las opiniones de Alonso, las referencias a esta modalidad se sostienen. Bertil Malmberg lo analiza como un empleo vigente en 1950, en *Études sur la phonétique de l'espagnol parlé en Argentine*:

“En una pronunciación un poco descuidada, estos grupos (-eo, -ea, -oe, -oa) tienden a pasar a (io, ia, ue, ua), o a (jo, ja, we, wa)... Se sabe que esta tendencia está muy avanzada en la Argentina, donde podría sostener que la pronunciación con (i), (w) es normal en una conversación corriente. Noté muchos ejemplos de este tipo entre estudiantes universitarios de la capital. Escuché planteaban (-tjában) en un médico de Buenos Aires, durante una conferencia pública. [...] Este fenómeno se refleja muy seguido en la ortografía de los textos gauchescos, un poco menos en la grafía de gente cultivada.” (Malmberg, p.119, La traducción es mía).¹¹

¹¹ Dans une prononciation plutôt négligée, ces groupes [-eo, -ea, -oe, -oa] tendent à passer à [io, ia, ue, ua] ou à [jo, ja, we, wa]... On sait que cette tendance est assez avancée en argentin, où je crois oser prétendre que la prononciation avec [j], [w] est normale dans une conversation courante. J'ai noté beaucoup d'exemples de ce genre chez les universitaires de la capitale. J'ai entendu planteaban [-tjában] chez un médecin de Buenos Aires ou cours d'une conférence publique. [...] Ce phénomène se reflète assez régulièrement dans l'orthographe des textes “gauchescos”, quelquefois même dans les graphies des gens cultivés.

Pero Ángel Rosenblat, en 1971, considera que la sinéresis ha sido “desterrada ya del habla de las personas cultas”.¹² Sin embargo, Navarro Tomás lo contradice para sostener todavía, en 1977, que se halla “aún entre gentes instruidas”,¹³ lo mismo que Rafael Lapesa que, en 1980, la define arraigada “aún entre americanos cultos”.¹⁴

Estos matices subrayan la relevancia de esta marca en la identidad lingüística americana y bonaerense.

7 Reescrituras fonéticas de la sinéresis en *El gaucha Martín Fierro*

De los elementos fonéticos descriptos que perfilan la voz gaucha y que salpican en líneas generales toda la producción gauchesca (nos referimos a la vacilación de timbre vocálico, el uso de la sinéresis con desplazamiento acentual, la confusión de líquidas, el refuerzo velar, la caída de /d/ y /b/ y la confusión de grupos cultos) vemos que José Hernández elige a la sinéresis, en su proceso escritural de *El Gaucha Martín Fierro*, para realizar una serie de reescrituras muy significativas trabajadas por Élica Lois (2001) en su “Estudio filológico preliminar” de la Colección Archivos. En este análisis genético, Lois sostiene que Hernández manipula especialmente este recurso para identificar la voz gaucha en las 12 ediciones que coteja de la primera parte del poema, y que entonces la sinéresis con desplazamiento acentual debe interpretarse de este modo, dentro de la órbita del *Martín Fierro*, como un *schibboleth*, un “indicador lingüístico de significados ocultos” (p. XLIII).

El cotejo de Lois contrapone al único manuscrito autógrafo que se conserva de la primera parte del poema (la pequeña libreta que se encuentra expuesta en una vitrina del Museo Histórico Nacional en Parque Lezama), con las versiones editadas que consiguió reunir luego de una ardua investigación, desde la 1ra. hasta la 12va., y de esta manera va detallando los movimientos del texto, edición por edición.

¹² “Esa misma influencia de la lengua escrita ha hecho desaparecer casi por completo, de la pronunciación de la juventud urbana de la América hispanohablante, la diptongación anti-hiática (*máistro, máiz, pión, rial*), arraigada en las generaciones anteriores. Esa pronunciación se oye aún en momentos de afectividad, pero ha sido desterrada ya del habla de las personas cultas, aunque en algunos casos había penetrado en la poesía y parecía triunfante en casi toda América y gran parte de España” (Rosenblat 1971:90).

¹³ “Con frecuencia aparecen juntas, dentro de una misma palabra, dos vocales que no forman diptongo, sino que por tradición gramatical constituyen sílabas distintas. Al efecto prosódico que produce la pronunciación de las vocales colocadas en dicha posición se le llama hiato. La lengua hablada no se ajusta siempre en este punto a la tradición gramatical. El uso consiente que en ciertos casos las vocales que se hallan en hiato se reduzcan a una sola sílaba. A esta reducción se le da el nombre de sinéresis” (Navarro Tomás 1977:66). “La pronunciación vulgar reduce corrientemente a una sola sílaba cualquier grupo vocálico de esta especie: *páis>páis; máiz>máiz; baúl>bául* etc. En la América española este uso se halla también, más o menos desarrollado, aún entre las personas instruidas” (Navarro Tomás 1977:67).

¹⁴ “El hiato tiende a desaparecer, con las consiguientes alteraciones de acento y timbre; así se confunden los sufijos -ear y -iar (*pasíar, guerriar*), lo que origina ultracorrecciones como despreciar (desprecear), maliciar (malicear). Mucho arraigo, muestran desplazamientos acentuales como *páis, óido, áura, tráido, contráido*. En 1720, cuando el limeño don Pedro de Peralta Barnuevo acentuaba así en los versos de su *Rodoguna*, tales dislocaciones no disonarían grandemente del lenguaje culto de la metrópoli, que también las admitía. En España hubo después una reacción apoyada por la fuerza de la tradición literaria y se detuvieron o rechazaron las pronunciaciones *bául, cái, maestro, réido*, mientras que el español de América siguió usando las formas con desplazamiento acentual y dejó que éste afectara también a las del imperfecto (*créia o créiba, húa, cáia, tréiamos*); aún entre americanos cultos de algunos países se oyen sinéresis tea-tro, gol-pear que al peninsular le suenan *tiatro, golpiar*” (Lapesa 1980:597-8).

El primer movimiento que observa Lois entre el manuscrito y la *princeps* tiene que ver con los desplazamientos propios entre una versión privada y el paso a un documento de circulación pública (lo que Lois llama la “orientación eufemística” (p. LI); el paso de “La puta que se trabaja” a “La pucha que se trabaja”, o “Suele cansarnos ¡carajo!” a “Suele cansarnos -barajo”), y por otro lado con la reestructuración que implica el agregado de 17 estrofas que no analizaremos aquí.

Lo que sí nos interesa destacar es que Lois señala ya en esta instancia una fuerte manipulación del recurso de la sinéresis, pues encuentra que un gran porcentaje de hiatos cultos que aparecen en el manuscrito autógrafo son reescritos como sinéresis con desplazamiento acentual en la versión *princeps* para ofrecer una voz más marcada, más rústica; este procedimiento descubre claramente la argucia imitativa de la entonación gaucha. Según se evidencia en los cuadros incorporados a continuación, en líneas generales la tendencia es que *había* pasa a *hábia*, *decía* a *décia*, etc., es decir que José Hernández reacomoda la enunciación de la voz de *Martín Fierro* para que suene bien rural, para que se escuche diferente al sociolecto urbano que está en proceso de corregir esas formas, según nos explicó Fontanella. En 1872, Hernández sale en plena presidencia sarmientina con un panfleto de denuncia que le da voz a un gaucho desafiante, de un “acento golpeado”.¹⁵

Con este fin, el de marcar la voz rural a través de la incorporación de la sinéresis con desplazamiento acentual que le resta una sílaba a los versos ya bien medidos del manuscrito autógrafo, Hernández debe realizar una serie de modificaciones para asegurar el ritmo octosilábico, modificaciones que realizó con mucha inteligencia y cuya tendencia sostuvo en todas las versiones editadas consecutivas hasta la 9ª, donde introdujo un cambio de timón que al año siguiente abandonó (en la 10ª) y que nunca más recuperó.

La supresión de los hiatos cultos en la *princeps* implicó cambios que van desde acomodos sencillos como la incorporación de algunos artículos y partículas expletivas para llegar a completar el octosílabo (Fig. 1), hasta la reformulación más compleja de casi todo el verso con reemplazos gramaticales y léxicos (Fig. 2 y 3).

¹⁵ Tomamos esta expresión de la Vida del Chacho que publica Sarmiento en 1868, donde critica la pronunciación rural de Peñaloza y la describe como un “acento golpeado” en el marco de su llegada al país como flamante presidente y con el objetivo de encauzar definitivamente su proyecto de educación nacional. Entendemos que puede verse un diálogo entre esta producción y la versión del Chacho y el *Martín Fierro* de José Hernández según trabajamos en Ortale 2012.

Fig. 1 – Incorporación de la sinéresis con desplazamiento acentual mediante el agregado de artículos, pronombres, coordinantes y/o partículas expletivas que permiten completar la métrica octosilábica.

verso	manuscrito	1ª, 2ª; 10ª a 12ª edición	9ª edición
III 345	Me <u>había</u> hecho el remolón	Me le <u>habia</u> hecho el remolón	Me <u>había</u> hecho el remolón
III 470	Con lo que <u>habían</u> tomao	Con lo que <u>habian</u> manotiao	Con lo que <u>habían</u> tomao
III 472	<u>Salíamos</u> apuraos	<u>Saliamos</u> apuraos	<u>Salíamos</u> apuraos
III 517	Si <u>partía</u> el corazón!	Ah! Si <u>partia</u> el corazón!	Si <u>partía</u> el corazón!
III 521	¡Qué <u>habíamos</u> de alcanzar	Y qué <u>habiamos</u> de alcanzar	¡Qué <u>habíamos</u> de alcanzar
III 523	<u>Volvíamos</u> al Cantón	Nos <u>volviamos</u> al Cantón	<u>Volvíamos</u> al Cantón
III 575	<u>Queríamos</u> de apurados	Si <u>queriamos</u> de apuraos	<u>Queríamos</u> de apuraos
IV 640	<u>Podían</u> servir	Me <u>podian</u> servir	<u>Podían</u> servir
IV 647	Me <u>tenían</u> medio loco	Ya nos <u>tenian</u> medio loco	Me <u>tenían</u> medio loco
VII 1238	De la <u>agonía</u> del negro	De la <u>agonia</u> de aquel negro	De la <u>agonía</u> del negro
VIII 1337	[estrofa agregada en 1ª]	Y se <u>cria</u> viviendo al viento	Se <u>cría</u> viviendo al viento
IX 1419	M [...]	Y no <u>queria</u> que en las casas	No <u>quería</u> que en las casas
IX 1487	Ve [...]	Se <u>venian</u> tan calladitos	<u>Venían</u> tan calladitos
XII 2089	-----	Algún <u>día</u> se ha de parar	Algún <u>día</u> se ha de parar

Fuente: El cuadro es mío

Fig.2 –Incorporación de la sinéresis con desplazamiento acentual mediante reformulaciones gramaticales y léxicas.

Verso	manuscrito	1ª, 2ª ; 10ª a 12ª edición	9ª edición
II 228	<u>Lo llamaba</u> su patrón	Solia llamarlo el patrón	<u>Lo llamaba</u> su patrón
II 229	<u>Pues siempre</u> la mamajuana	Pues vivía la mamajuana	<u>Pues siempre</u> la mamajuana
III 415	Si allí <u>no había</u> cuartel	No teníamos ni cuartel	Si allí <u>no había</u> cuartel
III 443	<u>Por ver</u> una rastrillada	Porque había una rastrillada	<u>Por ver</u> una rastrillada
III 456	Que nunca <u>supo</u> su oficio	Que nunca sabía su oficio	Que nunca <u>supo</u> su oficio
III 528	Que <u>hallábamos</u> rezagada	Que habían dejao rezagada	Que <u>hallábamos</u> rezagada
III 535	<u>Estaban medio</u> escondidos	Habían estao escondidos	<u>Estaban medio</u> escondidos
III 552	Que una vez <u>bolié</u> en la sierra	Que había boliao en la sierra	Que una vez <u>bolié</u> en la sierra
III 553	<u>Qué gritos</u> y qué barullos!	¡Qué vocerio! ¡Qué barullo!	<u>Qué gritos</u> y qué barullo!
III 593	Me <u>hizo</u> bulla el corazón	Me hacía bulla el corazón	Me <u>hizo</u> buya el corazón
IV 628	<u>Ladrábamos</u> ya de pobres	Solíamos ladrar de pobres	<u>Ladrábamos</u> ya de pobres
IV 637	Yo <u>andaba</u> hasta sin camisa	Ya no tenía ni camisa	Yo <u>andaba</u> hasta sin camisa
IV 652	[...] <u>agencié</u> con la taba	La había agenciao a la taba	Me la <u>agencié</u> con la taba
IV 654	<u>Qué salir?</u> ...ni con indulto	No salía...ni con indulto	<u>Qué salir?</u> ...ni con indulto
IV 684	<u>Se quedaban</u> negociaos	Los teníamos negociaos	Se quedaban negociaos
IV 691	<u>Sólo había</u> cuatro frascos	Sólo tenía cuatro frascos	<u>Sólo había</u> cuatro frascos
IV 698	Nada solía faltar	Nada le solía faltar	<u>Nada solía</u> faltar

Fuente: El cuadro es mío.

Fig. 3 –Incorporación de la sinéresis con desplazamiento acentual mediante reformulaciones verbales.

verso	manuscrito	1ª, 2ª ; 10ª a 12ª edición	9ª edición
IV 700	<u>Era un buche de ñandú</u>	Tenia un buche de ñandú	<u>Era un buche de ñandú</u>
IV 722	<u>Que estaban allí empeñadas</u>	Que las tenían empeñadas	<u>Que estaban allí</u> empeñadas
IV 797	Y me les <u>hice</u> el dormido	Y me les <u>hacia</u> el dormido	Y me les <u>hice</u> el dormido
V 900	Se les <u>quieren</u> arrimar	Se les <u>querían</u> arrimar	Se les <u>quieren</u> arrimar
VI 1003	<u>Volví</u> al cabo de tres años	Volvia al cabo de tres años	<u>Volví</u> al cabo de tres años
VI 1025	<u>Vino</u> como si supiera	Venia como si supiera	<u>Vino</u> como si supiera
VI 1056	Que no <u>pude</u> darle yo	Que no podía darle yo	Que no <u>pude</u> darle yo
IX 1682	<u>Tuve</u> [...]	Tenia familia y hacienda	<u>Tuve</u> familia y hacienda
XIII 2177	-----	¿Qué menos le daría al hombre?	¿Qué menos le <u>diera</u> al hombre?
XII 2237	-----	El día que nos descolguemos	<u>Cuando al fin</u> nos descolguemos

Fuente: El cuadro es mío

A su vez, es interesante mencionar la particularidad de la 9ª ed. de 1875, que hemos presentado en la columna de la izquierda. Lois encuentra que se trata de la edición más reescrita de todas y que es una suerte de mojón aislado que “constituye una pieza atípica (y enigmática)” (Lois 2001: LXIII). Entre las 130 modificaciones textuales de esta “edición más profusamente reescrita”, Lois explica que Hernández “se consagra a eliminar las sinéresis acompañadas de desplazamiento acentual” y que la “mayor parte de las reescrituras proviene del pre-texto autógrafo” (p. LXIV), es decir que aquí Hernández repone una voz menos rústica, más bien cercana al camino hacia la estandarización culta que fuera probablemente su propio modo de pronunciar.

Hemos cruzado esta tendencia para relacionarla con la segunda producción más destacada de José Hernández que es *Vida del Chacho*, el esbozo biográfico sobre el caudillo riojano Ángel Vicente Peñaloza que publica tres veces y que ofrece un recorrido que evidencia vaivenes escriturales que resultan en un punto coincidentes con los del *Martín Fierro*. La tercera edición de este folleto biográfico sale en ese 1875 en que se publica la 9ª de *El Gaucho*, pero la versión biográfica original del Chacho, de 1863, había salido a la luz en el fragor de los acontecimientos políticos y esto había impulsado a José Hernández a producir dos prólogos muy facciosos (Revelación de un crimen y Política del puñal); sin embargo en 1875 el texto se verá modificado en profundidad, pues Hernández sustituye el calificativo de “héroe” que le había aplicado a Peñaloza en la 1ª y 2ª ed., por el de “hombre”, y suprime los dos prólogos citados ofreciendo un texto moderado.¹⁶ Ambas reformulaciones, por lo tanto, nos muestran el interés que tuvo Hernández en este particular año por acercarse a la comunidad porteña que hacía tanto había abandonado. Podría pensarse que el interés por atenuar el acento del

¹⁶ Para recorrer la polémica por las reformulaciones textuales de *Vida del Chacho* ver Hernández 2005 (2º ed.), Hernández 2018, tomo IV, (3ra. ed), y Ortale 2012, capítulo 4.

Martín Fierro sustituyendo las sinéresis con desplazamiento acentual para recuperar el hiato culto, modificó tanto la recepción del poema en 1875 como esa sustitución léxica de héroe a hombre en la biografía de Peñalosa. Se trató en todo caso, de limar asperezas y evitar confrontaciones con una ciudad que lo estaba volviendo a recibir en su seno al amparo de la conciliación propuesta por Nicolás Avellaneda y el PAN.

Sin embargo, según señala Lois esta apuesta más urbana del *Martín Fierro* es temporal; al año siguiente (10^o ed. 1876) Hernández vuelve a reponer la sinéresis con desplazamiento acentual para sostenerla en las últimas dos versiones del poema que controla (11^a ed. 1878, y 12^o ed. 1883) en donde nunca más modificó esta forma de habla que evidentemente consideró bien representativa de la voz rural y de los tonos de lamento y desafío que el texto vehiculizó.

8 Conclusiones

En el recorrido ofrecido podemos constatar la presencia de un rasgo fonético identitario en el conjunto de variedades lingüísticas argentinas; la sinéresis con desplazamiento acentual, que según hemos observado de la serie de apreciaciones filológicas extranjeras y locales se reconoce como una marca de significados ocultos que perfiló el esquema de identificaciones sociales en el regiolecto rioplatense desde la fundación de Buenos Aires. Por otro lado, de acuerdo a lo que hemos notado, esta marca aportó, durante el siglo XIX en que se reorganizó el sistema bonaerense de diferencias de habla, a la configuración de una voz gaucha y de un género gauchesco que habilitó canales de expresión de esa voz plebeya que se erigió, a partir de entonces y en razón también de los recursos de sacralización que acompañaron los procesos de modernización social del estado argentino, como símbolo de la identidad criolla.

El *Martín Fierro* de José Hernández se revela, en este contexto, como un sólido testimonio del esquema de acomodamiento discursivo, cultural y lingüístico rioplatense.

Referencias

ALONSO, Amado. El problema argentino de la lengua. *Revista Sur*. Buenos Aires, Año II, 1932.

ALONSO, Amado. El manuscrito del Fausto de la colección Martiniano Leguizamón. Buenos Aires, *Peuser*, pp. XXXVII-LXI, 1946.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 2021.

BARRIOS, Luisina; ROBERTAZZO, Griselda. Los inicios de la política lingüística en Argentina: el proyecto de ley del diputado Indalecio Gómez. *Revista Digital de Políticas Lingüísticas*, Año 11, Volumen 11, noviembre, pp. 75-87, 2019. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RDPL>. Fecha de consulta: 29 jan. 2026.

BLANCO, M. Imelda. "La configuración de la lengua nacional en los orígenes de la escuela secundaria argentina". In: ARNOUX, E. Narvaja de; BEIN, R. (comps). *Prácticas y representaciones del lenguaje*, Buenos Aires, Eudeba, pp. 40-75, 1999.

- DERRIDA, Jacques. *La Diferencia/ [Différance]*, Escuela de Filosofía Universidad ARCIS, 1968. Edición electrónica: www.philosophia.cl
- HALLIDAY, Marc. *El lenguaje como semiótica social*, México, Fondo de Cultura Económica, 2013.
- HERNÁNDEZ, José. *Vida del Chacho*, Estudio filológico, edición y notas de María Celina Ortale, Buenos Aires, Ediciones del Dock, 2005.
- HERNÁNDEZ, José. *Obras Completas*, Edición y estudios preliminares de María Celina Ortale, Villa María, Edivim, 7 tomos, 2018.
- LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua española*, Madrid, Gredos, 1980.
- LOIS, Élida. Amado Alonso, precursor de la crítica genética, *CAUCE: Revista de Filología y su Didáctica*, Buenos Aires, nº 18-19, pp. 401-408, 1995-6.
- LOIS, Élida. "Estudio filológico preliminar". In: HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Edición crítica de Élida Lois, París-Madrid, Colección Archivos, pp. XXXIII-CVI, 2001.
- LUDMER, Josefina. *El género gauchesco: un tratado sobre la patria*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1988.
- MALMBERG, Bertil. *Études sur la phonétique de l'espagnol parlé en Argentine*. Lund, C.W.K. Gleer, 1950.
- MARTÍNEZ ESTRADA, Ezequiel. *Muerte y transfiguración de Martín Fierro: ensayo de interpretación de la vida argentina*. 2ª ed. corregida, México, FCE, 2 vols, 1958.
- MÁSPERO, Gastón. Sobre algunas peculiaridades fonéticas del español rural hablado en Buenos Aires y Montevideo (Mémoires de la Societé de Linguistique de Paris, 1875, II, 51-65, París). *Revista argentina de historiografía lingüística*, XI, 2, 171-187, Traducción y notas de Pablo Leona, 2019.
- NAVARRO TOMÁS, Tomás. *Manual de pronunciación española*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Cervantes, 1977.
- ORTALE, María Celina. 2012. *Biografías del Chacho*. Génesis de una interacción polémica entre José Hernández y Domingo F. Sarmiento [en línea]. Tesis de posgrado, edición digital UNLP-FAHCE, 2012. Disponible en : <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.766/te.766pdf>
- ORTALE, María Celina. "Algo de política lingüística en José Hernández". *Anclajes*, Vol. XXIX, nº 2, mayo-agosto, pp. 149-164, 2025. UNLPam, ISSN 0329-3807 E-ISSN 1851-4669. Disponible en: <https://doi.org/10.19137/anclajes-2025-29211>
- PAGE, Fred M. *Los Payadores Gauchos: The descendants of the juglars of old Spain in la Plata. A contribution to the folklore and language of the argentine gaucho*. Darmstadt, 1897.
- PISANO, Juan Ignacio. "Plebeyos en desacuerdo. El diálogo gauchesco, una ficción de comunidad política". *Cuadernos del Sur - Letras* 48, 51-67, 2018, ISSN 1668-7426 EISSN 2362-2970.
- PRIETO, Adolfo. *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*. Buenos Aires, Siglo XXI editores, 2006.
- RIVERA, Jorge B. "Ingreso, difusión e instalación modelar del *Martín Fierro* en el contexto de la cultura argentina". In: HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Élida Lois y Ángel Núñez (coordinadores). Madrid: Colección Archivos (UNESCO-CNRS), pp. 545-575, 2001.
- ROSEMBLAT, Ángel. *Nuestra lengua en ambos mundos*. Estela (Navarra), Editorial Alianza, 1971.

SALTO, Graciela. La lengua literaria americana en la crítica de entresiglos. [En línea] *Orbis Tertius: Revista de Teoría y Crítica Literaria*, 2006, vol. 11, n. 12. ISSN 1851-7811. Disponible en: <http://www.orbis-tertius.unlp.edu.ar/numeros/numero-12/sumario/>. Fecha de consulta: 02 feb. 2026.

STEWART, Charles (ed.). *Creolization, History, ethnography, theory*. Walnut Creek, Left Coat Press, 2007.

TISCORNIA, Eleuterio. *La lengua del Martín Fierro*. Tomo II, Buenos Aires: Instituto de Filología, Biblioteca Hispanoamericana, 1930.

VITULLI, J.M. y D.M. SOLODOKOV (comps.). *Poéticas de lo criollo en las letras hispanoamericanas*. Buenos Aires: Corregidor, 2009.

Análises gramaticais de demonstrativos em notícias e romances escritos nos séculos XIX, XX e XXI na região norte (Amazonas) do Brasil em busca de variação e mudança linguística

Grammatical Analysis of Demonstratives in Novels and Newspaper News Written in the 19th, 20th and 21st centuries in the Northern Region (Amazon) of Brazil Looking for Linguistic Change

Gislane Aparecida Martins Siqueira
Instituto Federal do Amazonas
(IFAM) | Maués | AM | BR
gislaneams@terra.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-9855-3831>

Resumo: O presente trabalho apresenta análises gramaticais dos demonstrativos este, esse, aquele (flexões e composições) e de construções gramaticais compostas por esses demonstrativos. As análises são realizadas em dados de textos dos gêneros romance e notícia produzidos no estado do Amazonas nos séculos XIX, XX e XXI. Nesse panorama diacrônico, é observado se as construções e os aspectos morfológicos e sintáticos dos demonstrativos revelam indícios de uma reorganização do sistema demonstrativo de ternário para binário. Sempre que possível, comparam-se os dados obtidos com os de outra pesquisa de mesmo tema, métodos, sincronias e gêneros textuais. O estudo confirma, no decorrer das sincronias, a ascensão da forma esse em decorrência do declínio da forma este, permitindo constatar a tendência da redução do sistema demonstrativo de ternário para binário na região do Amazonas, com a prevalência das formas esse e aquele. O resultado coerente com o da pesquisa cotejada permite entender nuances dos processos de variação e mudança linguística que estão ocorrendo no sistema demonstrativo do português brasileiro.

Palavras-chave: Variação e mudança linguística; Demonstrativos brasileiros; Morfologia; Sintaxe; Amazonas.



Abstract: This article presents grammatical analysis of the demonstratives “este,” “esse,” “aquele” (inflections and compositions) and grammatical constructions analysis composed of these demonstratives. The analyses are based on data of texts by romance and news genres produced in the Amazonas region in the 19th, 20th, and 21st centuries. In this diachronic panorama, the author observes if grammatical constructions and morphological and syntactic aspects reveal signs of a reorganization of the demonstrative system from ternary to binary. Whenever possible, the data obtained are compared with another study on the same theme, methods, synchronies and textual genres. The study confirms the rise of the form “esse” due to the decline of the form “este”, allowing us to observe the tendency to reduction of the demonstrative system from ternary to binary in the Amazonas region, with the prevalence of the forms “esse” and “aquele.” The result, which is consistent with the comparative research, allows for the understanding of nuances of the processes of linguistic variation and change that are occurring in the demonstrative system of Brazilian Portuguese.

Keywords: Linguistic variation and change; Brazilian demonstratives; Morphology; Syntax; Amazonas.

1 Introdução

Estudos recentes têm demonstrado que o sistema de demonstrativos do português brasileiro, tratado pela norma culta como ternário, está passando por um processo de variação que caminha em direção ao binarismo. Têm constatado também que o emprego dos demonstrativos no português do Brasil é variável, estando seus usos associados a fatores morfológicos, sintáticos e semântico-discursivos, dos quais a literatura especializada não tem conseguido dar conta plenamente. Pavani (1987); Marine (2005, 2009); Cambraia (2012, 2015); Ramalho (2016) e Rocha (2021) são exemplos de pesquisadores(as) que se dedicaram ao estudo do sistema demonstrativo brasileiro com abordagens morfológicas, sintáticas e semânticas, pautadas em valores referenciais.

A exemplo desses estudos, este artigo apresenta dados de pesquisa de tese de doutorado¹ que tratou da tendência da redução do sistema demonstrativo de ternário para binário no estado do Amazonas. O estudo teve como esteio os pressupostos teórico-metodológicos

¹ Siqueira (2022) pesquisou em sua tese de doutorado os usos dos demonstrativos brasileiros em notícias de jornais e de romances produzidos no estado do Amazonas nos séculos XIX, XX e XXI, observando se aspectos morfológicos, sintáticos, semântico-discursivos e de tradições discursivas revelariam pistas de reorganização do sistema demonstrativo do português brasileiro.

de Labov (2008), que apresenta estratégias para serem utilizadas em trabalhos que envolvem a variação linguística com base nos seguintes itens: a) a *transição da mudança*, que consiste no acompanhamento da influência gramatical, dos estágios da mudança, das cadeias que avançam por oposição às que retrocedem, dos movimentos constantes ou alternâncias súbitas e descontínuas; b) o *problema do encaixamento*, que consiste na localização do ponto mais elevado em que se dá a mudança linguística; e c) a *avaliação*, que consiste na observação de termos latentes nas mudanças manifestas, como a correlação entre atitudes/aspirações do falante e seu comportamento linguístico, assim como a relação de suas reações subjetivas inconscientes frente aos valores da variável linguística.

Apoiou-se também nos pressupostos teórico-metodológicos de pesquisadores que, em seus trabalhos diacrônicos, abordaram a variação e mudança linguística dos demonstrativos por intermédio de análises gramaticais, como Cambraia (2012), que analisou o uso de demonstrativos em textos teatrais do século XVI ao XXI no português brasileiro e no espanhol mexicano; Cambraia (2015), que estudou o sistema demonstrativo em textos de romance no período do século XIX ao XXI na região do Rio de Janeiro; e Ramalho (2016), que abordou os sistemas demonstrativos do espanhol mexicano e do português brasileiro da região do Rio de Janeiro em *corpus* formado por textos dos gêneros notícia e romance dos séculos XIX, XX e XXI, assim como o deste trabalho. Em seus estudos, ambos os pesquisadores constataram que os sistemas demonstrativos estudados tendiam à mudança de ternário para binário.

O estudo se dedicou ainda a investigar construções gramaticais formadas com demonstrativos. No momento da montagem do *corpus*, deixaram-se as construções gramaticais à parte, para posterior análise. Isso se deu pelo entendimento de que os dados dessas construções com demonstrativos poderiam interferir no resultado da pesquisa, pois algumas delas passaram ou estão passando pelo processo de gramaticalização.

Bechara (1974), em seu trabalho sobre os demonstrativos *este* e *esse* no livro *A Mulher do Vizinho* (crônicas), de Fernando Sabino, atribuiu a essas construções as denominações de clichês e estruturas cristalizadas. No mencionado trabalho, ele registrou as seguintes construções: *isto é, essa/esta é boa, isso mesmo, é isso mesmo, não é isso mesmo, por isso, nem por isso, ficar tudo por isso mesmo, isso* (concordativo), *pois foi isso, ora essa, ora essa é (era) muito boa*, observando a composição da maioria dessas construções com a forma *esse/isso* em vez de *este/isto*.

2 Metodologia

Observar-se-ão na metodologia abordagens da constituição do *corpus* e das análises dos demonstrativos.

2.1 Da constituição do *corpus*

O *corpus* composto por textos de notícias e de romances foi organizado em quatro sincronias. Cada sincronia (meio século) foi representada por um periódico e um romance, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – periódicos e romances do *corpus*

Séculos	Fonte	Periódicos/Romances	Períodos
XIX	2 ^a met.	Periódico	Commercio do Amazonas [= CA] 03/07/1870 a 07/12/1898
		Romance	O missionário [=MIS] Herculano Marcos Inglês de Sousa 1899
XX	1 ^a met.	Periódico	Jornal do Commercio [= JC1] 02/01/1925 a 17/02/1926
		Romance	Terra de ninguém: romance social do Amazonas [= TN] Francisco Xavier Galvão 1934
	2 ^a met.	Periódico	Jornal do Comércio [= JC2] 1 ^o a 15/02/1980
		Romance	Relato de um certo Oriente [= RCO] Milton Hatoum 1989
XXI	1 ^a met.	Periódico	Jornal do Commercio [= JC3] 02 a 13/04/2019
		Romance	A próxima cartada [= PC] Jackson da Mata 2014

Fonte: elaboração da autora

De cada fonte (romance/periódico) foram analisadas as 150 primeiras ocorrências de demonstrativos, totalizando 300 ocorrências por sincronia e 1.200 no *corpus*.

Para análises das construções gramaticais com demonstrativos foram utilizados 157 dados extras ao *corpus*, porém presentes nos mesmos textos de notícias e romances que compuseram o *corpus*. Essa intervenção se deu pela suposição de que essas construções (presumivelmente gramaticalizadas) poderiam interferir no resultado dos dados dos demonstrativos do *corpus* e, conseqüentemente, nos da variação e da mudança linguística.

2.2 Das análises

Na abordagem diacrônica do uso do sistema de demonstrativos, as análises tiveram como base as classificações das formas demonstrativas *este*, *esse* e *aquela* (flexões e combinações) segundo os aspectos morfológicos, sintáticos e de frequências das formas demonstrativas que compuseram as construções gramaticais ao longo das sincronias.

Nas análises morfológicas foram abordados os gêneros masculino, feminino, neutro e os números singular e plural dos demonstrativos. Nos aspectos sintáticos, foram observados os demonstrativos em posição de *margem* no sintagma nominal como em: “Malvados e deshumanos, *áquelas horas* estariam certamente fazendo festas, em honra das cabeças levadas como troféus.” (Galvão, 1934, p. 116, grifo nosso); e os demonstrativos em posição de *núcleo* como em: “Contaria o mau tempo que reinava em Silves, a falta do pirarucú e a carestia da farinha? Que lhe importava *isso*?” (Souza, 1899, p. 124, grifo nosso). Observaram-se ainda os aspectos de anteposição e posposição dos demonstrativos em posição de margem.

A fim de proporcionar uma ampla visão da evolução diacrônica dos fenômenos estudados, os resultados e discussões dos dados foram apresentados por intermédio de descrições, tabelas, gráficos e, ainda, comparados aos de Ramalho (2016), considerando as semelhanças de métodos, sincronias e gêneros textuais.

Nas extensões dos textos, de onde foram extraídos os dados que compuseram o *corpus*, registraram-se as seguintes construções gramaticais com demonstrativos: *a vista disto, por este motivo, neste aspecto, isto é, diante disto, isto de, a esse respeito, com esse respeito, nesse sentido, nesse ponto, nessa ocasião, para esse fim, para isso, nada disso, dessa forma, dessa maneira, apenas isso, toda essa, nessa oportunidade, com esse fim, além dessas, por isso, como resultado disso, em decorrência disso, lá isso, além dessas, isso sim, n'isso de, por esta/essa ocasião, com isto/isso, nem isto/isso, além disto/disso, d'esta-desta/dessa vez, tudo isso/aquilo*. As 157 ocorrências dessas construções também foram representadas por tabelas, gráficos e descrições, observando variações e frequências das formas demonstrativas.

3 Descrição e discussão dos dados

3.1 Formas demonstrativas no *corpus*

As formas demonstrativas presentes no *corpus*, com suas combinações, flexões e alterações ortográficas, serão apresentadas nos quadros a seguir. Neles, assim como nas demais partes deste artigo, a forma *este*, suas combinações e flexões foram representadas por F1; a forma *esse*, suas combinações e flexões foram representadas por F2 e a forma *aquela*, suas combinações e flexões foram representadas por F3.

Registra-se que as menções às formas *este*, *esse* e *aquela*, presentes no corpo deste artigo, abrangem também suas combinações e flexões.

Quadro 2 – Formas demonstrativas nas notícias

Séc.	Per.	F1	F2	F3
XIX	CA (1870-98)	<i>este(s), esta(s), isto, desta, d'esta, deste(s), d'este, disto, nesta, n'esta, neste</i>	<i>esse(s), essa(s), isso, desse(s), d'esse(s), dessa, d'essa, disso, nesse, n'esse, nessa, n'essa</i>	<i>aquelle(s), áquelle, aquella(s), áquella</i>
XX	JC1 (1925-26)	<i>este(s), esta(s), isto, desta, deste, disto, nestes, nesta(s)</i>	<i>esse(s), essa(s), isso, desse(s), dessa(s), disso, nesse, nessa</i>	<i>aquelle, áquelle, áquella, aquillo, daquelle(s), daquela, naquella, naquelle</i>
	JC2 (1980)	<i>este(s), esta, isto, desta(s), deste(s), neste(s), nesta</i>	<i>esse(s), essa(s), isso, desse(s), dessa(s), disso, nesse, nessa</i>	<i>aquela(s), àquela, aquela, àquela, daquele(s), daquela, naquela, naquele</i>
XXI	JC3 (2019)	<i>este(s), esta(s), desta(s), deste(s), neste(s), nesta</i>	<i>esse(s), essa(s), isso, desse(s), dessa(s), disso, nesse(s), nessa(s), nisso</i>	<i>aquela(s), àquelas</i>

Fonte: elaboração da autora

Quadro 3 – Formas demonstrativas nos romances

Séc.	Rom.	F1	F2	F3
XIX	MIS (1891)	<i>este(s), esta(s), isto, desta(s), deste, n'este, n'esta</i>	<i>esse(s), essa(s), isso, desse(s), d'esse(s), d'essa(s), disso, n'esse(s), n'essa, n'isso</i>	<i>aquelle(s), áquelle, aquella(s), áquella, aquilo, d'aquelle(s), d'aquella(s), n'aquelle(s), n'aquella, naquela</i>
XX	TN (1934)	<i>este(s), esta(s), isto, desta(s), deste, neste, nesta(s)</i>	<i>esse(s), essa, isso, desse, dessa(s), nesse, nessa</i>	<i>aquele(s), áquele, aquela(s), áquela(s), aquilo, daquele, daquela, daquela, naquela(s), naquele(s)</i>
	RCO (1989)	<i>este(s), esta, desta(s), neste, nesta</i>	<i>esse(s), essa(s), isso, desse(s), dessa(s), disso, nesse, nessa(s), nisso</i>	<i>aquele(s), aquela(s) àquela, daquele, daquela, naquela, naquele(s)</i>
XXI	PC (2014)	<i>esta, neste</i>	<i>esse(s), essa(s), isso, desse(s), dessa(s), disso, nesse, nessa, nisso</i>	<i>aquele(s), aquela(s) àquela, aquilo, daquele(s), daquela, naquela, naquele</i>

Fonte: elaboração da autora

Como pode ser notado nos quadros acima, o sistema demonstrativo das quatro sincronias que compõem o *corpus* foi constituído pela tríade *este, esse, aquele*, suas flexões de gênero, número e combinações com as preposições *de, em e a*. Verificaram-se na primeira sincronia elisões compostas por demonstrativos e preposições com o uso de apóstrofo (*d'este, d'esse, d'aquelle, n'este, n'esse, n'aquelle*) assim como a presença de F3 (derivado de *ille*) grafado com <ll> duplo como *aquelle*. No entanto, nesse mesmo período, registraram-se também alguns casos de composições sem o uso de apóstrofo, como o demonstrativo *desse(s)* e F3 com <l> simples (*naquela*). A partir da primeira metade do século XX, a composição das formas demonstrativas sem o apóstrofo se tornou estável; já o <ll> duplo permaneceu no gênero notícia nesse período, enquanto no romance houve apenas uma ocorrência (*daquelle*).

Com relevância para a grafia, registrou-se nas duas primeiras sincronias a presença do acento indicativo de crase representado pelo acento agudo (*áquelle/áquele*). A partir da segunda metade do século XX, a crase passou a ser indicada pelo acento grave (*àquele*).

3.2 Análises morfológicas

As análises morfológicas dos demonstrativos focaram nos quantitativos dos gêneros (masculino, feminino e neutro), dos números (singular e plural) e nas frequências das formas demonstrativas.

3.2.1 Gênero

Segundo Cambraia, que aborda os demonstrativos do latim às línguas românicas, os demonstrativos do português e do espanhol são uma das raras classes de palavras que apresentam flexão em três gêneros: masculino, feminino e neutro:

Nos sistemas de demonstrativos românicos, o tratamento do neutro (normalmente indicando seres inanimados) se manifesta de três formas: (i) presença regular de forma neutra, que é variável em número e desempenha função subs-

tantiva e adjetiva, como no romeno (m. *acest*, f. *această* e n. *acest*); (ii) presença de resquíio de neutro, que é invariável em número e desempenha apenas função substantiva, podendo esse resquíio estar etimologicamente correlacionado às formas de masculino e feminino (cuja base é *iste*) — como no português (m. *este*, f. *esta* e n. *isto*), no espanhol (m. *este*, f. *esta* e n. *esto*) e no retoromano (m. *quest*, f. *questa* e n. *quai*) — ou não estar correlacionado — como no catalão (m. *aquest*, f. *aquesta* mas n. *açò* [*< lat. ecce hoc*]), no ocitânico (m. *aiceste*, f. *aicesta* mas n. *aiçò* [*< lat. ecce hoc*]), no francês (m./f. *ce* mas n. *ceci* [*< ce + (i)ci < lat. ecce hoc + ecce hic*]) e no italiano (m. *questo*, f. *questa* mas n. *ciò* [*< lat. ecce hoc*]); e (iii) ausência de neutro, como no sardo (m. *custu* e f. *custa*) (Cambraia, 2012, p. 13).

Observemos, respectivamente, exemplos dos gêneros masculino, feminino e neutro presentes no *corpus*:

- (1) Mas a terra caída, levara-a, deixando-o na miséria, inesperadamente. Um estrondo como o da pororóca, e, de repente tudo a ruir e descer o rio, esse engenheiro eterno que leva a mudar os rumos quando lhe apraz (Galvão, 1934, p. 128, grifos nossos).
- (2) O problema não é a **faculdade**, mas onde estará *essa instituição* (Mata, 2014, p. 84, grifos nossos)
- (3) Na verdade o lago é pequeno o bastante para atravessar a pés, mas já está **alucinado e com pânico**. Isso dificulta cada passo (Mata, 2014, p. 20).

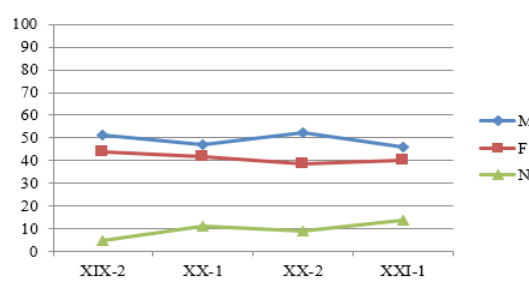
Passemos aos aspectos quantitativos de cada gênero gramatical nos demonstrativos.

3.2.1.1 Frequências dos gêneros gramaticais masculino (M), feminino (F) e neutro (N) nos demonstrativos das notícias e dos romances

Tabela 1 – Frequências de demonstrativos (notícia e romance) por gênero gramatical

Séc.		M	F	N	Total
XIX	2 ^a met.	154 51,3%	132 44%	14 4,7%	300 100%
	1 ^a met.	141 47%	125 41,7%	34 11,3%	300 100%
XX	2 ^a met.	157 52,3%	116 38,7%	27 9%	300 100%
	1 ^a met.	138 46%	120 40%	42 14%	300 100%

Gráfico 1 – Frequências (%) de demonstrativos (notícia e romance) por gênero gramatical



Fonte: elaboração da autora

Os dados revelaram linearidade hierárquica das frequências dos três gêneros gramaticais na seguinte escala descendente: gênero masculino com frequências em torno de 50%; feminino, com frequências muito próximas às do masculino, em torno de 40%; e gênero neutro, com frequências ao redor de 10%.

Passemos aos dados das frequências das formas demonstrativas *este* (F1), *esse* (F2) e *aquele* (F3) nos gêneros gramaticais presentes nos textos das notícias e dos romances.

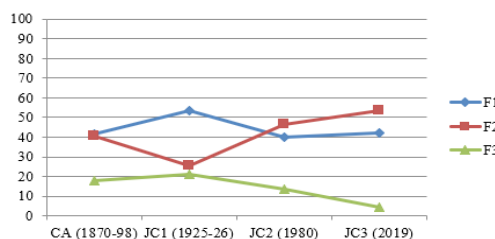
3.2.1.2 Frequências dos gêneros gramaticais por formas demonstrativas nas notícias

a) Gênero masculino nas notícias

Tabela 2 – Frequências de demonstrativos no gênero masculino (notícia)

Séc.	Per.	F1	F2	F3	Total
XIX	CA (1870-98)	30 41,7%	29 40,3%	13 18%	72 100%
XX	JC1 (1925-26)	36 53,7%	17 25,4%	14 20,9%	67 100%
	JC2 (1980)	32 40%	37 46,3%	11 13,7%	80 100%
XXI	JC3 (2019)	30 42,3%	38 53,5%	3 4,2%	71 100%

Gráfico 2 – Frequências (%) de demonstrativos no gênero masculino (notícia)



Fonte: elaboração da autora

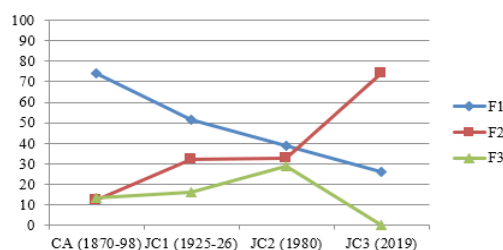
Observou-se, nas duas últimas sincronias, a ascensão da forma *esse*, com frequências por volta de 45% e 55%. A forma *este* não se distanciou muito desse resultado, mantendo frequências em torno de 40% nesses períodos. A forma *aquele* se portou como a menos frequente ao longo das sincronias.

b) Gênero feminino nas notícias

Tabela 3 – Frequências de demonstrativos no gênero feminino (notícia)

Séc.	Per.	F1	F2	F3	Total
XIX	CA (1870-98)	55 74,3%	9 12,2%	10 13,5%	74 100%
XX	JC1 (1925-26)	35 51,4%	22 32,4%	11 16,2%	68 100%
	JC2 (1980)	20 38,5%	17 32,7%	15 28,8%	52 100%
XXI	JC3 (2019)	15 25,9%	43 74,1%	-	58 100%

Gráfico 3 – Frequências (%) de demonstrativos no gênero feminino (notícia)



Fonte: elaboração da autora

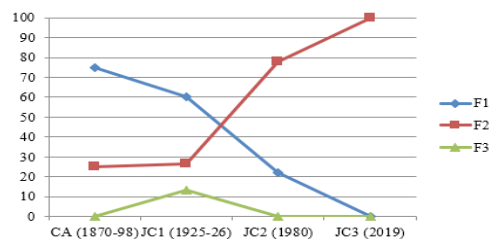
Diferentemente do gênero masculino, o feminino apresentou descenso vertiginoso (74,3% a 25,9%) da forma *este*, enquanto a forma *esse* ascendeu gradativamente de 12,2% a 74,1%. A forma *aquele*, assim como no gênero masculino, mostrou-se como a menos frequente das três.

c) Gênero neutro nas notícias

Tabela 4 – Frequências de demonstrativos no gênero neutro (notícia)

Séc.	Per.	F1	F2	F3	Total
XIX	CA (1870-98)	3 75%	1 25%	-	4 100%
XX	JC1 (1925-26)	9 60%	4 26,7%	2 13,3%	15 100%
	JC2 (1980)	4 22,2%	14 77,8%	-	18 100%
XXI	JC2 (2019)	-	21 100%	-	21 100%

Gráfico 4 – Frequências (%) de demonstrativos no gênero neutro (notícia)



Fonte: elaboração da autora

Os dados do gênero *neutro* se mostraram surpreendentes com a ascensão expressiva da forma *esse* (25% a 100%), em oposição ao descenso vertiginoso da forma *este* (75% a 0%). A forma *aquela*, nesse gênero, mostrou-se menos produtiva que nos demais.

Em síntese, observou-se nos três gêneros gramaticais das notícias o ascenso da forma *esse* em decorrência do descenso da forma *este*, com destaque para o gênero *neutro*.

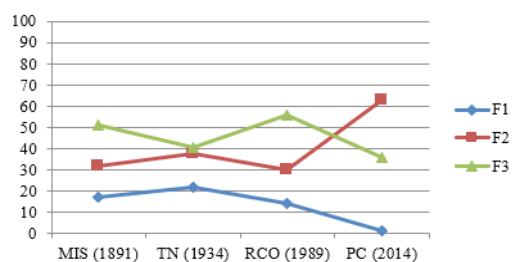
3.2.1.3 Frequências dos gêneros gramaticais por formas demonstrativas nos romances

a) Gênero masculino no romance

Tabela 5 – Frequências de demonstrativos no gênero masculino (romance)

Séc.	Rom.	F1	F2	F3	Total
XIX	MIS (1891)	14 17,1%	26 31,7%	42 51,2%	82 100%
XX	TN (1934)	16 21,6%	28 37,8%	30 40,6%	74 100%
	RCO (1989)	11 14,3%	23 29,9%	43 55,8%	77 100%
XXI	PC (2014)	1 1,5%	42 62,7%	24 35,8%	67 100%

Gráfico 5 – Frequências (%) de demonstrativos no gênero masculino (romance)



Fonte: elaboração da autora

O gênero masculino do romance se revelou como “nicho” da forma *aquela*. A alta produtividade dessa forma foi superada pela forma *esse* apenas na última sincronia. Já a forma *este*, muito produtiva nas notícias (40% a 53,7%), nos romances, comportou-se como a menos frequente (1,5% a 21,6%) no decorrer das sincronias.

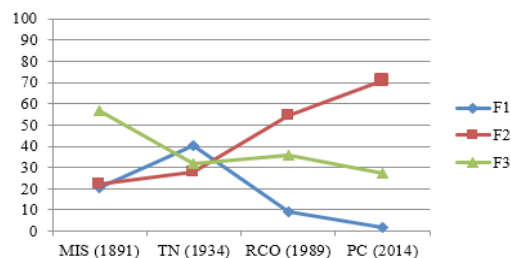
b) Gênero feminino no romance

Tabela 6 – Frequências de demonstrativos no gênero feminino (romance)

Séc.	Rom.	F1	F2	F3	Total
XIX	MIS (1891)	12 20,7%	13 22,4%	33 56,9%	58 100%
XX	TN (1934)	23 40,3%	16 28,1%	18 31,6%	57 100%
	RCO (1989)	6 9,4%	35 54,7%	23 35,9%	64 100%
XX	PC (2014)	1 1,6%	44 71%	17 27,4%	62 100%

Fonte: elaboração da autora

Gráfico 6 – Frequências (%) de demonstrativos no gênero feminino (romance)



O gênero feminino evidenciou, nas duas últimas sincronias, o descenso da forma *este* em oposição à ascensão da forma *esse*, assim como a alta produtividade da forma *aquela*.

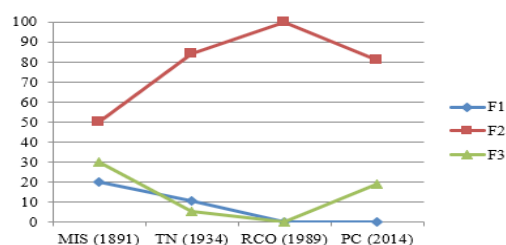
c) Gênero neutro no romance

Tabela 7 – Frequências de demonstrativos no gênero neutro (romance)

Séc.	Rom.	F1	F2	F3	Total
XIX	MIS (1891)	2 20%	5 50%	3 30%	10 100%
XX	TN (1934)	2 10,5%	16 84,2%	1 5,3%	19 100%
	RCO (1989)	-	9 100%	-	9 100%
XXI	PC (2014)	-	17 81%	4 19%	21 100%

Fonte: elaboração da autora

Gráfico 7 – Frequências (%) de demonstrativos no gênero neutro (romance)



Assim como nas notícias, nos romances, o gênero neutro surpreendeu com a grande produtividade da forma *esse*, destacando-se ao longo das sincronias (50% a 100%), enquanto as formas *este* e *aquela* dividiram as frequências no espaço de 0% a 30%. Convém destacar que o gênero neutro apresentou menos ocorrências que os demais gêneros, no entanto, o percentual da forma *esse* dentro desse gênero foi mais expressivo, dando sua parcela de contribuição ao descenso da forma *este*.

3.2.1.4 Síntese dos resultados

Nas notícias e nos romances, os dados relativos aos gêneros gramaticais evidenciaram a expansão no uso do demonstrativo *esse* por oposição à retração do *este*, com resultado mais proeminente no gênero neutro. Mostraram ainda a produtividade da forma *aquela* superior à da forma *este* nos romances, o que pode ser explicada pela referência de acontecimentos transcorridos no passado, tradição desse gênero.

Ramalho (2016) também observou nos gêneros gramaticais as frequências da forma *esse* em ascensão em decorrência do descenso da forma *este*, a alta produtividade da forma *aquela* nos romances e as frequências elevadas da forma *esse* no gênero neutro. Os dados das duas pesquisas confirmaram que o gênero neutro exerce um papel importante nas mudanças do sistema demonstrativo brasileiro.

Observemos agora as análises da classe gramatical número nos demonstrativos do *corpus*.

3.2.2 Número

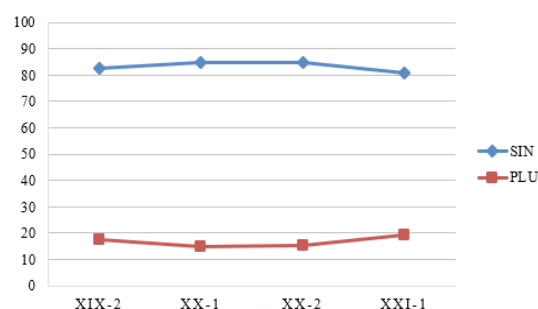
Nas análises da classe gramatical *número* foram observadas as frequências do singular e do plural, assim como o comportamento das formas *este*, *esse* e *aquela* ao longo das sincronias. Nas tabelas e nos gráficos a seguir, a abreviatura SIN representará o singular e a abreviatura PLU, o plural.

3.2.2.1 Singular e plural nos demonstrativos das notícias e dos romances

Tabela 8 – Frequências de demonstrativos (notícia e romance) por número

Séc.		SIN	PLU	Total
XIX	2 ^a met.	248 82,7%	52 17,3%	300 100%
	1 ^a met.	255 85%	45 15%	300 100%
XX	2 ^a met.	254 84,7%	46 15,3%	300 100%
	1 ^a met.	242 80,7%	58 19,3%	300 100%

Gráfico 8 – Frequências (%) de demonstrativos (notícia e romance) por número



Fonte: elaboração da autora

Os dados evidenciaram a alta frequência do singular, acima de 80%, por oposição à baixa frequência do plural, que não atingiu 20% no decorrer das sincronias. Os resultados de cada gênero textual foram semelhantes aos do *corpus* integral (notícia e romance).

Passemos ao comportamento das formas demonstrativas *este*, *esse* e *aquela* no singular e no plural dos textos das notícias e dos romances.

3.2.2.2 Frequências de singular e de plural por formas demonstrativas nas notícias

a) Singular nas notícias

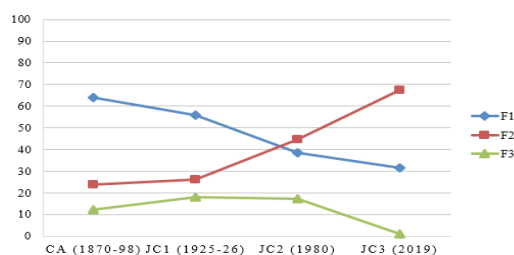
Nas frequências das formas singularizadas das notícias, o demonstrativo *esse* superou a forma *este* somente a partir da penúltima sincronia, e a forma *aquele* atuou como a menos produtiva ao longo das sincronias. Observemos os dados:

Tabela 9 – Frequências de demonstrativos no singular (notícia) por forma

Séc.	Per.	F1	F2	F3	Total
XIX	CA (1870-98)	83 63,9%	31 23,8%	16 12,3%	130 100%
	JC1 (1925-26)	71 55,9%	33 26%	23 18,1%	127 100%
XX	JC2 (1980)	49 38,3%	57 44,5%	22 17,2%	128 100%
	JC3 (2019)	37 31,6%	79 67,5%	1 0,9%	117 100%

Fonte: elaboração da autora

Gráfico 9 – Frequências (%) de demonstrativos no singular (notícia) por forma



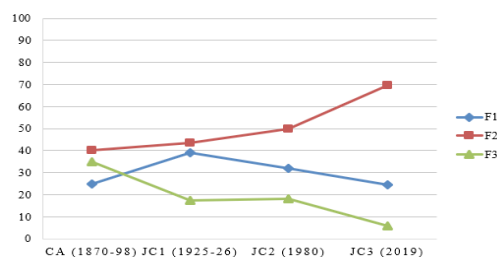
b) Plural nas notícias

Tabela 10 – Frequências de demonstrativos no plural (notícia) por forma

Séc.	Per.	F1	F2	F3	Total
XIX	CA (1870-98)	5 25%	8 40%	7 35%	20 100%
	JC1 (1925-26)	9 39,1%	10 43,5%	4 17,4%	23 100%
XX	JC2 (1980)	7 31,8%	11 50%	4 18,2%	22 100%
	JC3 (2019)	8 24,3%	23 69,7%	2 6%	33 100%

Fonte: elaboração da autora

Gráfico 10 – Frequências (%) de demonstrativos no plural (notícia) por forma



Nas formas pluralizadas, diferentemente das singularizadas, observou-se a ascensão gradual do demonstrativo *esse* (40% a 69,7%) ao longo das sincronias, assim como suas frequências mais elevadas que as demais formas. Esse resultado revelou a preferência do uso da forma *esse* no plural.

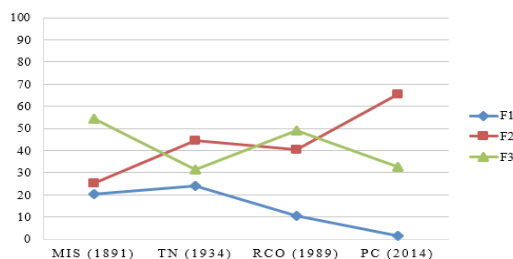
3.2.2.3 Frequências de singular e de plural por formas demonstrativas nos romances

a) Singular nos romances

Tabela 11 – Frequências de demonstrativos no singular (romance) por forma

Séc.	Rom.	F1	F2	F3	Total
XIX	MIS (1891)	24 20,4%	30 25,4%	64 54,2%	118 100%
	TN (1934)	31 24,2%	57 44,5%	40 31,3%	128 100%
XX	RCO (1989)	13 10,3%	51 40,5%	62 49,2%	126 100%
	PC (2014)	2 1,6%	82 65,6%	41 32,8%	125 100%

Gráfico 11 – Frequências (%) de demonstrativos no singular (romance) por forma



Fonte: elaboração da autora

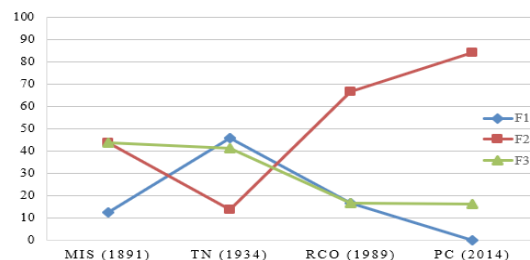
Verificou-se nas formas singularizadas dos textos dos romances a concorrência entre os demonstrativos *esse/aquele* e a forma *este* como a menos frequente, ao longo das sincronias.

b) Plural nos romances

Tabela 12 – Frequências de demonstrativos no plural (romance) por forma

Séc.	Rom.	F1	F2	F3	Total
XIX	MIS (1891)	4 12,5%	14 43,7%	14 43,8%	32 100%
	TN (1934)	10 45,5%	3 13,6%	9 40,9%	22 100%
XX	RCO (1989)	4 16,7%	16 66,6%	4 16,7%	24 100%
	PC (2014)	-	21 84%	4 16%	25 100%

Gráfico 12 – Frequências (%) de demonstrativos no plural (romance) por forma



Fonte: elaboração da autora

Nas formas pluralizadas dos romances, observou-se uma concorrência entre os três demonstrativos nas duas primeiras sincronias, a partir desse período, definiu-se o ascenso da forma *esse* por oposição ao descenso das duas outras formas.

3.2.2.4 Síntese dos resultados

Os gráficos foram produzidos com dados percentuais, possibilitando melhor comparação entre os números singular e plural. No entanto, o quantitativo das formas singularizadas foi por volta de 5 vezes maior que o das formas pluralizadas, evidenciando, ainda mais, o largo uso da forma *esse* nos textos dos romances.

Assim como os dados do *corpus* da região do Amazonas, os do *corpus* da região do Rio de Janeiro da pesquisa de Ramalho (2016) apresentaram, nas formas demonstrativas singularizadas e pluralizadas, a ascensão e a prevalência do uso da forma *esse* em detrimento da forma *este*. A similaridade dos resultados das análises morfológicas das duas regiões corrobora a hipótese de que o sistema demonstrativo do português do Brasil está passando de ternário para binário.

3.3 Análise sintática

Nas análises sintáticas foram observadas as posições dos demonstrativos como margem ou núcleo, as frequências dessas posições por formas demonstrativas e suas atuações como anteposição ou posposição nos sintagmas nominais (SN).

3.3.1 Posições nos sintagmas nominais

O demonstrativo que acompanha o nome, formando com ele um sintagma nominal, é definido por Cambraia (2012) como demonstrativo em posição de *margem*; e aquele que se apresenta sozinho na referência, como demonstrativo em posição de *núcleo*. A exemplo dessas definições, adotaram-se, neste trabalho, os termos *margem* e *núcleo*, como se observa abaixo:

a) Núcleo

“Abalroamento do vapor Purùs. - A respeito do horroroso abalroamento dos vapores *Purùs* e Arary escreve um dos naufragos *daquelle*, o seguinte:” (Commercio do Amazonas, 1870, p. 1, grifos nossos).

b) Margem

“- ... Maria do Rosario nem se alembra mais dêle. Quem vem pra *éste mundão dagua*, fica logo esquecido, não pensa mais em vortá...” (Galvão, 1934, p. 26, grifo nosso).

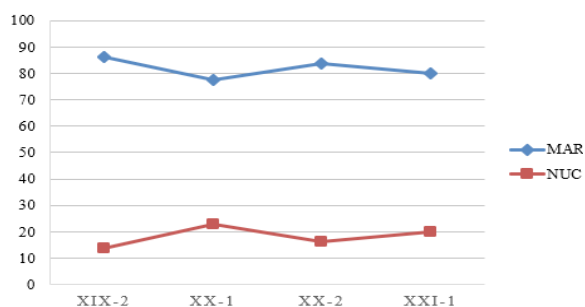
Passemos às frequências dos demonstrativos do *corpus* (notícia e romance) em posições de margem e de núcleo.

3.3.1.1 Demonstrativos em posições de margem (MAR) e de núcleo (NUC) nos sintagmas nominais (SN)

Tabela 13 – Frequências de demonstrativos (notícia e romance) por posição no SN

Século		MAR	NUC	Total
XIX	2ª met.	259	41	300
		86,3%	13,7%	100%
XX	1ª met.	232	68	300
	2ª met.	251	49	300
		83,7%	16,3%	100%
XXI	1ª met.	240	60	300
		80%	20%	100%

Gráfico 13 – Frequências (%) de demonstrativos (notícia e romance) por posição no SN



Fonte: elaboração da autora

Os dados mostraram claramente a posição MAR como a mais produtiva, com frequências em torno de 80% e NUC com frequências em torno de 15 e 20%.

Os resultados de Ramalho (2016) também mostraram a predominância dos demonstrativos em posição MAR ao longo das sincronias; porém, com uma produção pouco maior de NUC. Esse pesquisador, assim como Cambraia (2012), atribui a produtividade da posição NUC aos demonstrativos do gênero gramatical neutro presentes nos romances, tendo em vista a ligação desse gênero com a língua falada (discurso direto).

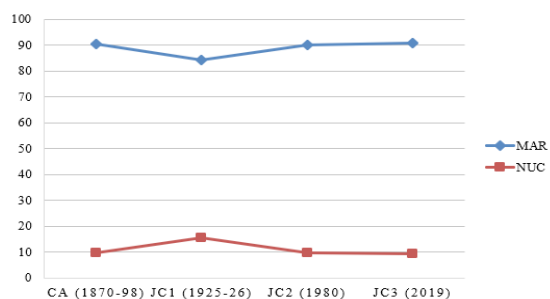
Testando a hipótese mencionada acima, analisaram-se as frequências de MAR e NUC dos textos de notícias e de romances da região do Amazonas, retirando-se os demonstrativos do gênero neutro (*isso, isto e aquilo*). Observemos os resultados:

a) Frequências de demonstrativos por posição no SN – sem neutros – nas notícia

Tabela 14 – Frequências de demonstrativos (notícia) por posição no SN (sem neutros)

Séc.	Per.	MAR	NUC	Total
XI	CA (1870-98)	132	14	146
		90,4%	9,6%	100%
XX	JC1 (1925-26)	114	21	135
	JC2 (1980)	119	13	132
		90,2%	9,8%	100%
XXI	JC3 (2019)	117	12	129
		90,7%	9,3%	100%

Gráfico 14 – Frequências (%) de demonstrativos (notícia) por posição no SN (sem neutros)



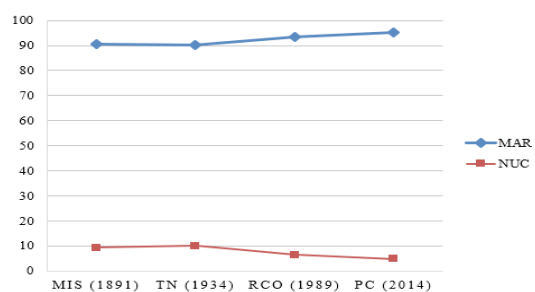
Fonte: elaboração da autora

b) Frequências de demonstrativos por posição no SN – sem neutros – nos romances

Tabela 15 – Frequências de demonstrativos (romance) por posição no SN (sem neutros)

Séc.	Rom.	MAR	NUC	Total
XIX	MIS (1891)	127 90,7%	13 9,3%	140 100%
XX	TN (1934)	118 90,1%	13 9,9%	131 100%
	RCO (1989)	132 93,6%	9 6,4%	141 100%
XXI	PC (2014)	123 95,3%	6 4,7%	129 100%

Gráfico 15 – Frequências (%) de demonstrativos (romance) por posição no SN (sem neutros)



Fonte: elaboração da autora

A retirada do gênero neutro das frequências de MAR e NUC mostrou a elevação dos percentuais de 80% para 90% da posição MAR nos dois gêneros textuais, confirmando a hipótese sugerida pelos pesquisadores.

Convém relatar que na pesquisa foram verificadas, também, as frequências dos demonstrativos em posição MAR e NUC nas modalidades escrita (discurso indireto) e oral-escrita (discurso direto), e os dados nos dois gêneros textuais atestaram a boa produtividade da posição NUC no discurso direto, confirmando o vasto uso do gênero neutro na fala, como também supôs Ramalho (2016).

3.3.1.2 Formas demonstrativas nas posições de margem e de núcleo

Passemos às análises das frequências das formas demonstrativas nas posições de margem e de núcleo nas notícias e nos romances

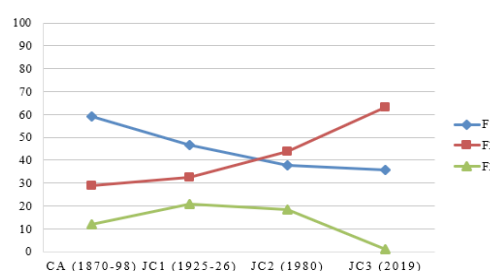
3.3.1.2.1 Formas demonstrativas nas posições de margem e de núcleo nas notícias

a) Formas na posição de margem nos textos de notícias

Tabela 16 – Frequências de demonstrativos (notícia) em posição de margem por forma

Séc.	Per.	F1	F2	F3	Total
XIX	CA (1870-98)	78 59,1%	38 28,8%	16 12,1%	132 100%
XX	JC1 (1925-26)	53 46,5%	37 32,5%	24 21%	114 100%
	JC2 (1980)	45 37,8%	52 43,7%	22 18,5%	119 100%
XXI	JC3 (2019)	42 35,9%	74 63,2%	1 0,9%	117 100%

Gráfico 16 – Frequências (%) de demonstrativos (notícia) em posição de margem por forma



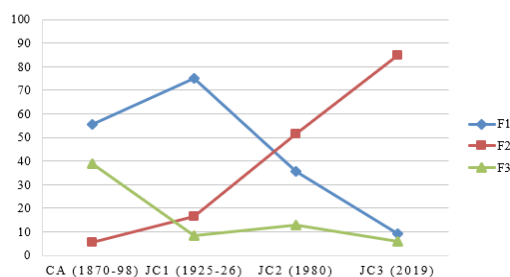
Fonte: elaboração da autora

b) Formas na posição de núcleo nos textos de notícias

Tabela 17 – Frequências de demonstrativos (notícia) em posição de núcleo por forma

Séc.	Per.	F1	F2	F3	Total
XIX	CA (1870-98)	10 55,6%	1 5,5%	7 38,9%	18 100%
XX	JC1 (1925-26)	27 75%	6 16,7%	3 8,3%	36 100%
	JC2 (1980)	11 35,5%	16 51,6%	4 12,9%	31 100%
XXI	JC3 (2019)	3 9,1%	28 84,8%	2 6,1%	33 100%

Gráfico 17 – Frequências (%) de demonstrativos (notícia) em posição de núcleo por forma



Fonte: elaboração da autora

Nas notícias, as posições de margem e de núcleo exibiram a ascensão da forma *esse* por oposição ao declínio da forma *este* a partir da segunda metade do século XX. A forma *aquela* foi a menos frequente, exceto na posição de núcleo da segunda metade do século XIX.

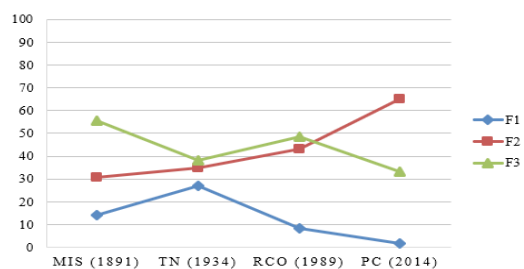
3.3.1.2.2 Formas demonstrativas nas posições de margem e de núcleo nos textos de romances

a) Formas na posição de margem nos textos de romances

Tabela 18 – Frequências de demonstrativos (romance) em posição de margem por forma

Séc.	Rom.	F1	F2	F3	Total
XIX	MIS (1891)	18 14,0%	39 30,5%	71 55,5%	128 100%
XX	TN (1934)	32 27,1%	41 34,8%	45 38,1%	118 100%
	RCO (1989)	11 8,3%	57 43,2%	64 48,5%	132 100%
XXI	PC (2014)	2 1,7%	80 65%	41 33,3%	123 100%

Gráfico 18 – Frequências (%) de demonstrativos (romance) em posição de margem por forma



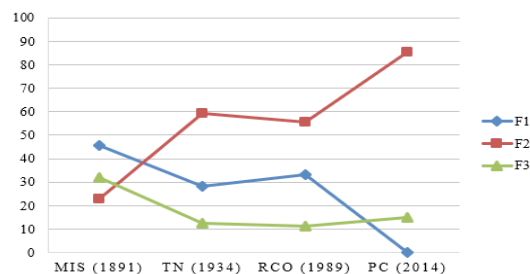
Fonte: elaboração da autora

b) Formas na posição de núcleo nos textos de romances

Tabela 19 – Frequências de demonstrativos (romance) em posição de núcleo por forma

Séc.	Rom.	F1	F2	F3	Total
XIX	MIS (1891)	10 45,5%	5 22,7%	7 31,8%	22 100%
XX	TN (1934)	9 28,1%	19 59,4%	4 12,5%	32 100%
	RCO (1989)	6 33,3%	10 55,6%	2 11,1%	18 100%
XXI	PC (2014)	-	23 85,2%	4 14,8%	27 100%

Gráfico 19 – Frequências (%) de demonstrativos (romance) em posição de núcleo por forma



Fonte: elaboração da autora

A separação das formas em posições de margem e de núcleo evidenciou nos romances a grande produtividade da forma *aquela* na posição de margem, assim como a alta frequência e a ascensão da forma *esse* por oposição ao descenso da forma *este*.

3.3.1.2.3 Síntese dos resultados

Constatou-se, em ambas as posições, a proeminência da forma *esse* nos textos dos romances e o destaque da forma *aquela* na posição margem, assim como a ascensão da forma *esse* nas notícias a partir da segunda metade do século XX. Os dados de Ramalho (2016) corroboraram esse resultado, porém, nas notícias, a produtividade da forma *esse* se definiu apenas no século XXI.

3.3.2 Ordens nos sintagmas nominais

Das 1.200 ocorrências de demonstrativos do *corpus*, 982 ocuparam a posição de margem. Na análise das ordens nos sintagmas nominais, observou-se pouco uso dos demonstrativos pospostos ao núcleo. Das 982 ocorrências de posição margem, apenas 7 (0,7%) foram pospostas ao núcleo, fazendo-se presentes somente nos textos das notícias. A pequena porcentagem de posposição ao núcleo não viabilizou a apresentação de tabela e de gráfico. Observemos, a seguir, um exemplo de demonstrativo anteposto e outro de demonstrativo posposto ao núcleo:

a) Anteposto

“Permanecia um tempão a mirar a polpa *desse coração de veludo* que é o jambo; as papoulas, as orquídeas e as flores ela cheirava demoradamente e mais tarde intuí que o odor e o olhar compensavam de certa forma a ausência dos dois sentidos” (Hatoum, 1989, p. 15, grifo nosso).

b) Posposto

Em termos de recursos, a SUDAM investiu na empresa siderúrgica, atendendo a orientação do Ministério do Interior e conseqüentemente da Presidência da República, verbas do seu próprio orçamento assim como do fundo de investi-

mento da Amazônia – FINAM, da ordem de 500 milhões de cruzeiros, *recursos esses* que foram aplicados na montagem da laminação [...] (Jornal do Comércio, 1980, p. 3, grifo nosso).

Ramalho (2016) observou apenas 1,4% de demonstrativos pospostos aos núcleos, confirmando que no português brasileiro a posposição do demonstrativo no sintagma nominal ocorre muito raramente.

3.4 Construções gramaticais com demonstrativos

As construções gramaticais compostas com demonstrativos, embora tenham sido retiradas dos mesmos textos dos romances e das notícias que compuseram o *corpus*, não foram contabilizadas para as análises morfológicas e sintáticas, conforme justificado na metodologia. Nas extensões dos textos que compuseram o *corpus*, foram retiradas 157 ocorrências de construções gramaticais. Desse número, 96 são dos textos de notícias e 61 dos textos de romances. Observemos as composições dessas construções:

- a) Só com F1: a vista disto, por este motivo, neste aspecto, isto é, diante disto, isto de;
- b) Só com F2: a esse respeito, com esse respeito, nesse sentido, nesse ponto, nessa ocasião, para esse fim, para isso, nada disso, dessa forma, dessa maneira, apenas isso, toda essa, nessa oportunidade, com esse fim, além dessas, por isso, como resultado disso, em decorrência disso, lá isso, além dessas, isso sim, n'isso de;
- c) Com F1 e F2: por esta/essa ocasião, com isto/isso, nem isto/isso, além disto/disso, d'esta-desta/dessa vez;
- d) Com F2 e F3: tudo isso/aquilo.

Os itens *c* e *d* comprovam a presença de variação nas composições das construções gramaticais. Para observação diacrônica desse efeito, apresentam-se tabelas com as 55 ocorrências das 6 construções em variações.

3.4.1 Construções gramaticais em variações de formas demonstrativas nas notícias e nos romances

Tabela 20 – Frequências de demonstrativos em variação nas construções gramaticais (notícia e romance) por forma

Construções gramaticais	XIX-2	XX-1	XX-2	XXI-1	Subtotal	Total
além disto	1 9%	-	-	-	1 9,0%	11 100%
além disso	-	-	5 45,5%	5 45,5%	10 91%	
com isto	1 7,1%	1 7,1%	-	-	2 14,2%	14 100%
com isso	1 7,1%	1 7,1%	5 35,8%	5 35,8%	12 85,8%	
d'esta vez, desta vez	2 22,2%	1 11,1%	4 44,5%	1 11,1%	8 88,9%	9 100%
dessa vez	-	-	1 11,1%	-	1 11,1%	
nem isto	-	-	1 50%	-	1 50%	2 100%
nem isso	-	-	1 50%	-	1 50%	
por esta ocasião	-	2 28,6%	-	-	2 28,6%	7 100%
por essa ocasião	-	5 71,4%	-	-	5 71,4%	
tudo isso	1 8,3%	1 8,3%	4 33,4%	2 16,7%	8 66,7	12 100%
tudo aquilo	2 16,7	1 8,3	-	1 8,3	4 33,3	

Fonte: elaboração da autora

De forma geral, a maioria das construções privilegiaram a composição com a forma *esse*. A construção *d'esta-desta/dessa vez* foi a única que privilegiou a forma *este*, e a construção *nem isto/isso* apresentou equivalência no uso das duas formas.

Observemos o comportamento desses números nos dois gêneros textuais, separadamente.

a) Construções gramaticais com variações de formas demonstrativas nas notícias

Tabela 21 – Frequências de demonstrativos em variação nas construções gramaticais (notícia) por forma

Construções gramaticais	CA (1870-98)	JC1 (1925-26)	JC2 (1980)	JC3 (2019)	Subtotal	Total
além disto	1 16,7%	-	-	-	1 16,7%	6 100%
além disso	-	-	-	5 83,3%	5 83,3%	
com isto	-	1 10%	-	-	1 10%	10 100%
com isso	-	1 10%	5 50%	3 30%	9 90%	
d'esta vez, desta vez	1 16,7%	-	3 50%	1 16,7%	5 83,4%	6 100%
dessa vez	-	-	1 16,6%	-	1 16,6%	
nem isto	-	-	1 100%	-	-	1 100%
nem isso	-	-	-	-	-	-
por esta ocasião	-	2 28,6%	-	-	2 28,6%	7 100%
por essa ocasião	-	5 71,4%	-	-	5 71,4%	
tudo isso	-	-	1 50%	1 50%	2 100%	2 100%
tudo aquilo	-	-	-	-	-	

Fonte: elaboração da autora

Lembramos que, para melhor concatenamento das ideias, trataremos as flexões e composições com as formas demonstrativas apenas como *este*, *esse* e *aquela*.

Nas composições da construção *além disto/disso*, a única ocorrência com a forma *este* se deu em 1870-98; as demais (5) ocorreram em 2019, confirmando a atual preferência pelo uso da forma *esse* nas notícias.

A construção *com isto/isso* também privilegiou a forma *esse*. Das 10 ocorrências, somente 1 (1925-26) foi realizada com a forma *este*.

No entanto, a construção *d'esta-desta/dessa vez* privilegiou o uso do demonstrativo *este* ao longo dos períodos. Das 6 ocorrências, apenas 1 foi realizada com a forma *esse*. A forma *este* foi privilegiada também na construção *nem isto/nem isso*, com uma única ocorrência nas notícias.

As 7 ocorrências da construção *por esta/essa ocasião* foram empregadas somente no gênero notícia em 1925-26 e privilegiaram a forma *esse* com 5 ocorrências (71,4%).

Não houve nas notícias a presença da construção *tudo aquilo*, no entanto, a construção *tudo isso* aumentou a frequência da forma *esse*, contabilizando 2 ocorrências.

b) Construções gramaticais com variações de formas demonstrativas nos romances

Tabela 22 – Frequências de demonstrativos em variação nas construções gramaticais (romance) por forma

Construções gramaticais	MIS (1891)	TN (1934)	RCO (1989)	PC (2014)	Subtotal	Total
além disto	-	-	-	-	-	5 100%
além disso	-	-	5 100%	-	5 100%	
com isto	1 25%	-	-	-	1 25%	4 100%
com isso	1 25%	-	-	2 50%	3 75%	
d'esta vez, desta vez	1 33,3%	1 33,3%	1 33,4%	-	3 100%	3 100%
dessa vez	-	-	-	-	-	-
nem isto	-	-	-	-	-	1 100%
nem isso	-	-	1 100%	-	1 100%	
por esta ocasião	-	-	-	-	-	-
por essa ocasião	-	-	-	-	-	-
tudo isso	1 10%	1 10%	3 30%	1 10%	6 60%	10 100%
tudo aquilo	2 20%	1 10%	-	1 10%	4 40%	

Fonte: elaboração da autora

Nos romances, as ocorrências da construção *além disto/disso* esteve presente apenas na obra RCO (1989) de Milton Hatoum, evidenciando a apreciação do autor por essa construção, ao mencioná-la 5 vezes, realizando-as, em todos os casos, com a forma *esse*.

Assim como nas notícias, a construção *com isto/com isso* mostrou a ascensão da forma *esse* ao longo do tempo. Em 1891, 2 ocorrências partilharam o uso dos demonstrativos *este* e *esse*. Já em 2014, 2 ocorrências privilegiaram somente o demonstrativo *esse*.

A construção *d'esta-desta/dessa vez* foi constituída nos romances apenas com a forma *este*, privilegiando-a, como ocorreu nas notícias.

A única ocorrência da construção *nem isto/nem isso* nos romances se deu em 1989, privilegiando a forma *esse*. Nas notícias, a ocorrência dessa construção se deu na mesma década, porém, constituindo-se com a forma *este*.

Houve 6 ocorrências da construção *tudo isso*, todas constituídas apenas com a forma *esse*, expressando a tradição do uso dessa forma em retomadas de enunciações.

A construção *tudo aquilo* foi muito produtiva nos romances; contabilizou 4 ocorrências, atestando a existência de construção com a forma *aquela*.

Após a apresentação das construções gramaticais, passemos às frequências das formas que as constituem nos textos de notícias e de romances.

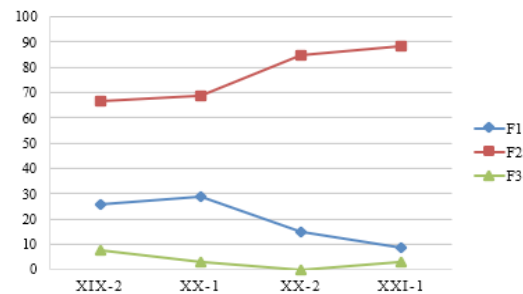
3.4.2 Formas nas construções gramaticais das notícias e dos romances

a) Frequências por formas nas construções gramaticais das notícias e dos romances

Tabela 23 – Frequências de demonstrativos em construções gramaticais (notícia e romance) por forma

Séc.		F1	F2	F3	Total
XIX	2ª met.	7 25,9%	18 66,7%	2 7,4%	27 100%
	1ª met.	10 28,6%	24 68,6%	1 2,8%	35 100%
XX	2ª met.	9 15%	51 85%	-	60 100%
	1ª met.	3 8,6%	31 88,6%	1 2,8%	35 100%

Gráfico 20 – Frequências (%) de demonstrativos em construções gramaticais (notícia e romance) por forma



Fonte: elaboração da autora

Os dados por formas evidenciaram, nos dois gêneros textuais, a grande produtividade e a ascensão gradual (66,7% a 88,6%) da forma *esse*, por oposição ao descenso da forma *este* (28,6% a 8,6%). A forma *aquela*, a menos produtiva das três, oscilou entre as frequências de 7,4% e 0%. Esse resultado mostra que, embora haja variações, as construções gramaticais privilegiam composições com a forma *esse*.

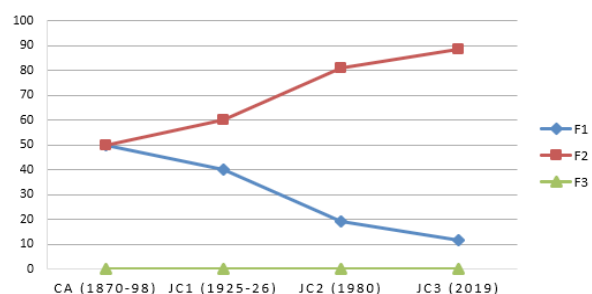
Observemos, a seguir, as frequências das formas que compuseram as construções gramaticais nas notícias e nos romances, separadamente.

b) Frequências por formas nas construções gramaticais das notícias

Tabela 24 – Frequências de demonstrativos em construções gramaticais (notícia) por forma

Séc.	Per.	F1	F2	F3	Total
XIX	CA (1870-98)	4 50%	4 50%	-	8 100%
	JC1 (1925-26)	8 40%	12 60%	-	20 100%
XX	JC2 (1980)	8 19%	34 81%	-	42 100%
	JC3 (2019)	3 11,5	23 88,5%	-	26 100%

Gráfico 21 – Frequências (%) de demonstrativos em construções gramaticais (notícia) por forma



Fonte: elaboração da autora

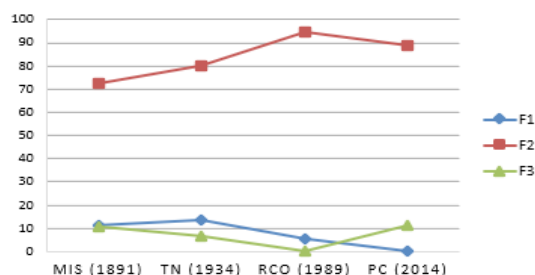
Na primeira sincronia, as formas *este* e *esse* dividiram equitativamente as frequências (50%), na sincronia seguinte, iniciou-se o processo de ascensão gradual (60%, 81%, 88,5%) da forma *esse* e, conseqüentemente, o descenso também gradual da forma *este*. A forma *aquele* não foi contemplada nas construções gramaticais das notícias.

c) Frequências por formas nas construções gramaticais dos romances

Tabela 25 – Frequências de demonstrativos em construções gramaticais (romance) por forma

Séc.	Rom.	F1	F2	F3	Total
XIX	MIS (1891)	3 15,8%	14 73,7%	2 10,5%	19 100%
XX	TN (1934)	2 13,3%	12 80%	1 6,7%	15 100%
	RCO (1989)	1 5,6%	17 94,4%	-	18 100%
XXI	PC (2014)	-	8 88,9%	1 11,1%	9 100%

Gráfico 22 – Frequências (%) de demonstrativos em construções gramaticais (romance) por forma



Fonte: elaboração da autora

Nos textos dos romances, a forma *esse* foi a mais produtiva desde a primeira sincronia, enquanto as formas *este* e *aquele* oscilaram entre as frequências de 0% e 15,8%.

3.4.3 Síntese dos resultados

A forma *esse* se destacou na composição das construções gramaticais dos dois gêneros textuais. A alta produtividade dessa forma nas construções corroborou o resultado da pesquisa de Bechara (1974), assim como o das formas demonstrativas do *corpus* desta.

4 Considerações finais

O estudo diacrônico dos demonstrativos em textos de notícias e romances escritos nos séculos XIX, XX e XXI na região do Amazonas confirmou variação e tendência à mudança linguística. O *corpus* composto por dois gêneros textuais diferentes possibilitou a observação de indícios de uma reorganização do sistema demonstrativo de ternário para binário (*esse e aquele*), com avanço maior no gênero romance e um pouco de resistência no gênero notícia.

As análises morfológicas e sintáticas mostraram a ascensão da forma *esse* nos dois gêneros textuais, no entanto, esse efeito foi mais efetivo no gênero notícia somente a partir da segunda metade do século XX. Acredita-se que esse resultado esteja atrelado à tradição discursiva e a evento histórico relativos aos gêneros textuais. Em todas as sincronias, os romancistas usufruíram da tradição do uso do discurso direto, que privilegia a fala espontânea. No entanto, no gênero notícia, a prática da fala espontânea só foi inserida a partir da segunda metade do século XX. Com o advento de novos recursos tecnológicos, como os gravadores de áudio, foi

possível colher informações nos momentos das reportagens e inseri-las nas composições das notícias. Esse acontecimento, com certeza, contribuiu com a alta produtividade da forma *esse* nas notícias, nas últimas sincronias e, conseqüentemente, com o fenômeno do binarismo.

As análises das construções gramaticais realizadas em dados extras ao *corpus* ratificaram o resultado das formas demonstrativas do *corpus*, confirmando a tendência da ascensão da forma *esse* em detrimento da forma *este*.

Nas comparações estabelecidas com a pesquisa de parâmetros similares, foram constatadas semelhanças significativas, confirmando que a reorganização do sistema demonstrativo de ternário para binário não é um fenômeno apenas regional. À vista disso, espera-se que este estudo diacrônico contribua com novas pesquisas que buscam pistas de variações e mudanças na estrutura da língua portuguesa brasileira.

Agradecimentos

Ao professor Dr. César Nardelli Cambraia pelo compartilhamento de seus conhecimentos sobre sistemas demonstrativos; ao professor Dr. Victor Hugo Barbosa Ramalho, fonte de inspiração.

Referências

Abalroamento do vapor Purus. *Commercio do Amazonas*, Manaus, 12 jul. 1870. Seção noticiário, p. 1.

BECHARA, E. A sintaxe dos pronomes demonstrativos em “A Mulher do Vizinho”, de Fernando Sabino. *Archiv für das Studium der Neueren Sprachen und Literaturen*, Braunschweig, . p. 58-67, 1974.

CAMBRAIA, C. N. *Assimetrias românicas: sistemas de demonstrativos (português brasileiro × espanhol mexicano)* [Fase I]. 2012. Relatório final de produtividade em pesquisa do CNPq – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CAMBRAIA, C. N. *Assimetrias românicas: sistemas de demonstrativos (português brasileiro × espanhol mexicano)* [Fase II]. 2015. Relatório final de produtividade em pesquisa do CNPq – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

GALVÃO, F. *Terra de ninguém: romance social do Amazonas*. Rio de Janeiro: Adersen-Editores, 1934.

HATOUM, M. *Relato de um certo oriente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

MARINE, T. de C. *Um estudo sócio-discursivo do sistema pronominal dos demonstrativos no português contemporâneo*. 2009. 220 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/linguistica_lingua_portuguesa/1678.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

MARINE, T. de C. O sistema dos pronomes demonstrativos no português do Brasil: uma especialização das formas. *Revista do GEL*, Araraquara, v. 2, p. 39-53, 2005.

MATA, J. da. *A próxima cartada*. São Paulo: Giostri, 2014.

PAVANI, S. *Os demonstrativos este, esse e aquele no português culto falado em São Paulo*. 1987. 90 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 1987. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/270458/1/Pavani_Silvia_M.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

RAMALHO, V. H. B. *Sistema de demonstrativos no português brasileiro e no espanhol mexicano sob a perspectiva das tradições discursivas: gêneros notícia e romance*. 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MGSS-A9ZRHQ/1/ramalho_2016_sistema_de_demonstrativos.pdf. Acesso em: 20. nov. 2018.

ROCHA L. F. *Demonstrativos no português brasileiro e no romeno: um estudo comparado em narrativas históricas e em peças teatrais de comédia*. 2021. 183 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35944>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Siderama ingressa na produção de laminados. *Jornal do Comércio*, Manaus, 15 fev. 1980. Caderno 1, p. 3.

SIQUEIRA, G. A. M. *Demonstrativos no português da Região do Amazonas nos séculos XIX, XX, XXI: um estudo de variação e mudança linguística*. 2022. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40840>. Acesso em: 15. jun. 2023.

SOUZA, H. I. de. *O missionario*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1899.

Uma análise preliminar da microdiacronia nos códigos brasileiros: O Código de Águas e o Código do Consumidor

A Preliminary Analysis of Micro-diachrony in Brazilian Codes: the Código de Águas and the Código do Consumidor

Lucia Almeida Ferrari

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
ferrari.lu@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9855-0646>

Nayane Araujo

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
nanayanearaujo@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0008-3225-284X>

Luisa Ramos de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
luisaramos@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0002-0650-4907>

Carolina Godoi de Faria Marques

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
carolgodoi350@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0004-3927-4428>

Resumo: Este estudo analisa casos de variação linguística em textos legislativos brasileiros, com base nos dados do *corpus* LEX-BR-lus (Ferrari; Marques, 2022). Foram examinados o Código de Águas (Brasil, 1934) e o Código de Defesa do Consumidor (Brasil, 1990), focando na evolução das formas verbais e nominais por seu papel central na estrutura sintática dos textos. A pesquisa se insere no campo da microdiacronia da linguagem jurídica, que investiga mudanças em períodos curtos, considerando o formalismo característico da legislação e as tendências de simplificação. O *corpus* utilizado contém 755 leis federais, totalizando mais de três milhões de palavras. Os textos analisados foram escolhidos por critérios como época de promulgação e número de modificações. O Código de Águas sofreu poucas alterações, enquanto o Código de Defesa do Consumidor passou por onze mudanças. A análise envolveu a marcação e a categorização das formas verbais, comparando anotações automáticas e verificações manuais. Os resultados indicam tendências de mudança na redação das normas, sugerindo um possível afastamento do modelo arcaico. Estudos futuros expandirão essa análise para um número maior de textos, incorporando métodos estatísticos e ferramentas computacionais para validar os achados preliminares.

Palavras-chave: microdiacronia; leis federais brasileiras; LEX-BR-lus; verbos.



Abstract: This study analyzes linguistic variation examples in Brazilian legislative texts based on data from the LEX-BR-Ius *corpus* (Ferrari; Marques, 2022). The research examines the *Código de Águas* (Brasil, 1934) and the *Código de Defesa do Consumidor* (Brasil, 1990), focusing on the evolution of verbal and nominal forms due to their central role in the syntactic structure of the texts. The study is situated within the field of micro-diachrony in legal language, which investigates changes over short periods, considering both the formalism characteristic of legislation and trends toward simplification. The *corpus* comprises 755 Brazilian statutory legal texts, totaling over three million words. The texts analyzed were selected based on criteria such as the date of enactment and the number of modifications. The *Código de Águas* has undergone a few changes, whereas the *Código de Defesa do Consumidor* has been amended eleven times. The analysis involved tagging and categorizing verbal forms and comparing automatic annotations with manual verification. The results indicate trends in textual modifications, suggesting a possible shift from archaic models. Future studies will expand this analysis to a broader set of texts, incorporating statistical methods and computational tools to validate these preliminary findings.

Keywords: micro-diachrony; Brazilian statutory federal laws; LEX-BR-Ius; verbs.

1 Introdução

Neste artigo apresentaremos os resultados preliminares de um projeto piloto realizado a partir dos dados do LEX-BR-Ius (Ferrari; Marques, 2022), um *corpus* representativo das leis federais brasileiras.

O LEX-BR-Ius compilou 755 textos legais em vigor extraídos do site Portal da Legislação¹ com um total de 3.300.289 palavras. Cada texto foi devidamente processado em três versões, além dos respectivos cabeçalhos contendo seus metadados: (a) uma versão limpa em formato .txt para possíveis processamentos futuros; (b) uma versão em formato Modest XML, com etiquetas estruturais criadas para o projeto segundo a proposta de Hardie (2014); (c) uma versão com etiquetagem morfossintática com o *parser* PALAVRAS (Bick, 2000, 2014), todas com codificação UTF-8.

¹ BRASIL. Casa Civil. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Legislação – Presidência da República. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

Na pesquisa que aqui é apresentada, dois textos específicos, a dizer, o Código de Águas, Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Brasil, 1934), doravante CA, e o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Brasil, 1990), doravante CDC, foram submetidos a uma análise quantitativa e qualitativa de tipo microdiacrônica, que averiguou a variação das formas verbais e nominais de todos os verbos ao longo do tempo, observando as diferentes modificações pelas quais os dois textos legislativos passaram. Optou-se por perfazer uma busca partindo justamente dos verbos por estes serem o centro discursivo dos textos, que, nos casos das normas legislativas, apresentam construções extremamente complexas, ricas em subordinadas e listas de direitos e deveres a serem cumpridos, como mostra o Exemplo 1 abaixo:

- (1) Art. 20. O fornecedor de serviços **responde** pelos vícios de qualidade que os **tor-**
nem impróprios ao consumo ou lhes **diminuem** o valor, assim como por aqueles
decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem
publicitária, **podendo** o consumidor **exigir**, alternativamente e à sua escolha:
I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;
II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem
prejuízo de eventuais perdas e danos;
III - o abatimento proporcional do preço (Brasil, 1990, grifo nosso).

Pode-se observar a oração principal, construída em volta do verbo “responder” seguida por uma série de subordinadas, emaranhadas entre si, com os verbos “tornar”, “diminuir”, “poder”, “exigir”, além da lista de nominalizações.

Como o objetivo do trabalho é verificar se, e em qual medida, haveria mudança ao longo do tempo na linguagem utilizada nas leis, partiu-se dos verbos, em suas formas verbais e nominais, de maneira a traçar um quadro mais amplo. Ao mesmo tempo, dada a necessidade de uma leitura atenta de cada parágrafo, foi efetuada uma análise qualitativa de vários fenômenos, como a posição do sujeito e de algumas construções peculiares.

A análise se desdobrou na classificação e na verificação manual de um total de 2.308 ocorrências de formas verbais e nominais dos verbos com seus relativos contextos.

O artigo está assim dividido: após uma introdução geral sobre o conceito de microdiacronia na linguagem legal, a seção de metodologia descreve o *corpus* utilizado e as etapas da análise. Em seguida são apresentados os resultados obtidos e sua discussão, seguidos pelas considerações finais.

2 Microdiacronia na linguagem legal

Linguagem jurídica ou legal é um termo “guarda-chuva” que engloba uma série de áreas distintas, desde a língua utilizada em processos e nas várias esferas do judiciário e aquelas das leis, até as peculiaridades analisadas nas perícias forenses, entre outras. O tema tem despertado, há um certo tempo, o interesse dos linguistas, mas também de outras áreas, dada sua componente multidisciplinar: em sua análise é importante levar em conta as características históricas e culturais, além das tradições jurídicas de cada país (Tiersma, 2000; Coulthard, Johnson, 2007, 2010; Richard, 2018 Goźdz-Roszkowski, 2011, 2012). As análises linguísticas têm se valido

de diversas perspectivas, entre as quais a linguística de *corpus* para quantificar as análises e identificar padrões morfossintáticos e lexicais (Pontrandolfo, 2012; Goźdz-Roszkowski; Pontrandolfo, 2015; Biel, 2018; Giampieri, 2018; Goźdz-Roszkowski, 2021; Ferrari; Cunha, 2022).

A literatura geralmente descreve a linguagem jurídica, e especificamente aquela utilizada nas leis dos diferentes países, como marcada por alto grau de formalismo, utilização de terminologia técnica, muitos arcaísmos, grande complexidade sintática e redundância (Cortelazzo, 1997; Tiersma, 2000; Dahlman, 2006; Rodrigues, 2007; Ferraz Junior, 2014; Williams, 2004, 2020, 2023). Trabalhos recentes têm buscado verificar se realmente as leis, e a linguagem jurídica em geral, têm mantido um grande apego às tradições e ao conservadorismo, apesar de todo o movimento internacional para a simplificação da linguagem legal, mais conhecido como *plain language movement* (Adler, 2012) e da própria evolução da língua e influências de outros idiomas (Adler, 2012; Cortelazzo, 2012; Visconti, 2012, 2017; Canavese, 2019). Dentre tais trabalhos citam-se Canavese (2019), que compilou um *corpus* de leis do italiano suíço para análises em microdiacronia e traça um panorama amplo sobre os trabalhos na área, e Giampieri (2024), que investigou em diacronia os latinismos nas decisões da Suprema Corte do Reino Unido.

Em referência ao presente trabalho, esclarece-se que as leis brasileiras são modificadas com uma frequência variável.² Após sua promulgação, podem ficar em vigor por anos, serem rapidamente substituídas por novas normas, assim como terem trechos mais ou menos amplos modificados inúmeras vezes. Algumas normas são extremamente recentes, outras bem mais antigas, datando da metade do século XIX (como é o caso da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, o Código Comercial, da época do Império), mas ainda em vigor até hoje. Trata-se, portanto, de dados muito interessantes para uma análise em microdiacronia. Como será descrito abaixo, foram selecionadas não somente as leis em vigor no momento da coleta, mas também assinaladas, com um aparato de anotações, as diferentes modificações pelas quais os textos passaram, permitindo assim o detalhamento de eventuais mudanças ao longo do tempo. À primeira vista, a linguagem das leis brasileiras ainda soa como muito complexa, às vezes indecifrável e com construções arcaicas. As perguntas de pesquisa giram justamente em torno desse ponto: a) Até que ponto tal arcaísmo é devido a leis cuja redação é antiga e ainda estão em vigor? b) Haveria mudanças ao longo do tempo ou se foi replicando o mesmo modelo de redação do começo da República até os dias de hoje?

Na próxima seção serão detalhados o *corpus* utilizado e a metodologia adotada para tentar responder a tais questões.

3 Metodologia

Será apresentado brevemente, nesta seção, o *corpus* utilizado para a pesquisa e, em específico, serão detalhados os dois textos escolhidos: o Código de Águas e o Código de Defesa do Consumidor. Em seguida, será descrito de que forma foram separados e analisados os dados da pesquisa.

² A cada dia as leis federais podem passar por modificações, seja sob forma de alterações parciais ou totais de seus artigos ou supressões que visam atualizar sua abrangência. As normas podem, portanto, apresentar diferentes modificações, que são fruto de tais mudanças.

O *corpus* LEX-BR-Ius (Ferrari; Marques, 2022) foi compilado entre janeiro de 2022 e janeiro de 2024. Seu objetivo é fornecer dados representativos das leis federais brasileiras em vigor no período da compilação, devidamente limpos e processados para análises linguísticas. Trabalhos anteriores e em preparação detalharam as escolhas metodológicas na limpeza e no processamento dos textos (e.g.: Ferrari; Marques, 2022; Marques, 2023). O *corpus* é dividido em diferentes seções que seguem a divisão legislativa adotada pelo Portal da Legislação, de onde os dados foram extraídos.

Tabela 1 – Seções do *corpus* LEX-BR-Ius e suas estatísticas

Seções	Textos em vigor	Textos selecionados	Nº palavras	Nº palavras menor texto	Nº palavras maior texto	Média nº palavras
Códigos	17	13	711.952	12.225	167.416	54.765,50
Constituição	1	1	97.082	N/A	N/A	N/A
Emendas à Constituição	114	48	50.241	43	12.015	1.046,69
Estatutos	18	11	125.356	2.370	35.241	11.396,00
Leis complementares	192	43	182.768	90	35.837	4.250,42
Leis ordinárias	13.491	639	2.132.890	37	86.611	3.337,86
TOTAL	13.833	755	3.300.289	N/A	N/A	N/A

Fonte: Elaboração própria

Pode-se notar que há uma grande disparidade no tamanho de cada lei e no número de leis de cada seção. Entre as decisões metodológicas, aquela de manter a integridade dos textos foi uma das mais importantes, pois a estrutura de cada um inclui diferentes partes e até temas que qualquer recorte teria enviesado (Sinclair, 2004; Biber, 1993). Já a seleção de alguns textos e não de outros seguiu o critério de uso (Barbera; Onesti, 2009; Onesti, 2011; Ferrari; Marques, 2022): cada uma das quase 14.000 leis em vigor na época da coleta foi verificada no JusBrasil (2023), o maior portal agregador de dados jurídicos brasileiros, sendo escolhidas aquelas mais frequentemente utilizadas em processos e citações legais.

Entre as seções do *corpus*, do ponto de vista do uso e da própria importância legislativa, a Constituição, os Códigos e os Estatutos são os mais influentes. Especificamente, os Códigos estabelecem as normas e princípios que norteiam amplas áreas do mundo legislativo, como o Direito Penal e o Tributário. Foram selecionados para este estudo piloto os dois Códigos citados anteriormente devido a três fatores principais: (a) o tamanho relativamente reduzido e similar, mas não excessivamente pequeno dos textos (12.232 palavras³ no CA e 12.495 palavras no CDC), o que permitiu uma análise manual, mais adequada para um piloto, na sua comparação e possibilitou também vislumbrar possíveis etapas e pesquisas futuras; (b) a época de promulgação das duas normas, suficientemente distantes entre si (1934 para o CA e 1990 para o CDC), para possibilitar diferenças linguísticas relevantes; e (c) o número de modificações pelas quais as leis passaram: pequeno (duas no total) no CA e numeroso (onze no total) no CDC.

³ Foi utilizado aqui o termo palavra no sentido de *token*, seguindo a contagem feita pelo Notepad ++, onde os textos foram processados.

O Código de Águas, instituído pelo Decreto nº 24.643, regula a classificação e a utilização das águas no Brasil. Ele foi promulgado em 10 de julho de 1934, durante um período em que o país passava pela transição de uma economia agrária para uma economia industrial. Esse processo de industrialização acelerada demandava um aumento na produção de energia elétrica, o que levou o governo a adotar medidas que facilitassem e impulsionassem a geração de energia hidrelétrica (Cetesb, 2023). O preâmbulo do decreto destaca essa necessidade, visando à criação de “uma legislação adequada que, de acordo com a tendência atual, permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas” (Brasil, 1934). Além disso, o texto defende que “em particular, a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional” (Brasil, 1934).

Nesse contexto, e considerando a inexistência de uma legislação específica sobre o tema até então, foi publicado o Código de Águas. O documento é composto por 205 artigos, totalizando 12.232 palavras, dentre as quais foram identificadas 1.263 instâncias verbais. Apesar da criação de leis complementares posteriormente, o texto da lei passou por apenas duas alterações (em outubro de 1941 e em abril de 1975) e, com exceção dos artigos modificados, manteve-se em sua maior parte fiel à redação original de 1934.

O Código de Defesa do Consumidor, por seu turno, foi promulgado em 11 de setembro de 1990, tendo entrado em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação, que ocorreu no dia 12 de setembro do mesmo ano. Ele contém 12.280 palavras, 119 artigos e onze modificações (1993, 1994, 1995, 1996, 1999, 2008, 2009, 2012, 2015, 2017 e 2021). De acordo com Guglinski (2019):

a necessidade de uma cooperação internacional após a 2ª Guerra Mundial, visando especialmente a (sic) reconstrução da Europa no pós-guerra, bem como a natural expansão do mercado, ocasionada pelo regime capitalista, proporcionaram o crescimento e a criação de diversos organismos com vistas à proteção e defesa do consumidor na Europa e em outros países.

Guglinski (2019) cita, por exemplo, a Carta dos Consumidores, redigida em 1976 pela Comissão dos Consumidores, originada a partir da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), que veio a ser o primeiro documento oficial na Europa a versar sobre Direito do Consumidor, e destaca o Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*, ou BGB), em vigor desde 1º de janeiro de 1900, como sendo uma das inspirações na redação do Código do Consumidor Brasileiro.

Ainda de acordo com o especialista, um novo modelo de direito do consumidor surgiu na década de 1960, nos EUA, com o movimento do consumerismo, pautado no consumo consciente. Nesse contexto, o consumidor passou a ser reconhecido como um sujeito de direitos específicos e foram-lhe atribuídos direitos fundamentais (Guglinski, 2019).

Outro marco importante internacionalmente foi o estabelecimento pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1985, “do princípio da vulnerabilidade do consumidor, reconhecendo-o como a parte mais fraca na relação de consumo, e tornando-o merecedor de tutela jurídica específica, exemplo que foi seguido pela legislação consumerista Brasileira” (Guglinski, 2019).

O consumo no Brasil intensificou-se nos anos de 1930, com a industrialização do país – época em que o Estado já demonstrava forte intervenção na economia. Antes da Constituição de 1988, a defesa do consumidor ganhou destaque com a Lei nº 7.347/85, Lei da Ação Civil Pública (Brasil, 1985), que visava à proteção dos interesses difusos da sociedade e à criação do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, também em 1985.

O CDC, instituído pela Lei nº 8.078/90, é um microsistema baseado em princípios constitucionais. Na Constituição de 1988, o direito do consumidor é reconhecido no art. 5º, XXXII, que prevê que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” (Brasil, 1988), e a ordem econômica, no art. 170, prioriza justiça social e dignidade. Além disso, ele é principiológico, uma vez que visa a abranger todas as situações envolvendo o consumo, sem, no entanto, especificar cada caso, diferentemente de leis casuísticas.

Buscando acompanhar a evolução das relações de consumo, o CDC passou por muitas modificações desde a sua promulgação. Uma das modificações mais significativas quantitativamente foi a realizada pela Lei nº 14.181, de 2021 (Brasil, 2021), que incluiu dois novos capítulos, ambos tratando do tema de superendividamento – prevenção, tratamento e conciliação.

3.1 Etapas da análise

Como dito acima, os textos foram processados em diferentes versões. Para a finalidade da presente pesquisa, utilizamos a versão anotada em Modest XML (Hardie, 2014) e aquela anotada com o *parser* PALAVRAS (Bick, 2000, 2014).

Na versão em Modest XML (Hardie, 2014), foi criado um conjunto de etiquetas próprias para o projeto. As etiquetas marcam partes relevantes do texto (como “abertura”, “artigo”, “ementa”, “norma”, “promulgação”) assinalando, entre outros fatores, as modificações pelas quais o texto passou, com supressão ou introdução de trechos diversos, e a indicação do ano em que isso ocorreu, conforme ilustrado na Imagem 1.⁴

⁴ No Portal da Legislação, cada norma legal apresenta as partes de leis não mais em vigor como trechos tachados. A etiqueta “tachado”, portanto, contorna os trechos anteriores à modificação. É possível ver, na Imagem 1, que a mesma alínea c é repetida: a versão entre as etiquetas de “tachado” é de 1934, enquanto a versão sem marcação de etiqueta corresponde à versão atual, que é de 1941. A etiqueta “modificacao” permite identificar justamente quando, e com qual ato legislativo, a norma foi modificada. Para o sistema completo de etiquetas utilizado no *corpus* e seus critérios, veja-se Marques (2023).

Imagem 1 – *Printscreen* de um trecho do CA com marcação textual em Modest XML (Hardie, 2014)

```
<artigo>
Art. 144. O Serviço de Águas do Departamento Nacional de
Produção Mineral do Ministério da Agricultura, é o órgão
competente do Governo Federal para: a) proceder ao
estudo e avaliação de energia hidráulica do território
nacional; b) examinar e instruir técnica e
administrativamente os pedidos de concessão ou
autorização para a utilização da energia hidráulica e
para produção, transmissão, transformação e distribuição
da energia hidro-elétrica;
<tachado> c) regulamentar e fiscalizar de modo especial
e permanente o serviço de produção, transmissão,
transformação de energia hydro-electrica: </tachado>
c) fiscalizar a produção, a transmissão, a transformação
e a distribuição de energia hidro-elétrica;
<modificacao> (Redação dada pelo Decreto-lei nº 3.763,
de 25.10.1941) </modificacao>
d) exercer todas as atribuições que lhe forem conferidas
por este Código e seu regulamento.
</artigo>
```

Fonte: Elaboração própria

Já a versão com anotação morfossintática serviu para conferência das análises efetuadas manualmente e para verificar a acurácia do anotador. Os resultados e as tabelas de uma análise multidimensional⁵ implementada no *corpus* inteiro (Marques, 2023; Marques et al., 2025) também completaram o material utilizado para o cotejo das várias ocorrências selecionadas.

O primeiro passo foi efetuar uma varredura manual do CA e do CDC em busca de todas as formas verbais e nominais dos verbos. Cada *token* selecionado foi inserido em uma tabela no Microsoft Excel juntamente com seu contexto de ocorrência. Em colunas separadas indicou-se sua forma no infinitivo e anotaram-se as seguintes informações: pessoa, modo e tempo verbal, voz, as diversas formas de apassivação, eventuais verbos modalizadores e auxiliares, além dos predicativos ligados ao verbo *ser* e da posição dos sujeitos de cada oração.

Como dito acima, as ocorrências foram conferidas seja com a versão anotada em *Part of Speech* do *corpus* com o etiquetador PALAVRAS (Bick, 2000, 2014), seja com os resultados da análise multidimensional. Quando houve dúvidas nas classificações foi consultado um manual de gramática tradicional (Cegalla, 2011) e os casos foram discutidos pelo grupo de trabalho.

Para cada ocorrência foi anotado o ano da modificação, de maneira a efetuar o devido cotejo por período. As Tabelas 2 e 3 apresentam os dados extraídos dos dois textos e que foram analisados nesta pesquisa.

⁵ A análise multidimensional (AMD), proposta por Biber (1988), é uma metodologia baseada em *corpus* amplamente empregada no estudo da variação linguística. Ela possibilita tanto a descrição linguística quanto situacionalmente de diferentes registros, escritos ou orais (Biber 1988, 1995; Cao; Xiao, 2013; Berber Sardinha; Kauffmann; Acunzo, 2014). A AMD permite identificar padrões de coocorrência léxico-gramaticais a partir de cálculos estatísticos que, quando interpretados funcionalmente, revelam dimensões de variação (Biber; Conrad, 2009). Essas dimensões permitem classificar, comparar e descrever os registros analisados em detalhe. Para mais informações, ver Biber (1988) e Berber Sardinha e Pinto (2019). Uma AMD foi implementada em todo o *corpus* em um trabalho recente e seus dados serviram também para comparação do presente cotejo: para informações ver Marques et al. (2025).

Tabela 2 – Número de palavras por período e ocorrências analisadas do Código de Águas

Ano de modificação	N. de palavras	Ocorrências analisadas
1934 (promulgação)	11.963	1.236
1941	234	24
1975	35	2
TOTAL	12.232	1.262

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 – Número de palavras por período e ocorrências analisadas do Código do Direito do Consumidor

Ano de modificação	N. de palavras	Ocorrências analisadas
1990 (promulgação)	9333	873
1993	100	7
1994	56	7
1995	153	15
1996	26	1
1999	42	2
2008	58	6
2009	68	6
2012	31	2
2015	67	8
2017	133	18
2021	2428	201
TOTAL	12495	1146

Fonte: Elaboração própria

Uma vez completadas as tabelas de cada código com todas as informações, utilizando-se as operações da própria planilha Excel, foi efetuado o cotejo das análises por tipos e somadas todas as ocorrências, agrupando assim os dados.

Procedeu-se, em seguida, à sua normalização: foram agrupados e somados os trechos de texto legal dos diferentes períodos históricos. Para viabilizar a comparação entre os dados advindos de trechos de tamanhos tão diversos, como visto nas Tabelas 2 e 3 acima, e dado o número relativamente baixo de instâncias verbais analisadas em alguns períodos, todos os dados foram normalizados em termos de porcentagem. Para facilitar a visualização e compreender melhor possíveis tendências e padrões, para cada resultado foram gerados seus relativos gráficos.

No caso do CA há somente duas modificações após a promulgação do texto (1934), com um baixo número de palavras, além de pouquíssimas ocorrências significativas em tais trechos. Estipulou-se que a comparação com o CDC se faria levando-se em conta como ano-base 1934 somadas às (poucas) ocorrências de 1941 e de 1975. No texto, se fará referência ao CA como representante de 1934. Já no caso do CDC, os maiores trechos modificados e com ocorrências relevantes, além do ano de promulgação (1990), foram encontrados no ano de 2021, com quase $\frac{1}{4}$ do número de palavras do período principal. Os resultados que serão apresentados a seguir, portanto, se farão comparando os períodos de 1934 (CA), 1990 e 2021 (CDC).

Algumas observações não foram de tipo quantitativo, mas serão relatadas abaixo, pois são interessantes e podem servir para buscas futuras no *corpus* inteiro.

Por fim, para a validação estatística dos dados, a fim de verificar se os resultados são estatisticamente significantes, foram realizados os testes indicados por Brezina (2018), a dizer: qui-quadrado (χ^2) (Pearson, 1900),⁶ o V de Cramér (Cramér, 1946)⁷ e cálculo do valor-p (Fisher, 1925).⁸

4 Resultados e discussão

Os dois Códigos analisados possuem, do ponto de vista textual, uma estrutura similar, característica de todas as normas legislativas e descrita nos manuais de redação legislativa (Brasil, 2006, 2018). Há as partes que definem os objetos e contextos que serão deliberados nas disposições normativas, as descrições das diferentes situações de aplicação da norma e as disposições que regulam as medidas necessárias para a implementação da lei.

As análises levaram em conta os seguintes aspectos gerais: (i) *type* verbal; (ii) tipo de predicativo; (iii) vozes verbais; (iv) tipo de passivas; (v) formas verbo-nominais; (vi) modos e tempos verbais; (vii) verbos modais.

Isso esclarecido, na apresentação dos resultados das análises efetuadas, será em primeiro lugar apresentado o léxico utilizado. Pode-se ver, nas Tabelas 4 e 5, os vinte verbos utilizados com maior frequência nos dois textos.

⁶ O teste qui-quadrado avalia a associação entre duas variáveis categóricas. Por convenção é assumido um nível de significância mínimo de 5% ($\alpha = 0,05$). O objetivo é rejeitar a hipótese nula, que assume que não há relação entre as variáveis (Brezina, 2018).

⁷ O V de Cramér mede a força da associação entre as variáveis, variando de 0 (nenhuma associação) a 1 (associação perfeita), calculada com base nos graus de liberdade e no intervalo de confiança. Se o intervalo não incluir zero, isso reforça que há uma associação significativa (Brezina, 2018).

⁸ O valor-p indica a probabilidade de um dado ser estatisticamente (in)significante. Valores inferiores a 0,05 são considerados significantes, enquanto valores iguais ou superiores a esse corte não oferecem evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula, sendo considerados sem significância estatística (Brezina, 2018).

Tabela 4 – *Types* dos primeiros 20 verbos mais utilizados no CA e CDC e sua porcentagem de uso em relação ao total de verbos utilizados

CA		CDC	
Type verbal	% de uso	Type verbal	% de uso
ser	6,96	ser	6,89
fazer	3,68	prever	3,23
ter	2,66	tratar	2,27
considerar	1,64	dispor	1,92
tratar	1,48	ter	1,57
obrigar	1,40	aplicar	1,40
pertencer	1,40	legitimar	1,40
estabelecer	1,33	fazer	1,31
exigir	1,33	haver	1,13
haver	1,33	adequar	1,05
conferir	1,25	assegurar	0,96
destinar	1,25	considerar	0,96
conceder	1,17	julgar	0,96
dar	1,17	referir	0,96
dispor	0,93	responder	0,96
permitir	0,93	apresentar	0,87
determinar	0,86	informar	0,87
referir	0,86	obrigar	0,87
caber	0,78	pagar	0,87
servir	0,78	promover	0,87

Fonte: Elaboração própria

Comparando-os com a literatura, alguns resultados são esperados, como a altíssima presença dos verbos *ser* (em todos os casos aqui analisados foi utilizado como verbo de ligação), *ter* e *haver* (Biderman, 2001; Davies; Ferreira, 2006; Rodrigues et al., 2022), enquanto outros são próprios da linguagem setorial das normas legislativas, como os Exemplos 2 e 3 abaixo:

- (2) As informações de que **trata** este artigo, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével (Brasil, 1990, cap. V, sec. II, art. 31, par. ún. grifo nosso).
- (3) A competência da União se estende as águas de que **trata** o art. 40, nº II (Brasil, 1934, cap. VII, art. 64, par. ún. grifo nosso).

Destes vinte verbos mais frequentes nos dois Códigos, pode-se ver que alguns se repetem, mesmo que com porcentagens diferentes em relação ao total dos verbos. No CA foram encontrados uma série de verbos que, em construções particulares, se referem especificamente ao assunto abordado na lei, nas amplas seções que definem o âmbito de aplicação da norma, como *fazer* e *pertencer*, conforme os Exemplos 4 e 5 abaixo:

- (4) As correntes de que **se fazem** os lagos e lagoas navegáveis ou flutuáveis serão determinadas pelo exame de peritos (Brasil, 1934, art. 2, § 2º, grifo nosso).
- (5) As ilhas ou ilhotas, que **se formarem** no álveo de uma corrente, **pertencem** ao domínio público, no caso das águas públicas, e ao domínio particular, no caso das águas comuns ou particulares (Brasil, 1934, art. 23, cap. V, grifo nosso).

Já no CDC, o tema em volta do qual giram os verbos mais frequentes é a própria norma legal, como na construção que exemplificamos em (6):

- (6) **Aplicam-se a este artigo**, no que couber, as mesmas regras enunciadas no artigo anterior e as do parágrafo único do art. 22 deste código (Brasil, 1990, art. 44, § 2º, grifo nosso).

São diferenças sutis, e provavelmente devidas ao assunto abordado em cada lei, mas é algo que despertou nossa curiosidade, fazendo-nos questionar se isso seria devido a uma mudança na estrutura interna dos dois textos. De fato, no CA, de 1934, os trechos de definições dos âmbitos de aplicação da lei são muito longos e detalhados, enquanto as disposições normativas são breves. O contrário do que ocorre no CDC, promulgado em 1990, em que, ao longo das várias modificações, vão ficando cada vez mais detalhados os trechos relativos a direitos e deveres e as definições só aparecem no início do texto de forma relativamente sucinta.

Uma outra observação a respeito de léxico se refere à presença dos *hápax legomena*, *tokens* de ocorrência única que aparecem nos códigos. Ambos os textos normativos apresentaram um número altíssimos deles: do total de *types* verbais são *hápax legomena* 53,85% no CA, e 48,13% no CDC. Isso pode indicar uma pequena queda na riqueza lexical, maior no texto mais antigo e menor naquele mais recente. Observando-se de perto tais verbos, a impressão que se tem é que, no CA, há um equilíbrio entre aqueles que tratam do tema das águas e aqueles que se referem ao próprio texto legislativo, como *promulgar*, *propor*, mas também *poluir*, enquanto no CDC há um número expressivo de verbos que abordam o tema do consumo, como *orçar*, *financiar*, *intimar*, entre muitos outros. Não foi realizada uma classificação completa que possa definir tal questão, pois outra pesquisa em curso está analisando o aspecto quantitativo na perspectiva da microdiacronia de um único código, de tamanho muito maior do que aqueles aqui analisados, o que poderá dar respostas mais precisas e com maior embase estatístico.

Um recorte da pesquisa foi verificar as ocorrências do verbo *ser*. Foram devidamente descartados os casos em que *ser* era utilizado como auxiliar, como na formação da passiva, e foi verificado que, em todas as ocorrências encontradas, *ser* era utilizado como verbo de ligação. Foi em seguida analisado a qual classe morfológica a palavra que se liga ao verbo na função de predicativo pertence. A Tabela 5 ilustra o que foi encontrado.

Tabela 5 – Predicativos utilizados com o verbo *ser* no CA e CDC em número absoluto e porcentagens

Categoria do predicativo	CA		CDC	
	N. ocorrências	% de uso	N. ocorrências	% de uso
adjetivo	47	60	15	65
substantivo	23	30	7	30
pronome	6	8	1	4
total	76	100	23	100

Fonte: Elaboração própria

Não foram percebidas grandes modificações do ponto de vista do tipo de predicativo, com um uso maior de substantivos, seguidos por adjetivos e, por fim, pelos pronomes. Exemplificamos abaixo com alguns trechos extraídos das leis:

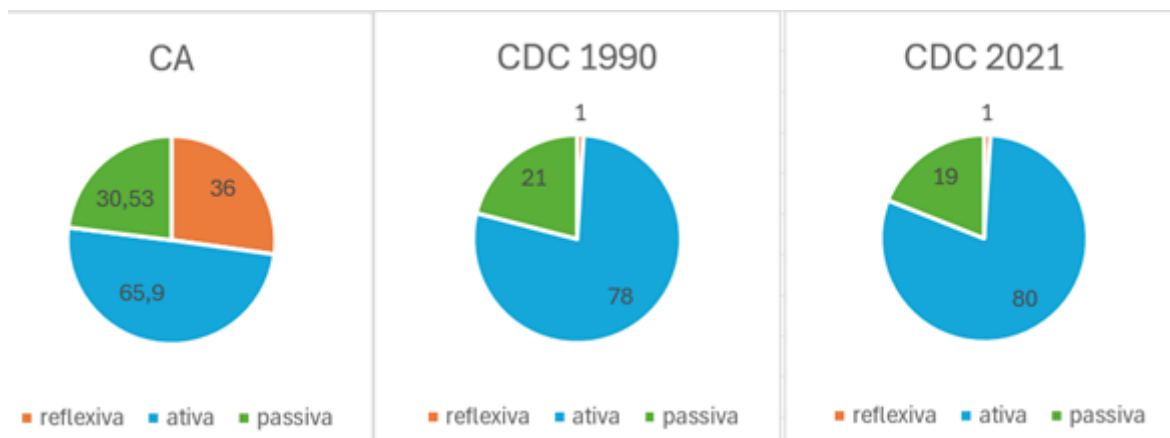
- (7) As concessões ou autorizações para derivação que se destinem a produção de energia hidro-elétrica **serão atribuições** aos Estados, na forma e com as limitações estabelecidas nos arts. 192, 193 e 194 (Brasil, 1934, cap. VII, art. 63, grifo nosso).
- (8) O Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico (MJ), ou órgão federal que venha substituí-lo, **é organismo** de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Brasil, 1990, t. IV, art. 106, grifo nosso).
- (9) São particulares as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também **o sejam**, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns (Brasil, 1934, cap. III, art. 8, grifo nosso).

É interessante apontar que, justamente por constarem em trechos em que é definido o âmbito da aplicação da lei, os predicativos são lexicalmente constituídos por termos que remetem ao assunto abordado na norma. De fato, no CA os adjetivos mais utilizados são *público/os* (6 ocorrências no singular e 5 no plural), *navegável/navegáveis* (2 ocorrências no singular e 1 no plural), *flutuável/flutuáveis* (2 ocorrências no singular e 1 no plural) *particular* (4 ocorrências) e *comuns* (3 ocorrências). No CDC os adjetivos mais encontrados foram *impróprio*, *responsável/responsáveis*, *enganosa* e *competente* (2 ocorrências cada). Entre os substantivos mais utilizados tem-se, no CA, *águas* (3 ocorrências) e *requerente* (2 ocorrências) e, no CDC, *pessoa* (2 ocorrências). Já nos casos em que o predicativo é constituído por um pronome, houve uma mudança no tipo de pronome utilizado: enquanto no CA foram encontrados os clíticos *o* (3 ocorrências) e *lo* (3 ocorrências), no CDC foi localizado o demonstrativo *aquela* (1 ocorrência). A análise do teste qui-quadrado ($\chi^2 = 9,02$, $p = 0,011$, $gl = 2$) indica uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis, com uma força de associação moderada (V de Cramér = 0,279). Esse resultado sugere que a mudança descrita não é devida ao acaso.

Uma possível explicação para a mudança do predicativo com pronome no texto mais recente, o CDC, pode ser atribuída à reorganização do quadro dos pronomes pessoais retratada por Castilho (2010), em que o pronome de terceira pessoa, prevalentemente utilizado nos textos do *corpus* aqui analisado, foi gradualmente desaparecendo em decorrência de um processo de redução fonológica, sendo substituído pelo demonstrativo.

Prosseguindo com os resultados das análises das tabelas Excel, são apresentadas, em seguida, as distinções em relação à voz verbal utilizada nos dois textos. Nesse caso, percebeu-se algumas pequenas, mas significativas mudanças, que são ilustradas na Imagem 2:

Imagem 2 – Comparação em gráficos de pizza das vozes verbais utilizadas no CA e no CDC nos períodos de 1990 e 2021, em termos de porcentagem



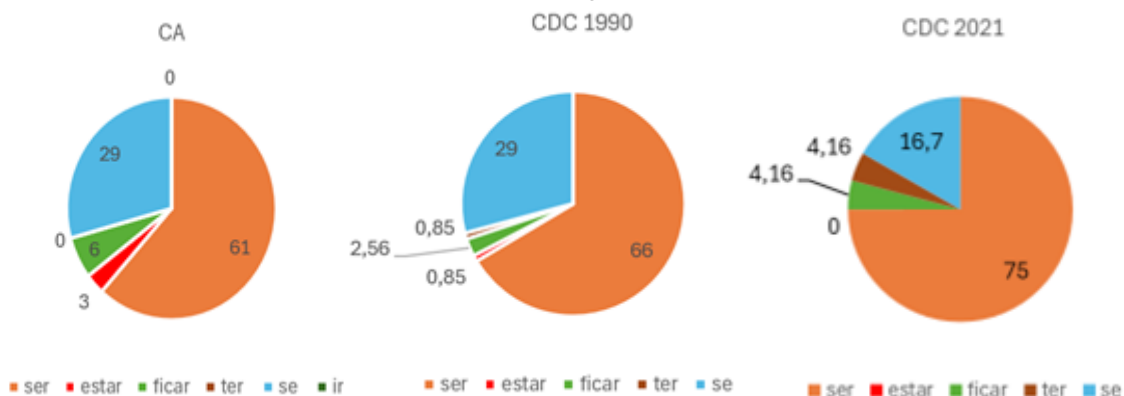
Fonte: Elaboração própria

Uma nova análise do teste qui-quadrado ($\chi^2 = 29,27$, $p = 0,000$, $gl = 4$) indicou uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis, com uma força de associação moderada (V de Cramér = 0,091).

Lembrando que o CA foi promulgado em 1934 e, como dito, está em vigor até a data atual com pouquíssimas modificações, pode-se notar que há uma clara tendência no tempo à diminuição e quase extinção do uso da voz reflexiva e, em menor medida daquela passiva, ao observar-se os verbos extraídos dos dois períodos mais significativos do CDC em termos de modificações. Mais uma vez, não se pode afirmar que o léxico utilizado não tenha influenciado nas formas, e somente uma análise quantitativa maior poderá responder a tal questão.

Foram avaliados também os mecanismos de formação de passiva, para verificar se haveria algum tipo de mudança. A Imagem 3 ilustra os resultados.

Imagem 3 – Comparação em gráficos de pizza dos mecanismos de formação de passiva utilizados no CA e no CDC nos períodos de 1990 e 2021, em termos de porcentagem



Fonte: Elaboração própria

O teste qui-quadrado ($\chi^2 = 48,61$, $p = 0,000$, $gl = 10$) indicou mais uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis, com uma força de associação moderada (V de Cramér = 0,252).

As formas de apassivação utilizadas nos textos são auxiliarizações com os verbos *ser*, *estar*, *ficar*, *ter*, a partícula *se* apassivadora e, no CA, um único caso do verbo *ir*.

Vejamos alguns exemplos abaixo:

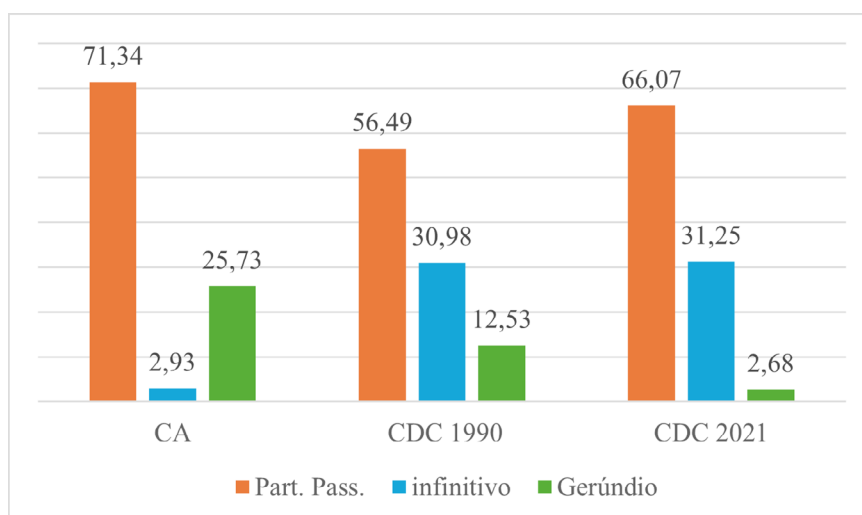
- (10) Quando a “avulsão” for de coisa não susceptível de aderência natural, **será regulada** pelos princípios de direito que regem a invenção (Brasil, 1934, cap. V, art. 21, grifo nosso).
- (11) Essa competência não exclui a dos Estados para legislarem subsidiariamente sobre a navegação ou flutuação dos rios, canais e lagos de seu território, desde que não **estejam compreendidos** nos números I e II do artigo 40 (Brasil, 1934, cap. VII, art. 61, par. ún., grifo nosso).
- (12) Nos contratos de adesão, o fornecedor [...] **fica obrigado** a entregar ao consumidor cópia do contrato, após a sua conclusão (Brasil, 1990, cap. VI-A, art. 54-G, § 2º, grifo nosso).⁹
- (13) Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas, na forma deste artigo, **terá descontada**, [...] os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo (Brasil, 1990, cap. VI, sec. II, art. 53, § 2º, grifo nosso).
- (14) Se o aqueduto tiver de atravessar estradas, caminhos e vias públicas, sua construção fica sujeita aos regulamentos em vigor, no sentido de não **se prejudicar** o trânsito (Brasil, 1934, t. VII, cap. ún., art. 122, grifo nosso).
- (15) Resolve decretar o seguinte Código de Águas, cuja execução compete ao Ministério da Agricultura e que **vai assinado** pelos ministros de Estado (Brasil, 1934, grifo nosso).

⁹ Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021

Além do óbvio desuso do verbo *ir* como forma apassivadora, pode-se notar o aumento do verbo *ser* e uma diminuição da partícula *se*. Acreditamos que também nesse caso a redução no uso da forma *se* como traço de apassivação seja devida à mudança no quadro dos reflexivos indicado por Castilho (2010), pois o autor traça um panorama diacrônico do português brasileiro para mostrar como a interpretação passiva do reflexivo *se* permanece somente no estilo formal. Uma outra possível explicação, a ser melhor verificada, seria referente a mudanças nas normas de redação legislativa, com uma tendência ao uso de estruturas de mais fácil compreensão (Brasil, 2006).

As análises se debruçaram em outras classificações: não foram encontradas diferenças significativas nos distintos períodos quanto às categorias de pessoa e número, utilizando os textos sempre a terceira pessoa do singular e do plural. Quanto aos modos e tempos verbais, notam-se algumas mudanças significativas em seu uso. Em relação às formas nominais dos verbos, apresentamos os gráficos da Imagem 4.

Imagem 4 – Comparação em gráfico de barra da utilização das formas nominais dos verbos utilizados no CA e no CDC nos períodos de 1990 e 2021, em termos de porcentagem



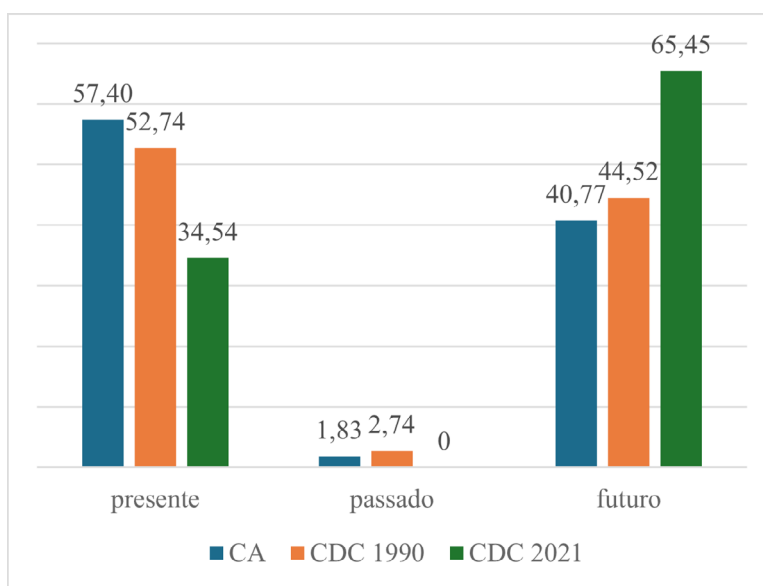
Fonte: Elaboração própria

Também nesse caso o teste do qui-quadrado ($\chi^2 = 114,7$, $p = 0,000$, $gl = 4$) indicou uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis com uma força de associação moderada (V de Cramér = 0,259).

É possível perceber, nos períodos analisados, um grande aumento do uso do infinitivo, especialmente em detrimento do gerúndio. Tal dado é muito interessante, pois possibilita um recorte sobre uma mudança no tipo de orações subordinadas reduzidas nos dois textos. Há, no caso, uma dupla observação: do CA à versão original do CDC vê-se um enorme aumento no uso de infinitivas e diminuição das gerundivas. Já entre as duas versões do CDC, é observável uma estabilidade entre as infinitivas e uma diminuição expressiva das gerundivas. Quanto ao amplo uso do particípio passado, muitas vezes empregado como particípio adjetival, não foi possível identificar uma tendência clara, pois houve uma diminuição muito grande de 1934 para 1990, e depois um novo aumento nos dados de 2021. Não foi nosso objetivo nos aprofundar no assunto, mas certamente é algo a ser levado em conta em trabalhos futuros.

Em relação aos tempos verbais de indicativo e de subjuntivo, as análises agruparam os dados em macro categorias, visto que a maioria das ocorrências se dividiu entre presente e futuro nos dois modos. No indicativo passado, portanto, ficaram agrupados todos os casos de pretérito; e, no indicativo futuro, o futuro do presente e o futuro do pretérito. Já no subjuntivo o pretérito imperfeito foi categorizado como passado. As Imagens 5 e 6 mostram graficamente, em termos de porcentagem, as ocorrências encontradas nos códigos analisados.

Imagem 5 – Comparação em gráfico de barra da utilização dos tempos dos verbos utilizados no modo indicativo no CA e no CDC nos períodos de 1990 e 2021, em termos de porcentagem



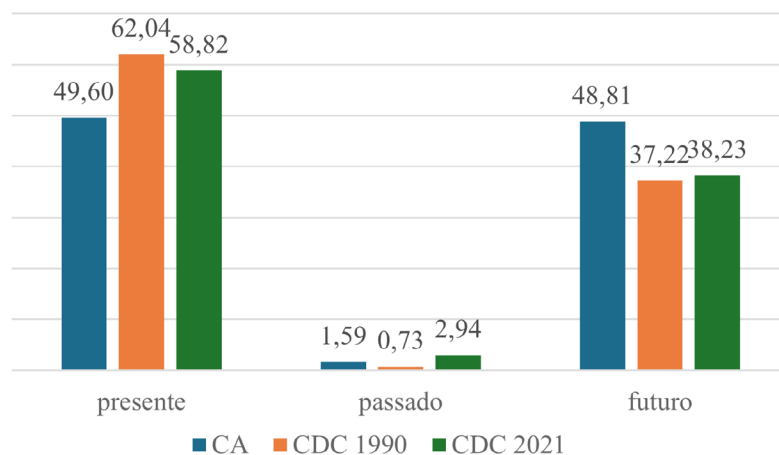
Fonte: Elaboração própria

Mais uma vez, o teste qui-quadrado ($\chi^2=13,88$, $p=0,008$, $gl=4$) indicou uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis com uma força de associação moderada (V de Cramér = 0,09).

O gráfico da Imagem acima ilustra claramente uma diminuição no uso do presente do indicativo ao longo do tempo em favor do aumento do tempo futuro.¹⁰ Pode haver uma explicação para um incremento tão grande nas ocorrências do futuro em detrimento do presente no trecho do CDC de 2021: boa parte da modificação se refere a partes em que são citadas as medidas de prevenção e de tratamento do superendividamento (Capítulo VI-A) e isso requer do redator legislativo um amplo uso desse tempo para prever situações de aplicação da norma. Isso pode ter enviesado a amostra, apesar de ver-se que a tendência de utilização do futuro permanece.

¹⁰ Essa descoberta é especialmente importante porque um dos parâmetros da análise multidimensional que foi implementada no *corpus* inteiro apontou que os textos do *corpus* são direcionados ao futuro, inclusive, mas não somente, pelo amplo emprego dos tempos presente e futuro do indicativo e do subjuntivo (veja-se Marques et al., 2025).

Imagem 6 – Comparação em gráfico de barra da utilização dos tempos dos verbos utilizados no modo subjuntivo no CA e no CDC nos períodos de 1990 e 2021, em termos de porcentagem

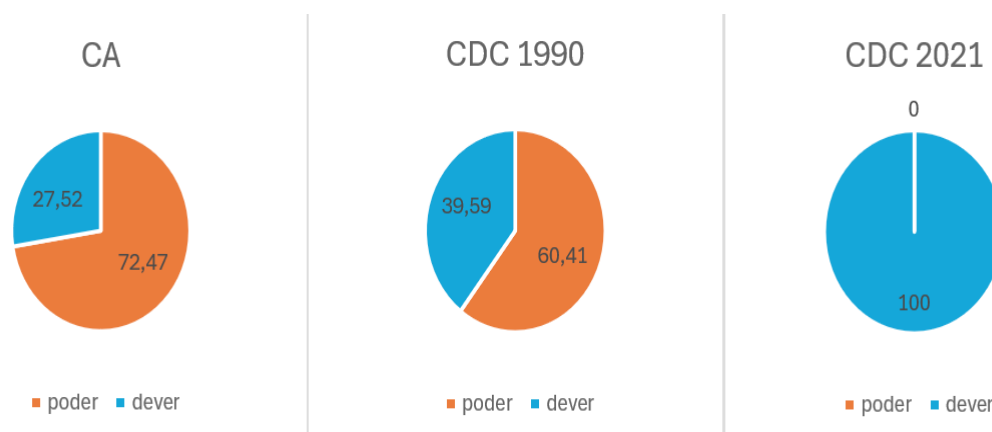


Fonte: Elaboração própria

Já no caso do subjuntivo, não foi possível visualizar uma tendência tão clara, com aumento e seguinte pequena diminuição do presente. De fato, nesse caso, o teste do qui-quadrado ($X^2 = 6,72$, $p = 0,152$, $gl = 4$) indicou que não há uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis, sendo o valor crítico de 9,488 (V de Cramér = 0,089). Na referência ao futuro parece ter ocorrido uma diminuição na utilização do futuro e, em seguida, estabilidade. Como se trata de orações subordinadas, a análise deveria levar em conta fatores qualitativos mais refinados que não foram aqui implementados, mas que poderão ser analisados em outros trabalhos.

Entre as análises, foram verificados quais verbos modais foram utilizados nos dois códigos. A Imagem 7 abaixo ilustra os verbos encontrados e suas proporções, em porcentagem, nos três períodos.

Imagem 7 – Comparação em gráficos de pizza dos verbos modais utilizados no CA e no CDC nos períodos de 1990 e 2021, em termos de porcentagem



Fonte: Elaboração própria

O teste qui-quadrado ($\chi^2 = 22,94$, $p = 0,000$, $gl = 2$) indicou uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis, com uma força de associação moderada (V de Cramér = 0,334).

Acreditamos que a totalidade do verbo *dever* no período de 2021 possa ter sido motivada pelo viés do trecho específico da lei que apontamos acima. De fato, a modificação inclui uma série de instruções sobre as modalidades de vendas à vista e a prazo como no Exemplo 16 abaixo:

- (16) Sem prejuízo do disposto no art. 37 deste Código, a oferta de crédito ao consumidor e a oferta de venda a prazo, ou a fatura mensal, conforme o caso, **devem indicar**, no mínimo, o custo efetivo total, o agente financiador e a soma total a pagar, com e sem financiamento. (Brasil, 1990, art. 54-B, § 3º, grifo nosso)

O mesmo viés legislativo apontado acima explicaria também o aumento do verbo *dever* em relação a *poder*. Uma análise qualitativa mais refinada e quantitativa no *corpus* inteiro, acompanhada de novos testes estatísticos, poderá responder a tal questão.

5 Conclusões

Este artigo apresentou uma análise em microdiacronia das mudanças das formas verbais e nominais dos verbos em dois Códigos extraídos do *corpus* LEX-BR-lus, devidamente anotado para tal finalidade. Os períodos analisados foram aqueles de 1934, para o Código de Águas, e de 1990 e 2021 para o Código do Consumidor. Os dados foram coletados manualmente e conferidos com as etiquetas do PALAVRAS (Bick, 2000, 2014), adotadas no *corpus*, e aquelas resultantes de uma análise multidimensional (Marques; Ferrari, 2023; Marques et al., 2025). Foi possível visualizar quantitativamente a variação lexical dos verbos, assim como dos tempos e modos verbais que compõem nas leis.

Após a tabulação dos dados e sua demonstração através de gráficos, pôde-se observar que, embora do ponto de vista dos lexemas verbais utilizados, os resultados são inconclusivos, pois acredita-se ser necessário um volume maior de dados, é possível entrever algumas tendências a respeito de modos e tempos verbais. Houve certa diminuição no uso do particípio passado, mas um considerável aumento do uso do infinitivo em detrimento do gerúndio. No modo indicativo, houve aumento do futuro em relação ao presente, enquanto no subjuntivo o aumento do presente e a diminuição do futuro requerem análises mais aprofundadas das subordinações. Foi constatado também um considerável aumento na utilização do verbo modal *poder* em detrimento de *dever*. Foi identificado, além disso, o quase desaparecimento da forma reflexiva e grande aumento da forma ativa. Entre as formas de passivação, o auxiliar *ser* foi o que mais cresceu, enquanto a partícula apassivadora se apresentou uma grande diminuição no uso. Entre os predicativos utilizados com o verbo *ser*, os adjetivos indicaram um ligeiro aumento.

Os testes estatísticos implementados (qui-quadrado, V de Cramér e cálculo do valor- p) permitem confirmar que, à exceção dos dados relativos ao subjuntivo, há uma significativa associação entre as variáveis com força de associação moderada, indicando não apenas que os resultados não são devidos ao acaso, mas também a necessidade de se ampliar o conjunto de dados para obter resultados mais precisos.

Apesar de serem iniciais, e possibilitarem refinamentos e desdobramentos, os resultados apresentados já mostraram algumas tendências muito interessantes de mudança na redação das normas. Pretende-se verificar, em trabalhos já iniciados e futuros, tais tendências, replicando as buscas em um número maior de textos e no *corpus* inteiro, com uma utilização mais ampla de ferramentas computacionais e testes estatísticos.

Como dito no início do artigo, trata-se ainda de observações preliminares em textos relativamente curtos. Todavia, as análises estão sendo refinadas e novos pontos de partida estão sendo traçados para uma varredura de alguns fenômenos em textos maiores, que possam dar um panorama mais amplo das mudanças da linguagem das leis ao longo do tempo no Brasil.

Alguns dos resultados estão sendo utilizados em novas pesquisas no mesmo *corpus* e poderão ser empregados por outros estudos em análises quantitativas e qualitativas em diversos textos do gênero legislativo.

Por fim, parece-nos que, apesar da ainda grande complexidade da linguagem das leis, especialmente para os leigos, o trabalho mostrou que há indícios de mudança e, quiçá, simplificação para uma sua maior legibilidade e clareza.

Agradecimentos

Agradecemos à Capes (bolsa n.º: 88887.626989/2021-00) e à Fapemig (bolsas de IC) pelo financiamento parcial da pesquisa.

Referências

ADLER, M. The Plain Language Movement. In: TIRESMA, P.; SOLAN, L. M. (Org.). *The Oxford Handbook of Language and Law*. New York: Oxford University Press, p. 67-83, 2012.

BARBERA, M.; ONESTI, C. Scheda progetto di ricerca n. 9. *Corpus Jus Jurium*. In: DIADORI, P. *Progetto JURA: la formazione dei docenti di lingua e traduzione in ambito giuridico italo*. Perugia: Guerra Edizioni, p. 349-351, 2009.

BERBER SARDINHA, T.; KAUFFMANN, C.; ACUNZO, C. M. Dimensions of Register Variation in Brazilian Portuguese. In: PINTO, M. V. (Ed.). *Multi-Dimensional Analysis: 25 Years on a Tribute to Douglas Biber*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014.

BERBER SARDINHA, T.; PINTO, M. V. (Ed.). *Multi-Dimensional Analysis: Research Methods and Current Issues*. Londres: Bloomsbury Academic, 2019.

BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BIBER, D. *Dimensions of Register Variation: A Cross-linguistic Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BIBER, D. Representativeness in *Corpus Design*. *Literary and Linguistic Computing*, Oxford, v. 8, n. 4, p. 243-257, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1093/lc/8.4.243>.

BICK, E. PALAVRAS, a Constraint Grammar-based Parsing System for Portuguese. In: BERBER SARDINHA, T.; FERREIRA, T. (Ed.). *Working with Portuguese Corpora*. London: Bloomsbury, 2014. p. 279-302.

- BICK, E. The Parsing System “PALAVRAS”: *Automatic Grammatical Analysis of Portuguese in a Constraint Grammar Framework*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Department of Linguistics, Aarhus University, Aarhus, 2000.
- BIDERMAN, M. T. C. *A face quantitativa da linguagem: um dicionário de frequências do português*. ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 42, n. 1, 2001.
- BIEL, Ł. Corpora in Institutional Legal Translation: Small Steps and the Big Picture. In: RAMOS, F. P. Institutional Translation for International Governance. Enhancing Quality in Multilingual Legal Communication. London: Bloombury Academic, p. 25-26, 2018.
- BRASIL. Casa Civil. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Legislação – Presidência da República. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. *Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934*. Institui o Código de Águas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643compilado.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14181.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985*. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos*. Coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. 3. ed. rev. atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018.
- BRASIL. Senado Federal. *Consultoria Legislativa*. Manual de Redação Parlamentar e Legislativa. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2006.
- BREZINA, V. *Statistics in Corpus Linguistics: A Practical Guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- CANAVESE, P. LEX.CH.IT: A *Corpus* for Micro-Diachronic Linguistic Investigations of Swiss Normative Acts in Italian. *Comparative Legilinguistics*, v. 40, p. 44-65, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14746/cl.2019.40.3>.
- CAO, Y.; XIAO, R. A Multi-dimensional Contrastive Study of English Abstracts by Native and Non-Native Writers. *Corpora*, v. 8, n. 2, p. 209-234, 2013. DOI: <https://doi.org/10.3366/cor.2013.0041>.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

- CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.
- CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Histórico da legislação hídrica no Brasil*. Águas Interiores, [2023]. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/tiipos-de-agua/historico-da-legislacao-hidrica-no-Brasil/>. Acesso em: 13 dez. 2024.
- CORTELAZZO, M. L'italiano giuridico sta davvero cambiando? In: POZZO, B.; BAMBI, F. (Org.). *L'italiano giuridico che cambia*. Firenze: Accademia della Crusca, 2012. p. 179-183.
- CORTELAZZO, M. Lingua e diritto in italia. Il punto di vista dei linguisti. In: SCHENA, L. (Ed.). *La lingua del diritto. Difficoltà traduttive. Applicazioni didattiche. Atti del primo Convegno Internazionale*, Milano, 5-6 ottobre. Roma: Cisu (Centro d'Informazione e Stampa Universitaria), 1997. p. 35-50.
- COULTHARD, M.; JOHNSON, A. *An Introduction to Forensic Linguistics: Language in Evidence*. New York: Routledge, 2007.
- COULTHARD, M.; JOHNSON, A. *The Routledge Handbook of Forensic Linguistics*. Abingdon: Routledge, 2010.
- CRAMÉR, H. *Mathematical Methods of Statistics*. Princeton: Princeton University Press, 1946.
- DAHLMAN, R. C. *Specialità del linguaggio giuridico italiano*. Stockholm University, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/27818945_Specialita_del_linguaggio_giuridico_italiano. Acesso em: 6 set. 2020.
- DAVIES, M.; FERREIRA, A. *Corpus do Português: 45 Million Words, 1300s-1900s*. 2006. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org>. Acesso em: 15 set. 2022.
- FERRARI, L. A.; CUNHA, E. L. T. P. Reflexões metodológicas sobre datasets e Linguística de *Corpus*: uma análise preliminar de dados legislativos. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 16, n. 4, p. 1571-1607, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/64146>. Acesso em: 23 set. 2022.
- FERRARI, L. A.; MARQUES, C. G. F. O LEX-BR-lus: arquitetura e decisões na compilação de um *corpus* representativo das leis federais brasileiras. *ANTARES*, v. 14, n. 34, 2022. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/11150/5328>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- FERRAZ JUNIOR, T. S. *O arcaísmo na formação jurídica brasileira*. *Revista USP*, v. 1, p. 28-36, 2014.
- FISHER, R. A. *Statistical Methods for Research Workers*. Edinburgh: Oliver & Boyd, 1925.
- GIAMPIERI, P. A Diachronic Analysis of Latinisms in the Decisions of the UK Supreme Court. *Int. J Semiot Law*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11196-024-10232-1>.
- GIAMPIERI, P. Online Parallel and Comparable Corpora for Legal Translations. *Altre modernità*, n. 20, p. 237-252, 2018. DOI: <https://doi.org/10.13130/2035-7680/10842>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329365608_Online_Parallel_and_Comparable_Corpora_for_Legal_Translations. Acesso em: 6 set. 2020.
- GOŹDŹ-ROSKOWSKI, S. *Corpus Linguistics in Legal Discourse*. *International Journal for the Semiotics of Law*, n. 34, p. 1515-1540, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11196-021-09860-8>.
- GOŹDŹ-ROSKOWSKI, S. Legal Language. In: CHAPPELLE, Carol A. (Org.). *The Encyclopedia of Applied Linguistics*. Chichester?: John Wiley e Sons, 2012. p. 3281-3287.

GOŹDŹ-ROSZKOWSKI, S. *Patterns of Linguistic Variation in American Legal English: A Corpus-Based Study*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2011.

GOŹDŹ-ROSZKOWSKI, S.; PONTRANDOLFO, G. Legal Phraseology Today: *Corpus*-based Applications Across Legal Languages and Genres. *International Journal of Specialized Communication*, 37(3-4):130-138 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/18714805/Legal_Phraseology_Today_Corpus_based_Applications_Across_Legal_Languages_and_Genres. Acesso em: 6 set. 2020.

GUGLINSKI, V. *Breve histórico do Direito do Consumidor e origens do Código de Defesa do Consumidor*. Meu Site Jurídico, 8 maio 2019. Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2019/05/08/breve-historico-direito-consumidor-e-origens-codigo-de-defesa-consumidor/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

HARDIE, A. Modest XML for Corpora: not a standard, but a suggestion. *ICAME Journal*, v. 38, n. 1, p. 73–103, 2014. DOI: <https://doi.org/10.2478/icame-2014-0004>. Acesso em: 20 jul. 2021.

JUSBRAZIL. *Portal Jurídico JusBrasil*. Disponível em: <https://www.jusBrasil.com.br/>. Acesso em: jun. 2023.

MARQUES, C. G. de F. *Análise multidimensional dos textos legais federais brasileiros*. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MARQUES, C. G. de F.; FERRARI, L. A. Características gerais das leis federais brasileiras: um estudo exploratório sob o enfoque da Análise Multidimensional. In: *SIMPÓSIO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA LINGUAGEM HUMANA (STIL)*, 14., 2023, Belo Horizonte/MG. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 308-317. DOI: <https://doi.org/10.5753/stil.2023.233485>.

MARQUES, F. P. A.; FERRARI, A. L.; KAUFFMANN, C. H. Challenges in a Multidimensional Analysis of a Brazilian Portuguese *Corpus* of Federal Statutory Laws. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 25, n. 1, p. 1-38, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6398202549849>. Disponível em: <https://www.scielo.br/rj/rbla/a/s4PcfM453T75kbvwwjftQDd/?lang=en#>. Acesso em: 11 dez. 2025.

ONESTI, C. *Methodology for Building a Text-Structure Oriented Legal Corpus*. *Comparative Legilinguistics*, v. 8, p. 37- 48, 2011. DOI: <https://doi.org/10.14746/cl.2011.08.04>.

PEARSON, K. On the Criterion that a Given System of Deviations from the Probable in the Case of a Correlated System of Variables is Such that it Can be Reasonably Supposed to Have Arisen from Random Sampling. *The London, Edinburgh, and Dublin Philosophical Magazine and Journal of Science*, v. 50, n. 302, p. 157-175, 1900. DOI: <https://doi.org/10.1080/14786440009463897>.

PONTRANDOLFO, G. Legal Corpora: an Overview. *Rivista Internazionale di Tecnica della Traduzione*, p. 121-136, *Trieste*, 2012. Disponível em: <https://www.openstarts.units.it/bitstream/10077/9783/1/12Pontrandolfo.pdf>. Acesso em: 6 set. 2020.

RICHARD, I. Is Legal Lexis a Characteristic of Legal Language? *Lexis*, n. 11, p. 1-14, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4000/lexis.1173>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324949333_Is_legal_lexis_a_characteristic_of_legal_language. Acesso em: 6 set. 2020.

RODRIGUES, M. C. C. *Linguagem, discurso e direito: algumas questões de linguística jurídica*. *Revista Do Ministério Público*, n. 111, p. 5-37, jul.-set. 2007.

RODRIGUES, R.; LEMOS-COUTO, M.; LEME COELHO, F.; SOUZA DE MIRANDA JUNIOR, I.; VALE, O. Bases lexicais verbais do português Brasileiro. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 16, n. 4, p. 1489-

1516, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL52-v16n4a2022-9>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/63470>. Acesso em: 2 jan. 2025.

SINCLAIR, J. *Trust the Text. Language, Corpus, and Discourse*. London: Routledge, 2004.

TIERSMA, P. M. *Legal Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

VISCONTI, J. Prestiti e calchi: dove va la lingua giuridica italiana. In: POZZO, B.; BAMBI, F. (Org.). *L'italiano giuridico che cambia*. Firenze: Accademia della Crusca, p. 185-193, 2012.

VISCONTI, J. Interferenze sull'italiano giuridico nei processi di traduzione e di trasposizione dalla lingua inglese. In: SENATO DELLA REPUBBLICA (Org.). *Atti della Giornata di studio Il linguaggio giuridico nell'Europa delle pluralità. Lingua italiana e percorsi di produzione e circolazione del diritto dell'Unione europea*. Roma: Senato della Repubblica, p. 71-81, 2017.

WILLIAMS, C. Court judgments and plain language: Some recent developments in Canada and the United Kingdom. In: MACI, S.; SALA, M.; SPINZI, C. (Ed.). *Communicating English in Specialised Domains: A Festschrift for Maurizio Gotti*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, p. 106-125, 2020.

WILLIAMS, C. *Legal English and Plain Language: An Introduction*. *ESP Across Culture*, v. 1, p. 111-124, 2004.

WILLIAMS, C. *The Impact of Plain Language on Legal English in the United Kingdom*. London: Routledge, 2023.

A memória da escravidão em manuscritos paranaenses: Uma abordagem lexical

The Memory of Slavery In Manuscripts from Paraná: A Lexical Approach

Patrícia Medeiros da Silva Galvão

Universidade Estadual de Londrina

(UEL) | Londrina | PR | BR

patriciamedeiros.cristo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3154-7239>

Fabiane Cristina Altino

Universidade Estadual de Londrina

(UEL) | Londrina | PR | BR

fabiane@uel.br

<https://orcid.org/0000-0002-5987-2028>

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar a análise lexical de manuscritos paranaenses do século XIX a fim de identificar, por meio do léxico, marcas linguísticas que documentam a experiência da escravidão na região. O estudo utiliza método de análise lexical fundamentado na teoria dos campos lexicais de Coseriu (1977), a partir do exame de 50 documentos manuscritos do Arquivo Público do Paraná. Os termos relacionados à escravidão foram organizados em 22 campos semânticos, totalizando mais de 400 unidades léxicas, com destaque para os campos “Administração pública” e “Violência/vigilância e castigo”. Os resultados demonstram que a escolha lexical registrada nos manuscritos reflete a centralidade da escravidão na estrutura social e econômica do Paraná, revelando tanto a atuação burocrática do Estado quanto as práticas de violência e resistência dos escravizados. Conclui-se que o léxico preservado nos documentos funciona como arquivo linguístico da escravidão, evidenciando hierarquias sociais, visões de mundo e estratégias de resistência. O estudo reafirma a relevância da linguística histórica para ampliar o debate historiográfico e reconhece o léxico como ferramenta de preservação da memória e compreensão crítica da sociedade escravista paranaense.

Palavras-chave: Escravidão; Léxico; Manuscritos; Paraná; Linguística histórica.

Abstract: This article presents a lexical analysis of 19th-century manuscripts from Paraná, aiming to identify, through lexicon, linguistic markers that document the experience of slavery in the region. The study uses a lexical analysis method based on Coseriu’s (1977) theory



of lexical fields, based on the examination of 50 manuscript documents from the Paraná Public Archives. Terms related to slavery were organized into 22 semantic fields, totaling over 400 lexical units, with emphasis on the fields “Public administration” and “Violence/surveillance and punishment.” The results demonstrate that the lexical choice recorded in the manuscripts reflects the centrality of slavery in the social and economic structure of Paraná, revealing both the bureaucratic role of the state and the practices of violence and resistance of the enslaved. It is concluded that the lexicon preserved in the documents functions as a linguistic archive of slavery, evidencing social hierarchies, worldviews, and resistance strategies. The study reaffirms the relevance of historical linguistics to broaden the historiographical debate and recognizes the lexicon as a tool for preserving the memory and critically understanding the slave society of Paraná.

Keywords: Slavery; Lexicon; Manuscripts; Paraná; Historical linguistics.

1 Introdução

O estudo da escravidão no Brasil tem se pautado, em grande medida, por fontes oficiais e narrativas amplamente difundidas apenas no eixo Sudeste-Nordeste. No entanto, o Paraná, região cuja presença da escravidão foi por muito tempo minimizada ou invisibilizada, guarda também registros que demonstram a relevância da população negra em sua formação social e econômica.

Este artigo tem como objetivo apresentar a análise de manuscritos paranaenses do século XIX pelo viés lexical, mais precisamente pelos campos semânticos, buscando identificar marcas linguísticas que documentam a experiência da escravidão na região.

Justifica-se o estudo tanto pela carência de trabalhos relacionados à escravidão no Paraná dentro do campo da linguística histórica, quanto pela importância de se explorar a memória lexical da escravidão como um patrimônio cultural e histórico que ultrapassa os limites do discurso presente em certas obras historiográficas e em um pensamento equivocado de uma colonização paranaense restrita à matriz europeia e à população branca.

A análise lexical proposta considera que a língua, não apenas reflete, mas também constrói a realidade social. Assim, ao examinar o léxico presente nos manuscritos, buscamos compreender as visões de mundo, as hierarquias sociais e os sistemas de valores que orientavam as práticas sociais da época.

Partimos do pressuposto de que cada escolha lexical, ainda que aparentemente neutra, carrega um posicionamento ideológico e uma forma de representação da alteridade.

O processo de nomear a realidade é fundamental para a organização do conhecimento. As palavras não apenas descrevem, mas também moldam nossa percepção do mundo.

A pesquisa organizou os termos relacionados à escravidão em campos lexicais, com base na teoria proposta por Coseriu (1977). Esses campos reúnem palavras que compartilham a mesma área de significado e, sua análise, combinada com informações de historiadores e dicionários antigos, ofereceu uma visão mais profunda do contexto histórico da escravidão no Paraná. É neste contexto em que este artigo se inscreve, dar visibilidade ao léxico registrado em documentos oficiais do Estado, buscando resgatar a memória dos escravizados na construção do Paraná.

2 Contextualização histórica: A Formação da Província do Paraná

A escravidão no Paraná, embora numericamente menos expressiva que em outras províncias, desempenhou papel decisivo na organização do trabalho e na conformação da sociedade paranaense. Até 1853, o território que hoje corresponde ao Paraná pertencia à província de São Paulo. No final do século XVI, a descoberta de ouro na baía de Paranaguá atraiu colonizadores, principalmente paulistas. A mineração foi tão significativa que, em 1660, Paranaguá foi elevada à categoria de Capitania, e a cidade de Curitiba foi fundada no mesmo período. No entanto, a atenção da Coroa Portuguesa logo se desviou para as novas minas descobertas na região Centro-Oeste do Brasil.

Em 1710, a Capitania Geral de São Paulo foi criada, englobando vastos territórios, incluindo Paranaguá e o sul da colônia. A partir daí, o território paranaense passou a ser conhecido como a 5ª Comarca de São Paulo, com sede em Paranaguá. Durante seu período como comarca, o território paranaense enfrentou sérios problemas administrativos. A região sofria com a falta de infraestrutura, segurança precária, poucos professores, uma justiça lenta e ineficiente, além de desvio de verbas e altos tributos cobrados por São Paulo e pelo Império, a insatisfação crescente gerou um movimento por autonomia política e administrativa.

Segundo Campinas (2005), uma das primeiras tentativas de emancipação ocorreu em 1821, com o movimento conhecido como “Conjura Separatista”, que acabou sendo reprimido. O movimento ganhou nova força durante o Período Regencial (1831-1840), marcado por diversas rebeliões, como a Revolta Farroupilha no Rio Grande do Sul. Para evitar que a revolta se espalhasse para o Paraná, a província de São Paulo buscou apoio de Curitiba, prometendo em troca a emancipação da comarca. Curitiba colaborou com o governo central no combate aos insurgentes, o que agradou o presidente de São Paulo. Em 1842, ele solicitou a emancipação ao governo imperial. Contudo, disputas políticas e a rivalidade entre Paranaguá e Curitiba pela capital adiaram a decisão. A emancipação só foi aprovada em 1853, e a província do Paraná foi oficialmente criada. Curitiba foi nomeada a capital, e Zacarias de Góes e Vasconcellos se tornou seu primeiro presidente, tomando posse em dezembro do mesmo ano. Na época, a população era de aproximadamente 62.258 habitantes, e a economia era baseada na pecuária, na produção de muares, na agricultura de subsistência, no comércio e na indústria extrativa de erva-mate, além de uma incipiente indústria de transformação, conforme Campinas (2005).

A diáspora africana projetou-se no território paranaense a partir do século XVII, principalmente no litoral, com a fundação de Paranaguá. Inicialmente, a mão de obra indígena era predominante, mas uma transição gradual ocorreu ao longo dos séculos XVII e XVIII, com a população negra crescendo significativamente. Portela (2014) mostra que, em Curitiba, os

batismos de africanos superaram os de indígenas entre 1751 e 1777. Apesar de menos numerosa do que em outras províncias do Brasil, a população escravizada foi fundamental para a economia paranaense. Em 1772, os escravos representavam cerca de 22% da população total, com uma concentração ainda maior em Paranaguá, onde chegavam a 44,2% dos habitantes (Westphalen, Balhana & Machado, 1968). O trabalho escravo foi essencial em diversos setores, como a pecuária, a agricultura, o transporte, a construção civil e os serviços domésticos. A partir de 1820, a indústria da erva-mate, um dos pilares da economia provincial, dependeu diretamente da mão de obra escravizada. Gutiérrez (2006) ressalta que, embora o Paraná tivesse um percentual menor de escravos, a escravidão foi crucial para a estrutura social e econômica da região, influenciando a propriedade da terra, a acumulação de capital e o acesso ao poder.

A historiografia regional, contudo, contribuiu para a construção de uma narrativa eurocêntrica que minimizou a importância da população africana e priorizou uma narrativa ligada à imigração europeia. Esse “apagamento” foi um processo intencional das elites locais, que buscavam associar a identidade do novo estado à modernização europeia (Camargo, 2007). O historiador Romário Martins (1995) é um exemplo dessa visão. Em sua obra *História do Paraná*, ele argumenta que o número reduzido de negros na região resultou em uma menor influência cultural. Ele cita o censo de 1890, onde a população negra e mulata representava apenas 5,17% do total, um dos menores índices do país. Martins chega a justificar a baixa representatividade da população negra com teorias racistas, sugerindo que ela era menos resistente em “altitudes elevadas” (Martins, 1995). Essa perspectiva é parte da ideologia do branqueamento, que, segundo Skidmore (1976), buscava “branquear” a população brasileira através da imigração europeia e da miscigenação, desvalorizando a contribuição de negros e indígenas.

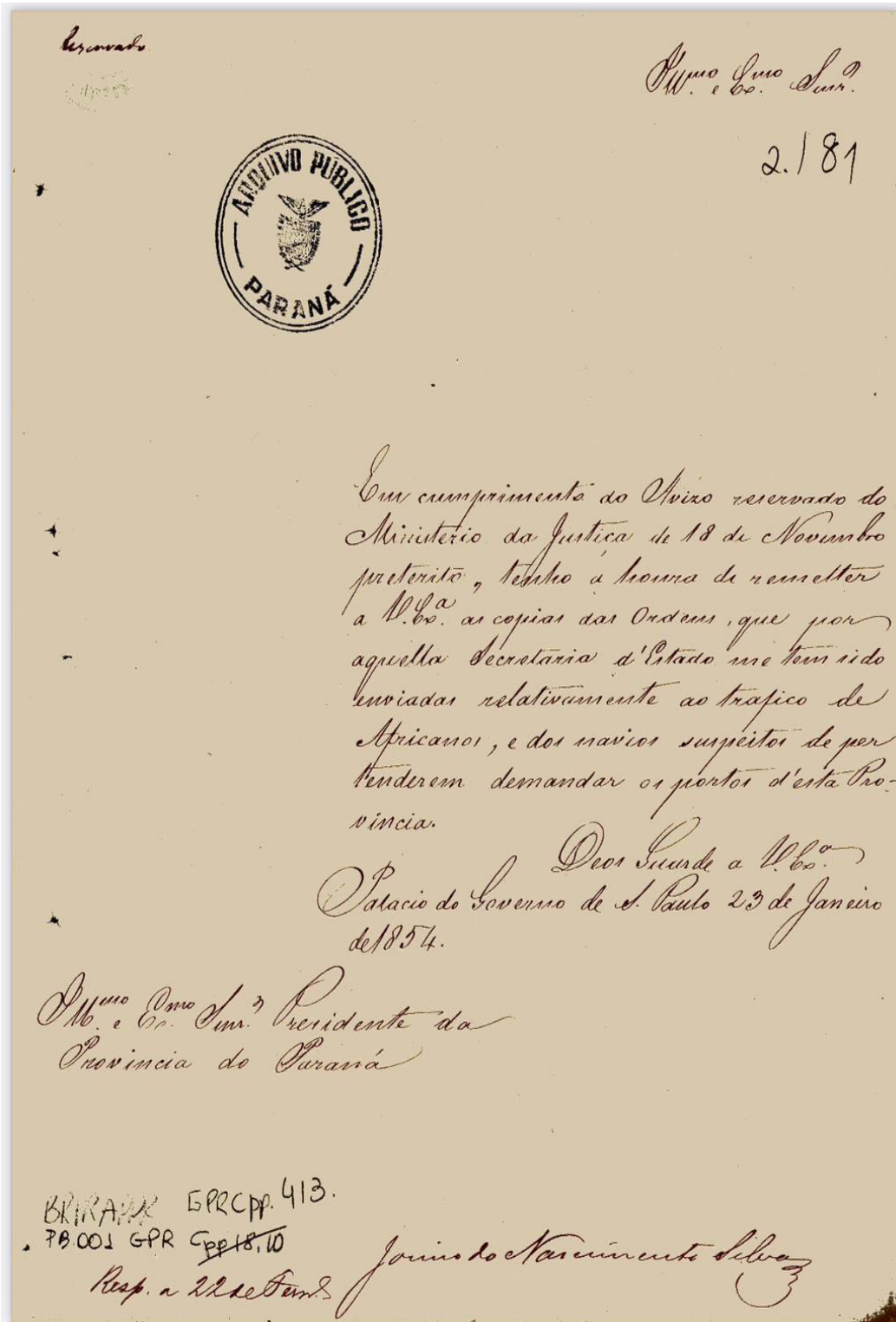
Pesquisadores como Cecília Westphalen (1969), por outro lado, oferecem uma visão mais rigorosa e completa, destacando a complexidade das relações sociais e a importância da mão de obra de indígenas e africanos. Ao analisar os dados da época de maneira aprofundada, Westphalen (1969) demonstrou que a escravidão no Paraná, apesar de ter particularidades, não pode ser desconsiderada. Da mesma forma, Gutiérrez (2006) e Faria (2018) defendem que a experiência escravista na região, embora em menor escala, foi fundamental para o desenvolvimento econômico local, e sua análise deve considerar as especificidades da província. As dinâmicas abolicionistas locais revelam que o Paraná não esteve à margem do movimento nacional, ainda que tenha assumido características próprias. A vigilância contra o tráfico negreiro clandestino, a atuação das elites locais e a implementação de leis como a do *Ventre Livre* (1871) e a dos *Sexagenários* (1885) mostram como a região participou dos debates e das tensões que culminaram na abolição em 1888.

3 Materiais e métodos: Constituição do *corpus* e tratamento filológico

O presente estudo baseia-se na análise de 50 manuscritos do século XIX, provenientes do acervo do Arquivo Público do Paraná (APP), coletados inicialmente para integrar o Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB). O *corpus* é constituído por documentos que versam sobre africanos e afrodescendentes (livres e escravos) no Paraná, abrangendo diversos gêneros de correspondências oficiais emitidas e recebidas pelo governo provincial, tais como ofícios, requerimentos, solicitações e circulares.

O tratamento dos manuscritos, crucial dada a sua antiguidade, envolveu a elaboração de dois modelos de edição para cada documento: (i) Edição fac-similar, que é correspondente à reprodução fiel do documento original por digitalização, garantindo a preservação das características materiais, como a caligrafia, as ilustrações e as margens, sem qualquer intervenção editorial. Este procedimento é fundamental para a análise do pesquisador, prevenindo erros de leitura paleográfica e (ii) Edição semidiplomática, que se caracteriza por um nível mediano de intervenção do editor, cujo objetivo é aprimorar a leitura e a compreensão do texto primitivo. Neste modelo, foram realizados procedimentos conforme as Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil (1998), como: transcrição dos caracteres manuscritos para o formato tipográfico; o desdobramento das abreviaturas; a sinalização da presença de deterioração que impossibilita a leitura e indicação de erros ou inserções do copista. Essa abordagem garante maior rigor na leitura e na análise dos documentos, ao mesmo tempo que facilita o acesso ao conteúdo para estudos da escrita, da língua e da história da sociedade paranaense do século XIX. Os modelos dos dois tipos de edição adotados (fac-similar e semidiplomática) são apresentados para referência e análise visual na Figura 1 e na Figura 2.

Figura 1 – Manuscrito paranaense



Fonte: Arquivo Público do Paraná

Figura 2 – Transcrição semidiplomática do manuscrito

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

5 Em cumprimento do Avizo reservado do
Ministerio da Justiça de 18 de Novembro
preterito, tenho a honra de remetter
a Vossa Excelencia as copias das Ordens, que por
10 aquella Secretaria d'Estado me tem sido
enviadas relativamente ao trafico de
Africanos, e dos navios suspeitos de per
tenderem demandar os portos d'esta Pro-
vincia.

Deos guarde a Vossa Excelencia

15 Palacio do Governo de São Paulo 23 de Janeiro
de 1854.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Presidente da
Provincia do Paraná

20

[[BRPRAPPR]] [[GPRCpp. 413]]
[[PB 001 GPR Cpp 18.10]]

25

Josino do Nascimento Silva

Fonte: (Galvão, 2025, p.41)

4 Os elos da corrente lexical: perspectivas teóricas sobre os campos lexicais

O *corpus* de análise decorre da transcrição de 50 manuscritos (fac-símiles), provenientes do Arquivo Público do Paraná, que têm como assunto os africanos e afrodescendentes do Paraná, livres e escravos. Esses documentos são compostos por ofícios, requerimentos, solicitações, circulares, enfim, diferentes gêneros de correspondências oficiais emitidas e recebidas pelos órgãos do governo paranaense no período provincial.

O léxico, enquanto subsistema essencial da língua, constitui-se como elemento central na forma como uma comunidade organiza e interpreta a realidade extralinguística. Sua função é múltipla e complexa. Conforme destaca Barbosa (1990), o estudo do léxico abrange diversas frentes de investigação, entre as quais se destacam: a análise das relações entre o vocabulário e os universos natural, social e cultural; a reflexão sobre o processo por meio do qual uma realidade contínua e ilimitada é representada em um número finito de lexemas; o exame dos recortes que cada língua realiza na interpretação dessa realidade; e a compreensão da palavra como instrumento de construção, revelação e transmissão de visões de mundo, ideologias e sistemas de valores. Soma-se a isso a necessidade de observar a interação entre palavra e contexto, tanto no sentido da influência do contexto na significação lexical quanto na forma como a palavra pode, ela própria, remodelar o contexto comunicativo.

As pesquisas lexicais, por sua vez, podem adotar diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. É possível desenvolver análises de caráter diacrônico, sincrônico ou pancrônico, bem como aplicar abordagens quantitativas e qualitativas, sejam elas de natureza descritiva ou voltadas a fins aplicados. Nesse sentido, a análise lexical adquire relevância ímpar, pois, como afirmam Oliveira e Isquierdo (1998, p. 110), “a dinamicidade da língua é evidenciada, sobremaneira, no léxico, nível linguístico que melhor expressa a mobilidade das estruturas sociais, a maneira como uma sociedade vê e representa o mundo”.

Desse modo, o conjunto de unidades lexicais que compõem o léxico é compreendido como patrimônio ou tesouro vocabular de uma comunidade linguística (Biderman, 2001). Trata-se, portanto, do nível da língua que mais intensamente reflete a realidade extralinguística. Conhecer o léxico é, assim, conhecer a história, a memória e a cultura de um povo, uma vez que nele se inscrevem as experiências, transformações e formas de representar o mundo compartilhadas coletivamente, uma vez que ele é o:

saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural. Na medida em que configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade (Oliveira; Isquierdo, 1998, p.7).

Portanto, o léxico é o alicerce sobre o qual o conhecimento humano é fundamentado, uma vez que qualquer conceito ou fato precisa antes de tudo ser nomeado para poder existir na linguagem e, conseqüentemente, na sociedade. Seja ele histórico, cultural, ideológico ou religioso, todo pensamento humano está ancorado no vocabulário de uma língua, o qual reflete a totalidade da experiência acumulada por um grupo social, conforme afirma Biderman (2001):

O Léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo de sua cultura através das idades. (Biderman, 2001, p.178).

A Linguística, notadamente nos estudos sobre Gramaticalização,¹ estabelece uma distinção teórica entre o léxico e a gramática, reconhecendo que essa não é uma divisão meramente didática, mas sim um fenômeno com fundamentação empírica, cujas bases remontam ao trabalho de Meillet (1912). Essa proposta permite, por exemplo, o estudo da transição de itens lexicais para itens gramaticais ao longo do tempo. Nesse quadro teórico, Biderman (2001) detalha o conceito em dois módulos: o léxico, que reúne as palavras de significado autônomo (substantivos, adjetivos, verbos) relacionadas ao mundo social, e a gramática, composta por unidades relacionais sem conteúdo próprio (preposições, artigos, conjunções).

¹ Antoine Meillet (1912) cunhou o termo “gramaticalização”, definindo-o como um processo diacrônico onde itens lexicais se transformam em elementos gramaticais, e elementos gramaticais se tornam ainda mais gramaticais, perdendo conteúdo semântico e morfológico, mas ganhando função sintática. Esta obra é um marco na linguística, focando na evolução das formas gramaticais como um fenômeno histórico e social.

Para evitar ambiguidades nos termos *palavra* e *vocábulo*, os linguistas adotam o conceito de *lexema*, definido por Lyons (1977) como unidade mínima distintiva do sistema semântico de uma língua, que engloba todas as flexões de uma mesma palavra. Segundo Biderman (2001), o *lexema* é a unidade léxica abstrata, enquanto a *lexia* corresponde à sua realização concreta no discurso. Nesse sentido, Abbade (2011) define *lexia* como a unidade significativa dotada de valor social. Em nossa análise, utilizamos o termo *lexia* por tratar-se de ocorrências em situações reais de comunicação.

Com base em Pottier (1974), as *lexias* podem ser: simples (sal, saleiro), compostas (sacacolhas, vaivém, beija-flor), complexas (máquina de escrever, imposto de renda, andar a cavalo) e textuais (provérbios, hinos, preces). Biderman (1988), embora inicialmente associasse a composição ao uso do hífen, posteriormente adotou o critério de *lexicalização* como parâmetro, em consonância com críticas de Câmara Júnior (1970). Coseriu (1981) acrescenta que um conceito pode estar ligado a um único *lexema* ou a vários, como em “pena de morte”.

Para fins desta pesquisa, optamos por reduzir a tipologia às categorias de *lexias* simples e complexas, exemplificadas, respectivamente, em “escravo” e “mau trato”. Essa classificação mostrou-se adequada para a análise do léxico relacionado à escravidão no Paraná do século XIX, permitindo compreender como a linguagem refletia tanto a realidade social quanto as relações de poder da época. Para isso, recorreremos à teoria dos campos lexicais, que possibilita delinear as conexões semânticas e as noções conceituais presentes nos documentos históricos.

A linguagem é um sistema complexo que, além de transmitir informações, reflete a forma como os falantes percebem e categorizam a realidade. Essa função organizadora se manifesta no léxico, que atua nomeando os objetos, eventos e conceitos e, por conseguinte, estabelecendo as categorias através das quais a experiência do mundo é estruturada para a comunidade de fala. A teoria dos campos lexicais, formulada por Coseriu (1979), oferece um modelo para analisar os significados das palavras em relação a campos semânticos mais amplos, sendo central para os estudos de semântica e pragmática.

A concepção de campo linguístico, de acordo com Geckeler (1976) remonta ao século XIX, tendo em Humboldt um precursor. Posteriormente, linguistas como Ipsen (1924), Jolles (1934) e Porzig (1934) contribuíram para a consolidação da ideia, mas foi Jost Trier (1931) quem sistematizou a teoria, defendendo que as palavras não existem isoladamente, mas se organizam em redes de significados interdependentes, formando campos conceituais. Nesse modelo, mudanças em um conceito podem alterar toda a rede semântica (Geckeler, 1976).

Apesar de inovadora, a proposta de Trier foi criticada pela falta de metodologia rigorosa e pela imprecisão terminológica (Geckeler, 1976). Essas lacunas foram superadas por Coseriu (1977), que aprimorou a teoria dos campos lexicais ao estabelecer procedimentos analíticos consistentes e uma abordagem metodológica mais sólida. Segundo o autor:

O campo léxico é uma estrutura paradigmática primária do léxico; é ademais, neste domínio, a estrutura paradigmática por excelência. Pode definir-se como paradigma constituído por unidades léxicas de conteúdo (*lexemas*) que se reparam em uma zona de significação contínua comum e que se encontram em oposição imediata umas com as outras (Coseriu, 1977, p. 211).

Em outros termos, para Coseriu (1977), o campo lexical é formado por um conjunto de lexemas com identidade semântica comum, ao mesmo tempo que se diferenciam por oposições semânticas. Como exemplo, apresentamos as seguintes lexias retiradas do nosso *corpus*: cor, estado civil, idade, nome, ofício e sexo. Todas compartilham uma identidade comum, referem-se a dados pessoais, porém se opõem umas às outras por se tratar de informações diferentes.

A estrutura do léxico pode ser comparada à da fonologia: assim como os fonemas se organizam em sistemas sonoros, os lexemas se agrupam em campos semânticos, revelando as relações entre palavras e a construção do significado. Para Biderman (1988), a organização do léxico mental em campos é essencial à eficiência comunicativa, pois, diante de sua amplitude e complexidade, o sistema cognitivo precisa estruturar-se de modo a permitir a rápida seleção e combinação das unidades lexicais conforme o contexto.

Os campos lexicais representam uma estrutura, um todo articulado, onde há uma relação de coordenação e hierarquia articuladas entre as palavras que são organizadas à maneira de um mosaico: o campo léxico. As palavras são organizadas em um campo com mútua dependência, adquirindo uma determinação conceitual a partir da estrutura do todo. O significado de cada palavra vai depender do significado de suas vizinhas conceituais. Elas só têm sentido como parte de um todo, pois só no campo terão significação. Assim, para entender a lexia individualmente é necessário observá-la no seu conjunto de campo, pois fora desse conjunto não pode existir uma significação, uma vez que a mesma só existe nesse conjunto e em sua razão (Abbade, 2011, p. 1341, grifo nosso).

A delimitação dos campos lexicais exige, inicialmente, a análise do contexto de uso das unidades. Só então é possível definir sua inserção em determinado campo e as relações semânticas que estabelecem. As palavras organizam-se em interdependência, adquirindo sentido apenas no conjunto, pois “fora desse conjunto não pode existir uma significação” (Abbade, 2011, p. 1332). Assim, a análise centrada nos campos semânticos mostra que o significado se constrói nas relações internas ao campo. No caso deste estudo, ao examinar os campos lexicais ligados à escravidão no Paraná, buscamos compreender como os termos se conectam e refletem a realidade extralinguística.

4.1 A história revelada pelo léxico

Com base nos fundamentos teóricos expostos e no levantamento das unidades lexicais referentes à escravidão, organizamos essas lexias em campos semânticos, que refletem dimensões centrais da experiência da escravidão no Paraná, revelando aspectos da realidade social e cultural em que estavam inseridos. Ao todo, foram delimitados 22 campos lexicais, reunindo mais de 400 unidades léxicas.

Nesse artigo serão apresentados dois campos lexicais: Administração pública e Violência/vigilância e castigo. A escolha desses dois campos semânticos dentre os 22 campos propostos na tese, foi motivada pela sua relevância na estruturação e na experiência da escravidão, refletindo as duas dimensões mais evidentes e cruciais do regime escravocrata: (i) Administração Pública: a dimensão do controle estatal e burocrático e (ii) Violência/vigilância e castigo: a dimensão da opressão social e da resistência.

A seleção destes campos permite demonstrar de maneira mais clara e impactante a dupla face do sistema: a normatização e a coerção. O léxico do campo Administração Pública revela a tentativa do Estado de gerir, regulamentar e formalizar a propriedade escrava, bem como os processos de abolição gradual (como a Lei do Ventre Livre), por meio de documentos, ofícios e matrículas. Este é um eixo de análise essencial, pois o controle da população escravizada por via burocrática foi uma característica marcante e compartilhada por todo o Império brasileiro, sendo a base legal para a manutenção do regime, independentemente das peculiaridades regionais.

Da mesma forma, o campo Violência/vigilância e castigo é fundamental por expor a face mais brutal do sistema. As lexias deste campo (como mau trato, sevícia, assassinato) documentam a violência como elemento estrutural e instrumental da escravidão – um mecanismo de repressão e disciplina necessário para impor a desumanização do cativo. A ubiquidade da violência física, psicológica e institucional também foi uma semelhança fundamental no modo de ser do escravismo em todo o Brasil.

Portanto, a escolha desses dois campos se dá pela importância de denunciar as duas características universais do sistema escravocrata brasileiro: o controle estatal rigoroso e a violência física e simbólica. Embora a escravidão na província do Paraná possa ter tido aspectos tardios ou de menor escala em comparação à outras regiões do Império (como o Nordeste açucareiro ou o Vale do Paraíba cafeeiro), a relação essencial entre Estado/Burocracia e Opressão/Coerção revelada pelo léxico demonstra que o regime escravocrata paranaense, em seu modo de ser fundamental, carregava as mesmas semelhanças estruturais do restante do Brasil.

Primeiramente, será feita uma breve definição do campo lexical em foco, destacando suas relações semânticas intrínsecas. Em seguida, discutiremos os significados e os conceitos vinculados às lexias que compõem cada um desses campos.

4.2 Administração pública:

O campo lexical Administração pública, composto pelos termos “*alforria*”, “*auto de liberdade*”, “*aviso circular*”, “*carta de liberdade*”, “*cartas de emancipação*”, “*documento*”, “*classificação*”, “*emancipação*”, “*execução (operação)*”, “*junta classificadora*”, “*lavrado*”, “*libertação*”, “*licença*”, “*Ministério da Agricultura*”, “*matrícula*”, “*providências*”, “*ofício*”, compreende um conjunto complexo de ações e processos administrativos vinculados à escravidão no Brasil. A investigação desse campo lexical possibilita compreender o modo como o Estado brasileiro atuou na regulamentação e no controle da escravidão, os interesses que orientaram tais medidas e suas conexões com as dinâmicas sociais e econômicas do período. Trata-se de um macrocampo que se desdobra em dois microcampos: liberdade e registros/documentos escritos.

É fundamental observar que o macrocampo Administração Pública não se circunscreveu exclusivamente a lexias que designam os escravizados ou seus processos diretos de alforria. Sim, foram identificadas lexias que, embora pertencentes a este campo, possuem uma abrangência semântica mais ampla, aplicando-se a diversas esferas sociais e períodos históricos. Tais termos são marcados por traços frequentemente abstratos e generalizados, não se limitando tematicamente à escravidão (ex: ofício, documento, providências).

A presença dessas lexias não exclusivas é, contudo, metodologicamente necessária e explicada pelo intuito do estudo de campos semânticos: realizar o levantamento exaustivo de

todas as unidades léxicas que coocorrem nos manuscritos que tratam da escravidão. A inclusão desses itens, mesmo que generalizados, é crucial, pois eles compõem o universo linguístico e burocrático que mediava, normatizava e registrava a experiência da escravidão na província, confirmando o papel central do aparato estatal na manutenção e regulação do sistema.

As lexias “*emancipação*”, “*libertação*” e “*alforria*” mantêm, nesse contexto, uma relação sinonímica, integrando o microcampo da liberdade, pois remetem à mesma noção: o ato de conceder liberdade a alguém anteriormente submetido à escravidão. Esses termos aparecem com frequência nos documentos analisados, refletindo um período histórico marcado pela emergência dos movimentos abolicionistas no Brasil e pela adoção de medidas político-administrativas voltadas ao fim da escravidão – processo gradual e prolongado que culminou apenas com a abolição definitiva. Vejamos alguns exemplos extraídos dos documentos:

Remetto á Vossa Senhoria o incluso officio/ da Mesa da Assembléa Provincial/ dirigindo à sanção o Decreto que/ trata da *emancipação* de creanças/ escravas do sexo feminino [...] (Galvão, p.133, grifo nosso);

Me parece estar regular o in-/ cluso processo de *libertação* das/ escravas Dionysia e Auta [...] (Galvão, p.156, grifo nosso).

Conforme explica Moura (2004), a lexia *alforria* designava o ato pelo qual uma pessoa escravizada conquistava sua liberdade, passando à condição de liberto. No Brasil imperial, havia diferentes modalidades de alforria, cada uma com características e implicações próprias. A alforria condicionada ocorria quando o senhor estabelecia requisitos para a concessão da liberdade, como a prestação de serviços por determinado período ou a obrigação de servir a outra pessoa. A chamada alforria de pia era concedida no batismo de recém-nascidos, geralmente mediante pagamento feito pelo pai biológico ou pelo padrinho. Já a alforria paga resultava da compra da própria liberdade pelo escravizado, com recursos acumulados em seu pecúlio. Havia ainda a possibilidade, embora pouco frequente, de revogação da alforria por ingratidão, situação em que o antigo senhor podia anular a liberdade caso o liberto cometesse atos considerados desrespeitosos, como difamá-lo. Na citação a seguir observamos um caso em que o imperador enviou esmolas para que alguns escravos comprassem suas alforrias:

Venho accusar recebido o officio de Vossa Excelencia da-/ tado de 1º do actual, de ordem do Excelentíssimo Senhor Presiden-/ te da Provincia, cobrindo 40 requerimentos de esmola di-/ rigidos a Sua Majestade o Imperador por varios indigentes e 13 escravos para suas alforrias [...] (Galvão, 2025, p. 164, grifo nosso).

No microcampo registros escritos e/ou documentos encontram-se lexias como: *aviso circular*, *auto de liberdade*, *carta*, *carta de liberdade*, *cartas de emancipação*, *documento*, *matrícula e officio*. Esses termos integram um campo semântico vinculado à documentação e aos trâmites burocráticos relacionados à escravidão. Embora alguns possuam usos mais amplos, nesse contexto histórico assumem sentidos específicos, geralmente associados à condição jurídica dos escravizados e aos procedimentos de libertação.

De acordo com Schwarcz (1999), as expressões *auto de liberdade*, *carta de liberdade* ou *cartas de emancipação* eram utilizadas de forma sinonímica para designar o documento legal que oficializava a libertação de uma pessoa escravizada. Tratava-se de um verdadeiro

“passaporte para a liberdade”, registrado e reconhecido pelas autoridades competentes. A emissão desse documento configurava um ato formal, normalmente realizado na presença de testemunhas e com a assinatura de autoridades, sendo posteriormente registrado em livro oficial. Esse procedimento conferia validade jurídica à libertação e garantia proteção ao liberto contra possíveis retaliações ou tentativas de reescravização. O exemplo a seguir evidencia um desses casos: “Tenho a honra de passar ás/ mãos de Vossa Excelencia a incluza *carta/ de liberdade* passada ao escravo Caetano [...]” (Galvão, p.131, grifo nosso).

O *aviso circular* constituía um documento oficial destinado à divulgação de informações de interesse público, como a proibição de determinadas práticas ou a publicação de novas normas. No âmbito da escravidão, esse tipo de documento era empregado para anunciar regulamentações referentes ao tratamento dos escravizados ou aos procedimentos de alforria. Já a *carta*, de natureza pessoal ou oficial, desempenhava a função de comunicar acontecimentos, registrar solicitações ou formalizar decisões. Era utilizada, por exemplo, por escravizados ao pleitear a alforria, por senhores ao declarar a libertação de um cativo, ou ainda por autoridades ao oficializar trâmites ligados à instituição da escravidão.

A matrícula de escravos consistia em uma obrigação imposta aos proprietários, que deviam preencher um formulário contendo informações como nome, cor, idade, estado civil, local de nascimento, filiação, habilidades para o trabalho e profissão do cativo. Esses registros eram encaminhados à Coletoria do município pertencente à Comarca. O descumprimento dessa exigência implicava a perda dos direitos de propriedade sobre o escravizado, além da aplicação de multa. Tal prática tinha como finalidade não apenas reunir dados populacionais, mas também estabelecer mecanismos de controle sobre o uso e a transferência da posse de escravos (Reis, 1987). Segue um exemplo extraído dos documentos:

Vista das razões que apresenta o Doutor Generoso/ Marques dos Santos, pedindo, por si e na qua-/ lidade de tutor de seu sobrinho orphaõ Mi-/ guel, relevação da multa em que incorreu por/ ter deixado de dar á matrícula, em Tempo, dos/ ingenuos Maria da Trindade e Amelia [...] (Galvão, 2025, p. 160, grifo nosso).

Qualquer mudança na situação de uma pessoa escravizada – como a libertação, venda ou doação – precisava ser comunicada aos órgãos locais pelos proprietários. Essas alterações, conhecidas como *averbação na matrícula*, eram registradas formalmente para proteger tanto os direitos do novo proprietário quanto os da pessoa liberta, prevenindo conflitos futuros. Esse registro também servia como uma forma de controle social, pois as autoridades acompanhavam a movimentação dos escravizados e garantiam o cumprimento das leis da escravidão.

A documentação e a burocracia desempenharam um papel central nos processos de escravidão e libertação. A emissão de *cartas de alforria*, por exemplo, envolvia a criação de documentos oficiais, como ofícios e matrículas. Além disso, *avisos circulares* eram usados para divulgar novas leis e regulamentos sobre a escravidão, enquanto cartas serviam como meio de comunicação entre as partes em um processo de alforria. Os municípios eram responsáveis por criar uma junta que elaborava listas de classificação de todos os escravizados que viviam na região. Essas listas, com categorias predefinidas, eram feitas pela *Junta classificadora*, um órgão que analisava e categorizava os casos de libertação. O objetivo era facilitar a libertação por meio de indenização aos senhores, financiada pelo Fundo de Emancipação de Escravos.

Escravidos com família tinham prioridade nessas listas, especialmente se os cônjuges tivessem proprietários diferentes.

A presença da lexia *Ministério da Agricultura* no campo lexical Administração Pública reflete a ligação intrínseca entre o sistema escravista e a economia de produção do Império brasileiro, majoritariamente agrária. A menção a este órgão, conforme demonstrado no manuscrito, não se dá por uma função de justiça ou emancipação, mas sim em seu papel de regulação da mão de obra, conforme é exposto em um dos manuscritos:

Tenho a honra de accusar o recebi-/ mento do officio reservado de Vossa Excelencia/ acompanhando copia do Aviso tam-/ bem reservado, que o *Ministerio/ da Agricultura* dirigio ao da Justiça,/ rellativamente á opção entre o servi-/ ço dos ingenuos e a indennisaçãõ/ garantida por lei aos senhores das/ escravas [...]
(Galvão, 2025, p.162, grifo nosso).

O trecho citado evidencia que o Ministério da Agricultura atuava na comunicação com o Ministério da Justiça para tratar da opção entre o serviço dos ingênuos e a indenização garantida por lei aos senhores das escravas. Em outras palavras, o Ministério da Agricultura era o órgão responsável pela administração e controle da força de trabalho no campo, incluindo a dos escravizados. Sua participação, portanto, ressalta a visão do escravizado não apenas como um ser social a ser controlado pela Justiça, mas, primariamente, como um recurso econômico sob a égide do órgão de fomento e regulação da produção agrícola. Essa lexia serve como um marcador linguístico da visão estatal que atrelava a manutenção da escravidão diretamente à política econômica do país. Em suma, a análise desses termos mostra como o Estado brasileiro se envolveu diretamente na regulamentação e no controle da escravidão, e como essas ações se conectavam com a estrutura social da época.

4.3 Violência/ vigilância e castigo

O rol de palavras que compõe este campo lexical evoca um universo de sofrimento, violência e opressão, são elas: “algoz”, “amarrado”, “assassinato”, “atentar contra a própria existência”, “açaites”, “cadáver”, “cadeia”, “condenado”, “corpo”, “corpo de delito”, “crimes”, “cumplice”, “dependurado”, “desaparecimento”, “enforcar-se”, “escolta”, “executado”, “extravio”, “flagelada”, “forca”, “matado”, “mau trato”, “ocultou cadáveres”, “pena de morte”, “pena ultima”, “precipitando-se”, “putrefação”, “queima-roupa”, “réu”, “sentença de morte”, “sevícia”, “sinistro”, “sofrimento”, “tiro na boca”, “tráfico”, “ébrio”, “escondida”, “executado”, “fugido”.

A base econômica da sociedade escravista, assentada na exploração sistemática do trabalho compulsório de africanos e afrodescendentes, foi constantemente desafiada por atos de resistência. Ações como fugas, assassinatos de senhores e revoltas, embora violentamente reprimidas, mostravam a luta incessante dos escravizados por liberdade e dignidade. Esses atos não apenas refletiam a indignação e o sofrimento dos cativos, mas também ajudaram a desestabilizar o sistema escravocrata e a impulsionar o movimento abolicionista.

A luta dos escravizados por liberdade se manifestava em estratégias variadas, desde a fuga até formas de resistência mais radicais, como o assassinato e o suicídio. Este último, embora tragicamente fatal, além de ser um ato de protesto, era uma afirmação da humanidade diante da desumanização imposta pela escravidão. Fontes históricas demonstram que

o suicídio constantemente era precedido por tentativas de fuga, evidenciando um processo contínuo de resistência à opressão. A falta de explicações mais aprofundadas sobre as motivações para o suicídio nos documentos oficiais reflete a desvalorização da vida dos escravizados e a dificuldade em compreender suas experiências subjetivas (Costa, 2019). Ao analisar o suicídio como um ato político, podemos reconhecer a complexidade da experiência escrava e a agência dos indivíduos submetidos à escravidão.

A liberdade é alcançada por meio da resistência. Sendo obtida por causar a morte do outro (senhor) ou por causar a sua própria morte (escravo). Nessa questão, a morte era uma estratégia para fugir da escravidão. Podemos encará-la como uma fuga da vida escrava. Por meio da morte do proprietário, enxergamos um rompimento em uma relação de poder entre o senhor e escravo. A partir desse fato, o escravo mediante a morte torna-se senhor de si mesmo (Costa, 2019, p.24)

Em um dos documentos analisados, encontramos o relato sobre a morte da escrava Delfina, que foi determinada como suicídio, supostamente. A narrativa, contudo, não apresenta evidências concretas para corroborar essa versão, limitando-se a inferências sobre as possíveis causas e circunstâncias do ocorrido. Vejamos o excerto:

acerca do desaparecimento da preta Del-| fina que, se suppoem, attentára contra a própria |existência, precipitando-se no rio desta Cidade, para |evitar o sofrimento de sevicias com que era flagella-|da por sua senhora (Galvão, 2025, p. 63).

A expressão usada pelo autor do manuscrito para se referir ao suicídio foi “atentar contra a própria existência”. O que consta no documento sobre o fato ocorrido é que Delfina estava desaparecida e se suspeitava que ela havia se lançado no rio da cidade, buscando a morte. Isso porque, era flagelada (submetido a tortura, a suplício; açoitada) e sofria sevícia (ato ou procedimento que se caracteriza pela crueldade; desumanidade; maus-tratos) por parte de sua senhora. Conforme Costa (2019), frequentemente o argumento de supostos afogamentos era utilizado na época para justificar mortes de escravizados, evidenciando uma prática comum de ocultação de homicídios perpetrados por senhores. A violência física a que os escravizados eram submetidos era muitas vezes letal, e a narrativa falsa de suicídio por afogamento servia para encobrir esses crimes. A causa da morte de Delfina permanece incerta, não sendo possível saber se ocorreu por suicídio ou por homicídio. Contudo, sabemos que ela foi mais uma vítima da escravidão e que perdeu sua vida antes mesmo do seu fim.

O domínio sobre os escravizados era mantido por meio de uma violência sistemática, com o propósito de eliminar qualquer forma de resistência e reduzir essas pessoas à condição de propriedade. Essa opressão combinava agressões físicas – como castigos severos e jornadas exaustivas – com abusos psicológicos, marcados pela desumanização e pela propagação de estereótipos racistas. Essa crueldade era sustentada por uma ideologia que atribuía aos africanos uma inferioridade natural, como se fossem biologicamente destinados à escravidão. A morte, frequentemente causada pelos castigos, era tratada como uma consequência tolerável dentro dessa lógica exploratória (Costa, 2019). Um dos casos identificados no *corpus* da pesquisa relata o assassinato de um escravizado por seu senhor, conforme segue:

soube que o cadaver éra do prêto |Raphaél, escravo de Zacharias Penteado, à |quem se imputa o assassinato, que foi feito |com um tiro dado na boca à quei-
ma-roupa;|tendo o assassino amarrado e dependurado o |corpo em uma arvore,
mas tão baixa que |bem se conhecia não ter podido o infeliz em-|forçar-se n'ella.
(Galvão, 2025, p. 91).

Como já foi apontado, esse episódio exemplifica uma tentativa frustrada de encobrir um homicídio, tentando apresentá-lo como um suicídio. No entanto, a perícia foi capaz de confirmar que a causa da morte esteve relacionada a ações violentas. A brutalidade do caso se revela nas lexias encontradas, como tiro na boca, queima-roupa, assassino, assassinato, amarrado, dependurado e enforcar-se. O outro lado da moeda, ou seja, o ato de assassinar seus senhores, constituiu uma prática recorrente entre os cativos, representando uma forma extrema de reação à opressão. Tais atos, muitas vezes impulsionados por instintos de autopreservação ou por sentimento de revolta e desejo de vingança, revelam a intensidade da brutalidade e da desumanização imposta pelo sistema escravista.

Nos documentos analisados, identificamos dois episódios em que escravizados cometeram esse tipo de violência contra seus senhores. O primeiro registro informa: “Junto tenho a honra de enviar a Vossa Excelencia a petição |de graça do escravo José, condenado a pena de |morte, como assassino de seo senhor [...]” (Galvão, 2025, p. 129). No segundo caso, é relatado que: “foi condenado a pena ultima, pelo |Jury deCastro o reo Pedro, pardo, porter matado |senhor- Ignacio Mariano d Oliveira” (Galvão, 2025, p. 51). Em ambas as situações, foi aplicada a pena de morte como punição padrão, sendo que, no segundo exemplo, há ainda a menção à legislação específica, Lei nº 4 de 10 de junho de 1835, que tratava da violência de escravos contra seus senhores.

Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com elles viverem. (BRASIL, 1835).

A referida legislação também estabelecia que, nos casos em que a agressão fosse considerada de menor gravidade, a punição aplicada deveria ser a de açoites. Por outro lado, quando se tratasse de homicídio, a pena de morte seria imposta desde que houvesse a concordância de dois terços dos votos do júri, sendo a sentença definitiva, sem possibilidade de recurso após sua emissão. A análise dos campos lexicais mostrou, portanto, que o léxico não apenas descreve, mas também constrói representações sociais, sendo um espaço privilegiado para compreender as tensões, as hierarquias e as formas de resistência presentes na sociedade escravocrata paranaense.

5 Conclusões

O estudo do léxico dos manuscritos paranaenses evidencia que a escravidão, longe de ser periférica, esteve intrinsecamente presente no tecido social da região. O presente artigo teve como objetivo apresentar a análise lexical de manuscritos paranaenses do século XIX,

buscando identificar, por meio da teoria dos campos semânticos, as marcas linguísticas que documentam a experiência da escravidão na região. A pesquisa utilizou um método de análise lexical fundamentado na teoria dos campos de Coseriu (1977), examinando 50 documentos oficiais do Arquivo Público do Paraná. Ao todo, foram delimitados 22 campos lexicais, dos quais foram analisados de forma detalhada dois macrocampos: Administração pública e Violência/vigilância e castigo. A análise lexical demonstra como o vocabulário registrado nos documentos funciona como um arquivo linguístico da escravidão, preservando formas de nomeação, categorização e valoração da população negra.

A análise do campo *Administração pública* revelou a centralidade da burocracia estatal no controle e na manutenção da ordem escravista. Lexias como *matrícula*, *aviso circular*, *auto de liberdade e ofício* evidenciaram que o processo de abolição foi gradual e regulamentado, focado na gestão legal das propriedades e dos trâmites de libertação. Este campo demonstrou, portanto, a atuação do Estado na estruturação das relações sociais, buscando normatizar e formalizar a escravidão e suas consequências. Em contraste, o campo *Violência/vigilância e castigo* expôs o universo de opressão e as formas de resistência ativas dos escravizados. O léxico – que inclui termos como *mau trato*, *sevícia*, *tiro na boca*, *assassinato*, *dependurado* e *pena de morte* – funcionou como um registro da violência sistemática e da repressão institucionalizada. A análise da recorrência de lexias relacionadas ao suicídio (*atentar contra a própria existência*, *precipitando-se*) e de homicídios disfarçados, bem como os registros de escravizados que mataram seus senhores, evidenciam a luta pela agência e a resposta extrema à desumanização imposta.

Em síntese, os resultados demonstram que a escolha lexical registrada nos manuscritos reflete a centralidade da escravidão na estrutura social e econômica do Paraná, indo além da narrativa historiográfica que, por muito tempo, buscou minimizar ou invisibilizar a contribuição da população negra. O léxico, como patrimônio cultural, se estabelece como um arquivo linguístico da escravidão, fundamental para evidenciar as hierarquias sociais, as visões de mundo e as estratégias de resistência no contexto paranaense.

Ressalta-se, contudo, uma limitação metodológica intrínseca à pesquisa: a natureza burocrática e oficial do *corpus* (manuscritos do governo provincial) implica uma visão de mundo predominantemente institucional e elitista. A linguagem analisada é aquela registrada pela máquina administrativa, o que, embora cumpra o objetivo de mostrar como o Estado regulamentava a escravidão, oferece uma perspectiva restrita, mediada e formalizada, que não capta diretamente a voz ou a subjetividade cotidiana dos próprios escravizados. A pesquisa conclui, portanto, que a Linguística Histórica, ao se valer da análise lexical, contribui significativamente para a ampliação do debate historiográfico sobre a escravidão no Paraná. O trabalho reafirma a relevância do léxico como ferramenta de preservação da memória e como recurso crítico para a compreensão das relações sociais em contextos de violência e resistência.

Referências

ABBADE, M. de S. A lexicologia e a teoria dos campos lexicais. *Cadernos do CNLF*, Vol. XV, Nº 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 1332 – 1343, 2011.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia: identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. *Anais do II Simpósio LatinoAmericano de Terminologia*. Brasília, 1990.

- BIDERMAN, M. T. C. *Os Campos Lexicais e sua Estrutura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BRASIL. *Lei nº 4 de 10 de junho de 1835*. Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou cometerem outra qualquer offensa physica contra seus senhores etc.
- CÂMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.
- CAMARGO, L. L. *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853 – 1953*. 2007. Tese (doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- CAMPINAS, R. da C. A emancipação política e as alternativas de poder. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocência (Org.). *Paraná, espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos*. Curitiba: Bagozzi, p. 130-157, 2005.
- COSERIU, E. *Principio de semântica estructural*. Madrid: Editorial Gredos; Biblioteca Románica Hispánica, 1981.
- COSERIU, E. *Teoria da Linguagem: Lingüística e Semântica*. São Paulo: Editora Ática, 1977.
- COSTA, C. D. *As cores do suicídio: a morte na sociedade escravocrata do Rio de Janeiro (1830 – 1850)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- FARIA, F. A. *Escravidão no Paraná: síntese historiográfica e material de uso pedagógico*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- GALVÃO, P. M.S. *Rastros da escravidão em manuscritos paranaenses: um estudo filológico, paleográfico e lexical de documentos oficiais do século XIX*. 2025. Tese (Doutorado em estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.
- GECKELER, H. *Semântica estructural y teoría del campo léxico*. Trad. Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1976.
- GUTIÉRREZ, H. *Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX*. História, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-121, 2006.
- LYONS, J. *Semântica – I*. Tradução de Wanda Ramos. Lisboa: Presença, 1977.
- MARTINS, A. R. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- MEILLET, A. (1912). *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris, 1948.
- MOURA, C. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2004.
- OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Org). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMG, p. 109- 115, 1998.
- PORTELA, B. M. *Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780)*. Curitiba, 2014.
- POTTIER, B. *Linguistique générale: théorie et description*. Paris, Klincksieck, 1974.

REIS, J. J. *Escravos, rebeldes, cidadãos: o negro na formação da nação brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cor, cidadania e visibilidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WESTPHALEN, C. M.; BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. Nota prévia ao estudo da ocupação de terra no Paraná Moderno, *Boletim da Universidade do Paraná*, Conselho de Pesquisas, DEHIS, n. 7, p. 1-52, 1968.

WESTPHALEN, C., População do Paraná tradicional. In: EL-KHATIB, Faissal. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

As formas de tratamento de Dom Quixote a Sancho Pança no *Quijote*: cortesia, distância comunicativa e retomada de valores cavaleirescos

The Forms of Address from Don Quijote to Sancho Panza in Quijote: politeness, communicative distance, and the restoration of knightly values

Camila Rodrigues Albuquerque

Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC) | Florianópolis | SC | BR
camila.rodri.albuquerque@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0002-0911-623X>

Resumo: Ao ler Cervantes, observamos sua destreza em criar diálogos que se adaptam às variedades linguísticas características das diferentes esferas sociais representadas por seus personagens. O autor do *Quijote*, tão interessado pela linguagem de seu tempo, se preocupa, ao construir as interações de seus personagens, em adequar as formas de tratamento às várias dinâmicas conversacionais vigentes. Cervantes está entre os autores mais acionados para o estudo dos tratamentos no espanhol áureo. Tendo em conta o elevado número de estudos sobre o fenômeno que analisaram o *Quijote*, o presente trabalho busca investigar os motivos que levam Dom Quixote a substituir o *tuteo* habitual para se dirigir a Sancho Pança por modalidades *voseantes* em situações verificadas na primeira e segunda parte do *Quijote*, nos capítulos X-I; XX-I e XXX-I e XXVIII-II e LXIII-II. A partir de uma análise qualitativa dos dados, extraídos da edição crítica do *Quijote* do Instituto Cervantes (1997-2025), foi possível ter uma amostra da influência que as situações comunicativas podem desempenhar sobre o uso das formas de tratamento. Com o presente estudo, verificou-se, nos capítulos XX-I, XXX-I e XXVIII-II, que o *voseo* é utilizado pelo cavaleiro com função “extra-estamental”, para marcar a posição social inferior de Sancho. Nos capítulos X-I e LXIII-II, por outro lado, o *vos* assume a função “intra-estamental”, característica do século XVI, uma vez que parece indicar cortesia e proximidade de Dom Quixote com seu escudeiro.

Palavras-chave: formas de tratamento; *Quijote*; *voseo*; cortesia; distância comunicativa.



Abstract: When reading Cervantes, we observe his skill in creating dialogues that adapt to the linguistic varieties characteristic of the different social spheres represented by his characters. The author of *Quijote*, who was so interested in the language of his time, takes care, when constructing his characters' interactions, to adapt forms of address to the various conversational dynamics in use. Cervantes is among the authors most frequently cited in studies of forms of address in classical Spanish. Given the large number of studies on the phenomenon that have analyzed *Quijote*, this paper aims to investigate the reasons that lead Don Quixote to replace the usual *tuteo* to address Sancho Panza with *voseantes* modalities in situations verified in the first and second parts of *Quijote*, in chapters X-I; XX-I and XXX-I and XXVIII-II and LXIII-II. Based on a qualitative analysis of data extracted from the critical edition of *Quijote* by the Cervantes Institute (1997-2025), it was possible to obtain a sample of the influence that communicative situations can have on the use of forms of address. In this study, chapters XX-I, XXX-I, and XXVIII-II show that the knight uses *voseo* in an "extra-estamental" function to mark Sancho's lower social position. In chapters X-I and LXIII-II, on the other hand, *vos* assumes the "intra-estamental" function, characteristic of the sixteenth century, since it seems to indicate politeness and closeness between Don Quixote and his squire.

Keywords: forms of address; *Quijote*; *voseo*; politeness; communicative distance.

1 Introdução

As formas de tratamento da língua espanhola sofreram grandes mudanças ainda na península ibérica, nos séculos XVI e XVII, período conhecido por Século de Ouro espanhol (King, 2010a). Essas mudanças vêm sendo documentadas por linguistas em textos do passado que carreguem marcas da oralidade, como obras literárias da época. Cervantes está entre os autores mais acionados para o estudo dos tratamentos no espanhol áureo. Um dos primeiros estudos sobre o fenômeno na Idade do Ouro foi o trabalho de St. Clair Sloan (1922), que usou como base o *Quijote*. A pesquisa do autor, que descreve cuidadosamente as formas de tratamento documentadas na novela, se destaca, segundo Bertolotti e Coll (2005, p. 36), por contrastar o uso dos tratamentos na obra com declarações de gramáticos sobre a aplicação do fenômeno na primeira metade do século XVII. St. Clair Sloan (1922) mostrou que o uso nem sempre corresponde às prescrições gramaticais sobre os tratamentos. Os apontamentos do autor motivaram uma série de pesquisas sobre as formas de tratamento no *Quijote*. Entre os estudos que utilizam a novela cervantina para analisar os tratamentos podemos destacar os trabalhos de Rosenblat (1978), Maldonado (1999), García Gallarín (2002), Bertolotti e Coll (2005) e Cash (2008).

O interesse em Cervantes está atrelado às características de sua escrita, que traz diálogos adaptados às variedades linguísticas características das diferentes esferas sociais representadas por seus personagens (Lapesa, 1981). A sensibilidade com a qual o dramaturgo usa questões linguísticas para caracterizar seus personagens tem fascinado estudiosos. Lapesa (1981), destaca que o autor do *Quijote* foi um dos principais escritores a demonstrar interesse pela linguagem de seu tempo ao ambientar suas histórias. A doutrina estilística de dramaturgos como Cervantes costuma valorizar, por excelência, a busca por uma escrita que expresse a naturalidade e fluidez da fala (Lapesa, 1981). Essa particularidade aparece refletida na literatura do Século de Ouro, que valoriza produções com marcas de oralidade, como o teatro. A dinamicidade dos diálogos cervantinos, tão apreciada por quem adentra suas obras, transporta os leitores para o texto e para a própria interação entre os personagens, conforme aponta Cash (2008). Os diálogos cervantinos são valorizados por possibilitarem, a través das formas de tratamento, revelar aspectos da relação entre os interlocutores e transmitir humor, especialmente quando os tratamentos mudam ao longo da interação (Cash, 2008).

Ao longo dos anos, muitos estudiosos vêm se dedicando a explicar os motivos que levam Dom Quixote a substituir o *tuteo* habitual para se dirigir a Sancho Pança por modalidades *voseantes* em algumas ocasiões da obra. No presente trabalho, buscamos analisar este uso do *voseo* em alguns desses casos, presentes nos dois volumes da obra Cervantina. São analisadas três ocorrências do *voseo* “extra-estamental”, usado para realçar assimetrias (Páez, 1981), extraídas dos capítulos XX, XXX, da primeira parte do *Quijote*, e do capítulo XXVIII, do segundo volume, bem como dois casos do *voseo* “intra-estamental”, empregado para aproximar interlocutores (Páez, 1981), nos capítulos X e LXIII, da primeira e segunda parte do livro. Com esse estudo, buscamos discutir o status polissêmico e multifacetado que o *vos* adquire no Século de Ouro.

2 Formas de tratamento no Século de Ouro

O período que compreende os séculos XVI e XVII foi de extrema importância para a história do mundo hispânico. Ao longo desses dois séculos, mudanças sociais moldaram a língua espanhola, do centro-norte da Península Ibérica até a América, passando pela Andaluzia ocidental (eixo Sevilha-Cádiz) e as Ilhas Canárias. Nessa época, conhecida por experimentar o começo e o apogeu imperial e artístico da coroa espanhola, grandes artistas ganham destaque. Surgem pintores de renome como Velázquez e El Greco e escritores proeminentes como Cervantes, Lope de Vega e Francisco de Quevedo. As contribuições desta era dourada, de fundamental importância para o cenário cultural hispano, fez com que ficasse conhecida como o Século de Ouro espanhol. Este período histórico, também vale mencionar, serviu de palco para grandes mudanças na sociedade espanhola e, conseqüentemente, na língua hispânica. No século XVI reinam Carlos V e Felipe II, época em que a coroa espanhola atinge sua maior expansão, mas também se aproxima de seu declínio, nas palavras de Cisneros Estupiñán (1996, p. 34).

O final do século XVI e o começo do século XVII, época em que Cervantes escreve o *Quijote*, foi um período marcado por mudanças significativas nos paradigmas de tratamento hispânicos. As sociedades que se formavam nesses anos áureos promoveram uma infinidade de formas de tratamentos que terminaram por influenciar os paradigmas atuais do espanhol (King, 2010a; Bygren, 2014 Pérez-Salazar, 2018). As mudanças no sistema de tratamento

espanhol, segundo Medina Morales (2002), sofreram a influência das classes sociais privilegiadas, que se expandiram com as grandes navegações. Os espanhóis que foram viver nas colônias americanas regressam à Península Ibérica ostentando grande poder econômico e promovem modificações no sistema de tratamento espanhol (Medina Morales, 2002). Esses indivíduos que com maior poder aquisitivo se inserem na já estabelecida sociedade peninsular, promovem a expansão do uso de tratos respeitosos, que rivalizassem com o dos fidalgos ou baixa nobreza que nunca saíram da península (Medina Morales, 2002). Cisneros Estupiñán (1996, p. 34) destaca que a complexidade do sistema de tratamento da Idade do Ouro se deve, em grande parte, as desigualdades sociais da época e a presença constante de classes sociais orgulhosas, que disputavam influência no cenário linguístico espanhol. Essas particularidades fizeram o sistema binário característico da sociedade rigidamente hierárquica da Idade Média (*tú – vos*) dar lugar ao sistema tripartido característico do Século do Ouro (*tú – vos – vuestra merced*), que conduz, respectivamente, da informalidade à máxima reverência (Biderman, 1972-1973).

A língua espanhola, como membro das línguas românicas, deriva do latim antigo falado pelos cidadãos do Império Romano (Lapesa, 2000; King, 2010b, p. 232). O sistema de tratamento pronominal latino clássico se organizava em dois eixos, com uma distinção simples de número: o paradigma do pronome *tu* era usado invariavelmente para a referência singular menos formal, enquanto o paradigma do pronome *vos* era empregado para a referência universal a mais de um interlocutor, isto é, tratamento plural (King, 2010b, p. 232). Nos últimos séculos do Império, no período abarcado pelo latim tardio, esse sistema de tratamento ganha novas camadas, com a aderência do pronome *vos* ao trato singular formal, para se dirigir a indivíduos aos quais se desejava mostrar deferência (King, 2010b, p. 232-233; Faraco, 2017, p. 116). Existem várias teorias que explicam a expansão dos usos do *vos* no Império Romano. O avanço desse pronome para o singular teve suas raízes no comportamento dos imperadores romanos. Hall (1983, p. 198) salienta que os líderes do império começaram a se referir a si mesmos usando o pronome pessoal da primeira pessoa do plural *nos* (um dos primeiros casos do conhecido *royal 'we'*). Como resposta a esse hábito imperial, nobres e súditos se acostumaram a se dirigir ao imperador usando *vos* na segunda pessoa do plural. Brown e Gilman (2003 [1960], p. 254), no entanto, pontuam que, no século IV, a divisão política do Império Romano nos domínios ocidental e oriental culminou no uso do *vos* como forma plural para fazer referência ao imperador. Segundo os autores, a existência de dois imperadores governando simultaneamente fez com que os romanos adotassem o *vos* para se dirigir a um imperador para, implicitamente, abarcar ambos os imperadores. Essa prática, posteriormente, se estenderia a outras figuras do poder.

O sistema de tratamento do espanhol seguiu o caminho trilhado pelo latim tardio. Nesse sentido, a forma pronominal *tú*, derivada do sistema latino tardio, assume, desde sua origem, traços menos formais e uma aderência a semântica solidária. Em função dessas características, Brown e Gilman (2003 [1960], p. 254) conferiram às formas T (do *tu* latino), como o *tú* hispano, a noção de solidariedade. Essa forma era usada com frequência, no Século de Ouro espanhol, em diálogos entre familiares e pessoas que compartilham intimidade (King, 2010a). O pronome *tú* também ganha destaque em interações assimétricas, nas quais dialogam com pessoas de extratos sociais hierarquicamente distintos, uma vez que contém traços menos cortesês. No espanhol antigo, a título de exemplo, existem registros de ocorrências do pronome em contextos hierárquicos, como quando um nobre cristão se dirige a

um mouro, a um jovem ou alguém considerado inferior com esta forma e receberia em troca o *vos* (King, 2010a, p. 534). O pronome *vos*, no espanhol, surge inicialmente como forma cortês, seguindo a semântica de sua forma homônima do paradigma de tratamento latino tardio. No espanhol medieval, o uso reverencial do *vos* se perpetuou, conforme destaca King (2010a). Em virtude de sua origem, nas entranhas da nobreza romana, Brown e Gilman (2003 [1960]) atribuem simbolicamente às formas *V* (do *vos* latino), como o *vos* hispano medieval, a noção de formalidade, característica da dimensão do poder. A semântica de respeito atrelada ao *vos*, no entanto, começa a perder espaço na Espanha do século XVII e passa a denotar apenas inferioridade e intimidação, na medida em que os privilégios se estendem para mais pessoas (Biderman, 1972-1973). Ao final do século XVI e princípios do século XVII, de acordo com Cash (2008), o *vos* se tornou a forma mais polissêmica e multifacetada do período. Muitos críticos, linguistas e gramáticos, ao longo dos anos, tentaram classificar os usos dessa forma, conforme afirma Cash (2008). A perda do sentido respeitoso atrelado a essa forma fez com que muitas pessoas a repudiassem. Ambrosio de Salazar (1615), autor de *Espejo general de Gramática en diálogos*, aponta, segundo resgata Cash (2008), que o *vos* era usado no trato com pessoas de status inferior. Desta forma, quando alguém fala ou trata alguém de *vos* caracteriza uma grande afronta. Sebastián de Covarrubias (1611) afirma, em seu *Tesoro de la lengua castellana*, que essa forma nem sempre é bem recebida, por ser em latim termo honesto e comum a todos. Em consonância com os teóricos mencionados, Gonzalo Correas (1626), na obra *Arte grande de la lengua castellana*, afirma, segundo Cash (2008, p. 226), que:

“De *vos* tratamos os criados, aos rapazes grandes, aos fazendeiros e similares; e entre amigos, quando não há gravidade ou conformidade, trata-se de *vos*. E mesmo quando argumentamos diante dos reis, e nos dirigimos a eles, usamos o *vos* com o devido respeito e uso antigo” (tradução própria)

A polissemia da forma *vos* é reforçada por Cejador (1906) em sua publicação *La lengua de Cervantes*. O autor, recortado por Cash (2008) e King (2010a), pontua que “indicava *vos* inferioridade. Quando *vos* não era recíproco, era, portanto, humilhante, se não injurioso: entre aqueles que o usavam mutuamente, indicava igualdade”.

Com a derrocada do *vos*, a fórmula *vuestra merced*, surgida no século anterior como fórmula nominal, ganha espaço como principal indicativo de cerimônia e respeito (Biderman, 1972-1973). Essa forma era usada para realçar o valor do interlocutor e aparecia no discurso, no contexto do Século de Ouro, para se dirigir a “pessoas que respeitamos ou queremos honrar, como juízes, cavaleiros, eclesiásticos, senhoras ou pessoas com capas pretas, e é a melhor alternativa à senhoria” (Gonzalo Correas, 1626 *apud* Cash, 2008).

3 A amizade de *Don Quijote* e *Sancho*

Ao ler o *Quijote*, muito mais que nos entretermos com as aventuras do cavaleiro andante, somos convidados a acompanhar o desenvolvimento da amizade singular de seus protagonistas. Dom Quixote e Sancho, personagens tão distintos, cativam o leitor com seus diálogos divertidos que guiam a história de Cervantes. De certa forma, a essência da obra poderia ser interpretada como “a narração da história de uma grande amizade entre o cavaleiro e seu escudeiro, ponderada por vários ângulos segundo as vicissitudes de cada um” (Vieira, 2018, p. 21).

O autor sucessivamente convida-nos a olhar para a extraordinária natureza da dupla e dedica muitas páginas a interações que servem para destacá-la (Close, 2004). O diálogo que vai sendo construído entre Dom Quixote e Sancho, desde seu primeiro encontro, surpreende por contrastar os pensamentos e experiências de um escudeiro, rústico lavrador analfabeto, e um cavaleiro, extremamente letrado, que dedica boa parte de sua vida a ler livros, especialmente de cavalaria (Vieira, 2018). Cervantes inova, ao mudar o foco narrativo do evento para os personagens que experienciam a ação e são impactados por seus desdobramentos (Close, 2004). Ao desbravar as páginas da novela, testemunhamos as mudanças proporcionadas pelo convívio dos personagens. Sancho, no início do primeiro livro, não tem ideia das loucuras que Dom Quixote fabrica a partir dos livros de cavalaria. Ao ser introduzido ao intrépido cavaleiro, o lavrador se vê atraído pela possibilidade de ascender socialmente e assumir o governo de uma suposta ilha, prometida por seu senhor como pagamento por seus serviços em um futuro vitorioso na cavalaria andante. No decorrer dos capítulos, com o avanço das aventuras e a interação com os personagens que surgem na trama, o escudeiro vai se familiarizando com a inventividade de seu amo. A relação entre os protagonistas, desde o princípio, é fundamentada em suas diferenças de classe social. Nesse sentido, torna-se divertido acompanhar as discussões travadas entre um fidalgo, incorporado em cavaleiro andante, e um camponês, que, no papel de escudeiro, deve moldar as loucuras do amo à verossimilhança do mundo real. Conforme a história avança, vemos Sancho, que tem como barreira sua posição inferior na hierarquia social, encontrar maneiras de enganar seu amo, sem necessariamente, trazê-lo para a realidade (Vieira, 2018). As estratégias argumentativas que o escudeiro adota para manejar as situações vão, aos poucos, o empoderando.

Dom Quixote, desde o princípio, se preocupa em instruir Sancho sobre os fundamentos da cavalaria andante e ao papel a que deve desempenhar como escudeiro. Nesse sentido, existe a iniciativa, por parte do cavaleiro, de atualizar o companheiro de aventuras sobre os modos cortesês de agir, de pensar e de falar. Segundo Vieira (2018), vemos, em inúmeras situações ao longo da obra, o cavaleiro da triste figura repreender o uso desenfreado de provérbios de Sancho, quando estes desviam do assunto ou quando fazem perder o fio da narrativa. Esse interesse de Dom Quixote em educar seu escudeiro e evitar que cometa atos descorteses dialoga diretamente com o uso das formas de tratamento ao longo da obra. Na primeira e segunda parte do *Quijote*, são várias as ocasiões em que o protagonista, ao se dirigir a Sancho, troca o *tuteo* habitual pelo *voseo*, enquanto recebe o respeitoso *vuestra merced*. Veremos que, em algumas dessas ocasiões, o *vos* pode ser sinônimo de proximidade, assim como pode implicar distância entre os personagens. Neste trabalho iremos discutir as diferentes funções que essa mudança de tratamento pode significar para o contexto comunicativo.

4 As formas de tratamento na interação Dom Quixote X Sancho Pança: o *voseo* de Dom Quixote a Sancho

Nos dois volumes do *Quijote* existem ocasiões nas quais o protagonista substitui o *tuteo* tradicional ao se dirigir a Sancho pelo *voseo*. Essas ocorrências vêm sendo debatidas por múltiplos teóricos (St. Clair Sloan, 1922; García Gallarín, 2002; Bertolotti e Coll, 2005 e Cash, 2008). No presente artigo, buscamos discutir alguns desses casos, que merecem ser constantemente

revisitados, por suas características singulares. Os dados referentes ao uso dos tratamentos foram extraídos da edição crítica do *Quijote* do Instituto Cervantes (1997-2025). Para este estudo, de metodologia qualitativa, foram selecionadas ocorrências do *voseo* “extra-estamental”, que compreende as relações assimétricas, e “intra-estamental”,¹ que diz respeito as relações entre pares (Páez, 1981). A forma *vos*, no século XVI, era usada nos dois domínios. Nas relações “intra-estamentais” esse tratamento era usado, nas palavras de Páez (1981), entre iguais tanto em situações formais quanto em informais. Por outro lado, em contextos “extra-estamentais” o *vos* assume o valor reverencial quando usado em interações entre um inferior e um superior e um significado de distanciamento quando empregado por um superior a um inferior. A dimensão “extra-estamental” perdura no século XVII, principalmente nas relações entre superiores e inferiores (Páez, 1981).

5 O *voseo* “extra-estamental”

Na sequência, veremos três ocorrências do *voseo* “extra-estamental”, extraídas dos capítulos XX, XXX, da primeira parte do *Quijote*, e do capítulo XXVIII, do segundo volume. Os dados expostos buscam realçar a posição hierárquica dos interlocutores.

5.1 A interação entre Dom Quixote e Sancho no Capítulo XX da primeira parte do *Quijote*: o caso dos *batanes*

No Capítulo XX da primeira parte do *Quijote* desenrola-se a clássica história dos *batanes*.² Nesse episódio, ambientado no interior de uma floresta, em plena madrugada, a escuridão, bem como um barulho de água que ecoava entre as árvores, convida Dom Quixote e Sancho a alimentar o medo pelo som incerto. As reações dos personagens ao barulho misterioso foram diversas. Enquanto o protagonista, tomado pelos ideais da cavalaria andante, mostrava-se disposto a enfrentar o medo, o escudeiro, amedrontado, fazia de tudo para impedir as desventuras de seu amo. O mistério em torno do som de água inusitado que vinha do interior da floresta se dissipa ao raiar do dia, com a luminosidade revelando aos personagens o movimento dos moinhos de água (*batanes* em espanhol) sob um rio. A descoberta desperta o riso em Sancho, que imita o discurso de seu amo na noite anterior, quando escutaram os barulhos pela primeira vez. Em resposta as brincadeiras do escudeiro, Dom Quixote, que até então *tuteava* com o companheiro, muda o tratamento ao repreender as atitudes do amigo. Em sequência, vemos o momento em que o cavaleiro andante se revolta e castiga Sancho.³

¹ Tradução própria de relações *intraestamentales* e *extraestamentales*, no texto de Páez (1981).

² Em espanhol, *batán* faz referência à uma espécie de máquina, geralmente hidráulica, composta por grandes maços de madeira, utilizada para bater panos. Seria uma espécie de moinho de água.

³ Neste estudo, para realizar a análise das formas de tratamento usadas por Don Quixote e Sancho Pança, grifamos as ocorrências de formas pronominais e nominais presentes no texto de Cervantes

- i) *Viendo, pues, don Quijote que Sancho hacía burla dél, se corrió y enojó en tanta manera, que alzó el lanzón y le asentó dos palos, tales, que si como los recibió en las espaldas los recibiera en la cabeza, quedara libre de pagarle el salario, si no fuera a sus herederos. Viendo Sancho que sacaba tan malas veras de sus burlas, con temor de que su amo no pasase adelante en ellas, con mucha humildad le dijo:*

Sancho Panza —*Sosíéguese vuestra merced, que por Dios que me burlo.*

Don Quijote —*Pues porque os burláis, no me burlo yo—respondió don Quijote—. Venid acá, señor alegre: ¿parceos a vos que si como estos fueron mazos de batán fueran otra peligrosa aventura, no había yo mostrado el ánimo que convenía para emprendella y acaballa? ¿Estoy yo obligado a dicha, siendo como soy caballero, a conocer y distinguir los sones y saber cuáles son de batán o no? Y más, que podría ser, como es verdad, que no los he visto en mi vida, como vos los habréis visto, como villano ruin que sois, criado y nacido entre ellos. Si no, haced vos que estos seis mazos se vuelvan en seis jayanes, y echádmelos a las barbas uno a uno, o todos juntos, y cuando yo no diere con todos patas arriba, haced de mí la burla que quisiéredes.*

(*Quijote*, Parte 1, Cap. XX, 5/5)

Conforme é possível observar no diálogo acima,⁴ Dom Quixote substitui o *tuteo* tradicional do convívio cotidiano e se dirige a Sancho com a forma *vos*. Vale lembrar que a relação dos personagens ao longo da obra é assimétrica, respeitando a hierarquia social tanto do mundo real (hidalgo X camponês) como do mundo imaginário *Quijotesco* (cavaleiro andante X escudeiro). As formas de tratamento costumam respeitar essa ordem social e como resultado vemos frequentemente Dom Quixote tratar Sancho de *tú* e receber do subordinado a fórmula cortês *vuestra merced*. Neste estudo, no entanto, buscamos mostrar quais aspectos da situação comunicativa podem se sobrepor a hierarquia dos interlocutores e influenciar no uso dos tratamentos. No capítulo XX, as brincadeiras de Sancho desafiam as normas sociais do Século de Ouro, uma vez que não era esperado que criados caçoem de seus amos imitando seu falar, por exemplo. Essa ruptura da cortesia padrão por parte do escudeiro fez o cavaleiro revidar agredindo-o física e verbalmente. Bertolotti e Coll (2005) afirmam que a agressão verbal de Dom Quixote fica expressa na utilização de recursos linguísticos que reafirmem direta e indiretamente a condição social inferior de Sancho. O protagonista buscar relembrar o companheiro de sua posição social diretamente, rotulando-o de “*villano ruin [...] criado y nacido*” e indiretamente, por meio do tratamento com a forma *vos*.

Ao longo do Século de Ouro, conforme mencionado anteriormente, muitos linguistas e filólogos tem apontado o enfraquecimento da semântica respeitosa do *vos*. O *voseo* “extra-estamental”, apontado por Páez (1981), vinha ganhando espaço no século XVII, época em que Cervantes publica a primeira parte do *Quijote*. O uso mais comum desse fenômeno, segundo a autora, se deu de forma descendente, quando um superior usa o *vos* para se dirigir a um inferior com valor de distanciamento. Essa prática é observada na fala de Dom Quixote ao repreender Sancho em i), uma vez que o *vos* do cavaleiro andante tem a função de ressaltar que ambos os personagens da novela pertencem a mundos distintos, conforme atestam Bertolotti e Coll (2005). O uso do *voseo* para demarcar a posição hierárquica inferior de Sancho também pode ser visto no Capítulo XXX da primeira parte do *Quijote*.

⁴ Para este trabalho utilizamos a edição do Instituto Cervantes, dirigida por Francisco Rico. Madrid: Centro Virtual Cervantes, 1997-2025.

5.2 O voseo de Dom Quixote a Sancho no Capítulo XXX da primeira parte do *Quijote*: A aparição da princesa Micomicona

No Capítulo XXX da primeira parte do *Quijote*, Dorotea, disfarçada de princesa Micomicona, tenta convencer Dom Quixote de ser o cavaleiro andante destinado a ajudá-la a recuperar seu reino *Micomición*, que fora usurpado por um gigante. A impostora também garante que, ao concluir a missão profética, oferecera sua mão em casamento ao cavaleiro, bem como o domínio de suas terras. A real intenção por traz desse convite cavalheiresco era ajudar Sancho, O Cura e O Barbeiro a conduzir o cavaleiro da triste figura de volta a sua aldeia. Os planos, no entanto, não saem como o esperado, uma vez que Dom Quixote se recusa a oferecer lealdade, e sua mão, a qualquer princesa que não fosse sua preciosa e única Dulcineia. Ao ver Sancho sugerir que sua senhora poderia ser substituída pela princesa Micomicona, o cavaleiro golpeia-o furioso, enquanto agride-o verbalmente com ofensas diretas (*villano ruin; bellaco descomulgado; gañán; faquín; belitre; socarrón de lengua viperina e hideputa bellaco*) e indiretas, por meio do uso do *voseo*. A insatisfação de Dom Quixote com o comportamento indecoroso de seu escudeiro fez com que adotasse *vos* momentaneamente, no lugar do *tú*, que indica carinho e é a forma prototípica usada com criados (García Gallarín, 2002; Cash, 2008).

- ii) *Don Quijote, que tales blasfemias oyó decir contra su señora Dulcinea, no lo pudo sufrir, y, alzando el lanzón, sin hablalle palabra a Sancho y sin decirle esta boca es mía, le dio tales dos palos, que dio con él en tierra; y si no fuera porque Dorotea le dio voces que no le diera más, sin duda le quitara allí la vida.*

Don Quijote —¿Pensáis —le dijo a cabo de rato—, villano ruin, que ha de haber lugar siempre para ponerme la mano en la horcajadura y que todo ha de ser errar vos y perdonaros yo? Pues no lo pensáis, bellaco descomulgado, que sin duda lo estás, pues has puesto lengua en la sin par Dulcinea. Y ¿no sabéis vos, gañán, faquín, belitre, que si no fuese por el valor que ella infunde en mi brazo, que no le tendría yo para matar una pulga? Decid, socarrón de lengua viperina, ¿y quién pensáis que ha ganado este reino y cortado la cabeza a este gigante y héchoos a vos marqués, que todo esto doy ya por hecho y por cosa pasada en cosa juzgada, si no es el valor de Dulcinea, tomando a mi brazo por instrumento de sus hazañas? Ella pelea en mí y vence en mí, y yo vivo y respiro en ella, y tengo vida y ser, ¡Oh hideputa bellaco, y cómo sois desagradecido, que os veis levantado del polvo de la tierra a ser señor de título y correspondéis a tan buena obra con decir mal de quien os la hizo!

(*Quijote*, Parte 1, Cap. XXX, 3/4)

Conforme podemos observar em ii), Dom Quixote se ofende ao ver Sancho cogitar que a princesa Micomicona fosse mais digna de lealdade que Dulcineia. Em determinado momento, antes da fúria do cavaleiro, o escudeiro chega a verbalizar que a senhora do amo não é mais bonita, nem chaga aos pés da princesa impostora. Essas falas descorteses contra Dulcineia atingem diretamente a imagem de Dom Quixote, que preza religiosamente pelos valores da cavalaria andante. A dama de um cavaleiro é responsável por seu próprio ser cavalheiresco e é o principal fio condutor de suas ações, de sua honra. Dessa forma, para Dom Quixote, as duras palavras de Sancho contra Dulcineia soam como uma ameaça a sua devoção a cavalaria e a seus feitos conquistados enquanto cavaleiro andante. Em resposta aos comentários descabidos do escudeiro, Dom Quixote usa o *vos*. Para Bertolotti e Coll (2005) a escolha de tratamento do protagonista não necessariamente indica raiva, mas sim sua neces-

sidade de marcar a posição inferior de Sancho. Segundo as autoras, o lavrador, ao questionar a devoção de seu amo, se mostrava inferior não apenas em nível social, mas também por não conseguir compreender o mundo cavaleiresco, uma vez que é incapaz de reconhecer as qualidades de Dulcineia e sua importância na condução do heroísmo de Dom Quixote. Em função dessas observações, o *voseo* mostrado em ii) pode ser classificado como “extra-estamental”, segundo os preceitos de Páez (1981). Esse uso do *vos* se assemelha ao observado em i), no capítulo XX, na aventura dos *batanes*, tendo em vista sua função, em ambos os casos, de designar Sancho na posição de camponês. O mesmo *voseo* observado em i), no episódio dos *batanes* e em ii), na aventura da princesa Micomicona, pode ser observado no Capítulo XXVIII da segunda parte do *Quijote*.

5.3 O *voseo* de Dom Quixote a Sancho no Capítulo XXVIII da segunda parte do *Quijote*: os desdobramentos da aventura dos zurros/relinchos

No início do Capítulo XXVIII da segunda parte do *Quijote* vemos os desdobramentos da emblemática aventura dos zurros/relinchos,⁵ que tem início nos capítulos anteriores. Na ocasião, Dom Quixote e Sancho encontram um exército que, levando estandartes e tambores, marcha em direção ao povo vizinho, buscando desafiar seus rivais. O centro do conflito, que eleva os ânimos da tropa, é o ímpeto de revidar as brincadeiras que o povoado vizinho faz dos moradores de um vilarejo próximo, cujo principal talento, um tanto que peculiar, consiste em fazer imitações precisas do zurrar característico dos burros. Após uma tentativa falha de Dom Quixote apaziguar o conflito do exército de zurradores, Sancho, em um ato de apoio a seu mestre, decide zurrar, imitando os aldeões exaltados. A interpretação do escudeiro, no entanto, não sai como esperado e resulta em uma briga. No Capítulo XXVIII, após o incidente, o cavaleiro andante reprova a conduta de seu escudeiro e o priva do trato *tú*, habitual (García Gallarín, 2002).

- iii) *Don Quijote*: — ¡Tan enhoramala supistes vos rebuznar, Sancho! ¿Y dónde hallastes vos ser bueno el nombrar la sogá en casa del ahorcado? A música de rebuznos, ¿qué contrapunto se había de llevar sino de varapalos? Y dad gracias a Dios, Sancho, que ya que os santiguaron con un palo, no os hicieron el per signum crucis con un alfanje.

(*Quijote*, Parte 2, Cap. XXVIII, 1/2)

Em iii), Dom Quixote faz uso do *vos* ao reprovar a conduta de Sancho, que considera precipitada (García Gallarín, 2002). O *voseo* observado nessa interação se assemelha aos casos dos *batanes*, em i), e da desventura envolvendo a princesa Micomicona, em ii). Trata-se de um uso “extra-estamental” do pronome, uma vez que o protagonista busca ressaltar, por meio do discurso, que seu companheiro de aventuras ocupa uma posição hierarquicamente inferior na interação.

Em sequência, veremos casos de *voseo* na primeira e segunda parte do *Quijote* que diferem do uso visto anteriormente no episódio dos *batanes*, da princesa Micomicona e dos zurros.

⁵ Na edição consultada, em espanhol, este incidente é conhecido como “la aventura del rebuzno”.

6 O voseo “intra-estamental”

Na sequência, serão resgatadas duas ocorrências do voseo “intra-estamental”, verificadas nos capítulos X e LXIII, da primeira e segunda parte do livro. O domínio intra-estamental, segundo Páez (1981), representa as relações entre pares, detentoras de um desejo de proximidade.

6.1 O pedido de Sancho a Dom Quixote por uma ilha para governar, no Capítulo X da primeira parte do *Quijote*: entre a cortesia e a retomada de valores cavaleirescos

A próxima interação, retirada do Capítulo X da primeira parte do *Quijote*, foi observada por St. Clair Sloan (1922) e discutida, posteriormente, por Bertolotti e Coll (2005). No diálogo em questão, vemos Sancho, após ser maltratado pelos moços dos frades, se levantar e pedir cortesmente a Dom Quixote o governo da ilha que lhe prometera entregar fruto das batalhas da cavalaria andante. Para realizar o tão desejado pedido, o escudeiro se ajoelha ante seu amo e ajudando-o a montar em Rocinante, beija sua mão, culminando na cena em sequência.

iv) *Ya en este tiempo se había levantado Sancho Panza, algo maltratado de los mozos de los frailes, y había estado atento a la batalla de su señor don Quijote, y rogaba a Dios en su corazón fuese servido de darle vitoria y que en ella ganase alguna ínsula de donde le hiciese gobernador, como se lo había prometido. Viendo, pues, ya acabada la pendencia y que su amo volvía a subir sobre Rocinante, llegó a tenerle el estribo y, antes que subiese, se hincó de rodillas delante dél y, asiéndole de la mano, se la besó y le dijo:*

Sancho Panza — Sea vuestra merced servido, señor don Quijote mío, de darme el gobierno de la ínsula que en esta rigurosa pendencia se ha ganado, que, por grande que sea, yo me siento con fuerzas de saberla gobernar tal y tan bien como otro que haya gobernado ínsulas en el mundo.

A lo cual respondió don Quijote:

Don Quijote — Advertid, hermano Sancho, que esta aventura y las a esta semejantes no son aventuras de ínsulas, sino de encrucijadas, en las cuales no se gana otra cosa que sacar rota la cabeza, o una oreja menos. Tened paciencia, que aventuras se ofrecerán donde no solamente os pueda hacer gobernador, sino más adelante.

(Quijote, Parte 1, Cap. X, 1/2)

Ao receber o educado pedido de Sancho, acompanhado do habitual *vuestra merced* respeitoso, característico de relações assimétricas ascendentes, entre subordinado e superior, Dom Quixote, em iv), devolve ao escudeiro a forma *vos*. O comportamento do protagonista ao responder ao amigo parece externar um sentimento de cortesia, segundo afirmam Bertolotti e Coll (2005). Para as autoras, a necessidade de evitar atritos ao negar o pedido de Sancho fez o cavaleiro adotar estratégias de cortesia, representadas pelo uso do trato nominal *hermano Sancho*, bem como do voseo, tanto pronominal (*os*) como verbal (*Advertid; Tened*). Esse uso do *vos*, diferentemente do observado no capítulo dos *batanes*, é “intra-estamental”, uma vez que atua como um recurso para aproximar Sancho ao mundo dos cavaleiros andantes. Bertolotti e Coll (2005) salientam que, nesse contexto, o voseo teria a função de elevar o escudeiro

a categoria de “irmão”, diferentemente das ocorrências em i), ii) e iii), em que Dom Quixote deseja realçar a Sancho suas diferenças de classe.

O *voseo* “intra-estamental”, usado nas relações entre pares, é encontrado com frequência em textos do século XVI e vai entrando em desuso no século XVII (Páez, 1981). Vários autores atestam para um possível caráter arcaizante que o uso desse *vos* pode ter assumido na fala de Dom Quixote, tendo em conta a mentalidade do mesmo, contaminada pelas histórias da cavalaria andante (St. Clair Sloan, 1922; Rosenblat, 1978; Del Barrio, 1997 *apud* Bertolotti e Coll, 2005). Segundo esses autores, o *voseo* do protagonista pode fazer parte dos recursos linguísticos utilizados pelo personagem para emular a linguagem cavalheiresca. Bertolotti e Coll (2005) recordam que Dom Quixote *vosea* as pessoas comuns que acredita serem cavaleiros, damas, donos de castelos etc. O tratamento *vosenate*, nessas interações, remetia ao *vos* “intra-estamental” característico do século XVI, que era adotado para marcar relações de respeito dentro de um mesmo grupo social.

No caso do *voseo* observado em iv), no entanto, Bertolotti e Coll (2005) defendem a tese de que sua função cortês supera o possível sentido arcaizante que a forma poderia estar assumindo no texto de Cervantes. As autoras apontam que o uso do *vos* por Dom Quixote, apesar de amistoso, coloca o protagonista em posição de superioridade em respeito a Sancho. Ao longo da obra, sempre existiu uma relação hierárquica entre os personagens, conforme vem sendo discutido no decorrer deste estudo. No caso de iv), o superior não ordena, mas sim explica, promete (Bertolotti e Coll, 2005). Esse uso de *vos*, apesar de estar em desuso no século XVII, ainda podia ser assimilado com o significado que detinha em um estado de língua anterior, nas palavras de Bertolotti e Coll (2005). Para as autoras, esse *voseo*, mais antigo, com ar cavalheiresco, não se esgotava em seu sentido arcaizante, uma vez que ainda podia ser interpretado pelos falantes da época com sua principal função cortês.

Seria pertinente destacar que Sancho, como inferior na escala hierárquica, não detinha da mesma liberdade de Dom Quixote ao escolher as formas de tratamento. Bertolotti e Coll (2005) apontam que, na cena que sucede iv), o escudeiro tenta responder o amo usando o *vos*, mas é retribuído com o *tuteo* habitual e se vê obrigado a retomar o *vuestra merced* assimétrico ao se dirigir ao superior, conforme vemos na sequência.

v) *Agradecióselo mucho Sancho y, besándole otra vez la mano y la falda de la loriga, le ayudó a subir sobre Rocinante, y él subió sobre su asno y comenzó a seguir a su señor, [...] Seguía le Sancho a todo el trote de su jumento, pero caminaba tanto Rocinante, que, viéndose quedar atrás, le fue forzoso dar voces a su amo que se aguardase. Hízolo así don Quijote, teniendo las riendas a Rocinante hasta que llegase su cansado escudero, el cual, en llegando, le dijo:*

Sancho Panza — *Paréceme, señor, que sería acertado irnos a retraer a alguna iglesia, que, según quedó maltrecho aquel con quien os combatistes, no será mucho que den noticia del caso a la Santa Hermandad y nos prendan; y a fe que si lo hacen, que primero que salgamos de la cárcel, que nos ha de sudar el hopo.*

Don Quijote — *Calla — dijo don Quijote —, ¿y dónde has visto tú o leído jamás que caballero andante haya sido puesto ante la justicia, por más homicidios que hubiese cometido?*

(Quijote, Parte 1, Cap. X, 1/2)

Em v), é possível observar que, apesar de Sancho tentar *vosear* a seu amo, sua posição social inferior o impede de conduzir o uso dos tratamentos na conversa. Os indivíduos em posição de poder, acima hierarquicamente que seus interlocutores, detêm o controle sobre os usos das formas de tratamento (Brown e Gilman, 2003 [1960]; Bertolotti e Coll, 2005). Nesse sentido, Dom Quixote pode escolher os momentos em que deseja *tutear* ou *vosear* com o escudeiro, a título de exemplo. Sancho, por sua vez, encontra-se sempre adaptando-se as escolhas de tratamento de seu amo.

6.2 O pedido de Don Quijote a Sancho para que o ajude a desencantar Dulcineia, no Capítulo LXIII da segunda parte do *Quijote*: um *voseo* em contexto de petição

Na segunda parte do *Quijote* é possível vislumbrar uma ocorrência em que o cavaleiro andante usa o *vos* ao pedir encarecidamente a Sancho que o ajude a desencantar Dulcineia. Ao longo do segundo volume da obra de Cervantes, o encantamento de Dulcineia ocupa boa parte da narrativa. No Capítulo X, o escudeiro de Dom Quixote, ao ser recrutado por seu amo para encontrar a adorável donzela em *El Toboso*, necessita recorrer ao mundo inventivo da cavalaria andante para evitar revelar que a princesa idealizada pelo cavaleiro não passava de uma camponesa. Ao encontrar três lavradoras montadas em burros, decide afirmar a Dom Quixote que uma delas é Dulcineia e que a dama é vista na forma de camponesa rústica por estar sob o encantamento de feiticeiros. No decorrer da obra, é mencionado que Sancho deverá ser açoitado para “desencantar” a dama de *El Toboso*. No Capítulo LXIII vemos Dom Quixote implorar pelo sacrifício de seu companheiro.

- vi) *Don Quijote* — ¡Ah, Sancho amigo, y con qué brevedad y cuán a poca costa os podíades vos, si quisíades, desnudar de medio cuerpo arriba, y ponerlos entre estos señores y acabar con el desencanto de Dulcinea! Pues con la miseria y pena de tantos no sentiríades vos mucho la vuestra, y más, que podría ser que el sabio Merlín tomase en cuenta cada azote de los, por ser dados de buena mano, por diez de los que vos finalmente os habéis de dar.
- (*Quijote*, Parte 2, Cap. LXIII, 1/3)

Em vi), o cavaleiro andante substitui o *tú* tradicional e se dirige a Sancho com o *vos*. Este uso se assemelha ao observado em iv), no Capítulo X da primeira parte do *Quijote*. Em ambos os casos se documenta um *voseo* “intra-estamental” respeitoso, empregado como estratégia de cortesia, juntamente com formas nominais que indicam proximidade, como *Sancho amigo*. Em contraste com o *vos* “extra-estamental” visto nas ocorrências i), ii) e iii), que realça a diferença de classe social dos personagens, o *voseo* verificado em iv) e vi) tem a finalidade de aproximar, ainda que brevemente, Sancho de seu mundo cavalheiresco. Neste sentido, a escolha por parte de Dom Quixote, em vi), busca atenuar o ato de petição, que ameaça a “imagem negativa” do escudeiro, segundo os postulados de Brown e Levinson (1987). Seria pertinente recordar que o pedido do cavaleiro ameaça a integridade física do companheiro, uma vez que implora para que o escudeiro aceite ser açoitado para “desencantar” Dulcineia. O *voseo*, desta forma, atua como recurso linguístico para tentar persuadir Sancho a se sacrificar pelo bem da cavalaria andante.

7 Considerações finais

Com este estudo, foi possível ter uma amostra da influência que as situações comunicativas podem desempenhar sobre o uso das formas de tratamento. Vimos que, ao longo da primeira e segunda parte do *Quijote*, Cervantes enriquece a caracterização de seus protagonistas fazendo uso de recursos linguísticos, entre eles as formas de tratamento. A relação hierárquica entre Dom Quixote e Sancho é caracterizada pelo uso assimétrico dos tratamentos. Nesse sentido, é comum ver o cavaleiro andante tutear ao escudeiro e receber em troca o respeitoso *vuestra merced*. Existem casos, no entanto, que fogem desse uso tradicional, e vem chamando a atenção de múltiplos teóricos (St. Clair Sloan, 1922; García Gallarín, 2002; Bertolotti e Coll, 2005 e Cash, 2008). Neste trabalho tratamos de analisar algumas dessas ocorrências, em que o protagonista substitui o *tuteo* tradicional ao se dirigir a Sancho pelo *voseo*. Foram discutidos cinco desses episódios, extraídos dos dois volumes do *Quijote*, em que vimos duas motivações diferentes para a troca do *tú* pelo *vos*.

Nos capítulos XX e XXX da primeira parte e XXVIII do segundo volume, que contam as histórias dos *batanes*, da aparição da impostora princesa Micomicona e da aventura dos zurras, respectivamente, Dom Quixote recorre ao *voseo* para marcar a posição social inferior de Sancho, distante das honrarias da cavalaria andante. Nessas ocasiões, o uso do pronome pode ser classificado como “extra-estamental”, segundo os preceitos de Páez (1981), uma vez que é empregado para reforçar a assimetria das relações. Seria importante lembrar que essa dimensão era acionada com frequência no século XVII, principalmente nas relações entre superiores e inferiores (Páez, 1981).

Nos capítulos X, da primeira parte e LXIII do segundo livro, por outro lado, observamos situações de petição que implicam um uso diferente do *voseo* visto anteriormente. No capítulo X, em que Sancho pede a Dom Quixote o governo da ilha e no capítulo LXIII, em que o cavaleiro implora para que seu escudeiro aceite “desencantar” Dulcinea foi verificado que o uso do *voseo* por parte do superior parece indicar cortesia e proximidade. Segundo Bertolotti e Coll (2005), a escolha do cavaleiro por modalidades *voseantes* nesses contextos configuraria uma estratégia linguística cortês para evitar atritos. Esse recurso é utilizado por Dom Quixote tanto ao negar o pedido de Sancho como ao efetuar um pedido, um tanto indecoroso, ao escudeiro. Tendo em conta que o uso do pronome remetia ao *vos* “intra-estamental” característico do século XVI, que era adotado para marcar relações de respeito dentro de um mesmo grupo social, foi discutido sobre o possível caráter arcaizante que o tratamento pode ter assumido no texto de Cervantes. Muitos autores debatem sobre como os anseios de Dom Quixote de se aproximar a vida de cavaleiro influenciam em sua linguagem (St. Clair Sloan, 1922; Rosenblat, 1978; Del Barrio, 1997 *apud* Bertolotti e Coll, 2005). O *voseo* do protagonista, para esses pesquisadores, poderia fazer parte dos recursos linguísticos utilizados pelo personagem para emular a linguagem cavalheiresca. Bertolotti e Coll (2005), no entanto, descartam essa tese. Para as autoras, esse uso de *vos*, apesar de estar em desuso no século XVII, ainda podia ser interpretado pelos falantes da época com sua principal função cortês.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio (bolsa de doutorado) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

BERTOLOTTI, Virginia; COLL, Magdalena. ¿Pensáis, villano ruin, (...) que todo ha de ser errar vos y perdonaros yo?": el tratamiento voseante de don *Quijote* a sancho panza. *Ámbitos: Revista de estudios de ciencias sociales y humanidades*, [s. l.], n. 13, p. 35-41, 2005.

BIDERMAN, Maria T. C. Formas de tratamento e estruturas sociais. *Alfa*, v. 18/19, p. 339-362, 1972 - 1973.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.) *Sociolinguistics: The Essential Readings*. United Kingdom: Blackwell, p. 156-176, 2003 [1960].

BYGREN, Therese. Tú, vos o vuestra merced: un estudio comparativo de las formas pronominales de tratamiento en el siglo de oro. *Uppsala University Library*, [s. l.], p. 1-22, dez. 2014.

CASH, Annette. G. Formas de tratamento em "Don *Quijote*". In: BRAVO, Alexia Dotras (org.). *Tus obras los rincones de la tierra descubren: Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación de Cervantistas*. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, p. 225-232, 2008.

CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. Ed. Francisco Rico. Madrid: Real Academia Española, 2004. Disponível em: cvc.cervantes.es/literatura/clasicos/quijote/edicion/default.htm. Acesso em: 05 maio. 2025.

CISNEROS ESTUPIÑÁN, Mireya. "Aspectos histórico-pragmáticos del voseo". *Thesaurus: Boletín del Instituto Caro y Cuervo* 51(1), 27-43, 1996.

CLOSE, Anthony. La construcción de los personajes de Don *Quijote* y Sancho. *Cervantes y el Quijote: Actas Coloquio internacional*, Oviedo, p. 39-53, 2004.

FARACO, Carlos. A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *LaborHistórico*, v. 3, n. 2, p. 114-132, julho/dezembro, 2017 [1996]. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/17150>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GARCÍA GALLARÍN, Consuelo. Fórmulas de tratamiento en el *Quijote*. *Actas del V Congreso Internacional de Historia de La Lengua*, Madrid: Editorial Gredos, v. 1, p. 633-645, 2002.

HALL, Robert A. *Proto-Romance Morphology*. Amsterdam: John Benjamins, 1983.

KING, Jeremy. Cerimonia y cortesía en la literatura del siglo de oro: Un estudio de las formas de tratamiento en español. In: HUMMEL, Martin; KLUGE, Bettina; LASLOP, María Eugenia V. (eds.). *Formas y Fórmulas de Tratamiento en el Mundo Hispánico*, México: El Colegio de México/Karl-franzens Universität, p. 531-550, 2010a.

KING, Jeremy. The Role of Power and Solidarity in Politeness Theory: The Case of Golden Age Spanish. In: CULPEPER, Jonathan; KÁDÁR, Daniel (eds.). *Historical (Im)politeness*. Berlin: Peter Lang, p. 231-264, 2010b.

LAPESA, Rafael Melgar. *Personas gramaticales y tratamientos en español*. En Estudios de morfosintaxis histórica del español, eds. Rafael Cano y María Teresa Echenique, II, 311-345. Madrid: Gredos, 2000 [1970].

LAPESA, Rafael Melgar. *Historia de la lengua española*. 9. ed. Madrid: Editorial Gredos, S. A., 1981.

MALDONADO, Silvia. D. "Las fórmulas de tratamiento en Don *Quijote* de la Mancha". In: Elena María ROJAS (ed.) *Actas del VIII Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina*, p. 220-224. Universidad Nacional de Tucumán: Tucumán, 1999.

MEDINA MORALES, Francisca. Las formas nominales de tratamiento en el Siglo de Oro: Aproximación sociolingüística. *Memoria de La Palabra: Actas del VI Congreso de la Asociación Internacional Siglo de Oro*, Burgas, La Rioja, España, v. 2, n. 1, p.1329-1341, 2002.

PÁEZ, Iraset. U. *Historia y geografía hispanoamericana del voseo*. La Casa de Bello: Caracas, 1981.

PÉREZ-SALAZAR, Carmela. Sociolingüística del poder en el Siglo de Oro: de reverencias, altezas, mercedes, señorías y otras formas de tratamiento en el teatro de Calderón de la Barca. *Hipogrifo*, Madrid, v. 1, p. 97-119, 2018.

ROSENBLAT, Ángel. *La lengua del Quijote*, Madrid, Gredos. Biblioteca Románica Hispánica, 1978.

ST. CLAIR SLOAN, Arthur. The pronouns of address in *Don Quijote*, *Romanic Review*, v. 13, p. 65-76. 1922.

VIEIRA, Maria Augusta da Costa. Cervantes: Dom Quixote e Sancho Pança - fragmentos de uma aprendizagem deleitosa. *Literatura e Sociedade*, [S.L.], v. 23, n. 28, p. 10-26, 6 dez. 2018. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.voi28p10-26>.

A última boa ação: obras pias em testamentos catalanos oitocentistas

The Last Good Action: Pious Works in Nineteenth-Century Catalan Wills

Maiune de Oliveira Silva

Instituto Federal Goiano (IF Goiano) |
Cristalina | GO | BR
oli.maiunes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8498-9420>

Vanessa Regina Duarte Xavier

Universidade Federal de Catalão
(UFCAT) | Catalão | GO | BR
vanessaregina@ufcat.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-6718-2361>

Resumo: Este estudo tem como objetivo discutir a relevância das obras pias em testamentos catalanos oitocentistas, período em que predominava uma concepção cristã de que uma série de ritos seria capaz de remir a alma pecadora e elevá-la aos céus. A análise do campo lexical obras pias, composto com base na edição semi-diplomática dos documentos referidos, utilizou a metodologia documental, bibliográfica e qualitativa, tendo como intuito investigar as concepções sobre a morte e o *post mortem* das pessoas da época, a partir das definições disponíveis em Houaiss e Villar (2009), e Biderman e Murakawa (2021). Os resultados demonstraram que as obras pias eram descritas pelos testadores nos manuscritos com o fito de quitar possíveis pecados terrenos e abreviar o tempo da alma no purgatório.

Palavras-chave: Testamentos; Filologia; Campo Lexical.

Abstract: This study aims to explore the relevance of *obras pias* in nineteenth-century Catalan wills, a period in which a Christian conception prevailed that a series of rites was believed to redeem the sinful soul and elevate it to heaven. The analysis of the lexical field *obras pias*, based on the semidiplomatic edition of the referenced documents, applied documentary, documentary and qualitative methodology, with the purpose of investigating the period's conceptions of death and the post-mortem condition using the definitions provided by Houaiss and Villar (2009) and Biderman and Murakawa (2021). The results reveal that the pious works were described by the testators in the manuscripts as a means to atone for possible earthly sins and shorten the soul's time in purgatory.

Keywords: Wills; Philology; Lexical Field.



1 Entre palavras, fé e devoção: notas introdutórias

“Em nome da Santíssima Trindade Padre Filho e Espírito Santo três pessoas distintas, e hum só Deos verdadeiro, Amen” (Oliveira-Silva, 2024, p. 116). Esta introdução, presente na maioria dos testamentos oitocentistas catalanos por nós estudados em perspectiva léxico-filológica, traz em seu bojo uma mensagem de fé e devoção ao sagrado arraigada ao imaginário católico da época. A Santíssima Trindade era constantemente invocada no protocolo inicial dos testamentos mencionados, porque certamente representava a tríade essencial para a salvação da alma, na perspectiva de sujeitos católicos. É por meio da comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo que os católicos veem o mistério central da fé, que lhes permite afastar-se do pecado e vivenciar sua religiosidade no seu âmago, incluindo fazer o bem ao próximo, mediante a caridade, durante a vida terrena ou em sua continuidade após a morte.

É inegável que havia um temor *post mortem* diante do destino da alma e a Igreja Católica era uma das principais instituições que ditavam quais procedimentos seriam capazes de promover um pós-morte mais tranquilo. A representação dessa concepção em torno da correlação entre vida e morte foi amplamente promovida por meio da pedagogia do medo, que disciplinava os ritos fúnebres. Havia a concepção de um Deus justo, porém vingativo, que puniria as pessoas que não seguissem seus ensinamentos, a certeza da passagem pelo purgatório e a esperança do julgamento da alma e do perdão divino que a elevaria ao reino celestial. Tudo isso era usado pela Igreja Católica no século XIX para incutir no cristão valores morais da fé católica, que deveriam ser seguidos em vida.

O “bem viver” era garantia do “bem morrer” e a expectativa do *post mortem* era o fio condutor da vida do cristão. Ante isso, os testamentos assumiram um papel de acentuada relevância. Muito mais do que instrumentos de transmissão de espólios, eles se tornaram peças-chave para o cumprimento de ritos capazes de garantir à alma o caminho da salvação. Era por meio deles que os testadores preparavam os ritos de seus funerais – minuciosamente descritos nesse documento para que não houvesse imbróglis para o testamenteiro – bem como professavam a sua fé católica, deixando esmolas aos pobres, vintenias ao testamenteiro, libertando escravizados, com a intenção de que suas almas ficassem o menor tempo possível no purgatório.

Era deixando registradas essas boas ações para serem realizadas pelo testamenteiro, que o testador tinha a esperança de ter sua alma remida. Dito isso, cabe elucidar que é nosso objetivo, neste artigo, discutir sobre o campo lexical das obras pias em vinte e dois testamentos catalanos oitocentistas, inicialmente editados semidiplomaticamente. Com isso, analisamos os usos e sentidos das unidades lexicais que o compõem. O intuito da previsão de tais obras nos testamentos era servir de salvação para a alma, segundo o imaginário predominante à época. Assim, a justificativa para este estudo centra-se na possibilidade de compreender a mentalidade das pessoas que deixavam obras pias em seus testamentos nos idos oitocentistas, especialmente os redigidos em Catalão – Goiás e regiões circunvizinhas.

O referencial teórico abarca estudos que abordam as obras pias, como os de Silva (2013) e Berto (2015); a Filologia, especialmente no que se refere à edição de documentos, conforme Megale e Toledo Neto (2006); o léxico, com base em Vilela (1994), Biderman (2001a, 2001b), Peruchi (2014) e a teoria dos campos lexicais proposta por Coseriu (1977).

O artigo está organizado da seguinte maneira: i) na introdução, contextualizamos o tema; ii) discutimos sobre a metodologia empregada para a realização deste estudo; iii) analisamos a importância das obras pias para a salvação da alma; iv) discutimos sobre léxico e campos lexicais; v) realizamos a análise dos dados e, por fim, vi) apresentamos as considerações finais e as referências.

2 Preparando a “boa morte”: aspectos metodológicos da investigação

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, centrando-se na análise de campos lexicais formados a partir do inventário lexical realizado em testamentos catalanos oitocentistas, com ênfase, no caso deste trabalho, no campo lexical das *obras pias*. O objetivo primordial consistiu em investigar os significados e os usos dos itens lexicais relacionados a esse campo, assim como suas transformações ao longo do tempo, valendo-se de fontes lexicográficas históricas e contemporâneas para traçar um percurso diacrônico do léxico testamentário.

O primeiro procedimento metodológico envolveu a transcrição e a edição semidiplomática fidedigna de documentos manuscritos do século XIX, consoante as normas disponíveis em Megale e Toledo Neto¹ (2006), sem comprometer a integridade do *corpus* documental. Em seguida, procedeu-se à identificação, seleção e organização das unidades lexicais que compuseram os campos lexicais.

Dentre os campos lexicais identificados nos testamentos, privilegiou-se a análise das *obras pias*, compreendendo itens lexicais associados a práticas religiosas e assistenciais, como “missas” [destinadas às almas do purgatório, a parentes falecidos ou à reparação de negócios em vida], “esmolas aos pobres”, “vintena”, “remuneração”, “alfaias da igreja”, “dinheiro aos santos”, “libertação de escravos”, “casa e mobília”, “crédito”, “terça” e “gado empastado”. A seleção das unidades lexicais pautou-se nos usos e sentidos depreendidos nos documentos analisados, na relevância histórica das doações testamentárias no contexto sociocultural oitocentista e na ausência de estudos sobre este tema em específico.

A análise léxico-filológica fundamentou-se em fontes lexicográficas de dois períodos distintos: dicionários contemporâneos aos testamentos, como Silva Pinto (1789), e dicionários mais atuais, a exemplo de Houaiss e Villar (2009) e Biderman e Murakawa (2021), além de obras que nos ajudaram a compreender aspectos da história narrada nessas páginas amareladas pelo tempo, tais como Reis (1991), Figueiredo (2014), Teixeira (2020), entre outros. Essa abordagem permitiu examinar os sentidos atribuídos às unidades lexicais, bem como compreender algumas das concepções de vida e de morte comuns a esse período.

¹ Embora haja normas de transcrição revisadas e atualizadas, na ocasião desta etapa ainda não dispúnhamos desta informação, razão pela qual nos embasamos nas normas em questão.

3 Rituais de salvação: as obras pias em testamentos do século XIX

Os testamentos oitocentistas representam uma fonte opulenta para estudos de cunho lexical, uma vez que refletem não apenas a organização jurídica e patrimonial da sociedade da época, mas também as crenças, os valores, a fé e a confiança irrestrita que o testador tinha na corte celestial, em alguns familiares e nos amigos que lhe foram leais durante a passagem terrena. Por meio do léxico neles registrados, é possível conhecer alguns aspectos que faziam parte desse momento para que a alma pudesse encontrar o caminho da salvação de forma mais célere.

Eles são documentos que mostram a dinâmica do momento póstumo do corpo para que a alma pudesse seguir por um bom caminho, uma vez que descrevem como o corpo seria amortalhado, quem acompanharia o velório e o enterro e se receberiam por isso, quantas missas aquela alma e a alma de seus amigos e familiares teriam, quais santos protetores e de devoção seriam “beneficiados”² para que, como numa barganha espiritual, pudessem interceder por aquela alma, entre outros.

É preciso lembrar que os testadores desejavam que tais ritos fossem cumpridos no período máximo de um ano, conforme demandavam as Ordenações Filipinas, e deixavam isso registrado no testamento, mas nem sempre esse prazo era respeitado. Os ritos e as práticas fúnebres, na maioria das vezes, eram realizados sem pompa, mas com muita decência e respeito. Vejamos um trecho inventariado do testamento de Ritta Maria de Jesus, escrito em 1888, em que ela deseja que seu velório seja simples, sem pompa alguma.

||2v.|| Declaro | mais que é minha von tade que | não haja mais, digo, que não haja | por minha morte se não os si- | gnaes ou toques de sinos recommen- | dados pelos ritos da Igrêja em tâis | circunstancias, e só mente as encom- | mendações que a mesma Igreja or- | demna em toda a simplicida de | que só exige es te acto religioso e | sem pompa alguma (Oliveira-Silva, 2024, p. 220).

Insta ressaltar que tocar apenas os sinais recomendados pelos ritos da Igreja, bem como seguir as recomendações propostas por ela com a simplicidade requerida fazem parte de uma ritualística que, segundo a testadora, não poderia ser perdida. Nesse sentido, Thomas (1985) explica que os rituais são importantes, porque marcam atos do cotidiano, tanto em momentos particulares, quanto coletivos, a exemplo dos velórios. Eles se tornam imprescindíveis porque fornecem segurança ao indivíduo e ao grupo por meio de um sistema de fórmulas e símbolos que orientam condutas, ditam receitas, expiam culpas e inspiram certezas.

Todo ritual demanda um cenário específico, composto por objetos e mobiliário dotados de apelo simbólico, seja em razão de seu valor emblemático, seja por sua função sagrada. Além disso, apresenta uma sequência temporal estruturada, na qual se sucedem etapas organizadas em atos e palavras. Cada ritual também envolve atores fundamentais, protagonistas que interagem entre si, como ocorre nos rituais religiosos, em que se estabelecem relações entre a divindade (ou entidades equivalentes), os sacerdotes, investidos de autoridade religiosa, e os fiéis participantes. Ademais, dispõe de uma organização simbólica que traduz, em termos

² Segundo Reis (1991), era comum deixar dinheiro ou presentes em testamento para a Irmandade e/ou Igreja que levassem o nome do Santo referido, de modo que inclusive as pessoas que participavam daquela comunidade eclesial, em sinal de gratidão pela benfeitoria recebida, rezassem pela alma do falecido.

concretos e metafóricos, o que é misterioso e inexprimível. Com base nesses elementos, o ritual expressa e preserva os lugares, desperta emoções, confere solenidade às situações e assegura, simultaneamente, a manutenção e o fortalecimento da coesão social (Thomas, 1985).

Nos documentos ora estudados, o cenário ritualístico das obras pias se dava após o enterro do testador e o testamenteiro era a figura responsável por executá-las. Geralmente, iniciava pelas compensações financeiras mais urgentes, a exemplo das esmolas aos pobres que choravam nos enterros como retribuição ao serviço prestado, depois executava as demais ações, que poderiam levar até um ano para serem cumpridas.

Especificavam-se, ainda, o número de missas destinadas à alma do falecido e de seus familiares, bem como os santos de devoção e de proteção que seriam “agraciados” com doações em dinheiro, objetos ou oferendas simbólicas (Reis, 1991). Essa lista de prescrições evidencia a existência de uma verdadeira economia espiritual, na qual as relações com o sagrado se organizavam segundo lógicas de troca e intercessão. Como em uma barganha devocional, acreditava-se que as doações materiais e os gestos de piedade poderiam garantir à alma um percurso favorável no além. Corroboram essa asserção os dizeres de Berto (2015, p. 66) que, ao discorrer sobre os cultos e cerimônias litúrgicas realizadas em benefício das almas, reforça que

Neste aspecto, ganham destaque os cultos e as cerimônias litúrgicas realizadas em prol das almas. Estes ofereciam a segurança, tanto aos vivos quanto aos mortos, de que o fiel poderia alcançar as bem-aventuranças com rapidez, se estivesse no Purgatório, ou gozar cada vez mais dos benefícios do céu. Nos testamentos da Campinas do século XIX, o culto às almas aparece como uma estratégia incisiva, sendo comum ao longo dos registros a importância das missas no momento da morte e nos dias, meses ou anos sucessivos.

Ao mesmo tempo, tais práticas possuíam forte dimensão social: o modo como o testador planejava os ritos pós-morte expressava não apenas sua fé, mas também sua posição e prestígio dentro da comunidade, refletindo as hierarquias e distinções de classe. A morte, portanto, não se restringia a um evento individual, mas constituía um ato coletivo de reafirmação de laços comunitários e de pertencimento simbólico, em que o corpo e os ritos se tornavam instrumentos de memória social. Sob essa perspectiva, esses registros não apenas descrevem a vontade última dos testadores, mas traduzem uma visão de mundo na qual a salvação era uma construção contínua, socialmente compartilhada e materialmente negociada entre os vivos, os mortos e o divino.

As obras pias configuravam-se, portanto, como rituais de caridade e devoção, muitas vezes compreendidas como uma das últimas expressões de fé do testador, realizadas simbolicamente após sua morte. Por meio delas, os bens materiais que lhe proporcionaram conforto e bem-estar em vida eram convertidos em instrumentos de salvação espiritual, transformando-se em uma espécie de moeda simbólica nas trocas entre o terreno e o divino (Oliveira-Silva; Xavier, 2023). Assim, ao ser submetido ao juízo final, o testador esperava que tais gestos de generosidade e desprendimento fossem reconhecidos como evidências de virtude e arrependimento, reafirmando sua esperança de alcançar a redenção da alma.

Era comum, também, que os testadores incluíssem, além dos pedidos de missas, esmolas aos pobres, pois acreditavam que tal indulgência seria benéfica no juízo final. Ademais, conjecturavam que os desprovidos de recursos financeiros eram os verdadeiros herdeiros do reino celestial, sendo, pois, uma ação de grande valia no momento do julgamento o abster-se de bens materiais (Silva, 2013). Essa prática era, inclusive, incentivada pela Igreja.

Nos séculos XVIII e XIX, testadores católicos não raro destinavam parte de seus bens a anjos, santos e à Igreja Católica em seus testamentos, como já discutido anteriormente, refletindo a forte influência do catolicismo na sociedade da época. Essa prática estava diretamente ligada à crença na salvação da alma e ao desejo de garantir um destino favorável após a morte. A doação de bens para a Igreja ou a destinação de recursos para a celebração de missas, construção de capelas e manutenção de ordens religiosas era, por conseguinte, vista como uma forma de obter intercessão divina.

Os anjos e os santos, por sua vez, eram mencionados nos testamentos como destinatários simbólicos das doações, já que, na prática, os recursos eram destinados a confrarias, irmandades e igrejas dedicadas a essas figuras celestiais. Muitos católicos acreditavam que deixar bens a uma instituição religiosa em nome de um santo de devoção poderia garantir proteção espiritual desse ser celestial para si e para seus familiares. Além disso, a Igreja Católica era uma das principais instituições responsáveis pelo registro, guarda e cumprimento dos testamentos, o que reforçava sua posição como beneficiária legítima dessas doações. Dessa maneira, os testamentos não apenas asseguravam a transmissão de bens, mas também funcionavam como instrumentos de expressão da fé e da busca por redenção na vida após a morte.

4 Construção lexical da fé: o léxico e os campos lexicais

O léxico pode ser compreendido como um repositório de unidades lexicais de uma língua que o falante o utiliza consoante o conhecimento que possui das palavras e de seus significados. Vilela (1994) corrobora essa asserção ao defender que o léxico é “[...] o conjunto das palavras por meio das quais os membros de uma comunidade linguística comunicam entre si” (Vilela, 1994, p. 13).

É importante lembrar que, por ficar estocado em nossa memória, o homem lança mão de apenas uma parte desse acervo lexical, assim, quando se fala em um tema específico, se buscará na memória unidades lexicais que fazem referência àquele assunto, demonstrando a compreensão que se possui acerca dele. É por isso que Biderman (2001a, p. 13) salienta que “o léxico de uma língua constitui, portanto, formas de registrar o conhecimento do universo”.

Todavia, é preciso lembrar que a estruturação do conhecimento de mundo via léxico não se limita apenas ao léxico estocado e verbalizado e/ou escrito, pois por maior que seja o repertório lexical de um indivíduo, ele representa apenas uma parcela do léxico total, isto é, o vocabulário utilizado em sua fala ou em seus textos. Assim, o léxico de uma pessoa é sempre maior que o seu vocabulário manifestado (Peruchi, 2014).

Biderman (2001a) expressa, também, que à medida em que novas realidades são criadas, o homem amplia o seu repertório lexical ao engendrar novas lexias para nomeá-las. Então, essas unidades lexicais também compõem o léxico, que é representativo do patrimônio socio-cultural de uma comunidade. Em outro texto, a autora (2001b) ressalta que o nome que designa um referente é a parte significativa do signo linguístico e também se associa a um conceito.

É preciso esclarecer que conceitos são mutáveis e podem ser reformulados com frequência para compor dadas realidades e, por isso, a maioria das palavras podem designar campos conceituais diversos em vez de objetos físicos ou culturais específicos. Um exemplo disso é a palavra *terça*, que: i) na *matemática*, significa “cada uma das três partes iguais do todo”; ii) no *catolicismo* é a “hora canônica que segue à prima e que corresponde às nove

horas da manhã, *tércia*”; iii) na *agricultura*, diz respeito à “parceria agrícola em que uma das partes, que paga as despesas do cultivo, fica com duas terças partes da colheita, cabendo ao parceiro a outra terça parte”; iv) na *arquitectura*, é uma “Peça de madeira que se sobpõe aos caibros para que não dobrem ou verguem”; v) na *gráfica*, de modo coloquial, é a “última prova antes da impressão, nas oficinas de jornais”; vi) no *Ceará*, é um regionalismo que indica “Certa medida de líquidos”; vii) na *música*, representa um “intervalo que engloba três notas da escala diatônica; terceira”; e viii) nos *testamentos*, designa “A terça parte da herança de que o testador podia dispor livremente” (Michaelis, 2025).

Se não fosse essa capacidade de uma palavra designar mais de uma realidade, ela nos pareceria caótica e completamente difícil de alguém apreender. O potencial que o homem possui de categorizar o universo que o cerca por meio de unidades lexicais permite que o indivíduo simplifique a sua realidade. Essa categorização segue “[...] um processo de classificação que se traduz em categorias cognitivas, ou conceitos mentais, que armazenado em nosso cérebro poderia ser considerado como nosso ‘léxico mental’” (Biderman, 2001b, p. 156).

As unidades lexicais se armazenam na memória por meio de esquemas mentais. Lyons (1977), partindo de um ponto de vista semântico-estrutural, sustenta a ideia de que a estrutura lexical de uma dada língua pode ser visualizada, metaforicamente, como uma teia cujos fios estão interrelacionados, sendo que cada nó dessa teia constituiria um lexema diferente em nossa língua. Então, diferentemente do exemplo supracitado, no qual apresentamos diversos sentidos da unidade lexical “terça”, os campos lexicais, segundo Coseriu (1977), são realizados por meio de relações internas que determinam as similaridades e as divergências entre as unidades lexicais. As palavras, portanto, são incapazes de serem definidas de forma independente, pois se relacionam semanticamente com outras e só encontram seu sentido na relação de oposição que estabelecem entre si.

Para estabelecer um campo lexical, Coseriu (1977) ressalta que a sua estruturação e funcionamento dependem não somente das oposições lexicais, mas das relações com a realidade extralinguística que elas organizam. Uma dimensão, pois,

[...] é o ponto de vista ou o critério de uma oposição, isto é, no caso de uma oposição lexemática, apropriedade semântica a que esta oposição se refere: o conteúdo com respeito ao qual ela se estabelece e que, no demais, não existe – na língua considerada – a não ser graças, precisamente, ao fato de que a ele se refere uma oposição, ou seja, ao fato de que é o suporte implícito de uma distinção funcional (Coseriu, 1977, p. 217, tradução própria).³

Sob a perspectiva coseriana, as dimensões funcionariam como uma escala gradativa que expressa as oposições existentes entre os lexemas de um determinado campo, cuja configuração depende tanto do número dessas dimensões quanto dos tipos de oposição que se estabelecem por meio delas.

³ “[...] es el punto de vista o el criterio de una oposición, es decir, en el caso de una oposición lexemática, la propiedad semántica a la que esta oposición se refiere: el contenido con respecto al cual ella se establece y que, por lo demás, no existe – en la lengua considerada – sino en virtud, precisamente, del hecho de que es el soporte implícito de una distinción funcional” (Coseriu, 1977, p. 217)

A teoria dos campos lexicais propõe uma estruturação das lexias a partir de uma organização lógica e coerente, colocando-as em relação de interdependência semântica, de modo que o significado de cada unidade lexical se define e se delimita apenas em contraste com as demais integrantes do campo.

5 As obras pias e o desejo de redenção: análise dos dados

A prática de deixar obras pias refletia o catolicismo da época, fortemente influenciado pela ideia de que as boas ações terrenas tinham valor espiritual no julgamento divino. Assim, o testamento se tornava um meio de “continuar fazendo o bem” mesmo após a morte, reforçando o vínculo entre a fé e a prática material da caridade.

Segundo o Livro I, título LXII: 41, das Ordenações Filipinas, que visava controlar o uso dos rendimentos da instituição de capelas, as obras pias eram

missas, aniversários,⁴ responsos,⁵ confissões, ornamentos e cousas que servem para o culto divino. E bem assi curar enfermos, camas para eles, vestir, ou alimentar pobres, remir captivos, criar engeitados, agazalhar caminhantes pobres, e quaesquer obras de misericórdia semelhantes a estas [...] (Almeida, 1870, p. 125-126).

Destarte, destacamos que as obras pias aqui elencadas foram realizadas com o intuito de colocar a alma do defunto no caminho da salvação, pois os bens e as caridades realizados no pós-morte eram vistos como moedas de troca para se alcançar esse itinerário de modo célere. Desse modo, no quadro que segue, apresentamos as 11 unidades léxicas que compõem este campo lexical.

Quadro 1 – Obras pias.

Campo lexical	Lexemas
Obras pias	Missas [para almas do purgatório, para quem teve negócios em vida, aos parentes já falecidos], esmolas aos pobres, vintena, remuneração, alfaias da igreja, dinheiro aos santos, libertar escravos, casa e mobília, crédito, terça e gado empastado.

Fonte: Elaboração própria.

As *missas para almas do purgatório* eram realizadas com o intuito de colocar a alma no caminho da salvação. O purgatório pode ser compreendido como um local intermediário entre a condenação e a salvação eterna. No Concílio de Trento, a doutrina do Purgatório foi difundida entre os católicos praticantes. Nascimento e Dillmann (2022) salientam que o papel dos anjos é essencial para retirar as almas do purgatório. No catolicismo acredita-se que a oração é importante para aliviar o tempo de purgação das almas, para aqueles que não tivessem conseguido imaculá-las no plano terrestre, pois somente assim elas podiam entrar no reino celestial.

⁴ designa as “missas e sufrágios que se fazem annualmente por alma dos defuntos” (Almeida, 1870, p. 125).

⁵ “responsos e responsorios, i. e., orações ou supplicas, que se dizem pelos defuntos no fim das missas, com o mesmo destino” (Almeida, 1870, p. 126).

Ariès (1977) deslinda que a ideia do purgatório não era completamente nova, pois já vinha sendo formulada ao longo dos séculos. Todavia, apenas se fixou, tornando-se referência habitual nos testamentos, a partir do século XVII.

Diante disso, pedir nos testamentos para *realizar missas para a alma de quem teve negócios em vida* era, segundo Reis (1991), uma maneira de recompensá-lo de possíveis prejuízos financeiros. Esse foi um dos pedidos de Ritta Maria de Jesus, que se lembrou das almas do purgatório e daqueles com quem teve negócios em vida no momento de realizar seu testamento, como se observa abaixo:

||2v.-3r.|| Tam bem é minha | vontade que no dia sub sequente | ao meu entefro se diga uma mis- | sa por minha alma, pois sempre | julguei que o grande e misterioso | sacrificio que encerra o acto da ce- | lebração da missa não é neces- | sário multiplicar-se para resga- | tar nossas almas. Iguamente á mi- | nha vontade que se diga mais | outra missa applicada para | as almas do purgatorio a benefi- | cio de todos com quem t ive ne- | negocios durante o tempo de mi- | nha vida (Oliveira-Silva, 2024, p. 418, grifos nossos).

Era comum, também, mandar rezar *missas aos parentes já falecidos*, para que eles, caso tivessem permissão, pudessem interceder junto à corte celestial pela alma do recém-defunto (Reis, 1991). O autor pontua, ainda, que “os parentes, principalmente os pais, eram sistematicamente lembrados na hora da morte, um sinal de que o culto aos mortos referia-se a noções de ancestralidade” (Reis, 1991, p. 211). Certamente, pensando no bem de sua alma, Francisco Alves Porto expressou em seu testamento o seguinte: “||2r.|| equero mais que | se mandizer dez missas por minha alma e de todos | os meus parentes já falecidos” (Oliveira-Silva, 2024, p. 582, grifos nossos).

Cabe salientar que as missas para almas no purgatório, para quem se teve negócios em vida e para os parentes já falecidos não estão no rol dos ritos litúrgicos, porque têm como principal fim auxiliar o próximo. Nos ritos litúrgicos, os beneficiários eram as almas dos próprios defuntos.

As *esmolas aos pobres* também eram dadas para que eles pudessem fazer a caridade de desejar o bem àquela alma que foi para além desta vida. Esmolas eram dadas quase sempre em dinheiro e tinham o fito de auxiliar o processo de salvação, ao passo que perpetuavam a lembrança do benfeitor na comunidade, na expectativa de se reverterem em orações pela sua alma. Certamente foi por isso que Felipe de Oliveira Barreiros deixou estipulado em sua terça: “||3r.|| Daminha terça terará Çem mil reis para as missas eo que | sobrar dará de ismolas os pobres” (Oliveira-Silva, 2024, p. 248, grifo nosso).

Reis (1991) explicita que deixar esmola aos que viviam de caridades públicas era uma maneira de deixar a vida dessas pessoas com menos dificuldades, mesmo que momentaneamente e, em retribuição, elas rezariam pela alma do defunto para ajudá-la na passagem ao reino celestial. Nessa direção, Figueiredo (2014, p. 35) assinala que “[...] as esmolas dos fiéis, advindas com a compra das indulgências, eram exaltadas como uma obra pia – de defesa da cristandade, acentuando seu aspecto penitencial e redentor”. Assim, entende-se que a doação de esmolas em testamentos era incentivada pela Igreja, pois era vista como prática caritativa que auxiliava na redenção dos pecados do testador após a morte. Era, também, uma expressão de amor ao pai celestial, sendo imprescindível para a salvação.

Outra caridade que era frequentemente prevista nos testamentos, principalmente nos casos dos mais abastados, era a *vintena* ou o prêmio da lei, ou seja, era uma espécie de prêmio em dinheiro deixado para quem aceitava ser testamentário. Vale lembrar que o termo

vintena existe desde o Alvará de 1789 e, nesta época, a remuneração era equivalente à vigésima parte do testamento, ou 5%, atribuídos aos testamentários (Teixeira, 2020).

Teixeira (2020) pontua que essa atribuição era muito relevante e não configurava favor a quem realizava as últimas vontades do testador e sim uma maneira de retribuir o labor de quem as executava. Além disso, para fazer jus à vintena, era necessário primeiro aceitar o encargo de testamentário e executar os pedidos dentro do prazo estipulado pelo testador no testamento. Caso o testamentário fosse herdeiro ou legatário, ele precisaria optar pela vintena ou pelo quinhão, pelo fato de já ter sido beneficiado no testamento. Se ele falecesse antes de cumprir todas as suas atribuições, os seus herdeiros poderiam receber a parte que lhe coubesse pelos serviços prestados. O que sobrasse desta porcentagem era destinado ao novo responsável pela execução testamentária.

Florinda Maria de Jesus, em seu testamento, explicou que “||2v.|| ao meu *Testamentário* | *que* este aceitar deixo *aventena* de | Vinte e cinco mil reis e concedo o | tempo para dar Conttas em Juizo | Compettente hum Anno.” (Oliveira-Silva, 2024, p. 122, grifo nosso). Faz-se mister ressaltar que nas Ordenações Filipinas o prazo estipulado para realizar as últimas vontades era de um ano, contudo, nos manuscritos aqui investigados, esse tempo variou entre oito meses e dois anos.

Francisco Antonio Nunes da Costa, por sua vez, relatou em seu testamento que era de sua vontade deixar uma *remuneração* a quem aceitasse ser seu testamentário. Esta lexia refere-se ao “pagamento dado ou por um trabalho, ou por um serviço prestado” (Biderman; Murakawa, 2021). Ao usar esta lexia, no entanto, parece haver o acréscimo de algumas vantagens para quem aceitasse a incumbência de ser o testamentário. É o que se observa nos seus dizeres, a seguir:

||1v.|| E | numcio para meus testamentários o Ale- | xandre Vieira da Silva, Bernardo Pereira da | Silva e a meu *compadre* Jeronimo d'Almeida; | aos quaes rogo queir ão asseitar este meu testamen- | to e desposição de ultima vontade, e, dexo em | rimonera ção ao que asseitar, quarenta mil réis | e o praso d'um anno para o cumprimento do | mesmo [...] (Oliveira-Silva, 2024, p. 158, grifo nosso).

Francisco José Félix deixou sessenta mil réis para as *alfaias da Igreja*. As alfaias são, segundo Houaiss e Villar (2009), “objeto[s] utilizado[s] como adorno[s], enfeite[s], joia[s]; objeto[s] de culto, paramento[s] de Igreja”. Apesar de não haver uma descrição desses objetos, Aragão (2013) faz um estudo sobre alfaias eucarísticas que compõem o Museu das Alfaias, em Cachoeira – Bahia e cita alguns objetos que fazem parte dele, a saber: âmbula, objeto utilizado para conservar e distribuir as hóstias sagradas; cálice, taça utilizada para colocar o vinho durante a celebração eucarística; navetas, objeto em que se armazenam os incensos; Ostensório, usado para expor o Santíssimo Sacramento; patena, uma espécie de prato em que se colocam as hóstias durante a celebração eucarística; e turíbulo; incensário que se utiliza durante a celebração eucarística. Francisco José Félix declarou em seu testamento:

||1v. – 2r.|| De claro *que* deixo para as alfaias da I- | greja de Nossa Senhora Mãe de Deos | a quantia de sessenta mil réis | que se entregará ao respectivo Vigário. | Declaro que deixo á Igrêja de Nossa Senhora | ra do Rosario, a quantia de quarenta | mil réis, que será entregue ao Tesoureiro. | De claro que deixo ao Martyr São Sebas- | tiaão, a quantia de quarenta mil | réis, que será entregue ao seu Procurador. | De claro que deixo á Nossa Senhora | d'Abadia do Muquem, a quantia | de quarenta mil réis que meu testamenteiro mandará entregar naquel- | le lugar. (Oliveira-Silva, 2024, p. 220, grifos nossos).

Conjecturamos que o fato de ele deixar dinheiro para as alfaias da Igreja e para a Igreja tinha a ver com o desejo de ser lembrado pela caridade feita à Igreja e à comunidade, a qual certamente rezaria por sua alma como forma de gratidão pela benfeitoria. É importante lembrar que o *dinheiro deixado aos santos* era uma maneira de garantir proteção à alma e ao corpo após a morte, fazendo o testador crer que teria uma passagem segura para o além, pelo fato de essas figuras celestiais darem-lhe proteção (Oliveira-Silva; Xavier, 2023), além de atuarem como uma espécie de advogados para que a alma ganhasse salvação. É válido mencionar que esses santos beneficiados, geralmente, eram os de quem o testador era devoto em vida.

Era comum também *libertar escravos*, fosse com a alforria condicionada ou não. Mattoso (2003) salienta que, com a alforria, o proprietário renunciava de livre e espontânea vontade o seu *munus*, isto é, a sua obrigação/dever para com o cativo. Embora a escravidão tenha sido um regime que teve a Igreja como aliada, no momento de escrever o testamento, essa instituição recomendava que os cativos fossem alforriados para que a alma do testador se livrasse do inferno (Reis, 1991).

Francisco José Félix libertou sua cativa e a deixou como legatária, isto é, ela recebeu, por meio do testamento, alguns bens, tais como algumas cabeças de gado e a mobília, que lhe pertenciam, um animal de sela e cinco mil réis em terras na Fazenda do Retiro. Conjecturamos que esses bens deixados à ex-escravizada foram uma forma de tentar reparar os pecados terrenos para que a alma pudesse seguir em paz e estar em um bom lugar após a morte. Vejamos:

||2r.- 2v.|| De claro que de minha teiça si libertará | a minha escrava de nome Rosa, entregando-se a ella algumas cabeças de gado | do que lhe pertencer, como tão bem sua | mobília qual quer *que* foê pertencente | a mesma, e mais um animal de sella | *que* deixo, que tudo isto meu testamenteiro não ignore na | De claro que deixo mais para minha | escrava Rosa, a quantia de cinco mil | réis em terras na Fazenda do Retiro (Oliveira-Silva, 2024, p. 222, grifo nosso).

José Peres de Moraes, por sua vez, deixou três escravos que gozariam de suas liberdades após servirem seus herdeiros pelo tempo determinado por ele no testamento:

||2r.|| De claro que os meus escravos | Simplicio e Manoel servirão | des annos a meus herdeiros, de | pois do que gosarão de suas li- | berdades – | Declaro *que* meu escravo de nome | Adão servirá á Francisco Domingues Ferreira de Sousa por | espaço de Cinco annos, depois | do que gosará de sua liberdade (Oliveira-Silva, 2024, p. 196, grifos nossos).

Esse tipo de liberdade era denominado *alforria condicionada* e era algo muito comum nesta época. Por ela, os cativos apenas seriam livres após cumprirem as condições impostas no testamento, isto é, depois da morte de seus senhores e de prestar serviços a seus familiares ou

peças próximas por tempo determinado ou indeterminado (Oliveira-Silva; De Paula; Almeida, 2014). Isso significa que nem sempre ela se efetivava, pelo tempo de vida desses escravizados, devido às condições insalubres a que eram submetidos. A alforria podia ser revogada em caso de ingratidão, consoante constava no Direito Romano e nas Ordenações Filipinas, especificamente no Título 13, livro 4 (Almeida, 1870). Em 1865, os tribunais brasileiros julgaram a anulação de alforria improcedente (Mattoso, 2003), mas como as leis brasileiras tiveram um Código Civil próprio apenas em 1917, o regimento das Ordenações Filipinas prevaleceu até a abolição da escravatura.

É importante mencionar que não apenas as alforrias eram condicionadas; os bens deixados aos escravizados também poderiam ser. Paula Gonçalves de Barros, por exemplo, deixou seus cativos como legatários de sua casa e da mobília existente dentro dela, mas impôs condições para que eles a habitassem:

“||2v.|| Declaro que deixo para Joa | quim, Fran celina e Ida a lina | filhos, de Marciana, que foi | minha escrava, a casa em | que habito, e toda sua mo- | bilia – com a condiçã de | não poderem vende-la se, | não uns aos outros – e não a | terceiros” (Oliveira-Silva, 2024, p. 502, grifos nossos).

Certamente, ao impor esta condição, a testadora praticaria a caridade, entretanto, ao mesmo tempo, assegurava que eles não ficariam sem os bens deixados por ela, porquanto os bens não seriam vendidos a terceiros, podendo apenas vendê-los entre eles. Tratava-se, portanto, de uma forma de herança condicionada, cujo objetivo era garantir que os bens permanecessem sob a posse da própria família.

Era comum, também, deixar registrado em testamentos uma quantia de *crédito* que, de acordo com Biderman e Murakawa (2021), era a “soma posta à disposição de alguém num banco, numa casa de comércio”. Houaiss e Villar (2009), por seu turno, trazem o sentido de “uma transação em que o comprador adquire um bem ou serviço para pagá-lo posteriormente, em uma ou mais parcelas. A quantia emprestada desse modo”. Ao que parece, o crédito poderia ser uma quantia em dinheiro deixada a favor de alguém, mas que não se restringia a isso. Santos salienta que essa proposta englobava também

as inúmeras operações de financiamento ao consumo, à produção ou à ascensão social praticadas por homens e mulheres em suas atividades comuns. Eram atividades produtoras de sentidos singulares que adquiriram significados para determinados grupos de pessoas, de acordo com suas experiências de vida, que variaram quase indefinidamente (Santos, 2006, p. 3).

De acordo com a acepção trazida pelo Dicionário de Silva-Pinto (1832), a noção de crédito tinha um valor social de confiança, de estima, de amizade, de prestígio em relação ao ofício/profissão desempenhado, não se destinando a qualquer pessoa.

Rocha (1998, p. 7) diz que, nos inventários de Lisboa dos séculos XVIII e XIX, o crédito/empréstimo era um “expediente normal e frequente na vida quotidiana”, no entanto, nos testamentos em estudo, não foi registrado com frequência, possivelmente porque esses bens deveriam ser registrados nos inventários, conforme é mencionado no testamento de Joaquim Pereira da Silva:

||2v.|| Declaro mais que deve aseo filho Francis co o | credito de dusetos e oitenta e cinco mil re[is] | que deve ser ap[re]sentado em tempo compete[n] | te, mas temendo que desapareça o docu | mento por não ser seo filho bem cautelado | deixa cons tando oque para elle ser pago na | occasião do inventario (Oliveira-Silva, 2024, p. 270, grifo nosso).

A *terça* era outra obra pia deixada a favor de quem não era contemplado diretamente no testamento. Consoante as Ordenações Filipinas, livro 4, título 81, parágrafo 6, consistem na “terça’ parte dos bens móveis, imóveis, disponíveis, e direitos a ações que o testador possuir na época de sua morte. Essa cota dos bens só é apurada depois de paga a despesa do enterro, assim como as dívidas passivas” (Almeida, 1870, p. 912). Reis (1991, p. 93) sublinha que “legalmente, o testador podia legar a quem lhe aprouvesse um terço – denominava-se “sua terça” – dos bens, o restante indo forçosamente para os herdeiros legítimos”.

Com o dinheiro ou bem reservado para a terça, boa parte das obras pias eram realizadas, mas nem todos dispunham de um cabedal econômico significativo para deixá-las. Na impossibilidade de deixar uma quantia em dinheiro, alguns deixavam escravizados para seus netos e afilhados, tal como registrou Jose Borges Pacheco em seu testamento: “||1r.|| Declaro que de minha terça deixo para meu Neto e affilha- | do Emygdio, hũ escravinho de nome Malaquias, em recom- | pensa dos serviços prestados a dôse anos” (Oliveira-Silva, 2024, p. 140, grifo nosso).

É importante observar que, enquanto alguns libertavam escravizados e deixavam parte de seus bens para eles na intenção de conseguir mais intercessão pela sua alma, outros deixavam escravizados como parte do espólio destinado aos seus familiares não contemplados no testamento. Provavelmente, o ato de deixar missas e esmolas era, no imaginário desse *de cuius*, mais vantajoso que libertar os cativos que tanto sofreram.

De maneira similar, Manoel da Costa Silva lembrou de sua enteada e deixou sua terça para custear os estudos dela, vejamos: “||2v.|| Declaro que deixo minha ter- | ça à Maria Francis ca da | Costa, filha natural de Maria | Claudina d’ Abbadia, a qual | es tá em minha companhia para | ser educada” (Oliveira-Silva, 2024, p. 316, grifo nosso). O que percebemos é que podiam ser vários os motivos que levavam os testadores a deixarem terças, mas o principal deles era pedir intercessão de quem estava vivo para que sua alma não ficasse muito tempo no purgatório.

Maria Antonia dos Santos, por sua vez, deixou ao seu escravizado, “pelos bons serviços prestados”, o *gado empastado*, isto é, o gado que estava no pasto. Certamente esses animais, a seu ver, serviriam para seu sustento e subsistência: “||2v.|| Deixo mais por esmolla a Annanias (mulato) | que foi tambem meu escravo, por seus bons serviços, | todo gado impastado aqui” (Oliveira-Silva, 2024, p. 542, grifo nosso).

Em síntese, essas práticas evidenciam o fortalecimento de um ritual de passagem entre a vida terrena e a espiritual, sustentado tanto pelos bens materiais quanto pelas ações piedosas dos testadores, que buscavam assegurar à alma um destino favorável. A linguagem devocional que permeia tais manifestações revela uma concepção de fé orientada pela preparação para a morte e pela esperança na salvação. Nesse contexto, os ritos fúnebres, os legados pios e as orações configuram-se como expressões simbólicas de uma religiosidade que unia palavra, ação e prática, reafirmando a dimensão linguística da experiência espiritual.

6 Considerações finais

A análise do campo lexical das “obras pias” nos testamentos oitocentistas estudados revela não apenas a importância da religiosidade na transmissão de bens, mas também a mentalidade que se tinha no século em análise, haja vista que acreditavam que os bens serviriam como moeda de troca para salvar as almas do purgatório. Desta feita, a pesquisa permitiu verificar como o léxico empregado neste campo lexical reflete concepções religiosas, econômicas e sociais da época, evidenciando estratégias discursivas que visavam a garantir a salvação da alma, a manutenção de prestígio social e a perpetuação de laços de solidariedade dentro das comunidades católicas oitocentistas.

Os testamentos oitocentistas frequentemente destinavam parte dos bens dos testadores a finalidades religiosas e assistenciais, agrupadas sob o conceito de *obras pias*. Esse campo semântico abrange itens lexicais que remetem à prática da caridade cristã, à busca pela salvação da alma e à manutenção da Igreja e de suas atividades. A análise dessas unidades lexicais, baseada em dicionários do século XVIII e contemporâneos, permite compreender não apenas o significado preciso dessas disposições testamentárias, mas também as transformações da linguagem religiosa e jurídica ao longo do tempo. Assim, o léxico das obras pias constitui um testemunho do modo como fé, moral e materialidade se entrelaçavam nos ritos *post mortem* e na expectativa de salvação.

Entre as unidades lexicais analisadas, chamou-nos a atenção *missas*, *esmolas* e *vintenas*, as quais revelam a centralidade das práticas litúrgicas e caritativas na organização espiritual do pós-morte. As *missas* apareciam nos testamentos destinadas a diferentes intenções, sufrágio das almas do purgatório, reparação de pecados cometidos em vida ou intercessão por familiares falecidos, refletindo a crença na eficácia do rito como meio de purificação. O termo *esmola*, por sua vez, expressava a concretização do dever cristão de amparo aos pobres, e a *vintena* assegurava que os desejos espirituais e materiais fossem devidamente executados, contribuindo para a salvação e tranquilidade da alma. Esses exemplos evidenciam o caráter ritualístico das práticas piedosas, em que a fé se expressava por meio de ofertas simbólicas e encargos espirituais.

A análise das obras pias, portanto, evidencia não apenas a importância da religiosidade na transmissão de bens, mas também as mudanças de sentido que acompanharam a modernização da língua e das práticas sociais. Muitas dessas lexias mantêm seus significados essenciais, mas perderam a força espiritual que possuíam no século XIX, quando o ato de doar se confundia com o de salvar. Assim, o estudo das unidades lexicais que compõem esse universo lexical permite compreender como a linguagem testemunha transformações mais amplas nas relações entre fé, cultura e sociedade, revelando o modo como em testamentos catalanos oitocentistas se inscrevia a busca humana pela eternidade.

Referências

ALMEIDA, C. M. de. *Código philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado del-rey D. Phillipe I.* 14. ed. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1870. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em: 02 fev. 2022.

- ARAGÃO, E. G. *Proposta de documentação museológica: as alfaías eucarísticas do Museu das Alfaías de Cachoeira, Bahia (peças de prata séculos XVIII e XIX)*. 2013. 46 f. Monografia (Graduação em Museologia) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2013.
- ARIÈS, P. *O homem perante a morte*. Tradução de Ana Rahaça. Portugal: Publicações Europa-América, 1977.
- BERTO, J. P. Práticas e representações fúnebres: preparações para a morte na Campinas oitocentista. *RESGATE*, v. XXIII, n. 29, p. 61-70, jan./jun. 2015.
- BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, p. 13-22, 2001a.
- BIDERMAN, M. T. C. Terminologia e Lexicografia. *Trad. Term*, v. 7, p. 153-181, 2001b.
- BIDERMAN, M. T. C.; MURAKAWA, C. de A. A. (org.). *Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. Araraquara: FCL- UNESP, 2021.
- COSERIU, E. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Editorial; Gredos/Biblioteca Románica Hispánica, 1977.
- FIGUEIREDO, C. M. F. *Os esmoleiros do rei: a bula da Santa Cruzada e seus oficiais na capitania de Minas Gerais (1748-1828)*. 2014. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2014.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROOM.
- LYONS, J. *Semântica*. Lisboa: Editorial Presença, v. 1, 1977.
- MATTOSO, K. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. de A. (org.). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVIII*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. *Verbetes terça*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/terca>. Acesso em: 12 out. 2025.
- NASCIMENTO, M. R. do; DILLMANN, M. (org.). *Guia Didático e histórico de verbetes sobre a morte e o morrer*. Porto Alegre: Casa de Letras, 2022.
- OLIVEIRA-SILVA, M; DE PAULA, M. H.; ALMEIDA, M. A. R. de. Diferentes tipos de alforrias em manuscritos catalanos oitocentistas. *Cadernos do CNLF*, v. XVIII, n 05, p. 135-147, 2014. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/cnlf/05/013.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.
- OLIVEIRA-SILVA, M; XAVIER, V. R. D. Colocando a alma no caminho da salvação: notas preliminares sobre a função da terça em testamentos goianos do século XIX. In: ALMEIDA, F. A. S. D. P.; MARQUES-SANTOS, L. E.; GOMES, I. C.; PREFEITO, F. G.; FÉLIX, P. A. P. (org.). *Estudos da linguagem: lentes para a leitura do mundo pós-pandêmico*. São Paulo: Pimenta Cultural, p. 398-417, 2023.
- OLIVEIRA-SILVA, M. *As últimas vontades pela pena do tabelião: léxico e cultura em testamentos catalanos oitocentistas*. 2024. 955 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Catalão, Catalão, 2024.

PERUCHI, R. M. G. *O léxico da apicultura e da meliponicultura no Brasil: limites e flexibilidade para sua fixação em um dicionário terminológico*. 2014. 458 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, M. M. Viver a crédito: práticas de empréstimo no consumo individual e na venda a retalho (Lisboa, séculos XVIII e XIX). *Documento de trabalho/ Working paper nº 11*. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social, 1998. 16 p. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/909/1/WP11.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

SANTOS, R. F. Considerações sobre as atividades creditícias na sociedade mineira setecentista. In: XII Seminário sobre a economia mineira, 2006, Diamantina. *Anais...* Diamantina: Editora da UFMG, 2006. p. 1-12. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2006/Do6A037.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, D. J. da. Quem ajuda o pobre empresta a Javé: caridade e doações nos testamentos em Goiás no século XIX. In: XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal-RN. *Anais...* Natal: Editora da ANPUH, 2013. p. 1-17. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874916_5fe0555b41459f21b530065a5c60f6c2.pdf. Acesso em 11 out. 2025.

SILVA-PINTO, L. M. da. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

TEIXEIRA, W. de B. L. A vintena do testamenteiro. *Revista IBDFAM – Família e sucessões*. v. 37, p. 20-42, 2020.

THOMAS, L. *Rites de mort : pour la paix des vivants*. Paris: Fayard, 1985.

VILELA, M. *Estudos de Lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

O conceito ‘freixo’ nos atlas linguísticos

The concept of ‘freixo’ in linguistic atlases

Mafalda Frade

Universidade de Aveiro (UA) | Aveiro | AV | PT

<https://doi.org/10.54499/UID/O4188/2025>

mfrade@ua.pt

<https://orcid.org/0000-0002-4703-3147>

Resumo: Com este estudo relacionado com o conceito ‘freixo’, procurou-se documentar e analisar com detalhe a variedade fonética que este conceito assume no espaço europeu, tendo em especial atenção o que se verifica em território português, mas abrangendo também outros territórios linguísticos. Para isto, e recorrendo aos atlas linguísticos, efetuou-se uma análise fina e detalhada de variadas formas e fenómenos que se prendem com comportamentos que consoantes e vogais presentes neste vocábulo assumiram nos diversos territórios onde este conceito existe. Isto permitiu concluir pela existência de fenómenos transversais às diversas línguas, sendo que o *continuum* linguístico verificado nem sempre obedece às fronteiras políticas dos vários países.

Palavras-chave: freixo; dialectologia; variação linguística.

Abstract: This study, related to the concept of ‘freixo’ (‘ash tree’), sought to document and analyze in detail the phonetic variety that this concept assumes in the European space, with particular attention to what is observed in Portuguese territory, but also encompassing other linguistic territories. For this purpose, and with the help of linguistic atlases, a fine and detailed analysis was carried out of various forms and phenomena related to the behavior of consonants and vowels connected with this word in the different territories where this concept exists. This allowed us to conclude the existence of transversal phenomena at different languages, and that the linguistic *continuum* observed does not always obey the political borders of the various countries.

Keywords: freixo (ash tree’) dialectology; linguistic variation.



1 Introdução

O freixo (*fraxinus excelsior*, *fraxinus angustifolia*) é uma árvore de grande porte e de folha caduca da família das Oleáceas. Muito resistente a temperaturas frias, cresce sensivelmente até aos trinta e cinco metros em solos profundos e frescos, preferindo, por norma, um ambiente húmido e com boa exposição solar. É com frequência, por isso, encontrado perto de cursos de água ou planícies aluviais (mas não na orla marítima) e longe de climas secos.

Esta árvore, originária do oeste mediterrâneo (destacando-se as zonas da Europa central, de leste e do sul e Norte de África) e sudoeste asiático, não é encontrada com frequência nas zonas mais quentes do sul da Europa (como o sul da Península Ibérica), mas cresce de forma espontânea (sobretudo a variante *angustifolia*) em todo o território português (embora se encontre menos a Noroeste do país).

A sua madeira, flexível e resistente, é bastante utilizada tanto em mobiliário como no revestimento de interiores, sendo ainda usada na construção de escadas, instrumentos de trabalho variados (desde cabos de ferramentas a formas de calçado ou a molduras, por exemplo), equipamentos desportivos (como cabos de raquetes de ténis, tacos de *snooker* ou hóquei etc.) e instrumentos musicais (como guitarras). Já as suas folhas revelaram propriedades medicinais, sendo, por isso, utilizadas na produção de chá e no tratamento de doenças relacionadas, por exemplo, com o reumatismo ou com o colesterol alto.

2 O conceito ‘freixo’

A palavra freixo apresenta, nas diversas línguas românicas uma variação de fundo fonético. A origem etimológica desta palavra radica na palavra latina *fraxinus*,¹ que serve de base à grande maioria das formas patentes na análise efetuada. Verifica-se, no entanto, uma variação interes-sante nas diversas línguas, já que a palavra não evoluiu de forma igual dentro dos vários territórios em que foi documentada. Os fenómenos mais interessantes relacionam-se com a palatalização de [ks] (<x>), a sua alternância com a nasal intervocálica (ou se mantém uma pré-palatal ou uma nasal ou as duas em concomitância) e as mudanças verificadas a nível da vogal tónica. Por fim, será feita referência a alguns fenómenos menos recorrentes, como a queda da fricativa inicial. Cada um destes fenómenos será analisado em separado, de forma a darmos conta de pormenores relevantes.²

2.1 O segmento [ks]

O segmento [ks] (<x>) sofreu diferentes evoluções no espaço das diversas línguas românicas e, no que diz respeito à língua portuguesa, a sequência [ks] (<x>) em posição intervocálica

¹ Nascentes, 1932, verbete: "Freixo".

² Para a elaboração deste artigo, foram utilizados diversos mapas linguísticos, referenciados nas notas de rodapé. Na primeira menção a cada mapa, apresenta-se a referência completa, seguida de uma sigla correspondente ao seu título, utilizada nas menções posteriores.

sofreu uma palatalização, dando origem a uma pré-palatal [ʃ] precedida de semivogal (palatal ou anterior) [j] (Huber, 2006, p. 123; Nunes, 1989, p. 126-127). Eis alguns exemplos:

Alexiu > Aleixo coaxare > queixar

Esta mudança provoca a ditongação da vogal tónica, que é comum em quase todo o território de Portugal, a que se seguiu uma assimilação a nível de altura e, por consequência, a transformação do ditongo [aj] em [ej, ej] (Huber, 2006, p. 55-56)³ ou a sua redução para [e] (Nunes, 1989 p. 43-44).

No caso do Português, uma análise apurada às formas existentes permitiu perceber que a Norte e Centro do país – isto é, até aos distritos de Guarda, Coimbra e Leiria – há praticamente uma uniformização da forma usada, já que esta varia, não a nível da pré-palatal, mas a nível do ditongo:

[fr'ej]u, [fr'ej]u

No que diz respeito ao Sul do país, abaixo dos distritos referidos anteriormente, estas formas coexistem com outras, percebendo-se que se deu a monotongação do ditongo para [e]: [fr'e]u.

Em outras línguas românicas, verifica-se que o fenómeno anteriormente descrito é similar. Assim, em todo o território do Galego há bastante uniformidade,⁴ embora haja alguma variação a nível da fricativa usada e dos ditongos (em [ej, ej]). Aqui predomina, de forma clara, [fr'ej]u.⁵

O fenómeno volta-se a repetir em Aragão,⁶ de modo mais concreto na zona de fronteira com a região autónoma da Catalunha, onde a forma mais corrente é [fr'ej].⁷ Em território catalão⁸ propriamente dito estas formas também estão presentes.⁹ espalhando-se pela fronteira com França (Brunot, 1956, p. 40), uma vez que existe um *continuum* linguístico:

[fr'ej]f¹⁰, [fr'aj]e¹¹, [fr'ej]f¹², [fr'esr]i¹³

³ Dá-precisamente o exemplo de *freixo* que existe, já no século X, na forma *Freixeno* (topónimo).

⁴ Ver: mapas 335 e 51, em: GARCÍA, Constantino, Antón SANTAMARINA (dir.). *Atlas lingüístico galego*: fonética. 1. ed. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenoza, 1999. (ALG).

⁵ Só na orla marítima há variação a nível da fricativa (pontos C17, C21, C22, C27, C33, C38, C41, C45, C49, P28). O ditongo [ej] surge, isolado, nos pontos C40, L28, L38 e P17.

⁶ Ver: mapa 399, em: ALVAR, Manuel. *Atlas lingüístico y etnográfico de Aragón, Navarra y Rioja*. 1. ed. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, cop. 1983. (ALEANR)

⁷ Pontos Huz05, Huz07, Hu403, Hu404, Te207, por exemplo.

⁸ Ver: Corominas, 1986, verbete "freixe".

⁹ Ver: mapa 257, em: GUITER, Henri. *Atlas linguistique des Pyrénées Orientales*. 1. ed. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1966. (ALPO)

¹⁰ Pontos 417, 301 na Catalunha e, em França, 331, 190, 339 e 375, 167 (com ligeiras variações na vogal final), por exemplo. Note-se que nas formas francesas a vibrante é realizada como [β].

¹¹ Pontos 163, 132, 19, por exemplo.

¹² Território de fronteira, pontos 457, 430, 350, 329, 256, 79, 113, 87, 150 e 194, por exemplo. Bastante similares são os pontos 794, 795, 797, 796 e 798. Ver: mapa 611, em: GILLIÉRON, J. e E. EDMONT. *Atlas linguistique de la France*. 1. ed. Paris: Honoré Champion, 1920. (ALF)

¹³ Pontos 299, 112.

Estas formas estão, de resto, bem marcadas na zona do Sul de França, embora, em lugar da pré-palatal, nesta região possa ocorrer uma fricativa dental não-vozeada, que alterna com a pré-palatal (La Chaussée, 1977, p. 149), abrangendo:

- ◆ metade do território do Leonês, onde se conhece a existência de formas como [fʁ'ɛs],¹⁴ [fʁ'ajs]¹⁵ ou [fʁ'ɛso];¹⁶
- ◆ o Sul dos Alpes¹⁷ e Norte da Provença, onde estão presentes formas como [fʁɛsɪ]¹⁸ ou [fʁajs'e];¹⁹
- ◆ a zona do Maciço Central e sua fronteira norte (nomeadamente a parte sul de Limousin Basse Auvergne) e sudeste (região do Languedoc Ocidental e Oriental), onde é possível encontrar formas como [fʁ'ajsɪ]²⁰ ou [fʁ'ejʃi];²¹
- ◆ o território da Gasconha (à exceção do Norte) onde também conseguimos encontrar a presença da forma [fʁ'ajsɪ],²² [fʁ'ejʃi]²³ ou [fʁ'ɛʃi].²⁴

O fenómeno ultrapassa, também aqui, a fronteira geográfica com Itália, já que ocupa parte do território italiano (verificando-se sobretudo nas zonas de Piemonte e Ligúria), onde é possível observar a presença de formas como [fr'ajʃi],²⁵ [fr'ajsɪ],²⁶ [fr'asu].²⁷

Note-se que, apesar deste *continuum* verificado no uso da pré-palatal ou da fricativa, há variações atestadas a nível da vogal ou ditongo tónicos. Assim, em território francês, e à exceção

¹⁴ Pontos 36, 48, 56, 54, 62, 70 (GARDETTE, Pierre. *Atlas linguistique et ethnographique du Lyonnais*. 1. ed. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1976. (ALL) – mapa II.429) e 808 (ALF, mapa 611), por exemplo. Note-se que a este da região leonesa há ainda presenças desta forma (pontos 804, 703, 601, por exemplo).

¹⁵ Pontos (ainda que com ligeiras variações) 58, 60, 68, 72, 74 (ALL, mapa II.429) e 816 (ALF, mapa 611), por exemplo.

¹⁶ Pontos 37, 50, 53 (ALL, mapa II.429) e 818 (ALF, mapa 611), por exemplo.

¹⁷ Ver: mapa 527, em: MARTIN, Jean-Baptiste e Gaston TUAILLON, *Atlas linguistique et ethnographique du Jura et des Alpes du Nord* (francoprovençal central). 1. ed. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1971. (ALJA)

¹⁸ Pontos 71-73, 76, 77 (ALJA, mapa 527) e 838, 868 (ALF, mapa 611), por exemplo.

¹⁹ Pontos como 82, 80 (ALJA, mapa 527) e 849, 857, 855, 866, 879, 980, 889, 888, 990 ou 992 (ALF, mapa 611).

²⁰ Pontos (ainda que com ligeiras variações) 1, 6, 7, 2, 3, 4, 17, 34, 37, 38, 43, 54, 42, 20 (NAUTON, Pierre. *Atlas linguistique et ethnographique du Massif Central*. 1. ed. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1963. (ALMC) – mapa 266) e 707, 722, 731, 811, 815, 825, 833, 830, 737, 724, 741, 755, 766, 763, 758, 779, 787 (ALF, mapa 611), por exemplo.

²¹ Pontos (ainda que com ligeiras variações) 609, 617, 616, 619, 638, 720, 785, 784 (ALF, mapa 611), por exemplo.

²² Pontos 636, 648, 649, 760 (SÉGUY, Jean. *Atlas linguistique de la Gascogne*. 1. ed. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1973. (ALGasc.) – mapa 157) e 636, 637, 750, 752, 762 (ALF, mapa 611), por exemplo.

²³ Pontos (ainda que com ligeiras variações) 548, 549, 643, 782, 791 (ALGasc., mapa 157) e 772, 782, 791 (ALF, mapa 611), por exemplo.

²⁴ Pontos (ainda que com ligeiras variações) 650, 647, 762, 772, 791 (ALGasc., mapa 157) e 647, 648, 658 (ALF, mapa 611), por exemplo.

²⁵ Pontos 380, 420, 430, 510, 630 (CANOBIO, Sabina e Tullio TELMON. *Atlante linguistico ed etnografico del Piemonte Occidentale* – ALEPO. 1. ed. Torino: Priuli & Verlucca, 2003. (ALEPO) – mapa I-1-130), por exemplo, ainda que com algumas variações.

²⁶ Pontos 530, 520, 710, 810 (ALEPO, mapa I-1-130), 142, 140, 152, 161, 170 (JABERG, Karl. *Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*. 1. ed. Zofingen: Verlagsanstalt Ringier, 1940. (AIS) – mapa 588) e 992, 972 (ALF, mapa 611), por exemplo.

²⁷ Pontos 13 (ALEPO, mapa I-1-130), 124, 135, 137, 147, 158, 155, 165, 176, 177, 169, 500 (AIS, mapa 588), por exemplo, ainda que com algumas variantes. Esta forma também surge mais a sul, com ligeiras variações, nos pontos 664, 722, 724, 765, 819, 783. (Wagner, 1964), verbete "frassu".

da região da Gasconha, a tendência generalizada é para conservar o ditongo em posição tónica junto da pré-palatal ou fricativa, ao passo que, em Itália, por exemplo, predomina a vogal [a].

Por fim, é de realçar ainda que em todas estas formas observadas se deu a queda da nasal em posição intervocálica. Há, no entanto, formas em que não há eliminação da nasal, pelo que também aqui se verificam alguns fenómenos interessantes.

3 Comportamento da nasal intervocálica

3.1 A supressão

Em Português, é comum a evolução fonética da nasal intervocálica em posição pós-tónica ser a supressão²⁸. É precisamente o que sucede no caso das formas documentadas:

fraxinu > freixeo, freisseo > freixo²⁹

Este fenómeno verifica-se também nos casos que estudámos anteriormente e ainda em casos raros, em que não se encontra a presença nem de pré-palatal nem de nasal: [fr'aj]³⁰.

3.2 A presença junto de palatal

Há casos em que foi possível concluir que não se dá a supressão da nasal, mas sim da vogal que a precedia, o que originou a presença lado a lado da palatal e da nasal. Nesse contexto, a pré-palatal, por assimilação à nasal, torna-se vozeada. É o que sucede no distrito de Bragança (Sendim), onde se destaca a forma [fr'eznu] (note-se que estamos em território do Mirandês), que é recorrente no território de Espanha (está presente em toda a Cantábria,³¹ La Rioja, Navarra e Aragão³²), sendo, porém, raríssima em outras línguas românicas. De facto, não está documentado em qualquer parte de França e, em Itália, este fenómeno encontra-se atestado apenas em pontos isolados,³³ tal como na Roménia.³⁴

²⁸ Um dos destaques vai precisamente para o caso das vogais postónicas nas sequências –ena e –enu. (Huber, 2006, p. 140).

²⁹ Note-se a existência da fase intermédia, em que subsiste uma vogal medial –e– a seguir à palatal

³⁰ Pontos 163 (AIS), região da Provença, em França (com [β]), nos pontos 841, 851, 861, 874, 893, 876 com variação em [fr'ej] (ALF), ponto 8 (ALMC).

³¹ À exceção dos pontos 108, 308, 309, 311, 300, 305, 306, 402, 207 e 401 (ALVAR, Manuel. *Atlas lingüístico y etno-gráfico de Cantabria*. 1. ed. Madrid: Arco Libros, cop. 1995. (ALCant) – mapa 1078).

³² À exceção dos pontos Na 103, Hu101-105, Hu108-110, Z100, Z200, Hu200-202, Hu205-207, Hu400-405, Hu408, Hu602, Z606, Te204-205, Te207 (ALEANR). Nestes territórios, a vogal tónica pode assumir uma posição central e mais baixa.

³³ Pontos 311, 305, 314, 453, 476 (AIS).

³⁴ Pontos 47 e 76 (SARAMANDU, Nicolae. *Atlasul linguistic român pe regiuni*. 1. ed. Bucuresti: Editura Academiei Române, 2005. (ALR) – mapa 599).

3.3 A presença em posição intervocálica

Mais frequente é a manutenção do segmento [ks] e de [n] no mesmo vocábulo, variando a consoante originada pelo segmento [ks] e as vogais que surgem na palavra. Este fenómeno, que não ocorre na língua portuguesa nem na língua galega e é raro nas variedades do Norte de Espanha³⁵, está bem patente, contudo, no mapa linguístico de Itália (e também em formas romenas), onde a variedade de formas é muito grande. Note-se que, neste caso, a influência da forma latina original é bastante relevante, verificando-se, sobretudo, uma simplificação do segmento [ks], transformado na fricativa [s], a presença, como vimos anteriormente, de ditongo ou vogal em posição tónica e a queda da vogal final latina, fenómeno que é comum na evolução das diversas línguas. É possível, assim, registar alguns exemplos das formas observadas (note-se que as formas terminadas em vogal também ocorrem sem a mesma): [fr'asen]³⁶, [fr'asen]³⁷, [fr'ajsen]³⁸, [fr'asine]³⁹, [fr'asino]⁴⁰, [fr'aseno] ou [fr'asenu]⁴¹, [fr'asin]⁴².

3.4 A presença isolada

Por fim, é também possível encontrar formas em que o segmento [ks] desapareceu por completo em posição intervocálica, dando lugar a formas em que se regista apenas a presença de nasal junto a vogal ou ditongo. Este fenómeno surge na região espanhola da Cantábria⁴³ e na zona de fronteira, a norte de Itália⁴⁴, sendo ainda muito vulgar no território de França⁴⁵, onde aparece em todo o Norte e Centro do país, estando delimitado, a sul, pelas formas palatalizadas que atrás estudámos.

De facto, em todo o Norte de França, a forma mais frequente é [fʁ'en]⁴⁶, mas a forma [fʁ'en] surge sobretudo no centro do país, a partir da região do Oeste⁴⁷ até à Borgonha e prolongando-se daí até à fronteira⁴⁸. Na zona mais a sul, é delimitada pela região da Gasconha⁴⁹

³⁵ Observa-se nos pontos Hu101-105, Hu108-110, Z100, Z200, Hu200, Hu206 (ALEANR), onde apresenta formas como [fraʝino] (com presença ou não da vogal final), [fraʝen] ou [fraʝ'in]. A forma [fraʝino]/[fraʝinu] também é representada no mapa da Gasconha (ALGasc), no ponto E1.

³⁶ Pontos 209, 118, 73, 223, 218, 331, 323, 346, 256, 285, a Norte, 454, 189, no Centro (AIS) e 762 (ALR), por exemplo.

³⁷ Pontos 117, 31, 234, 45, 19, 238, 286, 330, 288, 289, 436, a Norte, 466, 490, 459 ao Centro (AIS), por exemplo.

³⁸ Pontos 1, 5, 10, 11, a Norte (AIS), por exemplo.

³⁹ Pontos 362, 187, 542, 534, 551, 582, 567, ao Centro (AIS), por exemplo.

⁴⁰ Pontos 363, 511, 541, 581, 803, 824, 819, 858 (AIS), por exemplo. Ver: Battisti (1965), verbete "fràssino".

⁴¹ Pontos 372, 393, 544, 535, 630, 826 (AIS), por exemplo.

⁴² Pontos (AIS) 531, 537, 520, 728, 872 (ALR), por exemplo.

⁴³ Mais concretamente, nos pontos 108, 308, 309, 311, 300, 305, 306, 402, 207 e 401 (ALCant).

⁴⁴ Pontos 110, 120, 350 (ALEPO) e 121-123, 131, 132 e 143 (AIS).

⁴⁵ Dauzat, 1938, verbete "frêne".

⁴⁶ A título de exemplo, vejam-se pontos nas zonas de fronteira ou costeiras como 467, 485, 393, 268, 280, 178, 181, 65 ou 936 (ALF). Há formas semelhantes a estas cuja vogal é ligeiramente nasalada, por influência da nasal seguinte (pontos 276, 264 ou 251, por exemplo).

⁴⁷ Pontos 458, 531, 525, 528, 517, 509 (ALF), por exemplo.

⁴⁸ Pontos como 104, 1, 3, 5, 7, 16, 26, 36, 54 (ALF).

⁴⁹ Que apresenta, a Norte, algumas formas só com nasal (pontos 630, 632, 634, 641 do ALF e ALGasc), por exemplo.

e Limousin Basse Auvergne⁵⁰ e surge, com as formas [fʁ'en] e [fʁ'on], no território leonês⁵¹ e na zona do Maciço Central⁵².

Por fim, é de realçar ainda o que sucede na região da Valónia, a Norte de França que, na zona Este, apresenta sobretudo formas em [fʁ'enɪ]⁵³, embora nas zonas de fronteira se possam observar formas em [fʁ'enɪ]⁵⁴. De resto, todo o Centro-Oeste do país apresenta uma forma em [fʁ'ini]⁵⁵. De realçar ainda o Norte da região, onde nos deparamos com a presença de uma nasal palatal vozeada [ɲ]. Também neste caso, há mudança a nível da sílaba tónica: [fʁ'ɛɲɪ]⁵⁶ e [fʁ'ɪɲɪ]⁵⁷. Este mesmo fenómeno foi observado na zona dos Alpes italianos, onde surge a forma [fʁ'ɛɲu]⁵⁸.

4 Outros fenómenos observáveis

4.1 Comportamento do grupo consonântico inicial

4.1.1 Manutenção do grupo

Há casos de formas em que todas as consoantes desapareceram, à exceção do grupo inicial, que se mantém na palavra. Assim acontece sobretudo no sul da Provença francesa, onde surgem formas como [fʁ'aj]⁵⁹ ou [fʁ'ɛj]⁶⁰.

Em território da Itália, precisamente perto da Provença, também surge a forma [fʁ'aj]⁶¹, existindo ainda uma outra onde há a presença de uma aspiração intervocálica: [fr'aihu]⁶². Este último fenómeno surge em outro ponto do Norte de Itália, mas aqui mantém-se a nasalação da vogal final [fr'ahen]⁶³. Um fenómeno com parecenças é aquele que é possível observar na Cantábria, onde as formas que conservam a nasal⁶⁴ são marcadas por uma ligeira aspiração: [fr'ehno]⁶⁵.

⁵⁰ Onde a sílaba tónica apresenta o ditongo [ej] nos pontos, por exemplo, 605, 606, 608, 610 (ALF).

⁵¹ Neste território [fʁ'en] predomina a Norte e [fʁ'en] ao Centro, embora esta última forma se estenda pela fronteira com o território dos Alpes. Note-se que, nos pontos 17, 26, 27, 29, 30 e 31 (ALMC) e 912 (ALF) existe uma forma em [fʁ'on].

⁵² Aqui, surge apenas nos pontos 2, 3, 5, 15, 7, 9, 69, 68, 55, 70, 74, 53, 63 e 64 (ALJA) e 23, 33, 32, 21, 22, 10, 919, 922, 921 (ALF) com e sem vogal final. Em todo o resto do território predomina a forma [fʁ'en], também com e sem vogal final (ALJA), sendo registada uma única forma em [fʁ'ono], em: SÉGUY, J. *Les Atlas linguistiques de la France par régions*. 1. ed. Langue française, Année 1973, Volume 18, Numéro 1. pp. 65-90. (ALRF)

⁵³ Por exemplo, Th, 14, 25, 64, Ph 79, 61, 15, Ch61, 28, 4, S1, 19 (HAUST, Jean, *Atlas linguistique de la Wallonie*. 1. ed. Liège: Université de Liège, 2006. (ALW) – mapa 77).

⁵⁴ Pontos No 1, To37, 73, 48, 43, Na44, Ph16, 33, Ar1, 2, D94, 110 e, a Sul e Oeste, Vi6, 8, 13, 18, 22 e B23, 27 (ALW).

⁵⁵ Por exemplo, Na 59, 99, H2, 46, Ma12, 1, 51, Ne14, 31, 44 (ALW).

⁵⁶ Pontos L1, 2, 4, 7, 14, 39, 61, 66 (ALW).

⁵⁷ Pontos W13, 30, L35 (ALW).

⁵⁸ Pontos 210, 310 (ALEPO).

⁵⁹ Pontos 840, 841, 851, 852, 861, 874, 885, 876, 887, 893-895, 898 (ALF).

⁶⁰ Pontos 863, 871, 884, 896, 897, 899 (ALF) e 146 (ALPO).

⁶¹ Ponto 163 (AIS).

⁶² Ponto 230 (ALEPO).

⁶³ Pontos 245, 247, 258, 254 (AIS).

⁶⁴ Ver: 2.4, sobre a nasal.

⁶⁵ Mais concretamente, nos pontos 108, 308, 309, 311, 300, 305, 306 (ALCant).

4.1.2 Queda da fricativa inicial

Para além de todos estes fenómenos que observámos, foi possível documentar a existência de outros mais raros, mas que também são visíveis. Assim, é interessante notar que, no território da Gasconha se verifica a queda da fricativa inicial. A este nível observam-se dois tipos de comportamento:

- ♦ a fricativa é substituída por uma aspiração, mantendo-se assim, na palavra, o seu vestígio: [hɛʷ'ɛʃu]⁶⁶, [hɛʷ'ɛʃe]⁶⁷, [hɛʷ'eʃje]⁶⁸, [hɛʷ'eʃɛ]⁶⁹, [huɪuʷ'olej]⁷⁰;
- ♦ a fricativa desaparece, mas mantém-se uma vogal inicial: [ɛʷ'ɛʃu]⁷¹, [aɪʷ'ɛʃu]⁷²;
- ♦ a fricativa desaparece, mantendo-se apenas o [ɪ], o que dá origem a formas reduzidas como [ɪɛʃ]⁷³, [ɪ'ɛʃu]⁷⁴ ou [ɪ'aʃu]⁷⁵.

4.1.3 Presença de outras consoantes

Para além de tudo isto que foi analisado ao longo deste estudo, é possível ainda observar que o grupo inicial pode sofrer outras mudanças. É o que acontece na Sardenha, região em que este grupo apresenta a particularidade de a fricativa ser vozeada, aparecendo, apenas nesse território, a forma [vr'asu]⁷⁶.

Em outros lados, por seu turno, a mudança que se dá no grupo inicial não se opera na fricativa, mas sim na vibrante que a acompanha e que passa, em alguns casos, a lateral: [l], sendo possível encontrar, assim, formas como [fl'eʃin]⁷⁷.

4.2 Presença de formas com variações consonânticas

Já no que diz respeito à existência de formas com variações consonânticas, é importante ainda a realçar a presença da lateral no fim de algumas das formas atestadas, como sucede em [fr'aʃit]⁷⁸ e [frɛj'ɛt]⁷⁹, e de uma oclusiva velar não vozeada também no fim de outras, como

⁶⁶ Pontos 679, 760, 771, 699 (ALF) e 669, 687-689, 695-699, 771, 760, 679 (ALGasc).

⁶⁷ Pontos 781, 790 (ALF) e 781, 790, 780, 689 (ALGasc).

⁶⁸ Ponto 790 SE (ALGasc).

⁶⁹ Ponto 790 NE (ALGasc).

⁷⁰ Ponto 695 O (ALGasc).

⁷¹ Pontos 687-689, 696, 698, 780 (ALF) e 780, 781, 699 (ALGasc).

⁷² Pontos 686, 694 (ALF e ALGasc).

⁷³ Pontos como 665, 645, 656 (ALF) e 645, 664 (ALGasc).

⁷⁴ Pontos como 667, 678, 685, 669, 657 (ALF) e 680, 691, 685, 693, 667, 659, 678 (ALGasc).

⁷⁵ Pontos como 691 (ALF) e 680, 690, 683, 691 (ALGasc).

⁷⁶ Pontos 916, 943, 941, 955, 985, 990 (AIS).

⁷⁷ Pontos Hu 200 (ALEANR) e E3 (ALGasc).

⁷⁸ Pontos Hu 104 (ALEANR) e E2 (ALGasc).

⁷⁹ Ponto Hu 202 (ALEANR).

se verifica no sul da Provença – [fʁ'ask]⁸⁰ e [fʁ'ɛfek]⁸¹ – ou em território italiano – [fr'ajek] ou [fr'ɛjek]⁸², [fr'asink]⁸³ – e ainda uma forma com oclusiva velar vozeada: [fr'asegen]⁸⁴. Na Roménia, consegue-se ainda comprovar a existência de segmentos consonânticos diferentes em posição intervocálica, como se observa no caso de [ps]⁸⁵, [pt]⁸⁶, [zn]⁸⁷, [sn]⁸⁸ e [ks]⁸⁹.

Outra variação, que encontramos na língua portuguesa, diz respeito ao uso do sufixo *-eiro* com a forma *freixo*, produzindo a palavra 'freixeiro' que encontramos sobretudo atestado com a forma [frɛ'feru] no Sul do país (Alentejo e Algarve)⁹⁰. Esta forma também aparece em territórios de outras línguas românicas, como por exemplo, na zona dos Pirenéus Orientais, onde temos [fr'i'feri]⁹¹, e na fronteira entre as regiões autónomas de Aragão e Catalunha, onde é possível encontrar atestações como [fr'ɛjʃere] ou [fr'ɛjʒere]⁹².

4.3 Formas com outras origens

Por fim, a esta árvore são ainda associados outros nomes que não se originaram na palavra latina *fraxinus*. Embora estas atestações não sejam objeto de estudo deste trabalho, é importante dar conta da sua existência e deixar aqui algumas indicações ou fazer conjeturas sobre as origens das principais, deixando assim campo aberto para novas investigações.

Encontramos, assim, formas diferentes desta que foi estudada nesta investigação a Norte de Navarra e Sul da Gasconha: [lisθ'a.ɛ]⁹³, [liθ'a.ɛ]⁹⁴, [liθ'a.ɛ]⁹⁵, [liθ'ɛ.ɛ]⁹⁶, [l'ɛjsa.ɛ]⁹⁷, sendo possível conjeturar que é provável que estas formas tenham relação com o nome 'lizar' (basco para 'freixo' segundo Eys (1873)), dada a proximidade entre as regiões mencionadas e o País Basco.

⁸⁰ Ponto 899 (ALF).

⁸¹ Ponto 196 (ALPO).

⁸² Ponto 114, na zona Norte dos Alpes italianos (AIS).

⁸³ Extremo Noroeste de Itália, ponto 349 (AIS).

⁸⁴ Ponto 243 – ver conceitos listados no mapa (AIS).

⁸⁵ Pontos 64, 279, 36 (ALR).

⁸⁶ Pontos 310, 316 (ALR).

⁸⁷ Ponto 47 (ALR).

⁸⁸ Ponto 76 (ALR).

⁸⁹ Ponto 250 (ALR).

⁹⁰ Nos pontos, por exemplo, B13, B14, E5, F12, F13 (mapa de Portugal).

⁹¹ Pontos 446, 451 e, com ligeiras variações vocálicas, 410, por exemplo (ALPO). Note-se que as formas de origem francesa terão um [ʃ].

⁹² Pontos Te 204, 205 (ALEANR).

⁹³ Pontos Na 101, 102, 104 (ALEANR).

⁹⁴ Pontos Na 200 (ALEANR).

⁹⁵ Ponto Na 100 (ALEANR).

⁹⁶ Ponto Na 103 (ALEANR).

⁹⁷ Ponto 691 O (ALGasc).

Para além disto, há variadíssimas formas que podem ser encontradas sobretudo no Centro de Itália – [‘orno]⁹⁸, [orn’elo]⁹⁹, [abornj’elo]¹⁰⁰ etc. – e que parecem ter origem também no latim, mas agora no nome *ornus*, *i*, vocábulo também utilizado para designar *freixo*.¹⁰¹

Já a forma [m’ane]¹⁰², que surge em Itália, mais concretamente na Sicília, é originária do latim *manna*, *ae* (vocábulo que significa ‘grão’, ‘parcela’ e que deu origem, por exemplo, à palavra ‘maná’ referida no livro da Bíblia) e designa, no início, uma substância dulcíssima e laxante que se recolhe do freixo, tendo passado depois a designar a própria árvore¹⁰³.

5 Conclusão

Com este estudo, procuramos documentar a variedade fonética que o conceito ‘freixo’, originário da palavra latina *fraxinus*, assume no espaço europeu, nomeadamente no que diz respeito à sua presença em diversas línguas românicas. Para isto, considerámos as diversas atestações desta palavra existentes em vários atlas linguísticos. A partir destes, foi então possível listar, agrupar e analisar variadas formas e fenómenos que se prendem com diversos comportamentos que consoantes e vogais assumiram nos diversos territórios de influência românica onde este conceito existe.

A partir da investigação efetuada, pudemos então perceber que há fenómenos que atravessam fronteiras geográficas e que são transversais às diversas línguas – relacionados, por exemplo com a manutenção do segmento [ks] em diversos territórios; com mudanças verificadas no grupo consonântico inicial; ou com a presença de variações consonânticas em formas distintas – o que nos permite chegar à conclusão de que o *continuum* linguístico verificado a propósito desta palavra nem sempre obedece às fronteiras políticas dos vários países. Por fim, foi possível ainda recolher atestações com outras origens etimológicas e conjeturar sobre a sua origem, abrindo assim a possibilidade de novos estudos sobre este tema.

Referências

ALVAR, Manuel. *Atlas lingüístico y etnográfico de Aragón, Navarra y Rioja*. 1. ed. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, cop. 1983.

ALVAR, Manuel. *Atlas lingüístico y etnográfico de Cantabria*. 1. ed. Madrid: Arco Libros, cop. 1995.

Árvores e arbustos de Portugal: Freixo. Disponível em: http://arvoresdeportugal.free.fr/IndexArboretum/Ficha_freixo_Fraxinus_angustifolia.htm (acesso em: 30 de outubro de 2025).

BATTISTI, Carlo. *Dizionario etimologico italiano*. 1. ed. Firenze: G. Barbèra, 1965.

⁹⁸ Pontos 354, 365, 363, 557, 664, por exemplo (AIS).

⁹⁹ Por exemplo, pontos 553, 564, 583, 624, 633 (AIS).

¹⁰⁰ Ponto 532 (AIS).

¹⁰¹ A terminação -elus terá provável origem no sufixo diminutivo latino -ulus/-ellus.

¹⁰² Pontos 821, 851 (AIS).

¹⁰³ Pia (2004–2008).

- BRUNOT, Ferdinand. *Précis de grammaire historique de la langue française*. Paris: Masson, 1956.
- CANOBBIO, Sabina e Tullio TELMON. *Atlante linguistico ed etnografico del Piemonte Occidentale – ALEPO*. 1. ed. Torino: Priuli & Verlucca, 2003.
- COROMINAS, Joan. *Diccionari etimològic i complementari de la llengua catalana*. 1. ed. Barcelona: Curial, 1983-1995.
- DAUZAT, Albert. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. 1. ed. Paris: Larousse, cop. 1938.
- EYS, W.J. van, *Dictionnaire Basque-Français*. 1. ed. Paris: MAISON NEUVE, 1873.
- GARCÍA, Constantino, Antón SANTAMARINA (dir.). *Atlas lingüístico galego: fonética*. 1. ed. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenoza, 1999.
- GARDETTE, Pierre. *Atlas linguistique et ethnographique du Lyonnais*. 1. ed. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1976.
- GILLIÉRON, J. e E. EDMONT. *Atlas linguistique de la France*. 1. ed. Paris: Honoré Champion, 1920.
- GUI TER, Henri. *Atlas linguistique des Pyrénées Orientales*. 1. ed. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1966.
- HAUST, Jean. *Atlas linguistique de la Wallonie*. 1. ed. Liège: Université de Liège, 2006.
- HUBER, Joseph. *Gramática do Português Antigo*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- JABERG, Karl. *Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*. 1. ed. Zofingen: Verlagsanstalt Ringier, 1940.
- LA CHAUSSÉE, François de. *Initiation a la morphologie historique de l'ancien français*. 1. ed. Paris: Klincksieck, 1977.
- MARTIN, Jean-Baptiste e Gaston TUAILLON, *Atlas linguistique et ethnographique du Jura et des Alpes du Nord* (francoprovençal central). 1. ed. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1971.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Livr. Acadêmica, 1932.
- NAUTON, Pierre. *Atlas linguistique et ethnographique du Massif Central*. 1. ed. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1963.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa* (Fonética e Morfologia). 1. ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989.
- PIANIGIANI, Ottorino, Vocabolario Etimologico della Lingua Italiana. In: DIZIONARIO Etimologico Online. [A.I.]: Francesco Bonomi, c2004–2006. Disponível em: <http://www.etimo.it/?pag=hom>. Acesso em: 10 set. 2025.
- SARAMANDU, Nicolae. *Atlasul lingvistic român pe regiuni*. 1. ed. Bucuresti: Editura Academiei Române, 2005.
- SÉGUY, J. *Les Atlas linguistiques de la France par régions*. 1. ed. Langue française, Année 1973, Volume 18, Numéro 1. p. 65-90.
- SÉGUY, Jean. *Atlas linguistique de la Gascogne*. 1. ed. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1973.
- WAGNER, Max Leopold. *Dizionario etimologico sardo*. 1. ed. Heidelberg: Carl Winter, 1960-1964.

O contato linguístico hispânico-português na Península Ibérica: Uma análise diacrônica dos traços fonético-fonológicos e morfossintáticos do barranquenho

The Hispanic-Portuguese Linguistic Contact in the Iberian Peninsula: A Diachronic Analysis of the Phonetic-Phonological and Morphosyntactic Traits of Barranquenho

Heloísa Pellenz Schneider
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS) | Porto Alegre | RS | BR
helo.ps98@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8016-2998>

Resumo: O contato linguístico hispânico-português existente na Península Ibérica, há séculos, favoreceu o surgimento de um novo sistema linguístico: o barranquenho. Esta variedade, constituída no espaço fronteiro entre Portugal e a Espanha, desenvolveu-se no limiar das peculiaridades do contexto histórico-geográfico de Barrancos – uma vila situada no distrito Alentejano de Beja, em Portugal. O presente artigo tem por objetivo geral traçar uma análise diacrônica dos traços fonético-fonológicos e morfossintáticos do barranquenho, desvelando, especificamente, que aspectos das línguas portuguesa e espanhola foram assimilados por essa língua mista. Além disso, visa a expor, também, os novos usos de formas linguísticas corporificados, de forma original, na estrutura da variedade em enfoque. A proposição dessa análise, de natureza teórico-descritiva, calcada na literatura especializada sobre o barranquenho, fundamenta-se, sobretudo, na obra de Vasconcelos (1955), bem como nos estudos de Navas Sánchez-Élez (1992, 2011). A investigação dos traços dessa língua aponta que, apesar de Barrancos pertencer a Portugal, a influência espanhola sobre a variedade mista persiste, sendo esta notável, especialmente, no domínio morfossintático. Outrossim, o barranquenho comporta uma variação interna, abrangendo inúmeros aspectos que coexistem nas variedades meridionais do português e do castelhano estremenho/andaluz. Trata-se de uma língua minoritária que se encontra em vias de desaparecer frente ao prestígio do português – idioma oficial e majoritário de Portugal. Políticas



linguísticas recentes têm se dedicado a desenvolver estratégias para a salvaguarda do barranquenho, dado que, em âmbito local, ele é constitutivo dos prismas identitários de seus falantes e, em âmbito global, seu possível desaparecimento configura uma grande perda para o panorama linguístico românico.

Palavras-chave: Península Ibérica; fonologia; morfosintaxe; barranquenho.

Abstract: The Hispanic-Portuguese linguistic contact that has existed for centuries in the Iberian Peninsula has favored the emergence of a new linguistic system: a variety known as Barranquenho. This variety, formed in the border region between Portugal and Spain, was developed in the historical and geographical peculiarities of Barrancos – a village situated in the Alentejo district of Beja, Portugal. The main objective of this article is to present a diachronic analysis of the phonetic-phonological and morphosyntactic traits of Barranquenho, specifically unveiling which aspects of the Portuguese and Spanish languages were assimilated by this mixed language. Furthermore, it also aims to highlight the new uses of some linguistic forms that have been originally embodied in the structure of this language. This analysis has a theoretical-descriptive bias, based on specialized literature about Barranquenho, and is grounded primarily in the work of Vasconcelos (1955), as well as in the studies of Navas Sánchez-Élez (1992, 2011). The investigation of this language's traits indicates that, although Barrancos belongs to Portugal, Spanish influence on this mixed language persists, being particularly notable in the morphosyntactic domain. Moreover, Barranquenho displays internal variation, encompassing numerous aspects that coexist within the southern varieties of Portuguese and of Extremaduran/Andalusian Spanish. It is a minority variety that is currently at risk of disappearing due to the prestige of Portuguese – Portugal's official and dominant language. Recent language policies have sought to develop strategies for its preservation, since, at the local level, Barranquenho constitutes a crucial part of its speakers' identity, and, at the global level, its potential disappearance would represent a significant loss for the Romance linguistic landscape.

Keywords: Iberian Peninsula; phonology; morphosyntax; Barranquenho.

1 Introdução

As nações, em nível macroespacial, são pautadas por uma diversidade linguístico-cultural que culmina em cenários de contato entre os diferentes códigos linguísticos coexistentes em tais espaços. A adjacência entre duas ou mais línguas se faz presente, sob essa perspectiva, no contexto da Península Ibérica, uma formação territorial que se localiza no sudoeste da Europa, comportando, em sua maior parte, os países da Espanha e de Portugal. Nesse entre-mio fronteiriço, o prolongado contato hispânico-português ao longo dos séculos propiciou a formação de um novo sistema linguístico: o barranquenho.

Vasconcelos (1955), linguista pioneiro a estudar o barranquenho, define-o como um dialeto¹ popular usado no concelho de Barrancos – “uma vila portuguesa raiana no distrito de Beja, região Alentejo e sub-região do Baixo Alentejo” (Barrancos, 2025). No que toca às caracterizações desse sistema e, tal como observável na definição do estudioso, Navas Sánchez-Élez e Gonçalves (2020, p. 182) apontam que, por muito tempo, a literatura caracterizou o barranquenho como “dialeto”, “falar fronteiriço” ou “variedade raiana”, particularmente em virtude de sua condição essencialmente oralizada. Perpassando, especialmente, a acepção dialetal,² pontua-se que o presente artigo se alinha ao entendimento de Navas Sánchez-Élez (1992, 2011, 2017), Clements (2009), Navas Sánchez-Élez e Gonçalves (2018, 2020) e Gonçalves (2021), considerando a variedade barranquenha como uma *língua mista*, uma vez que, tendo provindo do intercâmbio entre duas línguas românicas, apresenta um caráter de hibridismo linguístico.

Para Gonçalves (2021, p. 193), o barranquenho se trata de “uma realidade linguística com características próprias, fruto do contato multissecular entre as variedades meridionais do português e do espanhol, numa geografia e em condições demográficas e sociais particulares”. À luz desse pressuposto, nota-se que as influências hispânico-portuguesas sobre a variedade de Barrancos, ao não se desvelarem pontuais, resultaram em um produto linguístico que o particulariza como um sistema autônomo. Nessa mesma direção, Navas Sánchez-Élez (2011, 2017) destaca que a língua barranquenha detém uma estabilidade passível de ser analisada como um terceiro sistema linguístico, dado que apresenta uma complexidade situacional, sobretudo decorrente de sua variação linguística interna. Quanto a esse aspecto, os pressupostos sociolinguísticos declaram o fato de a variação ser intrínseca a toda e qualquer língua natural, dado que elas não são estruturas prontas e acabadas, mas, sim, sistemas heterogêneos organizados que variam mediante condicionadores linguísticos e extralinguísticos (Coelho *et al.*, 2015).

¹ Torna-se válido pontuar que o estatuto de dialeto conferido ao barranquenho, por Vasconcelos (1955), se deu, tal como mencionado por Gonçalves (2021), em uma época em que qualquer variedade diatópica ou de outra natureza era classificada como dialetal. Devido a isso, essa definição se fundamenta em uma concepção de língua ainda vigente nos primórdios do século XX, a qual vem sendo reconfigurada, desde a última metade do referido século, pelos pressupostos da sociolinguística.

² Alguns estudiosos, como Ferreira (1999 *apud* Franco, 2005, p. 63), invalidam o barranquenho como língua, em virtude de alegar que, por ele se valer da ortografia da língua portuguesa para sua representação escrita e, por conseguinte, por não deter uma convenção gráfica, deve ser tomado necessariamente como dialeto – o que, sob esse argumento, não o legitima como um sistema linguístico próprio.

Portanto, conjectura-se que, apesar do enraizamento nos traços do espanhol e do português, não se faz coerente reduzir o barranquenho às chamadas *interferências* (Weinreich, 1953) dos dois sistemas sobre ele, ignorando toda sua dinâmica de constituição linguística, histórica, política e cultural. A variedade³ barranquenha, segundo Golovko (2003), funciona, para os seus falantes, como uma língua materna que fixa a identidade local de Barrancos. Para o estudioso, essa circunstância se sucede por efeito das características linguísticas estruturais do barranquenho, bem como do contexto sociolinguístico de sua comunidade, cuja gênese é atravessada por um bilinguismo histórico, isto é, por um cenário pautado pela presença de duas línguas ao longo do tempo. Verifica-se, diante do exposto, que utilizar a variedade mista na região fronteira ibérica denota os prismas identitários da rede comunitária barranquenha. A população do local, conforme manifestado por Navas Sánchez-Élez e Gonçalves (2020), sente-se diferente de seus vizinhos espanhóis e portugueses, pairando uma conscientização quanto ao fato de sua variedade destoar das línguas do entorno – sendo essa peculiaridade reconhecida, de igual modo, pelos sujeitos exógenos à localidade de Barrancos.

Banza (2024, p. 22) assinala que a principal marca barranquenha é “[...] um forte hibridismo – nos domínios lexical, fonético e fonológico e morfossintático – a par de aspetos inovadores”. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar as especificidades dessa língua mista no tocante à influência linguística hispânico-portuguesa sobre sua estrutura, dando enfoque aos domínios fonético-fonológico e morfossintático. Desse modo, será exposta uma análise diacrônica da língua, de viés teórico-descritivo, baseada na literatura que trata dessa variedade linguística, buscando-se desvelar os traços de cada uma das duas línguas românicas que foram assimilados pelo barranquenho e que, destarte, são constitutivos de sua matriz linguística. Ademais, para além dessa “mistura” de elementos composicionais heterogêneos, a língua barranquenha, ao longo dos séculos, adquiriu também características próprias, cujas particularidades linguísticas elucidam um viés de originalidade.

No que toca à organização estrutural do artigo, o trabalho divide-se em diferentes seções. A seção subsequente a esta trata do contexto do barranquenho, expondo aspectos relevantes de sua constituição linguística no tempo e no espaço, de modo a apresentar fatos relativos à sua conjuntura histórico-geográfica. Além disso, aborda, também, questões relacionadas à atual situação político-social da variedade linguística em análise. Em seguida, a terceira seção, que constitui o enfoque do trabalho, se concentra na investigação das influências hispânico-portuguesas sobre os âmbitos fonético-fonológico e morfossintático da língua mista, de modo examinar diacronicamente os traços caracterizadores desse sistema linguístico. Ademais, abrange, de igual modo, uma breve apresentação dos aspectos linguísticos originais do falar de Barrancos, os quais contribuem para firmá-lo como uma língua autônoma. Por fim, as considerações finais retomam os principais pontos abordados ao longo do trabalho, elucidando a riqueza do barranquenho no panorama das línguas românicas.

³ O termo variedade (linguística), bem como o termo falar, serão empregados neste trabalho sob a definição de uma fala característica de determinado grupo social ou comunidade de fala (Coelho *et al.*, 2015).

2 O contexto do barranquenho: delineando as nuances geográficas, históricas e políticas de sua constituição linguística

O barranquenho apresenta-se como uma variedade linguística que permeia há séculos o cenário da Península Ibérica, este atravessado pelo contato linguístico hispânico-português. O falar provindo dessa inter-relação entre Portugal e Espanha teve sua gênese condicionada, sobretudo, por questões geográficas e históricas inerentes à área territorial de Barrancos. Essa vila comporta a sede municipal, de igual nome, apresentando 1.435 habitantes, segundo o Censo de 2021 (Barrancos, 2025) e, portanto, estabelecendo-se como o município de menor população localizado em Portugal Continental.

Segundo Vasconcelos,

Barrancos, no Alentejo Baixo, está posto em sítio montuoso, e de constituição xistenta, a 300 ou 400 metros de distância da raia, tomada em linha reta; e o seu território, ou concelho de Barrancos, penetra na Espanha, como uma cunha, que fica pois delimitada por território espanhol ao Norte, Nascente e Sul, e tem de superfície 189,50 quilómetros quadrados (*Censo das povoações*, de 1911, p. 6). Do que resultam, naquele ponto, especiais relações sociais entre as duas nações vizinhas, e acção recíproca, maior, já se vê, da de lá na de cá, do que ao invés, atenta a pequenez e insulamento do nosso rincão (Vasconcelos, 1955, p. 3).

No mapa que contempla a área da “A Raia”⁴ (Figura 1), nota-se, tal como proposto por Vasconcelos (1955), que Barrancos adentra a Espanha, a leste, em virtude dos aspectos geográficos do distrito alentejano de Beja. Tal distrito se localiza no topo de uma elevação montanhosa, cuja região é caracteristicamente pautada por ribanceiras e depressões, isto é, por *barrancos*. Para além dessa condição topográfica montanhosa que, inclusive, nomeou o topônimo “Barrancos”, a geografia do local o torna isolado espacialmente das demais vilas. À vista disso, conforme Banza (2024), a localidade mais próxima ao município barranquenho trata-se de uma zona espanhola (Encinasola), situada a 9 km de distância do local, ao passo que a povoação portuguesa de maior proximidade (Santo Aleixo da Restauração) se localiza a cerca de 20 km de Barrancos. Segundo informações expostas no site autárquico de Barrancos, a sede de Distrito (Beja) encontra-se a 110 km – assim como dista a cidade de Évora –, estando a capital de Portugal (Lisboa) situada a 250 km de distância da vila (Barrancos, 2008).

⁴ “A Raia” refere-se à região da fronteira entre Espanha e Portugal, consolidando-se como um espaço geográfico que comporta tanto o lado político espanhol quanto o português e, no qual, língua, cultura e história se entrecruzam.

Figura 1 – A região raiana na fronteira entre Portugal e Espanha



Fonte: Clements (2009, p. 191).

Nessa perspectiva, conjectura-se que o isolamento geográfico da região favoreceu a manutenção das formas linguísticas em uso nesse espaço, uma vez que o afastamento dos demais centros comunitários inviabilizou, em partes, a influência dos modos de dizer, exógenos à vila, sobre o falar barranquenho. É essa posição periférica de Barrancos, na fronteira entre Portugal e Espanha, que o delinea como o ponto de encontro entre elementos linguísticos, sociais e culturais díspares, o que propiciou a formação de uma comunidade mista da qual proveio o surgimento do hibridismo linguístico da variedade em enfoque.

No tocante aos condicionadores históricos, estes de igual modo contribuíram para as peculiaridades linguísticas da língua barranquenha. Segundo Clements (2009), a história de Barrancos teve sua gênese na Idade Média, quando, no século XIII, subsistia como uma aldeia pertencente à vila de Noudar – na época, local detentor de um castelo, o Castelo de Noudar, figurando como a sede municipal. Banza (2024) aponta que, desde a origem, os assentamentos antigos em torno dessa construção medieval eram ocupados por grupos estremenhos ou andaluzes, tendo sido, desde sempre, abundante a presença de espanhóis nesse espaço. Tal fator contribuiu demasiadamente para a influência linguística castelhana na constituição do barranquenho, bem como sobre as “múltiplas vertentes da cultura de Barrancos” (Barrancos, 2008, p. 11).

Ao longo do tempo, Barrancos foi marcado por uma indefinição no tocante à posse de seu território, consolidando-se como um espaço reivindicado politicamente tanto por Portugal quanto pela Espanha. Essa alternância entre o domínio português e castelhano inseriu a localidade barranquenha em uma interface pautada pela não fixação de uma

gestão administrativa, de modo que esse conflito de interesses tenha durado séculos. Em decorrência desse fato, após inúmeros conflitos históricos, entre mouros e cristãos, entre os reinados castelhano e português, Clements (2009) menciona que o Castelo de Noudar⁵ foi formalmente integrado ao reino de Portugal, em 1715. Contudo, esse fato não culminou em um cenário de pacifismo: o litígio continuou a perdurar, de maneira que as disputas em prol da reivindicação do território barranquenho tenham se seguido por mais dois séculos.

Nesse contexto, a aldeia de Barrancos foi, gradualmente, ganhando importância administrativa em relação à vila de Noudar, à qual pertencia. Devido a isso, entre os anos de 1774 e 1835, o município passou a ser designado Noudar e Barrancos. Nesse mesmo período secular, em 1836, houve a elevação de Barrancos à categoria de vila, de modo que o local tenha se firmado como a sede municipal e, assim, sido nomeado somente *Barrancos* (sem a menção a Noudar) (Barrancos, 2008, p. 3).

Segundo Banza (2024), a posse definitiva da coroa portuguesa se deu em 1894, de modo que, no referido ano, tenha se findado, de fato, essa disputa territorial que durou mais de 800 anos. Para a estudiosa, ainda que Barrancos, desde então, tenha passado a ser parte integrante de Portugal, as relações com o lado espanhol permanecem existindo. Sendo assim, paira uma inter-relação entre a vila portuguesa, e a Estremadura e a Andaluzia, sendo frequentes, entre tais nações vizinhas, a estipulação de intercâmbios comerciais e familiares (Navas Sánchez-Élez, 2011).

Nota-se, nessa direção, que se perpassa a fronteira política que demarca o limite topográfico entre as soberanias portuguesa e espanhola. A fronteira, nesse caso, não baliza, mas unifica, propiciando trocas linguísticas, culturais e sociais entre ambos os países. É essa ruptura no engessamento das marcas limítrofes entre os governos luso-hispânicos que tem desenhado a atual situação de Barrancos. Preserva-se, nesse espaço, um encontro de línguas, de culturas e de povos, de modo que se tenha, desde os primórdios da formação da vila, uma identidade local atravessada pela fusão de elementos heterogêneos.

O prisma histórico, indissociável do geográfico, ao propiciar o contato multissecular entre os portugueses e os espanhóis, estabeleceu uma população mista, também linguísticamente: o barranquenho “constitui o terceiro polo do ‘triângulo linguístico’ observável em Barrancos” (Banza, 2024, p. 21). Sob essa mesma premissa, Gonçalves (2021, p. 194) menciona estarem presentes, nessa vila, três variedades linguísticas: o barranquenho, a língua familiar e comunitária, agregadora da identidade local; o português, a língua oficial, da escolarização e do prestígio social; e o espanhol, na condição de língua vizinha, também enraizada em Barrancos, devido, sobretudo, às relações familiares e laborais.

No que se refere ao cenário político-social do barranquenho, tem-se o fato de que ele está imerso em uma interface recente de reconhecimento de sua existência, tendo sido situado no panorama linguístico peninsular desde a primeira década do século XXI. É contemporâneo, desse modo, o debate que concerne à efetivação de políticas linguísticas que visam a salvaguardar essa língua, sendo três as maiores ações realizadas, até então, de fomento ao seu reconhecimento: (a) junho de 2008: decreto de classificação como Patrimônio Cultural Imaterial de Interesse Municipal (Barrancos, 2008); (b) junho de 2017: realização de Congresso Internacional para promoção do barranquenho (Navas Sánchez-Élez e Gonçalves, 2020); (c) dezembro de 2021: promulgação da Lei nº 97/2021, de reconhecimento e proteção do barranquenho e da sua identidade cultural (Portugal, 2021).

⁵ O Castelo de Noudar e Barrancos foi assim denominado em virtude

Tais ações, de cunho político, coniventes à manutenção da língua barranquenha, apresentam-se basilares, dada sua conjuntura de perda linguística incipiente. Para Navas Sánchez-Élez e Gonçalves (2020, p. 179), essa variedade “[...] deveria ser tratada como uma língua de contato, minoritária, ameaçada e em perigo de extinção”. Esse cenário, atravessado por uma ótica pouco positiva em relação à vitalidade do barranquenho, advém do fato de atualmente ele ser falado por menos de 2.000 indivíduos, estando em vias de desaparecer, sobretudo por efeito da pressão demográfica e do envelhecimento da população de Barrancos (Navas Sánchez-Élez, Gonçalves e Themudo Barata, 2021, p. 341).

Diante desse cenário, Navas Sánchez-Élez e Gonçalves (2020), destacam ser fundamental o desenvolvimento de uma “normalização” ou “standardização” (Metzeltin, 2005), estas relacionadas à criação de uma convenção ortográfica para esse sistema linguístico. As estudiosas elucidam que é essa documentação do barranquenho o caminho para sua não substituição/assimilação total pelo português-padrão, enquanto variedade de prestígio que domina as instâncias da sociedade portuguesa à qual pertence Barrancos. O favorecimento de um código gráfico contribuirá para a tomada dessa variedade sob o estatuto de língua – até mesmo para os seus próprios falantes – além de oportunizar a valorização dos elementos linguísticos, culturais e identitários que permeiam as interações comunicativas na variedade mista em enfoque.

3 A diacronia do barranquenho: uma análise teórico-descritiva de seus traços fonético-fonológicos e morfossintáticos

O desenvolvimento de uma análise diacrônica do barranquenho elucidada o quanto essa língua se constituiu na interface do português centro-meridional e do castelhano meridional estremenho/andaluz (Navas Sánchez-Élez, 2011, 2017). À vista disso, esse falar minoritário⁶ se revela como uma variedade de entremeio, de modo que seu quadro evolutivo se assenta em uma espécie de justaposição linguística que comporta uma mistura de constituintes linguísticos hispânico-portugueses. Desse modo, tomar o barranquenho sob análise implica considerar que duas línguas distintas compuseram sua matriz linguística de origem.

Nesta seção, buscar-se-á discorrer acerca do processo de variação diacrônica da língua barranquenha, focalizando a análise dos traços fonético-fonológicos e morfossintáticos desse sistema. Para isso, evidenciar-se-á, dentro de ambos os níveis linguísticos, alguns dos aspectos das línguas espanhola e portuguesa que foram assimilados pelo barranquenho, sendo esses descritos nas primeiras duas subseções. A última subseção, por sua vez, abrange uma breve investigação dos elementos específicos dessa língua minoritária, indicando os componentes inovadores que assinalam sua identidade linguística singular. A proposição desta investigação acerca da variedade em enfoque se baseia, sobretudo, nos estudos de Vasconcelos (1955), de Navas Sánchez-Élez (1992, 2011, 2017), de Clements (2009), de Navas Sánchez-Élez e Gonçalves (2018, 2020), de Gonçalves (2021) e de Banza (2024).

⁶ Para Altenhofen (2013, p. 94) as línguas minoritárias são uma “modalidade de línguas ou variedades usadas à margem ou ao lado de uma língua (majoritária) dominante. O ‘status político’ constitui, nesta definição, o critério central para o conceito de língua minoritária, muito mais do que a ‘representatividade numérica’ ou o ‘status social’ de seus falantes”.

Pontua-se que, dado o caráter abrangente de influência hispânico-portuguesa no barranquenho, houve uma seleção dos traços considerados mais significativos que advieram de tais línguas. Ademais, no que se refere à exposição de exemplos de produções linguísticas em barranquenho, optou-se pela manutenção da transcrição original apresentada nos estudos analisados. Em virtude dessa circunstância, a presente seção comporta diferentes formas de representação das manifestações linguísticas do falar barranquenho, uma vez que, tal como pontuado por Navas Sánchez-Élez e Gonçalves (2018, p. 1432), houve várias tentativas, até o momento, realizadas na maioria das vezes por autores populares nativos, de criar um código para a representação escrita dessa língua – que é predominantemente oral.

3.1 A influência linguística do espanhol sobre o barranquenho: domínio fonético-fonológico

Os traços fonético-fonológicos do barranquenho contemplam algumas marcas passíveis de serem atribuídas ao castelhano meridional. No que se refere aos elementos vocálicos, o barranquenho apresenta, por vezes, uma ausência de elevação das vogais átonas, sobretudo no caso do <o>, bem como uma ausência de elevação e centralização, no caso do <a> átono. Dessa forma, tem-se, por exemplo, “[ke te ´pɔdɐ^h ka´i ´para ´ðɛtru] (que te podes cair para dentro)” e “[´ke βo´nita] (que bonita)” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 52), nos quais não se faz comum a elevação dos sons vocálicos destituídos de acento tônico – circunstância frequente, por outro lado, nas variedades linguísticas portuguesas no que toca a certas vogais.

Em relação ao consonantismo barranquenho, a influência castelhana recai sobre a neutralização fonológica de /b/ e /v/. Quanto a esse aspecto, que diz respeito à realização da oclusiva labiodental /v/ como bilabial [b] ou como fricativa [β], Vasconcelos (1955, p. 12), pontua que “o *v* próprio da linguagem do alentejo foi substituído por *b* em todas as palavras. Por outra, o som *v* não aparece em barranquenho (como não aparece na pronúncia hespanhola) [...]”. O estudioso complementa o dizer, mencionando que, eventualmente, se ouve em barranquenho algumas palavras nas quais se pronuncia a labiodental em detrimento da bilabial, como em “cavêlu” (cabelo), sendo isso fruto de “ignorância ou afectação (ultra-correcção)” (Vasconcelos, 1955, p. 12). Além disso, para o autor, a propagação do *b* no interior do falar de Barrancos não configura um fato inédito, uma vez que nas províncias do entorno da área (Trás-os-Montes, Entre-Douro-e-Minho e Beira), o /v/ não é realizado e/ou é trocado pelo /b/. Clements (2009), no que toca a esse traço fonológico, também sinaliza que a distinção entre /b/ e /v/ não é encontrada em barranquenho, sendo “b” e “v” ortográficos realizados como [b] ou [β].⁷ Desse modo, o barranquenho se assemelha às falas andaluzas com relação à realização da bilabial, distanciando-se, nesse aspecto, do português – cuja realização se dá pela forma labiodental /v/. Navas Sánchez-Élez (2011, p. 189) explicita esse fato, apresentando exemplos:

⁷ Segundo Navas (2011), as consoantes barranquenhadas, de modo geral, tendem a se realizar de modo menos tenso que no português-padrão, especialmente em posição intervocálica. Desse modo, torna-se possível que as consoantes oclusivas [b], [d], [g], nesse contexto específico, sejam pronunciadas como fricativas [β] [ð] [ɣ]. Consoante a pesquisadora, essa tendência pode apresentar uma afinidade com o castelhano; contudo, ela se faz presente também em alguns dialetos portugueses, de norte a sul, em zonas rurais e urbanas.

Tabela 1 – Realização da fricativa [β] em detrimento da labiodental /v/ no barranquenho

Variedades Portuguesas	Barranquenho	Variedades Andaluzas
a[v]ó	a[β]ó	a[gw]elo
ar[v]es/ár[v]ores	ar[β]os	ár[β]oles
ca[v]alo	ca[β]alo	ca[β]allo
dí[v]idas	dí[β]idas	deu[d]as
cra[v]o	cra[β]o	cla[β]o

Fonte: Adaptado de Navas Sánchez-Élez (2011, p. 189).

Outro traço fonológico do barranquenho que adveio do espanhol trata-se da aspiração da sibilante em final de sílaba ou de palavra. As sibilantes em tais posições apresentam variação linguística⁸ e, consoante Navas Sánchez-Élez (2011, p. 54), tal como se sucede nas zonas andaluzas, estremenhas e hispano-americanas, elas podem se realizar de modo aspirado, tal como em: “[α´γρα´mehmu] (agora mesmo)” e “[i´fitαz i kojzαh βu´nitα] (e fitas e coisas bonitas)”. Do mesmo modo, Vasconcelos (1955) aponta que o -s e o -z, tanto em final de sílaba quanto de palavra, são substituídos por uma aspiração muito notável, isto é, pelo [h]. Sendo assim, tem-se pronúncias como “[...] *doih* (dois), *duah*, *treh*, *çeih*; *adeuh* (adeus); *doih toiru*, *cahca* (casca) [...]” (Vasconcelos, 1955, p. 13).

Além disso, o estudioso indica que, na linguagem rápida, nem sempre o /s/ e /z/ serão pronunciados de forma aspirada, podendo ocorrer também sua supressão, como em “*fi* (fiz), *pêrdi* (perdiz), *nó* (nós, pronome)” (Vasconcelos, 1955, p. 13). À luz dessa observação, também Navas Sánchez-Élez (1992, 2011) sugere que, em determinadas ocasiões, é possível que as sibilantes não sejam articuladas, inclusive na representação de um morfema de número ou de pessoa. Sendo assim, pode-se ter, em barranquenho, pronúncias como “[pα´γαβαmuʃ sīku tuʃtõj] (pagávamos cinco tostões)” e “[ē´tαw´iαmu] (então íamos)” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 55).

Nessa perspectiva, de forma sintética, percebe-se que, no falar de Barrancos, há uma tendência para que as sibilantes ora sejam enfraquecidas – na condição de aspiradas –, ora suprimidas. Desse modo, tomando por base o exemplo de “mesmo”, já exposto anteriormente, tem-se sua realização variável como *me[h]mo* ou *me[∅]mo*. Sob uma perspectiva sociolinguística, a pesquisa desenvolvida por Navas Sánchez-Élez (2017) revelou que os fatores extralinguísticos (o nível de escolaridade e o grau de formalidade da interação) são os maiores condicionadores da variação linguística em questão.

A não articulação das sibilantes se dá em virtude de sua realização de modo relaxado, fato que se sucede, do mesmo modo, com as consoantes líquidas /l/ e /r/. Vasconcelos (1955, p. 12-13), ao tratar da apócope de /l/ e /r/, especialmente no final das palavras, expõe exemplos de vocábulos nos quais ocorre a queda de tais sons: “*Portugá*, *Subrá*, *ané*, *funí*, *Êhturi*, *caracó*, *azú*, *em vez de Portugal*, *Sobral (da Adiça)*, *anel*, *funil*, *Estoril*, *caracol*, *azul*. Do outro lado: *má*, *bê*, *fugí*, *amô*, *Altú*, *em vez de mar*, *ver*, *fugir*, *amor*, *Altur* (Artur)”.

⁸ Navas Sánchez-Élez (2011) revela que as sibilantes no barranquenho se articulam, geralmente, como predorodentais, se orientando pelo padrão do português central e meridional. No entanto, eventualmente, são passíveis também de se realizar de modo apicoalveolar, conforme a pronúncia dos vizinhos espanhóis.

No caso do //, segundo Banza (2024), a supressão ou o enfraquecimento da lateral realizam-se de forma frequente em coda final – em detrimento de coda interna. Além disso, no que concerne à categoria nominal, a apócope se faz presente sobretudo em substantivos e adjetivos, tais como em moir[a] (moiral) e espanho[ø] (espanhol). Quanto à posição do acento, o site municipal de Barrancos (2025) pontua que a queda de // transcorre nas sílabas tônicas, tal como em [oli´va] (olival), [purtu´ga] (Portugal), [ma] (mal) e [manu´e] (Manuel). Ainda, o site municipal da cidade explicita que, nos casos de realização da lateral velarizada [ʃ], essa pronúncia, ao se dar de forma “fraca”, é favorável à supressão.

Já com relação à supressão de /r/, tal circunstância ocorre em codas silábicas nos finais de palavras.⁹ Tem-se, desse modo, em barranquenho, sob influência do espanhol estremenho e do andaluz, realizações como “[αh pə´soα´moxh´βeλα´ε ke´falα mə´λ hpx´ŋ] (as pessoas mais velhas é que falam melhor espanhol)” e “[´nαw´psu dur´mi] (não posso dormir)” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 56). Essa apócope de /r/ predomina, consoante Banza (2024, p. 29), nas formas verbais no infinitivo, como em faze[ø] (fazer), sendo menos frequente nas demais categorias nominais. Outrossim, essa ocorrência é encontrada, de igual modo à queda do //, nas sílabas tônicas finais. Essa tendência vai ao encontro de um padrão de simplificação silábica que ocorre, frequentemente, na oralidade, em situações informais. À luz desse fato, Banza (2024) indica que a supressão das líquidas se apresenta como uma economia linguística, cujo fenômeno se pauta, nesse caso, pela regularização da estrutura das sílabas para um formato que não apresenta uma rima ramificada, isto é, coda silábica.

3.2 A influência linguística do espanhol sobre o barranquenho: Domínio morfossintático

Além de atuar sobre o âmbito fonético-fonológico, a influência linguística hispânica recai também sobre o domínio morfossintático da língua barranquenha. Segundo Clements (2009, p. 201, tradução nossa), inclusive, “é na morfossintaxe do barranquenho que encontramos a influência mais reveladora do espanhol”.¹⁰ Traz-se, inicialmente, aqui, o fato de que a variedade mista adotou, em alguns casos, o gênero do castelhano.¹¹ Vasconcelos (1955, p. 15), pontua que nessa língua minoritária diz-se: “a çá (hesp. *la sal*), a mé (hesp. *la miel*), a leti (hesp. *la leche*), a çanguí (hesp. *la sangre*), a fé (hesp. *la hiel*), a narí (hesp. *la nariz*), u árbu (hesp. *el árbol*), laranju (hesp. *naranja*)”. Quanto a esse aspecto, Navas Sánchez-Élez (2011) destaca que nem todos os substantivos apresentam uma ligação direta entre o gênero e a terminação, isto é, -o para o masculino e -a para o feminino. Para a estudiosa, isso se apresenta comum, sobretudo nas línguas românicas e nas variedades fronteiriças da Península Ibérica, uma vez que cada código linguístico estabelece, à sua maneira, um sistema de formação de gêneros.

⁹ A queda da consoante líquida [r] é percebida, de igual modo, em algumas variedades linguísticas da língua portuguesa, como no caso do português falado em Nisa e Alpalhão (Cunha e Cintra, 1984). Além disso, pontua-se, aqui, que essa circunstância se sucede também no português brasileiro, no qual há uma tendência para a apócope de [r], sobretudo na oralidade, no que toca ao emprego de verbos no infinitivo. Esse fato foi atestado em diversos estudos (Callou, Leite e Moraes, 1998; Lopes e Callou, 2004; Schwindt e Chaves, 2019), sendo frequente, por exemplo, a realização de [ew´vo ku´me] (eu vou comer).

¹⁰ Do original: “It is in Barranquenho morphosyntax that we find the most revealing influence from Spanish”.

¹¹ Via de regra, tal como será explorado em uma subseção posterior, a atribuição de gênero do barranquenho se orienta pelo padrão português.

A formação do plural em barranquenho segue, via de regra, a estrutura do português. No entanto, os dialetos meridionais do castelhano possivelmente influenciaram sobre as formas de uso do falar de Barrancos, culminando na não realização de algumas marcas de número em dados constituintes da oração. Nessa direção, Navas Sánchez-Élez (1992) aponta que a influência da variedade andaluz e do espanhol da América provavelmente se refletem na ausência de concordância de número no sintagma nominal do barranquenho, culminando em construções como “[se pu´zerõ uh fa´tiņu δumĩ´gejru] (se puseram os fatinhos dominqueiros)” (Navas Sánchez-Élez, 1992, p. 237), na qual o plural está marcado somente no determinante. Carecem de concordância, portanto, o substantivo e o adjetivo, dado que, tanto em português, quanto em espanhol, o plural se realiza de forma redundante, exigindo a flexão de todos os constituintes do sintagma nominal.

À vista disso, para Navas Sánchez-Élez,

[...] uma vez que os sistemas linguísticos do português e do castelhano exigem que todos os elementos da frase concordem em gênero e número, e considerando que, em ambas as línguas, o plural dos substantivos e adjetivos terminados em vogal se forma pela adição de -s ao singular, nas ocasiões em que a sibilante <s> desaparece, tanto no barranquenho quanto em outros dialetos do castelhano, não se verifica a concordância de número (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 63, tradução nossa).¹²

Ainda no que diz respeito à formação do plural na língua barranquenha, Vasconcelos (1955, p. 18) menciona que a apócope do -s faz surgir substantivos que detêm a mesma forma no singular e no plural: “[um] *xapéu*” e “*cincu xapéu*”; (b) “[uma] *casa*” e “*cincu casa*”. Verifica-se, em tais exemplos, uma queda do morfema de plural nos substantivos, havendo uma simplificação da forma linguisticamente explícita da concordância de número. Em tais casos, como postulado pelo estudioso, as formas plurais e singulares se igualam, operando o numeral com a marcação de número.

A língua barranquenha também parece ter sido influenciada pelo espanhol no que diz respeito ao emprego de determinados verbos. Dada a característica do barranquenho de perder a sibilante em posição final de palavra, caso essa variedade linguística seguisse o paradigma verbal do português, algumas pessoas – em tempos verbais específicos – teriam a mesma conjugação. Trata-se do caso do verbo “ser”, cuja conjugação da 2ª e 3ª pessoa do singular do presente do indicativo seriam as mesmas na condição de falta de realização do <s>: [tu] *é* e [ele/ela] *é*. Desse modo, Navas Sánchez-Élez (2011) comenta que, a fim de evitar a ambiguidade entre essas duas pessoas verbais, possivelmente a língua barranquenha valeu-se da forma espanhola da 2ª pessoa do singular do verbo “ser”, isto é, do *ere(s)*.

¹² Do original: “[...] una vez que el sistema lingüístico portugués y castellano exige que todos los elementos de la frase concuerden en género y número, y visto que en ambas lenguas el plural de los sustantivos y adjetivos, terminados en vocal, se forma añadiendo una -s al singular, en las ocasiones en que la sibilante <s> desaparece tanto en el barranqueño como en otros dialectos del castellano, no se verifica la concordancia de número”.

Quanto a esse mesmo aspecto linguístico, Vasconcelos aponta que

[...] também se esperarão influências [espanholas] isoladas, e uma ocorre e é importante: tu ere ou eri, correspondentemente ao português <tu és>. Surgiu do espanhol tu eres, porque, em barranquenho, caso se quisesse dizer <és>, esta palavra reduzir-se-ia a é, estabelecendo confusão com a 3ª pessoa; confusão essa que se quis evitar (Vasconcelos, 1955, p. 16, tradução nossa).¹³

Ainda no que toca aos elementos verbais, o barranquenho também assimilou do espanhol a forma impessoal “hay”, tal como em “[a´ĩda ´aj ´mũtuh ke ´falα] (ainda há muitos que falam)” e “de toda a vida tenho ouvido dizer que *hai* muitos olivais para aí” (toda a vida ouvi dizer que há muitos olivais por aí) (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 65, tradução nossa). Pontua-se, aqui, que o uso dessa forma verbal se distancia do atual emprego do “há” em português, não obstante o “hay” possa ser considerado, segundo Vasconcelos (1955), um arcaísmo da língua portuguesa. Assim, essa estrutura verbal é também encontrada em variedades faladas em algumas regiões portuguesas, a citar Trás-os-Montes, Algarve e Alentejo (Maia, 1975).

Outra presença de traço verbal do castelhano no barranquenho se trata da construção “estar + gerúndio” em detrimento da forma portuguesa “estar + a + infinitivo”. Para elucidar esse fato, Clements (2009) aponta que a língua mista utiliza comumente a estrutura espanhola para expressar o aspecto progressivo, tal como no dizer “nosotros estamos haciendo el trabajo” (castelhano), em vez de “nós estamos a fazer o trabalho” (português). O autor também evidencia tal circunstância por meio do exemplo de um falante do barranquenho, cuja construção frasal se deu como “me casei tarde, ehtaba já trabalhando”, “nu se si sabi, ondi ehtãu fazendu u cini teatro”, “i minha irmã ehtaba bailandu” (Clements, 2009, p. 201).

Na mesma direção, Navas Sánchez-Élez (2011, p. 68) também aborda esse traço verbal espanhol, declarando a conversão da norma portuguesa em uma nova construção, o que culmina em “nos está vendo”. Para a estudiosa, a referida forma linguística faz-se presente também em algumas variedades do português meridional, bem como no português falado no Brasil. Por outro lado, no que se refere especificamente aos usos do verbo “ir”, o barranquenho segue a construção “ir + a + infinitivo”, uma vez que a preposição “a” se interpõe entre os verbos, sendo esta também a forma de emprego verbal da língua espanhola. Tem-se, assim, “iam *a* lavar”, “e foi a casa duma vizinha *a* ‘preguntar”, “ir *a* podar”, “com licença, vou a dar...”, “isso foi numa altura que foi *a* ver aos pais” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 68, grifo do autor).

Um dos aspectos mais relevantes do castelhano andaluz incorporados no barranquenho se volta ao modo de colocação dos pronomes átonos nas orações, característica analisada de forma pioneira por Navas Sánchez-Élez (1992). Afastando-se da colocação dos pronomes pessoais oblíquos do português europeu, a estudiosa sinaliza que a variedade barranquenha segue, de modo geral, a colocação pronominal do espanhol, como é observável em: “a formiga le disse que sim”; “eles o torravam lá”; “*me* está a perceber?”; “estava estendendo roupa e *le* digo à filha”; “e um dia *le* disse assim”; “ele *se* queria montar na burra” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 69, grifo do autor).

¹³ Do original: “[...] também se esperarão influências [hespanholas] avulsas, e uma nos ocorre, e importante: tu ere ou eri, correspondentemente ao português <tu és>. Nasceu do hesp. tu eres, porque, em barranquenho, se quisesse dizer-se <és>, esta palavra reduzir-se-hia a é, e estabelecer-se-hia confusão com a 3ª pessoa, a qual confusão se quis evitar”.

Nota-se, por meio dos exemplos expostos, uma tendência para a próclise, de modo que os pronomes oblíquos de terceira pessoa que têm função de objeto indireto sejam colocados antes dos verbos. Essa tendência contrapõe o padrão de colocação dos clíticos do português, o qual exige a ênclise em orações principais finitas, tais como as apresentadas acima. Tomando por base o exemplo citado por Navas Sánchez-Élez (2011), em vez da construção barranquenha “a formiga le disse que sim”, no português-padrão ter-se-ia a construção “a formiga disse-lhe que sim”. Nota-se, portanto, que o barranquenho incorporou o traço andaluz, empregando os pronomes de forma antecedente aos verbos.

Corroborando esse fato, o estudo de Clements (2009) evidencia que, em um *corpus* contendo 22 falantes do barranquenho, observou-se uma tendência geral de colocação dos clíticos seguindo o padrão espanhol. Categoricamente, todos os informantes utilizaram os clíticos de objeto indireto de terceira pessoa de maneira proclítica, o que é passível de observação nos seguintes exemplos: “le conté a meu pai” (lhe contei a meu pai), “i u le disse asi au outro” (e um lhe disse assim a outro), “i eu lhe disse à rapariga” (e eu lhe disse à moça) e “i lhe pedi a uma colega minha” (e lhe pedi a uma colega minha) (Clements, 2009, p. 202, tradução nossa). Verifica-se, nos casos expostos que, para além da duplicação do objeto indireto e do emprego da próclise, em algumas ocorrências os falantes do barranquenho adotaram a forma clítica espanhola “le” em desfavor de “lhe” (forma portuguesa).

Por fim, ainda no que concerne à colocação dos pronomes, Navas Sánchez-Élez (1992, 2011) aponta a existência de uma variação, atravessada por um uso dos clíticos que não reflete a norma-padrão do espanhol, mas sim uma variante empregada por falantes menos escolarizados. Em tais casos, a colocação do pronome complementa a 1ª pessoa “me” antes do pronome da 3ª pessoa “se”, culminando em construções como: “logo *me se* passa”, “*me se* saem as canas”, “*me se* mete na cabeça”, “*se me* partiu uma perna de aqui a aqui”, “o que quero é que ela não *me se* tire” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 69, grifo do autor). Nessas ocorrências específicas, a ordem clítica pronominal destoa da variedade mais prestigiada socialmente do espanhol andaluz.

3.3 A influência linguística do português sobre o barranquenho: domínio fonético-fonológico

Para além da influência espanhola sobre o domínio fonético-fonológico do falar de Barrancos, o português europeu de igual modo incorporou alguns traços neste nível linguístico da variedade minoritária. No que se refere aos elementos vocálicos, Navas Sánchez-Élez (2011, p. 52) destaca que as vogais tônicas orais seguem, via de regra, a norma portuguesa: aquilo [a´kilu]; vezes [´Bezəh]; festa [´fɛftɔ]; acolhedor [αkule´dor]; logo [´lyu]; curso [´kursu].

Em relação às vogais átonas <e>, <a>, <o>, para uma variação: por vezes, elas são elevadas como no português; por outras, elas não se elevam, assemelhando-se à pronúncia espanhola.¹⁴ Essa variação se dá até mesmo de modo intraindividual, tendo Vasconcelos (1955, p. 40), no que se refere ao <e> átono em final de palavra, salientado que “[...] um mesmo indivíduo ora diz *tome* ou *tomi*, quando está conversando. A tendência, porém, parece ser mais para -i”. O estudioso também pontua que, sendo essa pronúncia facultativa, ora como [e], ora como [i], ela é também encontrada em outros sítios do Alentejo, revelando-se como um fenómeno que não se sucede na língua estremenha hispânica.

¹⁴ Tal fato está exposto na subseção que trata da influência castelhana sobre o domínio fonológico barranquenho.

Dessa forma, nota-se que no barranquenho essa vogal, quando destituída de acento tônico, pende para uma frequente articulação como [i], favorecendo realizações fonológicas como [ka'torzi] (catorze) e em “[’komu ’fazih ðə ’nojti?] (como fazes de noite?)” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 52). Em consonância com esse fato, Clements (2009, p. 199, tradução nossa) anuncia que a elevação de [i] a partir de /e/ é um fenômeno regional do português falado no entorno de Barrancos, sendo ele responsável pela produção, por exemplo, de “alguma bezi tibi em São Marcu da Ataboêra” (algumas vezes estive em São Marcos da Ataboêra).

À vista dessa circunstância, Martins (1985) indica que a pronúncia de /e/ como [i] apresenta o primeiro momento de elevação vocálica no português europeu, de maneira que essa realização de [i] se configure como uma etapa intermediária entre a forma [e] (mais antiga) e a forma [ə] (mais recente). Diante disso, nota-se que a transição de realização fonológica da vogal átona em questão sinaliza um processo evolutivo do barranquenho, o qual vem se dando de modo gradual ao longo dos últimos séculos.

Indo em direção aos ditongos, segundo Navas Sánchez-Élez (2011, p. 53), eles se orientam pela estrutura do português-padrão, não obstante o ditongo <ei> siga a tendência dos chamados dialetos meridionais portugueses: ora sua realização se dá como “sei” [sej], ora ocorre uma monotongação como em “pedreiro [pə’dreru]”, “primeiro passou [pri’meru pa’so]” e “e te podes morrer queimado [i te ’pðəh mu’rer ke’madu]”. Vasconcelos (1955, p. 41-42, grifo do autor) destaca alguns contextos nos quais ocorre a monotongação de <ei>: “ei em meio de palavra torna-se ê: *Janêru, êra, primêru* ou *premêru, Almêda, [...]* *pêtu*, à mão *derêta, rehpetu*. E geralmente no fim: *çê* (sei); contudo ouvi muitas vezes *rei*, e raramente *rê* [...]. Antes de vogal: *çêa* (ceia) [...]. Antes de j e x: *bêju, quêju, igrêja, dêxa* (deixar)”. Consoante Cintra (1958), essa tendência à monotongação está datada na variedade linguística de Portugal já na segunda metade do século XVIII, de modo a revelar um processo de simplificação linguística através da redução de um ditongo a um segmento vocálico.

No que se refere ao pronome do caso reto “eu” (1ª pessoa do singular) e aos pronomes possessivos “meu”, “teu” e “seu”, há a possibilidade de que sejam apocopados, realizando-se, respectivamente, como [e], [me], [te], [se]. Vasconcelos (1955, p. 56) declara que a tendência para a perda da vogal final dos pronomes se dá quando estes estão em uma posição proclítica. Nesse sentido, no caso do “eu”, ocorre a apócope quando o pronome está em próclise, tal como em “ê bô” (eu vou), não ocorrendo a omissão da vogal quando da posição do pronome em ênclise, como em “ficu eu” (fico eu), além da presença do “eu” antes de vogal em palavra seguinte, como em “eu andu” (eu ando). O pesquisador de igual modo pontua que isso se sucede com o pronome possessivo “meu” que, em próclise, se realiza como “mê pai” e, em ênclise, como “pai meu” (Vasconcelos, 1955, p. 58).

Nesse sentido, o estudioso também sinaliza que os pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos e indefinidos do barranquenho se distanciam de suas respectivas realizações em espanhol. Por esse motivo, filiam-se ao português: [e] (eu) distancia-se de “yo”; [me] (meu) distancia-se de “mio, mi, mios, mis”; [te] (teu) distancia-se de “tuyo, tu, tuyos, tus”; [se] (seu) distancia-se de “suyo, su, suyos, sus”; “àrgum” (algum) distancia-se de “alguno”; “ninhum” (nenhum) distancia-se de “ninguno”; “ninguêi” distancia-se de “nadie” (Vasconcelos, 1955, p. 24). Decorre, tal como observável, uma similaridade nas estruturas pronominais da variedade mista e da língua portuguesa, de forma a haver uma correspondência nas formas de ambos os sistemas linguísticos.

A influência do português *standard* recai sobre o barranquenho no que concerne à realização fonológica das vogais nasais em posição tônica e pretônica, cujas realizações se dão como “brincar [bríˈkar], então [ẽˈtãw̃]; onde [ˈõdi]; juntaram [jũˈtarõ]” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 53). Em relação aos ditongos nasais, esses são também passíveis de se realizar como na variedade normativa, produzindo, por exemplo, “*não* [nãw̃]” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 53). Contudo, as terminações *-am* e *-em* (ambas em final de vocábulo), bem como *-en-* no interior de palavra, consoante a estudiosa, possivelmente se dão de acordo com os dialetos portugueses. Desse modo, tais terminações realizam-se como “podem [ˈpoðẽ]”, sendo suscetíveis, também, de serem monotongadas em [α], [ẽ], [ĩ] e [õ], culminando em “foram [ˈforõ], nem [nẽ] e fizeram [fiˈzẽrõ]” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 53). Outrossim, essas terminações podem, ainda, perder sua nasalidade, de modo que sejam pronunciadas como segmentos orais: “homem [ˈomə]” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 53).

Vasconcelos (1955) aponta outros traços do barranquenho que se aproximam da língua portuguesa e, destarte, diferem do espanhol. Para o estudioso, “a síncope que frequentemente se dá de *d* intervocálico em hespanhol moderno, *soldao*, não se dá em barranquenho: *soldadu*, não *soldao*, nem *soldau*” (Vasconcelos, 1955, p. 19). Sob essa premissa, nota-se que a tendência do sistema castelhano de realizar uma supressão de [d] quando de sua posição entre vogais destoa do que ocorre na língua barranquenha, uma vez que essa variedade minoritária mantém o segmento consonantal, preservando, nesse caso, um traço fonológico do português.

No que toca à pronúncia de alguns vocábulos inerentes ao barranquenho, Vasconcelos (1955, p. 18-19) elucida o quanto a língua mista apresenta uma semelhança vocabular com o português, expondo que “às palavras portuguesas *terra, corpo, chão, chamar, oito, má, mão, ano, cavalo* correspondem em hespanhol *tierra, cuerpo, llano, llamar, ocho, mala, mano, año, caballo*, por efeito de leis gerais que regulam as relações dêstes dois idiomas com o latim”. De fato, verifica-se uma evidente correspondência entre palavras do português e do barranquenho, dado que, por exemplo, ambas as variedades linguísticas não ditongam as vogais como o espanhol o faz (*tierra, cuerpo*), não conservam [l] e [n] (*mala, mano*), e não realizam no início das palavras dos exemplos apresentados o que o autor representou graficamente por <ll>. O linguista pontua que os referidos termos portugueses são, ao mesmo tempo, palavras barranquenhos, o que denota, nas palavras do estudioso, uma “antinomia barranquenho-hespanhola” (Vasconcelos, 1955, p. 19).

A variedade mista em análise também assimilou da língua portuguesa a realização do tepe [r], em detrimento da lateral [l], não obstante em situações informais esse fenômeno ocorra também no castelhano (Banza, 2024).¹⁵ A estudiosa salienta que, tanto em coda quanto em ataque, testemunha-se “a ocorrência de algumas trocas entre [l] e [r] – que são comuns em diferentes momentos históricos da língua portuguesa e, sincronicamente, nas variedades orais e populares – por exemplo em “volta”, pronunciado como [ˈβortẽ], ou “úlceras”, pronunciado como [ˈursire]” (Banza, 2024, p. 25). Percebe-se, daí, um rotacismo, pautado por uma troca entre as consoantes líquidas, dado que, onde se esperaria uma lateral, tem-se a realização de [r].

¹⁵ No português brasileiro, esse fenômeno se faz também presente, sendo, consoante Costa (2006), motivado sobretudo por ambientes de ataque complexo (variável linguística), bem como pela faixa etária, pelo nível de escolaridade e pelo gênero/sexo dos informantes (variáveis sociais).

Quanto a esse mesmo traço fonológico, Vasconcelos (1955, p. 44-45) apresenta uma lista de grupos consonantais nos quais o segundo elemento consonântico é uma líquida, favorecendo, portanto, “mudanças de *l* em *r*”. São eles: LT: *farta* (falta); LD: *cardêru* (caldeiro); LQ, LC: *quarquê* e *carquê* (qualquer); *árcu* (álcool); LÇ, LS: *carça* (calça), *bôrçu* (bôlso); LG: *àrgúm* (algum); LP: *gorpe* (golpe); LB: *tarbê* (talvez); LV: *burbê* (volver); LM: *arma* (alma); LT: *fartá* (faltar); CR: *cleme* (creme); DM: *almiradu* (admirado); SD: *bôr dia*, *bôs dias* (bom dia, bons dias); RD: *côl dê roza* (côr de rosa); RL: *Calru* (Carlos) (Vasconcelos, 1955, p. 44-45).

3.4 A influência linguística do português sobre o barranquenho: Domínio morfossintático

A influência da língua portuguesa sobre o barranquenho se estende também ao domínio morfossintático da variedade minoritária. Contudo, dado que uma ampla gama de traços morfossintáticos inerentes à língua barranquenha foi assimilada do espanhol – tal como exposto na subseção anterior –, tem-se o fato de a incorporação de aspectos do português nesse nível linguístico não se revelar tão extensiva.

Para Vasconcelos (1955), a variedade mista em análise apresenta um caráter português no que diz respeito às flexões de grau dos substantivos, isto é, às estruturas de aumentativo e diminutivo. O estudioso aponta, em relação aos aumentativos, que “*ratão* é rato grande; *mulhêrôna* tem a significação usual. Não posso dizer se os aumentativos em *-ão* são muito frequentes” (Vasconcelos, 1955, p. 20). Sob esse entendimento, o linguista atribui o emprego dos sufixos *-ão* e *-ona* ao sistema português, delineando uma semelhança entre esta língua e o barranquenho no que toca ao uso desses afixos para a construção do grau aumentativo. No entanto, nota-se uma incerteza do autor quanto à frequência de uso do *-ão*, traço que parece carecer, ainda atualmente, de uma investigação mais aprofundada. Tal imprecisão explicativa levanta uma questão: seria esse aumentativo um padrão de uso no barranquenho ou se trata de um emprego esporádico encontrado nos dados de fala coletados pelo pesquisador?

Quanto aos diminutivos, aparenta ser mais tangível a influência do português no falar de Barrancos. Vasconcelos (1955) destaca que o sufixo *-inh-* advém do antigo sistema linguístico da língua portuguesa, sendo essa variedade precedente à influência castelhana:

Deminutivos em *-inh-*, antigos, são *Coitadinha*, nome de uma herdade, de coitada ou «*coutada*», e *Fontainhas*, nome de um sítio (do portug. arc. *fontã*, lat. = *fontana*). Estes dois deminutivos, por serem topónimos enraizados, mostram serem restos do antigo português de Nóudar, ou de Barrancos, anteriores à influência hespanhola. Todavia há outros deminutivos em *-inh-*, como em português usual: *bacurinho* (*bacurinho*), *coitadinhu!* *pobrezinho!* *gatinhu*, *pertinho* (advérbio) (Vasconcelos, 1955, p. 20).

Além disso, ainda no que respeita ao grau diminutivo, segundo Navas Sánchez-Élez (2011), alguns nomes no diminutivo são construídos com a desinência *-ito*, seguindo os vestígios do português arcaico, bem como de certas variedades portuguesas meridionais, de modo que se tenha, por exemplo, “*canito*” e “*granito*”. Vasconcelos (1955, p. 20), por outro lado, declara que o sufixo *-ito* é suscetível de ter sido assimilado do espanhol, indicando que “em *farrajalitu*, de «*ferragial*», pode o *ito* ser aqui de influência hespanhola; *canito*, como em hespanhol, é diminutivo que se ouve muito no Alentejo”. Quanto a esse aspecto, Cintra (1983)

ampara o uso do sufixo *-ito* como uma marca do português, sinalizando que a manutenção de *-n-* intervocálico nesse fenômeno configura um arcaísmo nas zonas do sul de Portugal, sendo remanescente da língua moçárabe – “conjunto de dialetos de base latina, aumentada de elementos árabes, falado pelas comunidades cristãs durante a dominação muçulmânica na Península Ibérica” (Mansur Guérios, 1956, p. 123).

Vasconcelos (1955) revela que é também notável a influência do português sobre a marcação de número do barranquenho. Segundo o estudioso, a formação do plural barranquenho se baseia, de forma geral, em termos provenientes do português que são acometidos por uma perda do *-s* final (ou por substituição dele por *h*, sendo essa aspiração influência espanhola, tal como já explorado previamente). Focalizando aqui somente o caso da influência portuguesa, explicita-se alguns dos exemplos apresentados pelo autor: a partir de *pá* (paz), tem-se *pázi* (pt. pazes); de *má* (mar), tem-se *mári* (pt. mares); de *pecadô* (pecador), tem-se *pecadôri* (pecadores); de *mulhé* (mulher), tem-se *mulhévi* (pt. mulheres); e de *iguá* (igual), tem-se *iguai* (pt. iguais) (Vasconcelos, 1955, p. 52-53).

Navas Sánchez-Élez (2011), por sua vez, ressalta que o plural na língua de Barrancos segue, regularmente, a norma-padrão da língua portuguesa. A linguista, no entanto, aponta que se faz possível, também, que a flexão de número se dê de acordo com as variedades não padrão do português, o que desemboca na realização, por exemplo, de *catalões* (em vez de *catalães*) e *irmões* (em vez de *irmãos*) (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 63). Fato é que, independentemente da análise específica de cada um dos estudiosos, ambos estão em consonância quanto à orientação da flexão de número do barranquenho pelos traços do português. À vista disso, a influência castelhana no plural da língua mista parece se restringir, no nível da palavra, à aspiração do *h* em contexto de final de vocábulo e, no nível da frase, à ausência de concordância de número no sintagma nominal – circunstância explorada na subseção anterior.

A assimilação de aspectos morfológicos da variedade portuguesa também recai sobre o barranquenho no que toca à flexão de gênero dos substantivos e adjetivos. Segundo Vasconcelos (1955, p. 50), a atribuição de gênero aos substantivos da língua barranquenha se dá, via de regra, como em português: “*lôbu, loba*”, “*Juão, Juana*” (Vasconcelos, 1955, p. 50); “*furão, furoa* (contrapostos ao espanhol *hurón-hurona*)”; “*bõ-boa* ou *bõa* (contrapostos a *bueno-buena*)” (Vasconcelos, 1955, p. 20). O mesmo transcorre no que respeita ao gênero dos adjetivos: “*santu, santa*” (Vasconcelos, 1955, p. 51), havendo, também, “flexão ao mesmo tempo interna e externa, como em português: *môrnu* (mascul.) e *mórna* (fem.); *u pôrcu*, fem.: *a pórcá*” (Vasconcelos, 1955, p. 52).

No que se refere aos aspectos verbais, cabe aqui pontuar que Vasconcelos (1955) declara que, ainda que o castelhano atue demasiadamente sobre as formas de conjugação verbal barranquenhas, esse aspecto linguístico nem sempre opera sob a influência espanhola:

a) À semelhança que tem a conjugação barranquenha com a hespanhola [...] responde por outro lado o barranquenho com diferenças essenciais, tais como: falta de ditongação em muitas formas verbais, por exemplo: barranquenho *-érom* (nos pretéritos), oposto a hesp. *-ieron*; barranquenho *açerto*, oposto a hesp. *acierto*; [...] barranquenho *bôrbu*, de borbê (volver), oposto a hesp. *vuelvo*. Não são apenas diferenças avulsas, são diferenças que formam séries, e que portanto são íntimas (Vasconcelos, 1955, p. 25).

Diante dessa premissa, verifica-se que os exemplos trazidos pelo autor não se constituem como aleatoriedades, tampouco como fatos isolados, mas, sim, como um processo de estruturação da conjugação dos verbos que, nesses casos, destoa nos sistemas linguísticos barranquenho e castelhano. O pesquisador complementa seu dizer, mencionando que “diferença essencialíssima está também na não existência de pretéritos fortes em -o no barranquenho [...], ao contrário do que acontece em hespanhol” (Vasconcelos, 1955, p. 25). No intuito de embasar sua explicação, traz uma lista de exemplos de verbos conjugados na 3ª pessoa do singular, evidenciando as disparidades entre as formas verbais da variedade minoritária e da língua espanhola: *tem-se côbi* (coube) em barranquenho, oposto a *cupo* (espanhol); *çôbi* (soube) oposto a *supo*; *fê* (fez), oposto a *hizo*; *pôde* ou *pôdi* (pôde), oposto a *pudo*; *qui* (quis), oposto a *quiso*; *tebe* ou *tebi* (teve), oposto a *tuvo*; *trôci* (trouxe), oposto a *trajo* etc. Nota-se, desse modo, que o barranquenho não apresenta uma desinência verbal de 3ª pessoa do pretérito perfeito em -o, assemelhando-se, evidentemente, à forma do passado em português, no que toca especificamente à conjugação dessa pessoa e desse tempo verbal em enfoque.

3.5 Os elementos específicos do barranquenho

O hibridismo linguístico intrínseco ao barranquenho desvela uma constituição por vias de uma mescla: tem-se uma fusão de traços das línguas espanhola e portuguesa. Nesse entre-meu, além de assimilar aspectos já existentes em ambos os códigos que o originaram, o falar de Barrancos também se transformou ao longo dos anos, de modo a apresentar traços originais. Para Navas Sánchez-Élez (2011), o barranquenho é original no que toca ao uso de um pronome pessoal do caso reto: o “vocedes” (3ª pessoa do plural), tal como na construção “vocedes a viram”. Segundo a estudiosa, o uso de tal forma pronominal se faz frequente na fala dos falantes de barranquenho de todas as idades, tendo esse aspecto linguístico possivelmente provindo do pronome espanhol “ustedes” – em detrimento do pronome “vocês” do português.

Quanto ao “vocês” da língua portuguesa, a pesquisadora destaca que sua conjugação se dá, em termos de concordância verbal, frequentemente, de acordo com a 3ª pessoa do plural, ainda que ocupe o lugar 2ª pessoa do plural (“vós”, no português normativo; “vosotros” no espanhol). Funcionamento semelhante tem o “vocedes” no barranquenho, sendo ele também usado para se referir diretamente a um grupo, na condição semântica de 2ª pessoa do plural, não obstante seja tratado, gramaticalmente, como 3ª pessoa do plural. Diante disso, nota-se uma inter-relação entre a variedade mista e as línguas românicas, já que esse emprego pronominal se faz presente também em demais sistemas linguísticos.

Navas Sánchez-Élez (2011) complementa sua análise apontando que o uso de “vocedes” pertence, de igual modo, à norma linguística do galego. Nessa perspectiva, tem-se o fato de que, ainda que alguns elementos da língua galega já se esvaíram da língua portuguesa, eles continuam subsistindo na variedade barranquenha. Trata-se, segundo Navas Sánchez-Élez (2011, p. 65), do caso do pronome pessoal complemento de 1ª pessoa do plural “com nós”, tal como observável em: “[sə u sə ˈɲor ˈke ˈi kɔsar kō ˈnɔh] (se o senhor quer ir caçar ‘com nós’)”. Sendo essa expressão utilizada com regularidade em Barrancos, ela se contrapõe às realizações portuguesa “connosco”¹⁶ e espanhola “con nosotros”. Segundo Zamona Vicente

¹⁶ O uso de “com nós” é recorrente, também, no português falado no Brasil, sobretudo em contextos informais de interação na modalidade oral da língua.

(1970 *apud* Navas Sánchez-Élez, 1992, p. 241), o emprego de “com nós” se sucede nos falares utilizados na cidade de Miranda do Ouro (Portugal), bem como nas demais zonas próprias da província autônoma de Leão (Espanha) e, portanto, é considerado um arcaísmo.

Um traço de teor inédito característico da língua barranquenha trata, consoante Navas Sánchez-Élez (1992, p. 241), do uso das formas pronominais contraídas de 3ª pessoa, tanto do gênero masculino quanto do feminino, sendo elas respectivamente “so” e “sa” – e seus correspondentes plurais. Tais formas aparentam ter provindo de uma fusão dos pronomes do português e do espanhol, cuja exposição de exemplos se faz necessária, a fim de que se compreenda o funcionamento de tais usos pronominais inéditos do barranquenho. Para Navas Sánchez-Élez (2011, p. 65), na língua portuguesa, o paradigma dos pronomes pessoais átonos contraídos se funda na junção do pronome complemento indireto “lhe” com os pronomes complementos diretos “o” ou “a”, culminando, assim, em “lho” e “lha” (e suas formas plurais): “entregaste-lho?”. Quanto ao espanhol, a estudiosa pontua que o paradigma pronominal se estruturou a partir do pronome complemento indireto “le” que, para evitar cacofonia, se transformou em “se”, sendo essa forma combinada com os pronomes complemento diretos “lo” e “la”: “¿se lo entregaste?” (Vázquez Cuesta; Mendes da Luz, 1971, v. II, p. 44 *apud* Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 65).

Diante de tais usos pronominais, cada qual estruturado de acordo com os paradigmas inerentes aos sistemas linguísticos português e espanhol, Navas Sánchez-Élez (1997, 2011) evidencia que o barranquenho desenvolveu uma solução intermediária: a mescla das construções de ambos os códigos linguísticos. Essa circunstância pode ser verificada, por exemplo, no dizer “[´umah ´gɔta ´para a ka´βesα __ tã´bẽj __ sah le´βo a ´miŋa ´fiɫa] (umas gotas para a cabeça, também sas levou a minha filha)” (Navas Sánchez-Élez, 2011, p. 65). Mediante esse pronome híbrido, Cintra (1986) revela a possibilidade de ele ser um arcaísmo, dado que se encontra registrado em um dos manuscritos mais antigos escritos em português, ainda no século XIII: o *Notícia de Torto*.

Na presente seção, buscou-se elucidar os elementos do barranquenho que, segundo os aportes teóricos dos estudos analisados, se configuram como dotados de originalidade. Dessa forma, o caráter de singularidade dessa língua mista reside nos usos peculiares de novas formas linguísticas,¹⁷ para além da assimilação de traços já existentes nas variedades espanhola e portuguesa. Quer se trate de formas totalmente inéditas ou de formas arcaicas ainda prevalentes em sua organização linguística, fato é que a língua barranquenha apresenta uma complexidade sistêmica, o que elucidada sua natureza carregada de propriedades particulares e distintivas.

¹⁷ O enfoque do presente trabalho não recai sobre o aspecto lexical do barranquenho; no entanto, torna-se válido apresentar formas vocabulares registradas somente nessa língua, observadas por Navas Sánchez-Élez (1992, p. 243): (a) objetos: alcofifa (pano de chão); hanquinha (mesa de cabeceira); (b) plantas: barração (rabaça); (c) ações: sampulhir-se (entrar sem pedir permissão); (d) doença: piquinhas (coceira); (e) profissão: patero (guarda de um “monte”); moço grave (mensageiro); (f) expressão típica: barranquenhada (expressão característica de Barrancos).

4 Considerações finais

O barranquenho se delinea por entre a coexistência de aspectos das línguas portuguesa e espanhola que, tendo se imbricado, constituíram uma variedade linguística peculiar. Através da exposição detalhada, ao longo do presente artigo, dos traços hispânico-portugueses incorporados nos domínios fonético-fonológico e morfossintático desse sistema misto, buscou-se explicitar os aspectos de tais códigos que foram assimilados pela variedade minoritária.

Por meio desse processo, tornou-se viável observar a existência de uma variabilidade intrínseca ao barranquenho. Tal condição reflete sua natureza heterogênea, atravessada pela convivência de diferentes formas de pronúncia dos vocábulos e de organização de seus enunciados. Fez-se factível notar que determinados traços ora pendem para uma maior influência do português, ora do espanhol; não obstante, em alguns casos, padrões tidos como castelhanos condizem, de igual modo, a algumas formas arcaicas da língua portuguesa ainda existentes nos dialetos portugueses meridionais. Tem-se, destarte, uma variação sistemática ordenada, de teor intralinguístico, imbuída nesses diferentes modos de dizer.

Outrossim, a variação linguística se estende, também, ao nível dos indivíduos, pairando a possibilidade de um mesmo falante produzir, em sua fala, traços específicos advindos tanto da variedade espanhola quanto da portuguesa. Nessa perspectiva, as formas de uso da língua a desvelam como um meio dinâmico de interação que, a depender de uma série de variáveis intra e extralinguísticas, oportunizam formas de expressão múltiplas e plurais.

Pensar sobre a formação diacrônica do barranquenho implica considerar as nuances geográficas, históricas, culturais e políticas imbuídas em sua dinâmica de constituição linguística. Barrancos se desenvolveu sobre as linhas de uma idiosincrasia: frente ao hibridismo hispânico-português, delineou-se uma nova comunidade, uma nova população, uma nova língua. Posto isso, não se torna possível tomar o falar de Barrancos como sendo uma ou outra das variedades que o constituíram, isto é, o português centro-meridional ou o castelhano meridional estremenho/andaluz. O barranquenho é um sistema que se concebeu através de um hibridismo que, se convergindo, engendrou um código ímpar.

Nessa direção, a variedade barranquenha, assim como toda e qualquer língua, transcende seu caráter puramente linguístico, pautado por uma função meramente comunicativa, de maneira que esse sistema seja parte constitutiva das trajetórias de vida de seus falantes. Estes sujeitos, tendo o barranquenho como língua materna, foram por ele subjetivados. Portanto, essa gente barranquenha abriga, em seu âmago, a diversidade. Trata-se de uma população que carrega, em si, a própria fronteira: são indivíduos entre-línguas, entre-culturas, entre-histórias. Indivíduos que estão no limiar de alteridades e que, portanto, são um povo de (entre)meio, em um espaço fronteiro que simbolicamente rompeu com as divisas do que se concebe por nação.

Diante da conjuntura político-social atual da variedade mista sobre a qual o presente artigo se debruçou, nos resta torcer para que as políticas linguísticas envolvendo o barranquenho ajam a favor de sua manutenção, de seu reconhecimento e de sua valorização. Espera-se, assim, uma nova postura atitudinal diante desse sistema linguístico de inestimável valor, de modo que se transgrida a inércia que por tanto tempo deslegitimou a variedade barranquenha enquanto língua. Essa abordagem possivelmente inviabilizará – ou, pelo menos, postergará – seu desaparecimento do cenário linguístico da Península Ibérica. Afinal,

o barranquenho caracteriza um patrimônio imaterial que estruturou uma coletividade, por meio do contato multissecular de duas línguas românicas. Ele não é meio-termo, nem variação destas variedades: é língua-outra, nascida da fusão, da mescla, da integração, da conexão. Ele é fluido, em sua própria autonomia e em sua própria variabilidade. Ele é afetividade, memória, pertencimento, resistência. Ele é um todo-uno que, tendo entrelaçado as vozes portuguesa e espanhola, pulsa com uma identidade singular. Ele ressoa, de forma viva, em Barrancos, que, tendo dado condições para sua existência, se constitui como seu espaço-lar.

Referências

ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C. *et al.* (org.). Política e políticas linguísticas. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 93-116, 2013.

BANZA, A. P. Realização das consoantes líquidas em posição implosiva no barranquenho. In: Merlan, A.; Schäfer-Prieb, B. (org.). *Randromania im Fokus: gesprochenes Rumänisch, Portugiesisch und Galicisch*. Berlin u.a.: Peter Lang, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/37148>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BARRANCOS. Município de Barrancos, Divisão de Acção Sociocultural. *Classificação do Dialecto Barranquenho: Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal*. Deliberação n.º 12/AM/2008, 20 jun. 2008. Disponível em: [https://cm-barrancos.pt/upload_files/1/3/Classifica%C3%A7%C3%A3o%20Dialecto%20Barranquenho%20PCIM%20\(v%20final\).pdf](https://cm-barrancos.pt/upload_files/1/3/Classifica%C3%A7%C3%A3o%20Dialecto%20Barranquenho%20PCIM%20(v%20final).pdf). Acesso em: 28 mar. 2025.

BARRANCOS. Município de Barrancos. A Vila, Barrancos, 2025. Disponível em: <https://cm-barrancos.pt/211/a-vila>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CINTRA, L. F. Os ditongos decrescentes ou e ei: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico. In: *Anais do Primeiro Simposio de Filologia*. Rio de Janeiro, 1958. p. 115-134.

CINTRA, L. F. *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1983.

CINTRA, L. F. Sobre o mais antigo texto não-literário português: A Notícia de Torto. *Boletim de Filologia*, Lisboa, t. 31, p. 21-77, 1986.

CLEMENTS, J. C. Barranquenho. In: CLEMENTS, J. C. *The Linguistic Legacy of Spanish and Portuguese: Colonial Expansion and Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 190-209, 2009.

COELHO, I. *et al.* *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

COSTA, L. T. *Estudo do rotacismo: variação entre as consoantes líquidas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8036>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa, 1984.

FRANCO, N. *O porquê de Barrancos: A cultura, a história, os touros, o direito*. 2. ed. Barrancos: Município de Barrancos, 2005.

GOLOVKO, E. V. Language Contact and Group Identity: The role of ‘folk’ linguistic engineering. In: MATRAS, Y.; BAKKER, B. (ed.). *The Mixed Language Debate: Theoretical and Empirical Advances*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 177-208, 2003.

- GONÇALVES, M. F. Reflexões sobre política e planificação linguística de uma língua minoritária e ameaçada: o barranquenho. In: GONÇALVES, M. F.; NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, M. V. (org.). *O barranquenho como língua de contacto no contexto românico*. Lisboa: Edições Colibri, p. 193-220, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/31152>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- MAIA, C. A. *Os falares do Algarve* (Inovação e Conservação). Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, 1975.
- MANSUR GUÉRIOS, R. F. O Romanço Moçarábico Lusitano. *Revista Letras*, [s. l.], v. 5, 1956. DOI: <https://doi.org/10.5380/rel.v5i0.20035>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/20035>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- MARTINS, A. M. *Elementos para um comentário linguístico do Testamento de Afonso II* (1214). Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1985. Trabalho inédito.
- METZELTIN, M. *Las lenguas románicas estándar: historia de su formación y de su uso*. Uviéu: Academia de la Llingua Asturiana: Llibrería Lingüística, 2005.
- NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, M. V.; GONÇALVES, M. F. Caracterização e problemas atuais do barranquenho: contribuições para uma política de revitalização. *Estudos de Linguística Galega*, v. 12, p. 179-199, 30 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.15304/elg.12.6040>.
- NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, M. V.; GONÇALVES, M. F. La codificación de una lengua oral: problemas e hipótesis. In: ANTONELLI, R., Glessgen, M.; VIDESOTT, P. (ed.). *Atti del XXVIII Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanze*. v. II. Strasbourg: ELiPHi-Éditions de Linguistique et Philologie, p. 1427-1438, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/23463>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, M. V. *El barranqueño: un modelo de lenguas en contacto*. Madrid: Editorial Complutense/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2011.
- NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, M. V. El barranqueño: un modelo de lenguas en contacto. *Revista de Filología Románica*, p. 225-246, 1992.
- NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ. Factores lingüísticos y extralingüísticos que determinan la alternancia de las variantes de -s/ en un dialecto luso-español, el barranqueño. *Revista de Filología Románica*, v. 14, n. 1, p. 391-410, s.d.
- NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, M. V. *O barranquenho, língua, cultura e tradição*. Lisboa: Colibri. 2017.
- NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, M. V.; GONÇALVES, M. F.; THEMUDO BARATA, F. Notícia sobre o barranquenho, língua ameaçada: processos de formalização e preservação. *Estudis Romànics*, Institut d'Estudis Catalans, v. 43, p. 341-351, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/30076>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- PORTUGAL. Lei nº 97/2021, de 30 de dezembro de 2021. *Reconhecimento e proteção do barranquenho e da sua identidade cultural*. Diário da República, 1.ª série, n. 252, p. 3-4, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/97-2021-176800370>. Acesso em: 5 jan. 2025.
- VASCONCELOS, J. L. *Filologia barranquenha*. Apontamentos para o seu estudo. Ed. fac-sim. Lisboa: Imprensa Nacional, 1955.
- WEINREICH, U. *Languages in contact*. The Hague: Mouton, 1953.

A escrita epistolar de Manuel dos Passos de Oliveira Telles: Edição semidiplomática e análise semântico-enunciativa

The epistolary writing of Manuel dos Passos de Oliveira Telles: Semi-diplomatic Edition and Semantic-enunciative Analysis

Renata Ferreira Costa

Universidade Federal de Sergipe
(UFS) | São Cristóvão | SE | BR
renataferreiracosta@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-4263-4955>

Resumo: Partindo do acervo documental em grande parte inédito do intelectual sergipano Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1935), pioneiro nos estudos sobre a cultura e a identidade sergipana, este artigo apresenta a edição semidiplomática de duas cartas escritas em 1922 e propõe uma leitura orientada pelos pressupostos da Semântica da Enunciação. A edição filológica conservadora das cartas constitui a base empírica do estudo, desenvolvido à luz do modelo enunciativo desenvolvido por Eduardo Guimarães, que compreende o sentido como efeito do acontecimento da enunciação em espaços historicamente situados. Dirigidas ao almirante Amintas Jorge e ao jornalista Silva Viana, as cartas permitem observar os modos de agenciamento do locutor em diferentes posições enunciativas, em função da cena epistolar e dos regimes de circulação do discurso. A investigação evidencia procedimentos de articulação, reescrituração e designação por meio dos quais se constroem valores éticos, julgamentos morais e efeitos de sentido relativos à posição do locutor no discurso. Os resultados demonstram que a escrita epistolar de Oliveira Telles se configura como um espaço de elaboração ética e disputa simbólica, contribuindo para a compreensão de como sua posição enunciativa se manifesta e se constrói na circulação do discurso, assim como para o funcionamento enunciativo do português escrito no início do século XX.

Palavras-chave: filologia textual; edição semidiplomática; semântica da enunciação; escrita epistolar; Oliveira Telles.



Abstract: Drawing on the largely unpublished documentary collection of the Sergipe intellectual Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1859–1935), a pioneer in the study of Sergipe culture and identity, this article presents a semi-diplomatic edition of two letters written in 1922 and offers a reading guided by the principles of Enunciation Semantics. The conservative philological edition of the letters constitutes the empirical basis of the study, developed in light of the enunciative model formulated by Eduardo Guimarães, which understands meaning as the effect of the enunciation event in historically situated spaces. Addressed to Admiral Amintas Jorge and journalist Silva Viana, the letters allow observation of the ways in which the speaker is agenced into speaking from different enunciative positions, depending on the epistolary scene and the regimes of discourse circulation. The investigation highlights procedures of articulation, re-writing, and designation through which ethical values, moral judgments, and meaning effects related to the speaker’s position in the discourse are constructed. The results show that Oliveira Telles’ epistolary writing constitutes a space for ethical elaboration and symbolic contestation, contributing to the understanding of how his enunciative position is manifested and constructed in the circulation of discourse, as well as of the enunciative functioning of written Portuguese in the early twentieth century.

Keywords: textual philology; semi-diplomatic edition; enunciation semantics; epistolary writing; Oliveira Telles.

1 Introdução

O intelectual sergipano Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1935), natural de São Cristóvão, ocupa lugar de destaque na história das letras e do pensamento social de Sergipe, constituindo uma das figuras centrais da cultura local na transição entre os séculos XIX e XX. Magistrado, escritor e homem de letras, latinista e professor de grego (Costa; Barbosa, 2024), sua trajetória evidencia a articulação entre o rigor profissional e o engajamento intelectual, permitindo compreender o ambiente cultural e social em que viveu. Essa inserção múltipla em diferentes campos de atuação – jurídico, pedagógico, literário, historiográfico e jornalístico – não se reflete apenas em sua produção intelectual, mas também nos modos de dizer que emergem de seus escritos, especialmente na correspondência pessoal, espaço privilegiado de observação do funcionamento enunciativo da língua em contexto.

Entre suas obras impressas destaca-se *Sergipenses* (1903), que busca delinear os traços da identidade cultural e histórica do povo sergipano. Contudo, o legado documental do autor ultrapassa a produção publicada e se estende a um conjunto expressivo de manuscritos, em sua maioria sob a custódia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Esse acervo, composto por correspondências, ensaios, poemas, contos, novelas, romances e discursos, testemunha não apenas reflexões sobre a sociedade e a cultura locais, mas também práticas de escrita e de interlocução que podem ser compreendidas como acontecimentos de enunciação, nos quais o sentido se produz pelo funcionamento da língua em condições históricas específicas (Guimarães, 2002).

A epistolografia de Oliveira Telles, em particular, oferece material relevante para a compreensão das redes de interlocução e dos modos de construção de sentidos que sustentaram sua produção intelectual. Entre os manuscritos preservados, encontra-se a obra literária *Cartas Íntimas e Literárias*, que reúne “cinquenta e quatro cartas ativas datadas entre 1886 e 1915” (Costa; Barbosa, 2024, p. 97), além de cópias de cartas enviadas a amigos e intelectuais de sua convivência. Dentre esse conjunto, duas cartas escritas em 1922, dirigidas ao almirante da Marinha Amintas Jorge e ao jornalista Silva Viana, seu genro, destacam-se pela densidade discursiva e pela complexidade dos efeitos de sentido que produzem, na medida em que evidenciam diferentes lugares de enunciação e distintas formas de agenciamento do locutor.

Nessas correspondências, entrelaçam-se dimensões pessoais, intelectuais e históricas, revelando modos específicos de construção de si e de interpretação da vida social sergipana. O que se observa não é uma simples alternância entre registros linguísticos, mas a circulação do sentido no acontecimento da enunciação, em que o locutor é agenciado a dizer segundo posições distribuídas na cena enunciativa, conforme o alocutário e o espaço social em que o dizer circula (Guimarães, 2018). Como sintetiza Souza (2019, p. 88), para Guimarães “o sentido é produzido enunciativamente no e pelo acontecimento da enunciação”, o que implica deslocar a análise da intenção do sujeito para o funcionamento da língua e para as relações entre os elementos linguísticos. Nessa perspectiva, o sujeito não é centro da enunciação, mas efeito de um processo de agenciamento social, histórico e político (Guimarães, 2002).

O *corpus* apresenta, desse modo, um duplo interesse. Do ponto de vista filológico, impõe-se a necessidade de restituir o texto à circulação por meio de uma edição criteriosa, que respeite suas características linguísticas e sua historicidade. Do ponto de vista linguístico-discursivo, as cartas permitem descrever o acontecimento enunciativo e investigar os modos de agenciamento do sujeito, a articulação de memórias discursivas e a produção de sentidos.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo apresentar uma edição semidiplomática das duas cartas de 1922 e desenvolver uma análise fundamentada nos pressupostos da Semântica da Enunciação. A edição filológica conservadora das cartas constitui a base empírica do estudo, permitindo acessar o dizer do autor em sua materialidade documental e observar os modos de agenciamento do locutor em diferentes posições enunciativas, em função da cena epistolar e dos regimes de circulação do discurso. Orientada pelo modelo enunciativo de Eduardo (1995; 2002; 2009; 2011; 2018; 2023), a análise compreende o sentido como efeito do acontecimento da enunciação em espaços historicamente situados.

Ao articular o gesto editorial à interpretação semântico-enunciativa, o trabalho evidencia como a escrita epistolar de Oliveira Telles constitui um espaço de elaboração ética e disputa simbólica, por meio de procedimentos de articulação, reescrituração e designação, contribuindo para a compreensão de como sua posição enunciativa se manifesta e se constrói na circulação do discurso, assim como para o funcionamento enunciativo do português escrito no início do século XX.

2 O *corpus* epistolar de Oliveira Telles

A escrita epistolar constitui uma das manifestações mais antigas e reveladoras da cultura escrita. Nascida da necessidade de registrar e perpetuar a comunicação à distância, a carta é, conforme destaca Chartier (2007, p. 9), um modo de resistência à “fatalidade da perda” e ao “medo do esquecimento”, articulando, no plano material e simbólico, memória individual e memória coletiva. Ao mesmo tempo técnica e prática sociocultural, a escrita epistolar é espaço de expressão, de registro e de interação, sendo, nas palavras de Coulmas (2014, p. 35), uma forma de escrita que “tanto individualiza quanto socializa” os sujeitos.

A correspondência de Manuel dos Passos de Oliveira Telles, sob a guarda do IHGSE, constitui um conjunto documental de dimensões modestas, mas de grande valor histórico e linguístico. Não há, em seu acervo, um número considerável de correspondências: restaram guardadas apenas quatro cópias manuscritas de cartas ativas, isto é, enviadas por Oliveira Telles a três interlocutores diferentes. Além dessas, encontra-se um volume inédito, de caráter autobiográfico, intitulado *Cartas Íntimas e Literárias*, no qual o autor reuniu cópias de outras correspondências enviadas, recriando literariamente o universo epistolar e atribuindo-lhe feição estética e afetiva, como se buscasse recriar, pela ficção, um espaço de interlocução que o tempo fragmentou.

O *corpus* analisado, composto por duas cartas manuscritas datadas de 1922 e endereçadas a Amintas Jorge e Silva Viana, inscreve-se em um regime de escrita no qual a carta funciona como acontecimento de linguagem e prática de sociabilidade. Nessas correspondências, o dizer se organiza em função da cena enunciativa e do agenciamento dos lugares de dizer aí constituídos, fazendo da escrita um espaço de posicionamento discursivo.

Do ponto de vista da Semântica da Enunciação, a carta não é apenas um suporte material de comunicação, mas um acontecimento de linguagem, no qual o sentido se produz pela relação entre o funcionamento da língua, as posições do locutor e do alocutário e as condições sócio-históricas da enunciação. Conforme Guimarães (2002, p. 11), “a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua”, o que implica considerar que cada carta instaura uma cena enunciativa singular, historicamente situada. Nessa perspectiva, o *corpus* epistolar em análise deve ser compreendido como espaço de agenciamento enunciativo, no qual o sujeito não se apresenta como origem soberana do dizer, mas como aquele que “é agenciado a dizer, porque sua enunciação é constituída pelas formas da língua social e historicamente dadas”, como destaca Souza (2019, p. 90), ao referir-se às concepções de Guimarães. Assim, o valor documental das cartas articula-se ao seu valor semântico, uma vez que nelas se observam modos historicamente determinados de dizer e de significar.

A carta, como observa Haroche-Bouzinac (2016, p. 11), é “uma conversa com um ausente”, construída para reduzir as distâncias e manter vivos os vínculos entre os interlocutores. No contexto da semântica enunciativa, essa caracterização pode ser compreendida como efeito do funcionamento da cena enunciativa, na qual se instituem lugares de dizer e de endereçamento. Nela, está em causa a constituição enunciativa dos lugares de locução e alocução, o que permite compreender o que Muhana (2000) denomina de “pacto epistolar”: um acordo que se fundamenta na regularidade discursiva que sustenta a circulação do dizer e projeta a expectativa de continuidade e de resposta, pressupondo reciprocidade, continuidade e o direito, ou dever, de resposta.

A epistolografia de Oliveira Telles inscreve-se nesse entrecruzamento de esferas e revela-se como um espaço privilegiado de construção discursiva do sujeito, que, contudo, não preexiste ao dizer, mas se constitui no próprio acontecimento da enunciação, a partir das posições enunciativas que se organizam na cena epistolar. Suas cartas não apenas fazem funcionar o lugar do intelectual erudito, atento às discussões sobre identidade e cultura regional, mas também o lugar de um falante implicado em redes de sociabilidade.

A oscilação entre formas associadas ao registro culto e marcas de coloquialidade não se apresenta, assim, como simples alternância estilística, mas como efeito do agenciamento enunciativo, pelo qual diferentes posições de dizer se articulam em função do alocutário, do tema e da cena de enunciação. Nesse movimento, articulam-se dois polos de sua formação cultural: a tradição humanista de matriz oitocentista e a inscrição histórica e social do dizer sergipano, que mobiliza formas vinculadas ao cotidiano e à cultura local.

É precisamente esse funcionamento enunciativo que confere às cartas um valor simultaneamente documental e linguístico. Enquanto documentos, elas registram não apenas fatos ou relações, mas modos de dizer que configuram os circuitos intelectuais sergipanos e as formas de interlocução entre escritores, professores, juristas, jornalistas e homens públicos do período. Enquanto textos, constituem um espaço de observação da produção de sentidos em contexto, no qual a variação lexical e discursiva se articula às condições históricas e sociais da enunciação. Nesse sentido, as cartas configuram-se, conforme observa Brito (2018, p. 43), como um “testemunho ímpar da autenticidade das relações pessoais, culturais e sociais de uma época ou de um autor”, não por refletirem uma realidade pré-discursiva, mas por construírem, no próprio acontecimento da linguagem, as relações e os sentidos que lhes dão forma.

A carta pessoal configura-se como um gênero discursivo situado na interseção entre diferentes esferas de uso da linguagem, articulando dimensões privadas e públicas do dizer. Essa configuração resulta do funcionamento da cena enunciativa, na qual se distribuem lugares de dizer historicamente determinados, produzindo efeitos de proximidade, implicação e circulação social da palavra.

É precisamente essa configuração enunciativa que justifica o interesse filológico pelas cartas, uma vez que, além de materializarem modos históricos de dizer, elas preservam marcas fundamentais do acontecimento da enunciação, como a posição do locutor, os efeitos de agenciamento, a relação com o interlocutor e a cena de circulação do discurso, que permitem reconstruir as dinâmicas enunciativas e compreender trajetórias intelectuais no próprio processo de enunciar.

As cartas selecionadas para este estudo pertencem à categoria das cartas de amizade, conforme classificação proposta por Leite (2009), por envolverem sujeitos que partilham o mesmo universo intelectual e afetivo. Tal categoria, como observa Silva (2002, p. 59), caracteriza-se por “alimentar um convívio social e afetivo”, configurando uma cena enunciativa marcada pela cumplicidade e pela proximidade histórica. É nesse espaço relacional que a enunciação de Oliveira Telles se constitui, com o locutor ocupando uma posição de dizer orientada pela familiaridade e pela memória partilhada.

Ao adotar como base empírica de análise a edição semidiplomática, o presente estudo busca respeitar o estado de língua das cartas, bem como as idiossincrasias gráficas e escriturais próprias do período. Essa opção metodológica não se limita à garantia da fidedignidade documental, mas se mostra fundamental para a análise enunciativa, na medida em que preserva os indícios linguísticos que permitem observar o funcionamento da cena enunciativa e os modos de agenciamento do sujeito no acontecimento histórico da escrita. Assim, a edição torna-se condição para a observação de aspectos relevantes da história da língua portuguesa em Sergipe e das práticas de escrita vigentes nas primeiras décadas do século XX.

3 Procedimentos de edição semidiplomática

A edição de textos manuscritos de natureza pessoal, como as cartas, exige uma metodologia que concilie o respeito ao estado de língua do texto com a necessidade de torná-lo legível e acessível ao público contemporâneo. Por estado de língua compreendem-se as formas de escrita historicamente situadas que estruturam o texto, incluindo a disposição gráfica, as grafias vigentes no período, as rasuras, as abreviações, a pontuação e as escolhas ortográficas próprias da época e do escrevente. A preservação dessas características não constitui um detalhe formal, mas um princípio teórico-metodológico fundamental, na medida em que permite situar o texto em sua sincronia de produção, evitando anacronismos interpretativos e assegurando que a leitura considere as condições históricas, sociais e enunciativas em que o ato de escrita se realizou.

Nesse sentido, a edição filológica não se reduz a um procedimento técnico de transcrição, mas se afirma como um gesto interpretativo que produz conhecimento sobre a língua, os sujeitos e as práticas culturais de um determinado tempo histórico. Conforme observa Spina (1994), editar um texto implica reconhecer sua condição de documento histórico-linguístico, no qual se inscrevem tanto as normas da língua quanto as escolhas singulares do escrevente, indissociáveis das circunstâncias de produção e circulação do escrito.

É a partir dessa concepção que se adota, neste trabalho, a edição semidiplomática, modalidade que busca preservar a fisionomia linguística e material do manuscrito, intervindo apenas quando indispensável à compreensão do texto (Spina, 1994; Cambraia, 2005). Tal opção metodológica decorre do entendimento de que a fidelidade ao documento não se opõe à inteligibilidade, mas constitui sua condição, uma vez que é na materialidade gráfica e linguística do texto que se manifestam os indícios do funcionamento histórico da língua.

O trabalho do editor filólogo consiste, assim, em estabelecer o texto sem apagar as marcas que o situam no tempo, na cultura letrada e nas práticas sociais de escrita. A edição filológica é sempre um exercício de mediação entre o documento e o leitor, no qual o editor assume a responsabilidade de tornar o texto acessível sem descaracterizar sua historicidade. A edição semidiplomática configura-se, desse modo, como um ponto de equilíbrio entre a preservação do original e a possibilidade de leitura e interpretação.

Complementando essa perspectiva, Cambraia (2005) destaca que a edição de documentos manuscritos deve estar orientada não apenas pela fidelidade ao texto-base, mas também por critérios de transparência editorial, que tornem explícitas as intervenções realizadas e permitam ao leitor reconstruir criticamente o percurso do editor. Nesse mesmo horizonte, Toledo Neto (2020) observa que, no âmbito das edições consideradas fidedignas, a transcrição

semidiplomática tem se consolidado como procedimento preferencial, sobretudo quando o público-alvo é formado por pesquisadores da língua, que necessitam de acesso confiável ao texto, sem, necessariamente, recorrer ao manuscrito original.

Como base nesses pressupostos, adotaram-se neste estudo procedimentos de transcrição adaptados das “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do Português Brasileiro” (Cabraia et al., 2005), os quais garantem rigor filológico e coerência metodológica. Entre esses procedimentos, destacam-se:

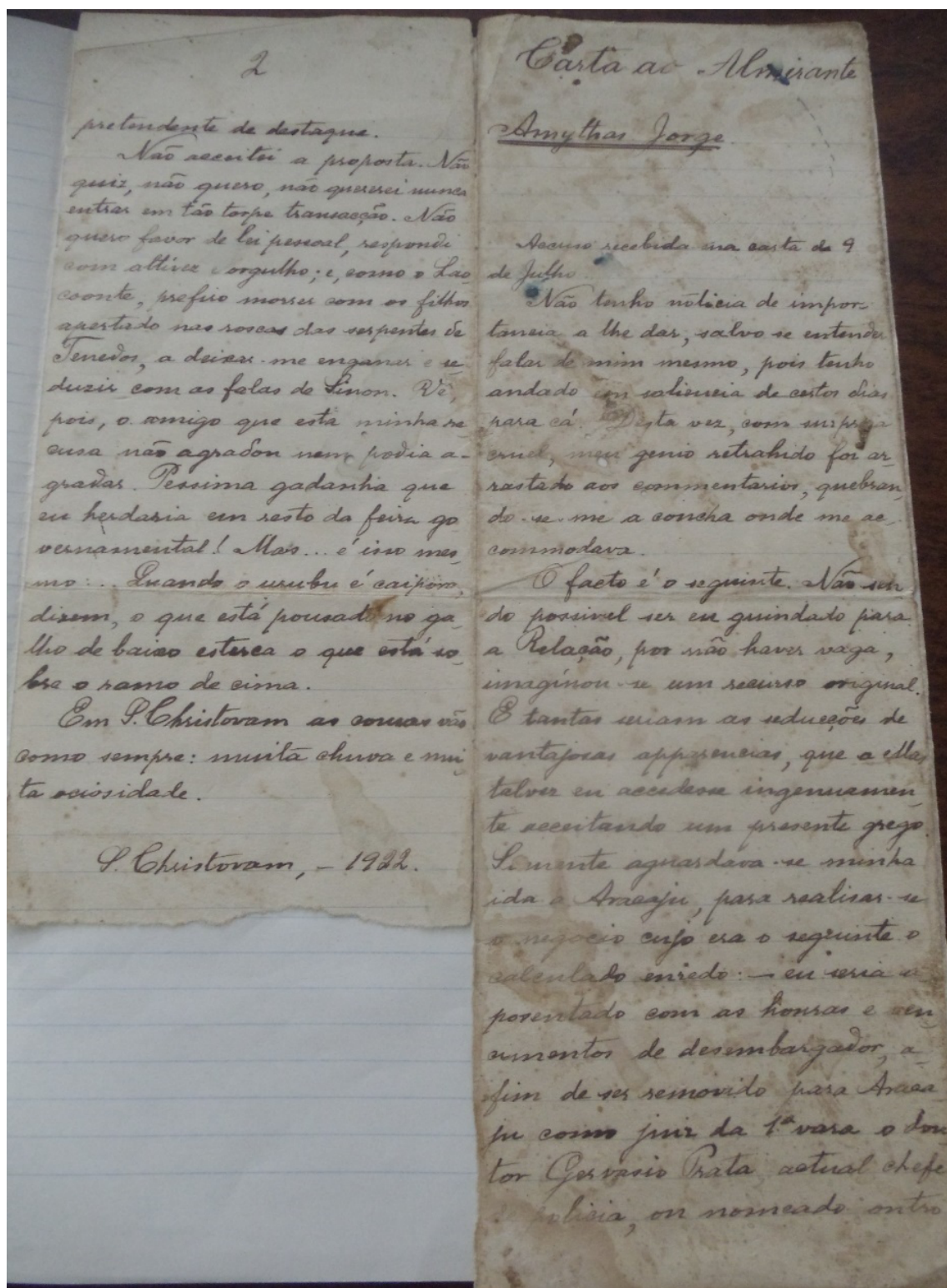
- (1) **Preservação da grafia e da pontuação da época:** Mantiveram-se as grafias originais, inclusive variantes ortográficas ou etimologizantes em contextos não coincidentes com o uso atual, bem como a ausência ou flutuação de acentuação gráfica;
- (2) **Desenvolvimento de abreviaturas:** Foram expandidas as abreviaturas e siglas, indicadas em itálico;
- (3) **Pontuação e maiúsculas:** Respeitou-se a pontuação original, inclusive o uso livre de vírgulas e pontos, assim como a oscilação no emprego de maiúsculas;
- (4) **Inserções:** Inserções do autor obedeceram aos seguintes critérios: (a) Se na entrelinha do documento original, entraram na edição em alinhamento normal e entre os sinais: <>; <↑>, se na entrelinha superior; <↓>, se na entrelinha inferior;
- (5) **Intervenções do editor:** Quando ocorreram, as intervenções do editor vieram entre colchetes [];
- (6) **Divisão de linhas e mudança de fôlio:** A divisão das linhas do documento original foi preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas |. Em todo o documento, a mudança de fôlio recebeu a marcação com respectivo número entre colchetes: [fol. 1v.] [fol. 2r.] [fol. 2v.];
- (7) **Anotações críticas¹:** Foram inseridas notas explicativas para esclarecer referências históricas, culturais e linguísticas, bem como para comentar variantes formais e léxicas de interesse filológico.

As duas cartas editadas integram o Fundo Oliveira Telles, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Embora se configurem como textos de caráter pessoal, tratam-se de documentos densamente atravessados por reflexões morais, políticas e sociais, que iluminam não apenas a trajetória intelectual de Manuel dos Passos de Oliveira Telles, mas também práticas discursivas e valores em circulação no espaço público sergipano das primeiras décadas do século XX.

A primeira carta, endereçada ao almirante Amintas Jorge, apresenta um tom indignado e reflexivo, no qual se delineia uma postura ética marcada pela recusa explícita a práticas de favorecimento político. Logo após a imagem vem a transcrição da mesma.

¹ As anotações críticas, localizadas em notas de rodapé nas edições, foram suprimidas neste artigo por uma questão estrutural.

Figura 1 – Fac-símile da carta a Amintas Jorge (São Cristóvão, 1922)



Fonte: Fundo Oliveira Telles, Cx. 190, Doc. 14, Vol. 1. Fotografia por Renata Ferreira Costa, 2015.

Carta ao Almirante

Amythas Jorge

Accuso recebida na carta de 9 | de Julho.

Não tenho noticia de impor- | tancia a lhe dar, salvo se entender | falar de mim mesmo, pois
5 tenho | andado em saliencia de certos dias | para cá. Desta vez, com surpresa | cruel, meu gênio
retrahido foi ar- | rastado aos commentarios, quebran- | do-se-me a concha onde me ac- |
commodava.

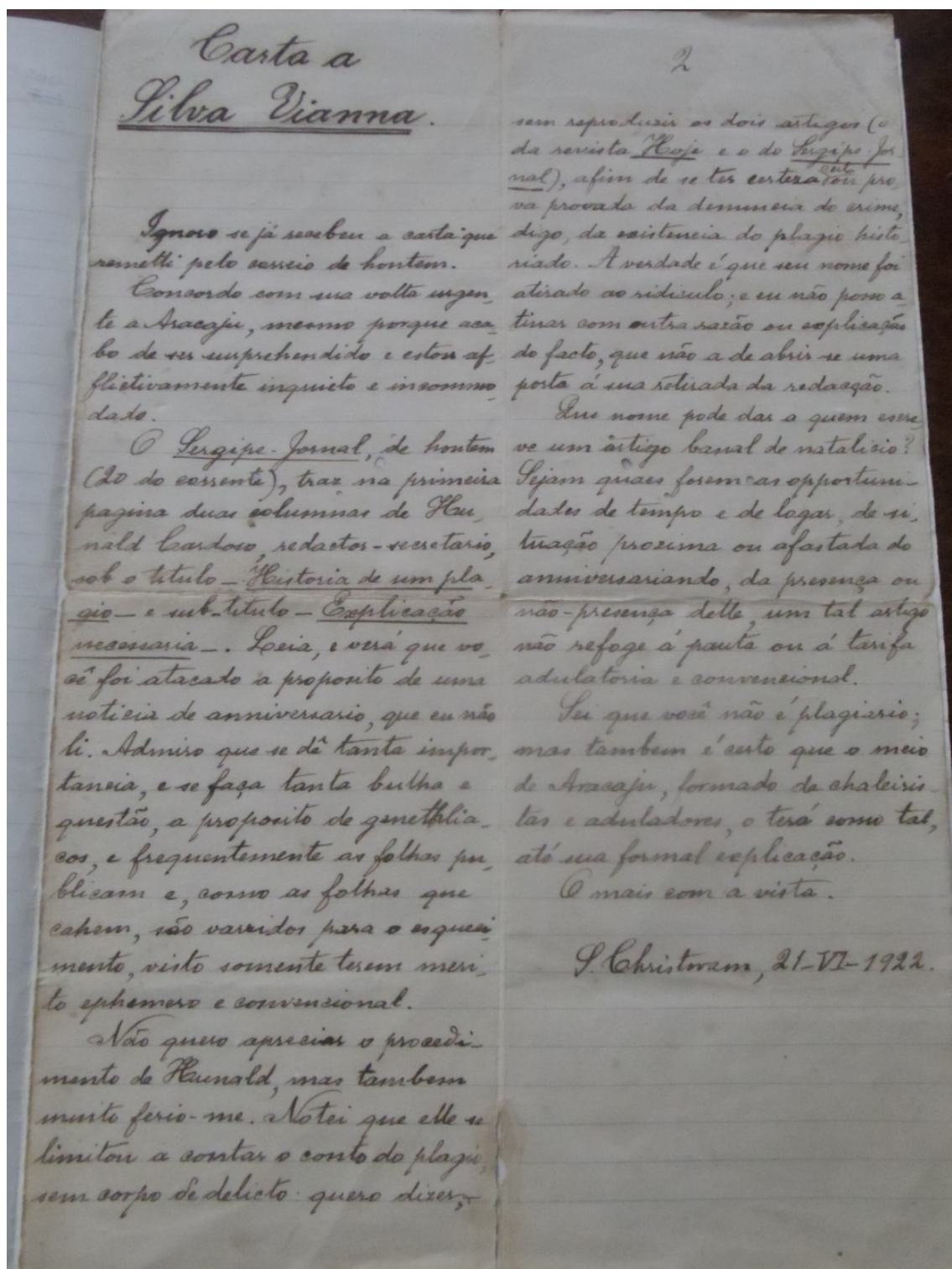
O facto é o seguinte. Não sen- | do possivel ser eu guindado para | a Relação, por não haver vaga,
| imaginou-se um recurso original. E tantas seriam as seduções de | vantajosas apparencias, que
10 a ellas | talvez eu accedesse ingenuamen- | te aceitando um presente grego. S[o]mente
aguardava-se minha | ida a Aracaju, para realizar-se | o negocio cujo era o seguinte o | calculado
enredo: __ eu seria a- | posentado com as honras e ven- | cimentos de desembargador, a- | fim de
ser removido para Araca- | ju como juiz da *primeira* vara o dou- | tor Gervasio Prata, actual chefe
| de policia, ou nomeado outro [fol. 1v.] pretendente de destaque.

15 Não aceitei a proposta. Não | quiz, não quero, não quererei nunca | entrar em tão torpe
transacção. Não | quero favor de lei pessoal, respondi | com altivez e orgulho; e, como o Lao- |
coonte, prefiro morrer com os filhos apertado nas roscas das serpentes de | Tenedos, a deixar-me
enganar e se- | duzir com as falas de Linon. Vê, | pois, o amigo que esta minha re- | cusa não
agradou nem podia a- | gradar. Pessima gadanha que | eu herdaria em resto da feira go- |
20 vernamental! Mas... é isso mes- | mo... Quando o urubu é caipora, | dizem, o que está pousado no
ga- | lho de baixo esterca o que está so- | bre o ramo de cima.

Em São Christovam, _1922.

A outra carta, dirigida ao jornalista Silva Viana, seu genro, evidencia um registro mais próximo e solidário, articulado à crítica do funcionamento da imprensa e à problematização pública da acusação de plágio feita ao alocutário, logo em seguida a transcrição.

Figura 2 – Fac-símile da carta a Silva Viana (1922)



Fonte: Fundo Oliveira Telles, Cx. 190, Doc. 13, Vol. 1. Fotografia por Renata Ferreira Costa, 2015.

Carta a | Silva Vianna.

Ignoro se já recebeu a carta que | remetti pelo correio de hontem. | Concordo com sua
volta urgen-| te a Aracaju, mesmo porque aca-| bo de ser surpreendido e estou af-| flictivamente
inquieto e incommo-| dado.

5 O Sergipe-Jornal, de hontem | (20 do corrente), traz na primeira | pagina duas columnas de Hu-
nald Cardoso, redactor-secretario, | sob o titulo _ Historia de um pla-| gio _ e sub-titulo _
Explicação | necessaria _ . Leia, e verá que vo-| cê foi atacado a proposito de uma | noticia de
anniversario, que eu não | li. Admiro que se dê tanta impor-| tancia, e se faça tanta bulha e |
questão, a proposito de genethlia-| cos, e frequentemente as folhas pu-| blicam e, como as folhas
10 que cahem, são varridas para o esqueci-| mento, visto somente terem meri-| to efêmero e
convencional.

Não quero apreciar o procedi-| mento de Hunald, mas tambem | muito ferio-me. Notei que elle
se | limitou a contar o conto do plagio | sem corpo de delicto: quero dizer, [fol. 2r.] sem
reproduzir os dois artigos (o | da revisa Hoje e o do Sergipe-Jor-| nal), afim de se ter certeza
15 <↑certa> oupro-| va provada da denuncia do crime, | digo, da existencia do plagio histo-| riado.
A verdade é que seu nome foi | atirado ao ridiculo; e eu não posso a-| tinar com outra razão ou
explicação | do facto, que não a de abrir-se uma porta á sua retirada da redacção.

Que nome pode dar a quem escre-| ve um artigo banal de natalicio? | Sejam quaes forem as
opportuni-| dades de tempo e de logar, de si-| tuação proxima ou afastada do anniversariando, da
20 presença ou | não-presença dele, um tal artigo | não refoge á pauta ou á tarifa | adulatoria e
convencional.

Sei que você não é plagiario; | mas tambem é certo que o meio | de Aracaju, formado de
chaleiris-| tas e aduladores, o terá como tal, | até sua formal explicação.

O mais com a vista.

25

São Christovam, 21-VI-1922.

A apresentação dessas cartas em edição semidiplomática configura-se como parte constitutiva do labor filológico e de sua contribuição para os estudos linguísticos. Ao preservar o estado de língua, as escolhas gráficas e a disposição textual dos manuscritos, a edição filologicamente controlada torna possível o acesso a dados linguísticos historicamente situados, indispensáveis à descrição e à compreensão do funcionamento da língua em sincronias passadas.

Com esse *corpus* assim constituído, o capítulo seguinte se dedica à análise semântica de orientação enunciativa, descrevendo o funcionamento dos sentidos no acontecimento da enunciação. A leitura analítica incide sobre o agenciamento das posições de dizer mobilizadas nas cartas, examinando como se organizam relações de interlocução, efeitos de autoridade e de integridade discursiva, bem como modos de expressividade produzidos pelas cenas enunciativas.

4 Análise semântico-enunciativa das cartas de Oliveira Telles

A análise das cartas de Oliveira Telles fundamenta-se na concepção de sentido como efeito do acontecimento da enunciação, no qual escolhas lexicais, formas sintáticas e procedimentos discursivos se articulam às condições históricas e sociais do dizer. Nessa perspectiva, a enunciação não é concebida como ato individual, mas como acontecimento de linguagem, uma vez que, como formula Guimarães (1995, p. 70, grifos do autor), a enunciação é “um *acontecimento* de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso”.

Essa abordagem teórica implica compreender que o sentido não reside nas palavras tomadas como unidades abstratas, mas se produz no próprio acontecimento do dizer, isto é, na relação singular entre língua, sujeito e história. As formas linguísticas, embora pertençam a uma memória discursiva compartilhada, atualizam-se de modo não repetível a cada enunciação, produzindo efeitos específicos de sentido. Como afirma Guimarães (2002; 2018), é no acontecimento enunciativo que o sentido se constitui, e não na língua concebida como sistema fechado.

Nesse cenário, a escrita epistolar apresenta-se como um espaço privilegiado para a análise do agenciamento enunciativo, na medida em que torna visível a inscrição do locutor em um espaço de enunciação historicamente determinado. A carta não apenas se orienta para um destinatário enunciativamente construído, mas organiza o dizer de modo a produzir efeitos de responsabilidade, autoridade e tomada de posição.

No *corpus* analisado, composto por cartas de 1922 dirigidas a destinatários distintos, percebe-se que o mesmo locutor se reinscreve em acontecimentos enunciativos diversos, mobilizando procedimentos recorrentes para estabilizar valores como honra, integridade, legitimidade do dizer e justiça moral.

A noção de agenciamento, conforme formulada por Guimarães, é central para compreender os modos pelos quais Oliveira Telles se autoriza a falar, acusar, denunciar, defender ou julgar no interior do discurso. Para o autor, o agenciamento diz respeito às formas pelas quais o sujeito se inscreve no acontecimento da enunciação, ocupando posições enunciativas determinadas pelas relações entre língua, sociedade e história, e assumindo, nesse processo, responsabilidades discursivas. Nessa perspectiva, o sujeito não preexiste ao dizer, mas se constitui nele, uma vez que, para que “o Locutor (L)”, se represente “como responsável pelo dizer” (Guimarães, 2009, p. 50), “é preciso que ele seja agenciado por um lugar social de locutor” (Guimarães, 2011, p. 23).

Nas cartas analisadas, o agenciamento produz efeitos de autoridade moral e intelectual ao permitir que o locutor se apresente como instância legítima de avaliação e julgamento. Ao assumir posições como a de testemunha, denunciante ou vítima de práticas socialmente condenáveis, como o plágio ou a corrupção, Oliveira Telles constrói um dizer eticamente orientado, no qual a legitimidade de sua fala decorre menos de uma intenção individual do que do modo como se articula às formações discursivas e aos valores que circulam no espaço público. Assim, o agenciamento opera como princípio organizador do dizer, sustentando os efeitos de sentido de denúncia, acusação e responsabilização que atravessam o *corpus*.

A análise orienta-se também pela descrição dos procedimentos de articulação, compreendidos como o modo pelo qual os elementos linguísticos se relacionam semanticamente a partir do agenciamento enunciativo. Tais relações não decorrem apenas de “uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do

Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala” (Guimarães, 2009, p. 51). Essas articulações produzem aproximações, oposições e hierarquizações semânticas que estruturam o dizer. No *corpus*, observa-se uma convivência tensionada entre registros vinculados à tradição letrada e jurídica e expressões avaliativas de caráter mais coloquial, cujo efeito constitui um funcionamento enunciativo que constrói autoridade, desqualifica o discurso adversário e orienta a leitura dos fatos narrados.

Associados a esse funcionamento, os processos de reescritura permitem compreender como certos dizeres se retomam, se reformulam e se reiteram (Guimarães, 2002) ao longo das cartas, produzindo uma relativa estabilidade de sentido. A repetição de termos e expressões ligados ao campo moral e jurídico contribui para a sedimentação de valores como culpa, crime, injustiça e honra, configurando uma memória discursiva que sustenta a argumentação do locutor.

Por fim, a noção de designação é mobilizada para analisar como o discurso constrói simbolicamente o real, atribuindo sentidos historicamente marcados. Para Guimarães (2019, p. 97), “a designação de uma palavra, tal como vimos considerando, é uma relação da linguagem com o existente. É por esta relação que o que existe toma sentido”. Ao designar práticas como “plágio” ou “corrupção”, Oliveira Telles não apenas descreve acontecimentos, mas produz uma leitura moral e política desses fatos, orientando seu julgamento e sua circulação no espaço público.

4.1 A carta ao almirante: ética e metáforas do heroísmo trágico

Na “Carta ao Almirante”, endereçada a Amintas Jorge, Oliveira Telles constrói uma cena epistolar de forte teor ético, na qual o relato de um episódio de corrupção é transfigurado em metáfora moral. A ética que se produz nesse dizer decorre do modo como o acontecimento enunciativo instaura uma temporalidade própria, pois, como afirma Guimarães (2023, p. 119), “o acontecimento não se caracteriza por ser um fato no tempo, num certo lugar, mas por constituir uma temporalidade de sentidos (um passado, um presente, e um futuro)”. É nesse horizonte que a recusa à corrupção se inscreve como valor discursivo e não como simples declaração moral.

Desde a abertura — “Não tenho notícia de importância a lhe dar, salvo se entender falar de mim mesmo” — o dizer instaura uma cena enunciativa em que o acontecimento não se define pelo fato narrado, mas pela posição enunciativa assumida pelo locutor. Ao afirmar que falará de si, o enunciador se constitui como efeito de um agenciamento do acontecimento da enunciação que o autoriza a avaliar, julgar e orientar o sentido dos acontecimentos. Conforme Guimarães (2002), o sujeito não preexiste ao dizer, mas se produz no funcionamento da língua em condições históricas determinadas; é nesse sentido que a escolha enunciativa de tematizar a si mesmo funda o locutor como centro do discurso, responsável pela orientação ética da carta.

A sequência “tenho andado em saliência de certos dias para cá” marca o deslocamento do locutor do espaço do resguardo privado para o da exposição pública, efeito direto do acontecimento enunciativo que o convoca a falar. Esse deslocamento é semanticamente retomado e intensificado pela metáfora da “concha onde me accommodava”, cuja ruptura representa a perda forçada do abrigo discursivo. Assim, a exposição não se apresenta como escolha, mas como imposição produzida pelo acontecimento, configurando uma forma de violência simbólica que agencia o dizer como resposta a uma coerção.

O episódio narrado é qualificado como “o calculado enredo”, expressão que dramatiza a prática administrativa como trama ardilosa. Esse efeito de sentido é retomado e ampliado pela designação “presente grego”, que convoca uma memória discursiva de matriz clássica, reinscrevendo o acontecimento em uma cadeia histórica de sentidos associados à sedução enganosa, à traição e à ruína. Desse modo, o fato deixa de ser um episódio singular e passa a significar como manifestação de uma lógica de corrupção.

O ponto central da carta, do ponto de vista enunciativo, está na recusa reiterada: “Não aceitei a proposta. Não quiz, não quero, não quererei nunca entrar em tão torpe transacção.” A progressão verbal que articula passado, presente e futuro ultrapassa o instante da enunciação e projeta a recusa como princípio durável. Tal funcionamento pode ser descrito como procedimento de reescrituração, uma vez que, segundo Guimarães (2023), essa categoria envolve considerar, na descrição do enunciado, a forma como seus elementos se organizam internamente e se relacionam entre si e com o conjunto do texto.

Essa ética da permanência é reforçada pela declaração “Não quero favor de lei pessoal”, em que se instaura uma oposição semântica entre “lei” e “favor”. O favor, particular e arbitrário, é designado como desvio da legalidade; a lei, ao contrário, é evocada como princípio impessoal e universal. Ao recusar o favor disfarçado de legalidade, o enunciador denuncia um desvio ético institucional e se coloca como guardião simbólico da justiça.

O ápice semântico da carta ocorre na metáfora trágica: “como o Laocoonte, prefiro morrer com os filhos apertado nas roscas das serpentes de Tenedos”. A referência ao mito² não funciona como ornamento erudito, mas como operador de sentido: Laocoonte representa o sujeito punido por dizer a verdade. Ao se identificar com essa personagem, o locutor se inscreve em uma ética do heroísmo trágico, na qual a virtude não garante recompensa, mas sofrimento. A enunciação, nesse ponto, apresenta-se como efeito de um agenciamento histórico que autoriza e simultaneamente constrange o locutor a ocupar esse lugar de fala. A dignidade se constrói no próprio funcionamento da enunciação, pela articulação entre sofrimento e integridade. A oposição é intensificada pela figura de “Lion”, símbolo da sedução enganosa, cujas “falas” tentam persuadir. O conflito não é apenas administrativo, mas discursivo: trata-se de resistir a um regime de fala corruptor. Nesse sentido, o acontecimento enunciativo não apenas tematiza a corrupção, mas a desestabiliza simbolicamente ao reorganizar os valores que estruturam os lugares de fala institucionais.

O encerramento da carta, com o provérbio popular – “Quando o urubu é caipora, o que está pousado no galho de baixo esterca o que está sobre o ramo de cima” – produz um deslocamento semântico significativo. Após recorrer a referências clássicas, o locutor convoca a sabedoria popular, realizando um procedimento de articulação enunciativa entre regimes distintos de dizer. Essa justaposição produz um efeito de sentido específico, pelo qual a autoridade intelectual se constrói em relação com a linguagem e o imaginário popular. Enquanto designação, o provérbio não apenas ilustra a corrupção, mas a constitui simbolicamente como prática sistêmica, irradiada verticalmente pelas hierarquias institucionais.

² Na mitologia grega, Laocoonte é um sacerdote troiano que aparece na *Eneida*, de Virgílio, e também é mencionado na *Ilíada*, de Homero. Ele tentou alertar seus compatriotas a não aceitarem o cavalo de madeira oferecido pelos gregos, pressentindo que o presente traria a ruína da cidade. Sua advertência, porém, foi interpretada como um desafio aos deuses. Em punição, duas serpentes marinhas enviadas por Poseidon o atacaram e mataram, juntamente com seus dois filhos (Citaliarestauro, 2025).

4.2 A carta ao gênero: imprensa, honra e discurso do plágio

Na carta endereçada a Silva Viana, observa-se um deslocamento do eixo ético individual para o espaço público da imprensa, onde se instauram disputas em torno da honra intelectual e da legitimidade do dizer. Esse deslocamento evidencia a dimensão política da enunciação, compreendida não como tema, mas como “contradição que instala o conflito no centro do dizer” (Guimarães, 2023, p. 120). Oliveira Telles manifesta inquietação com o artigo publicado por Hunald Cardoso, redator-secretário do *Sergipe-Jornal*, sob o título *História de um plágio*. O episódio inscreve-se nas disputas de prestígio entre escritores e jornalistas locais, nas quais o plágio funcionava como acusação de desonra intelectual e instrumento de exclusão simbólica. Trata-se de um acontecimento discursivo no qual o sentido do “plágio” não preexiste aos fatos, mas se produz no modo como a acusação é formulada e posta em circulação.

Desde o início, o enunciador produz efeitos de fragilidade pessoal, ao se declarar “surpreendido”, “afflictivamente inquieto e incomodado”. Essas escolhas lexicais instauram um regime de sentido fundado na perturbação moral provocada pela acusação pública feita a Silva Viana. A inquietação expressa pelo locutor não deriva apenas do conteúdo do artigo, mas sobretudo da forma de sua circulação: “na primeira página”, “duas columnas”. Esses sintagmas funcionam como índices enunciativos da performatividade da imprensa, entendida como instância capaz de produzir verdade social, ampliar acusações e fixar sentidos no espaço público. O impacto do dizer decorre menos da comprovação da acusação e mais do espaço de enunciação em que ela se produz, já que é o acontecimento, e não o sujeito, que temporiza e organiza o sentido (Guimarães, 2002).

No eixo semântico do plágio, o recurso ao léxico – “crime”, “corpo de delicto”, “prova provada” e “denúncia” – opera como designação que eleva o episódio a um regime de julgamento moral e social. O plágio é construído como falta grave não por sua comprovação, mas por sua eficácia simbólica. É nesse quadro que a retificação “digo, da existência do plágio historiado” não opera como simples correção terminológica, mas como deslocamento do foco da acusação. Tal deslocamento não decorre de uma intenção estratégica do sujeito, mas do modo como o locutor é constituído na cena enunciativa, considerando, como salienta Guimarães (2023 p. 124), que “os falantes enquanto constituídos pelas relações dos espaços de enunciação, são agenciados a dizer, a enunciar. Este agenciamento constitui a cena enunciativa”. Assim, o dizer reorganiza o sentido do acontecimento, deslocando-o do fato para sua narrativa pública.

A crítica formulada por Oliveira Telles não se dirige apenas ao acusador, mas ao próprio modo de enunciar a acusação. Ao destacar a ausência da reprodução dos textos comparados, o locutor desautoriza semanticamente o discurso jornalístico, caracterizando-o como narrativa destituída de prova. A expressão “contar o conto do plágio sem corpo de delicto” condensa esse juízo, articulando léxico jurídico e registro coloquial. Essa articulação constitui um procedimento pelo qual domínios semânticos distintos são colocados em relação no acontecimento da enunciação, produzindo um efeito de sentido de rebaixamento do discurso adversário, aproximando-o do falatório e deslegitimando sua pretensão de verdade. Nesse ponto, torna-se relevante observar como o enunciador articula, de modo estratégico, registros linguísticos associados ao culto e ao coloquial. A carta não se organiza segundo uma oposição rígida, mas segundo um regime de alternância, no qual o léxico técnico convive com expressões de uso corrente.

Outro ponto relevante da enunciação reside na designação do texto jornalístico de Silva Viana acusado de plágio como “artigo banal de natalício”. Ao situá-lo na ordem de uma “pauta ou tarifa adulatoria e convencional”, o locutor desloca e relativiza semanticamente a noção de originalidade aplicada a esse gênero discursivo, caracterizado pela circulação rápida e pelo caráter protocolar. Esse movimento enunciativo funciona como um gesto de designação que redefine o lugar desse texto, e, com isso, enfraquece a própria acusação de plágio. Assim, ao mesmo tempo em que defende Silva Viana, Oliveira Telles produz uma reflexão implícita sobre regimes de autoria, valor simbólico dos textos e as formas de circulação e legitimação discursiva na imprensa local.

A carta constrói ainda uma oposição ética entre o sujeito honesto e o “meio de Aracaju”, descrito como espaço de “chaleiristas e adutores”. Essa generalização não é meramente retórica, mas estratégica: desloca o foco do indivíduo para o coletivo, evidenciando que o dano maior não reside na acusação em si, mas na recepção social do discurso. O termo “plagiário” não funciona como simples nomeação de um fato comprovado, mas se sustenta pela circulação do dizer no espaço enunciativo e pela ausência de uma resposta imediata de Viana – “até sua formal explicação”, o que confirma que o sentido se produz no acontecimento da enunciação e não fora dele (Guimarães, 2002). Nesse contexto, a carta a Silva Viana ultrapassa a condição de resposta a um episódio jornalístico e afirma-se como um ato de enunciação que disputa sentidos: do que é plágio, do que constitui honra intelectual e de quem detém autoridade para dizer a verdade no espaço público.

4.3 As duas cartas em contraste

A leitura contrastiva das duas cartas permite apreender não apenas a coerência da posição enunciativa de Oliveira Telles, mas também a sua capacidade de reconfiguração conforme o acontecimento discursivo. Embora se dirijam a destinatários distintos e respondam a situações de naturezas diversas, ambas se organizam a partir de um mesmo núcleo axiológico, produzido no acontecimento da enunciação: a defesa da honra, da ética e da legitimidade do dizer frente a instâncias de poder, sejam elas a administração pública ou a imprensa. Esse núcleo se configura como efeito de um agenciamento enunciativo recorrente que se reinscreve em diferentes cenas e orienta a produção de sentidos.

Na “Carta ao Almirante”, esse agenciamento se realiza prioritariamente pela ética da recusa. O acontecimento narrado, a tentativa de corrupção, é reconfigurado discursivamente como drama moral, no qual o locutor se constitui como instância de julgamento e resistência. Procedimentos de reescrituração, como a progressão temporal da recusa – “não quiz, não quero, não quererei” –, estabilizam semanticamente a integridade como valor permanente, enquanto a mobilização de referências eruditas e imagens trágicas inscreve o locutor em uma tradição ética na qual dizer a verdade implica sofrimento. O agenciamento produz, assim, um sujeito autorizado a falar a partir da constância moral, ainda que constrangido pelas condições históricas de enunciação.

Já na “Carta a Silva Vianna”, o agenciamento se desloca para o espaço público da imprensa e para a disputa pelos sentidos socialmente legitimados. O foco não recai sobre a recusa individual, mas sobre a violência simbólica produzida pela acusação de plágio e por sua circulação no jornal. Nesse caso, o acontecimento enunciativo não é o suposto crime, mas o modo de dizê-lo

e de fazê-lo circular. A retificação “digo, da existência do plágio historiado” opera como procedimento de reescrituração que desloca o eixo semântico do fato para a narrativa da acusação, desautorizando o discurso jornalístico como instância de produção de verdade.

Em ambas as cartas, a ética não se apresenta como conteúdo tematizado, mas como efeito do funcionamento enunciativo. Seja na recusa do “favor de lei pessoal”, seja na denúncia da acusação sem “corpo de delicto”, o que está em jogo é a disputa por regimes de legitimidade do dizer. A administração pública e a imprensa aparecem, cada qual a seu modo, como espaços de poder que produzem sentidos e distribuem valores, aos quais o enunciador responde reorganizando as posições enunciativas e os critérios de autoridade.

Outro ponto de convergência relevante reside na articulação entre registros linguísticos associados ao culto e ao coloquial. Nas duas cartas, referências eruditas convivem com expressões populares ou avaliativas, não como ornamento estilístico, mas como procedimento enunciativo. Essa alternância permite ao locutor circular por diferentes espaços de enunciação, produzindo efeitos de autoridade e de integridade moral ancorados na articulação entre erudição, senso moral e vínculo com a linguagem comum, o que reforça a legitimidade de seu dizer.

Desse modo, a escrita epistolar de Oliveira Telles configura-se como espaço de elaboração ética e crítica, no qual o sujeito se constitui no próprio acontecimento enunciativo. As cartas não se limitam a registrar circunstâncias, mas funcionam como atos de enunciação que disputam sentidos sobre corrupção, plágio, honra e legitimidade discursiva. É nessa dinâmica de agenciamento, articulação, reescrituração e designação que se inscreve a singularidade de sua posição enunciativa e a forma semântica de sua intervenção no espaço público.

5 Considerações finais

A análise das cartas de Manuel dos Passos de Oliveira Telles evidencia que sua escrita epistolar se constitui como espaço de elaboração discursiva ética e de disputa de sentidos. Longe de cumprir função meramente comunicativa, as cartas analisadas configuram-se como atos de enunciação historicamente situados, nos quais o locutor negocia valores, responde a constrangimentos institucionais e intervém simbolicamente no espaço social sergipano do início do século XX.

Sob a perspectiva da Semântica da Enunciação, mostrou-se que o sentido dessas correspondências não reside nos fatos narrados, mas no modo como o dizer se organiza no acontecimento enunciativo. Produzem-se efeitos de integridade, vigilância ética e responsabilidade discursiva como resultado dos procedimentos de articulação, reescrituração e designação mobilizados pelo locutor.

Na carta ao almirante, a ética da recusa se constrói como valor permanente, estabilizado no dizer por meio de metáforas trágicas e da articulação entre erudição e saber popular. Na carta ao genro, a ética se desloca para o campo da disputa simbólica, evidenciando o plágio como construção discursiva dotada de forte eficácia social.

A edição semidiplomática realizada neste estudo não se justifica apenas como etapa preparatória da análise semântico-enunciativa, mas afirma-se como um gesto filológico pleno, cujo alcance extrapola a dimensão analítica imediata. Ao preservar o estado de língua dos textos, a edição não apenas sustenta a interpretação dos efeitos de sentido, mas reafirma a Filologia como campo fundamental para a compreensão da historicidade da língua e dos discursos. Trata-se de um trabalho que envolve a recuperação, a preservação e a disponibili-

zação de um patrimônio textual, assegurando o acesso de gerações futuras a textos e práticas discursivas que, não raro, permanecem silenciados ou esquecidos debaixo do pó dos arquivos.

Por fim, o estudo reafirma a relevância do gênero epistolar como espaço de observação da linguagem enquanto prática social, histórica e situada, permitindo compreender como se produziram, no acontecimento da enunciação, os sentidos de honra intelectual, ética e legitimidade discursiva.

Referências

BRITO, S. *O tom confessional e autobiográfico na epistolografia de Machado de Assis*. Lisboa: Chiado Books, 2018.

CAMBRAIA, C. N. et al. Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português brasileiro. In: MEGALE, H., TOLEDO NETO, S. de A. (Orgs.). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, p. 147-148, 2005.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHARTIER, R. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Luzmara Curcino Ferreira, (trad.). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CITALIARESTAURO. *Laocoonte e seus filhos – A beleza da tragédia*. Disponível em: <https://citaliarestauro.com/laocoonte-seus-filhos-beleza-da-tragedia/>. Acesso em 30 out. 2025.

COSTA, R. F.; BARBOSA, L. D. S. Fragmentos de si: construção da(s) identidade(s) e da memória do escritor Manuel dos Passos de Oliveira Telles na obra epistolar “Carta Íntimas e Literárias”. *Linha D’Água*: São Paulo, v. 37, n. 04, p. 92-111, out.-dez. 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/linha-da-gua/article/view/225814/211589>. Acesso em 10 out. 2025.

COULMAS, F. *Escrita e sociedade*. Marcos Bagno (trad.). São Paulo: Parábola; 2014.

GUIMARÃES, E. Designação e Acontecimento. *Traços de Linguagem*, v. 3, n. 2, p. 97-103, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/4361/3709>. Acesso em 14 dez. 2025.

GUIMARÃES, E. Sobre teoria e método em semântica da enunciação. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 26, n. 51, p. 116-134, jan./jul., 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8671816/32205>. Acesso em 14 dez. 2025.

GUIMARÃES, E. *Análise de textos: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: Editoras RG, 2011.

GUIMARÃES, E. Enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219/4941>. Acesso em 14 dez. 2025.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: Um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

HAROCHE-BOUZINAC, G. *Escritas Epistolares*. Ligia Fonseca Ferreira (trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LEITE, M. Q. A carta pessoal: metodologia e análise. In: GIL, B. D., CARDOSO, E. A., CONDÉ, V. G. (Orgs.). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, p. 115-134, 2009.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organização Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MUHANA, A.F. O gênero epistolar: diálogo per absentiam. *Discurso*, n. 31, p. 329-345, 2000 . Disponível em: <https://revistas.usp.br/discurso/article/view/38043/40769>. Acesso em 26 out. 2025.

SILVA, J. Q. G. *Um estudo sobre o gênero carta pessoal*: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos. 2002. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.lettras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/romulo/UM%20estudo%20sobre%20o%20g%C3%AAnero%20carta%20pessoal%20de%20JANE%20QUINTILIANO.pdf. Acesso em 26 out. 2025.

SOUZA, N. B. de. Semântica do acontecimento e agenciamento enunciativo: um exercício de análise. *Revista Investigações*, Recife, v. 32, n. 2, p. 87-103, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/240676>. Acesso em 14 dez. 2025.

SPINA, S. *Introdução à edótica*: crítica textual. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética; Edusp, 1994.

TOLEDO NETO, S. A. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*, São Cristóvão (SE), v. 10, n. 20, p. 192–208, jan-jun/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/13959/10679>. Acesso em 29 out. 2025.

Mudança semântica da palavra “gambiarra” em textos jornalísticos: um estudo baseado no uso

Semantic Change of the Word “gambiarra” in Journalistic Materials: A Usage-based Study

Igor Andrade Barbosa

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
barbosa.igorandrade@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-1014-9989>

Resumo: o artigo investiga a mudança semântica do item lexical “gambiarra” no português brasileiro. O objetivo central consiste em mapear a evolução do significado do termo, desde suas ocorrências iniciais no século XIX até seu uso contemporâneo. A fundamentação teórica apoia-se nos pressupostos dos estudos baseados no uso (Croft, 2000; Diessel, 2019), na abordagem da mudança semântica (Koch, 2016; Traugott, 2017) e na perspectiva histórico-cultural do léxico (Cambaia, 2013; Matoré, 1953). A metodologia utiliza a perspectiva semasiológica, adotando uma análise diacrônica e qualitativo-quantitativa de um *corpus* composto por ocorrências lexicográficas do termo em textos jornalísticos da *Hemeroteca Digital Brasileira*. O tratamento dos dados, com o auxílio de softwares como *Orange* (Demsar et al., 2013) e *Voyant Tools* (Sinclair; Rockwell, 2016), classifica os usos em quatro rótulos semânticos e mapeia as redes lexicais. Os resultados demonstram um processo de polissemia e generalização, no qual o termo migra de um sentido original concreto de “objeto para iluminação” para um sentido mais abstrato de “solução improvisada para resolver problemas”.

Palavras-chave: Mudança semântica; Gambiarra; Linguística baseada no uso.

Abstract: this article investigates the semantic change of the lexical item “gambiarra” in Brazilian Portuguese. The main objective is to trace the evolution of the term’s meaning, from its earliest occurrences in the 19th century to its contemporary use. The theoretical framework is grounded in usage-based approaches (Croft, 2000;



Diessel, 2019), theories of semantic change (Koch, 2016; Traugott, 2017), and the historical-cultural perspective on the lexicon (Cabraia, 2013; Matoré, 1953). Methodologically, the study adopts a semasiological perspective, employing a diachronic and qualitative-quantitative analysis of a *corpus* composed of lexicographic occurrences of the term in journalistic texts from the *Hemeroteca Digital Brasileira*. Data processing, supported by software tools such as *Orange* (Demsar et al., 2013) and *Voyant Tools* (Sinclair; Rockwell, 2016), classifies the uses into four semantic labels and maps the lexical networks. The results demonstrate a process of polysemy and generalization, in which the term shifts from its original concrete meaning of “object for lighting” to a more abstract sense of “an improvised solution to solve problems”.

Keywords: Semantic change; Gambiarra; Usage-based linguistic.

1 Introdução

Definir os limites do significado de uma palavra constitui uma tarefa complexa. No uso efetivo da linguagem os falantes frequentemente produzem inovações semânticas, não com o objetivo de alterar um item lexical existente, mas sim para dar forma a conceitos específicos, por vezes inovadores (Koptjevskaja-Tamm; Vanhove; Koch, 2007). Nesse sentido, os modelos baseados no uso reconhecem que o significado representa o mundo que está sempre em mudança, a qual é condicionada por “fatores que compõem a herança social, como a cultura e a estrutura da sociedade” (Biderman, 1978, p. 12). Como consequência, as palavras que expressam diferentes significados estão sujeitas a variações que, embora sejam constantes, ao longo do tempo tornam-se sutis, quase imperceptíveis no uso sincrônico.

Partindo desse referencial teórico, produzimos nesta pesquisa¹ uma análise da mudança semântica do item “gambiarra”. Uma rápida busca pela palavra “gambiarra” no Google Imagens revela a amplitude de sentidos e representações que ela comporta: há registros de produtos compostos por objetos variados, imagens de fios elétricos etc. Nosso objetivo é investigar como o significado desta palavra variou ao longo do tempo, a partir da alteração dos contextos com os quais ela se associa em diferentes períodos. A análise será conduzida à luz dos modelos de linguagem baseados no uso (Bybee, 2016; Croft, 2000), segundo os quais as habilidades linguísticas que um indivíduo possui em determinado

¹ A produção deste artigo resulta de estudos realizados na disciplina Seminário de Tópico Variável em Linguística Teórica e Descritiva: Lexicologia Histórica, ministrada pela Profa. Dra. Aléxia Teles Guimarães, no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da UFMG.

momento resultam de sua experiência acumulada com a língua ao longo da vida. A língua é aqui compreendida como um inventário estruturado de unidades simbólicas denominadas *construções*, isto é, signos convencionalizados que representam os padrões de uso de uma língua por meio da associação entre *forma* e *significado*. Para a teoria, as construções, que são organizadas na rede conceptual do falante (Croft, 2001), abrangem desde palavras² como “gambiarra”, até estruturas sintáticas mais complexas (Croft, 2007). A essa organização das categorias linguísticas se associa a frequência de uso, mecanismo responsável pela emergência de novas formas que se difundem e se estabilizam nas comunidades de fala (Bybee, 2016).

Formalmente, a proposta teórica que orienta esta pesquisa modela a gramática como uma rede aninhada de nós e conexões, inspirada em modelos conexionistas e de redes neurais (Diessel, 2019). Essa gramática em rede é composta pelas construções linguísticas que funcionam como nós simbólicos definidos por diferentes tipos de relações cognitivamente motivadas que refletem tanto a estrutura conceitual quanto o uso social da língua. Alinhamos esse modelo de tratamento do significado à proposta de Matoré (1953), que, por meio de uma abordagem também de natureza radial, introduz os conceitos de *campo nocional* (conjunto de palavras associadas semanticamente) e *palavra-testemunho* (signo lexical que reflete as transformações socioculturais).

Metodologicamente, o presente estudo volta-se para plano do *significado*³ do item “gambiarra”. Para Croft (2001, p. 18), esse plano abrange todos os aspectos convencionalizados da *função* de uma construção, incluindo as propriedades do discurso em que é empregada e da situação pragmática dos interlocutores. A pesquisa, assim, insere-se na perspectiva semiológica do estudo do significado, orientada pela relação da forma para a função. A abordagem adota uma análise diacrônica do léxico, baseada em um *corpus* constituído por registros lexicográficos de dicionários de diferentes períodos e ocorrências do vocábulo coletadas no acervo digital da *Hemeroteca Digital Brasileira* (século XIX a XXI). O tratamento dos dados combinou métodos quantitativos – como a classificação das ocorrências em rótulos semânticos e a visualização temporal em gráficos de dispersão produzidos no software *Orange* (Demsar et al., 2013) – com análises qualitativas inspiradas nos modelos baseados no uso e na lexicologia sócio-histórica – utilizando a plataforma do site *Voyant Tools* (Sinclair; Rockwell, 2016) para explorar as redes lexicais.

A organização deste trabalho reflete a trajetória analítica percorrida, iniciando com a apresentação dos fundamentos teóricos que sustentam a abordagem baseada no uso e a lexicologia social (Seção 2). A Seção 3 detalha os mecanismos e padrões da mudança semântica. Na sequência, a Seção 4 apresenta a metodologia e o *corpus* da pesquisa, enquanto a Seção 5 e a Seção 6 dedicam-se à análise dos registros lexicográficos do termo, culminando na Seção 7 com a discussão da trajetória de mudança semântica.

² Durante o artigo, o uso das expressões *palavra*, *termo*, *item* ou *vocábulo* para nos referirmos a *gambiarra* ocorre unicamente por conveniência didática, uma vez que a unidade de análise adotada nesta pesquisa é a *construção*.

³ Adotamos a proposta de Cruse (2000) para o estudo da semântica lexical. *Significado* diz respeito ao modo como a palavra funciona e faz sentido em contextos linguísticos (normalidade de uso). Sentido é a representação mental/conceitual (mobiliza *conceitos*) que a palavra ativa para que possamos entendê-la e usá-la. Trata-se de uma questão de *conceptualização*, não de *realidade objetiva*. Ao longo do artigo, o uso desses termos é feito de forma intercambiável, uma vez que convergem para a ideia geral da semântica associada às palavras. Por fim, *referência* diz respeito à coisa no mundo a que uma expressão particular se refere.

2 Fundamentos da abordagem baseada no uso

A mudança de significado de uma construção é consequência da natureza interacional da linguagem. Considerar esse pressuposto nos filia aos modelos baseados no uso, que concebem a linguagem não como um sistema autônomo, mas como mecanismo moldado pela cognição e pela interação social (Martelotta, 2011) e a mudança linguística como um fenômeno que ocorre em situações reais de comunicação, quando os falantes buscam atender finalidades específicas.

Para compreender como essas finalidades se atualizam no discurso, é necessário considerar os diferentes domínios da linguagem que compõem o sistema linguístico. Givón (2018) distingue dois: de um lado, o léxico, responsável pela codificação conceitual, e, de outro, a gramática, encarregada da organização de cláusulas que representam estados, eventos ou suas concatenações em cadeia. Essa divisão está, ainda, inserida em dois níveis fundamentais: a representação mental e a comunicação. A primeira compreende o léxico conceitual, a semântica proposicional e o discurso multiproposicional,⁴ enquanto a segunda se refere ao papel interacional da linguagem (Givón, 2018, p. 28).

O léxico conceitual, em primeiro lugar, é entendido como um repositório relativamente estável que garante que a significação de um conceito não se altere rapidamente; em segundo lugar, é socialmente compartilhado, pois possibilita a comunicação entre membros de uma comunidade linguística; e, em terceiro lugar, é codificado de conceitos, uma vez que assegura a associação entre conceitos e rótulos perceptuais, as palavras. Ele compõe, assim, um mapa cognitivo da experiência humana, uma rede de conceitos que funciona de maneira nodal, em que a ativação de uma palavra evoca automaticamente um conjunto de conceitos prototípicos relacionados.

Se esse último nível diz respeito à representação mental, o nível da comunicação também desempenha um papel fundamental na construção desse léxico conceitual. Como explica Croft (2000), a linguagem é, em sua essência, um ato social e interacional. A comunicação não se resume à simples transferência de informações, uma vez que serve a objetivos extralinguísticos, como a construção de identidade e a influência mútua entre os interlocutores. Nesse cenário, o significado de uma palavra não é predefinido em um léxico estático, pois emerge da ação conjunta do falante e do ouvinte (Croft, 2011). Logo, o sucesso da comunicação depende da capacidade de ambos os indivíduos de coordenarem suas intenções e de estabelecerem um conhecimento comum (*common ground*). O significado, portanto, torna-se um resultado negociado, não uma propriedade inerente da palavra em si.

Se o significado é negociado entre os falantes, é natural que a mudança de sentido de uma palavra seja compreendida através da interação entre convenção e inovação. Croft (2000) explica que, embora as convenções linguísticas sirvam como dispositivos de coordenação para problemas comunicacionais recorrentes (visto que falante e ouvinte precisam sempre alinhar suas intenções para convergir sobre um mesmo significado), o uso de uma palavra jamais é completamente convencional. Como explica Enfield (2015, p. 1), há uma lacuna entre os significados mentais individuais (privados) e a trajetória pública das palavras nas interações sociais e nas convenções compartilhadas por uma determinada comunidade. Nesse momento, a singularidade de cada contexto comunicacional exige que os interlocutores empreguem

⁴ Como foco deste trabalho, voltaremos nossa atenção exclusivamente ao nível do léxico conceitual.

recursos contextuais e inferenciais que permitem que ambos preencham as lacunas do significado convencional. É nesse interstício entre o convencional e o não convencional que a inovação linguística encontra seu ponto de partida: ocorre a extensão de um termo a um novo referente – como no caso de um neologismo ou de uma metáfora – representando um uso inovador que, se aceito por uma comunidade, pode se difundir e consolidar como uma nova convenção linguística.

Tendo delineado os postulados relacionados ao tratamento histórico no nível da representação mental (Givón, 2018) e da comunicação (Croft, 2000, 2011), resta agora abordar as motivações sociais, ou seja, compreender como a cultura interage com a linguagem e influencia os processos de mudança semântica. O significado resulta da forma como os seres humanos constroem interpretações do mundo, refletindo preocupações sociais, valores culturais e modos específicos de interação. “Sendo a língua um fato social, é a história da sociedade que explica a evolução linguística”. Assim, o vocabulário constitui “um elemento móvel, sujeito às menores variações da sociedade” (Matoré, 1949, p. 54, tradução nossa)⁵.

Matoré (1949, 1953) destaca a importância de aproximar a lexicologia da sociologia e da história, justificando assim o desenvolvimento de uma abordagem social do léxico. A proposta de uma lexicologia social inaugura uma abordagem metodológica que entende a mudança semântica não apenas como resultado de processos cognitivos e interacionais, mas também como consequência direta de transformações culturais e históricas. No plano teórico, Matoré critica a cisão saussuriana entre sincronia e diacronia, uma vez que toda palavra carrega um traço temporal e sua significação resulta também de usos passados (Cambaia, 2013). Dessa forma, parece existir um denominador comum entre as abordagens cognitivo-funcionais e a proposta de Matoré: a busca por uma explicação da língua que integre *forma* – o *continuum* lexicogramatical – e *função* – o significado, que é, por essência, sócio-histórico.

Na sequência, abordam-se os mecanismos responsáveis pela mudança semântica, cuja emergência e recorrência estão relacionadas a motivações sócio-históricas.

3 Mecanismos e padrões da mudança semântica

Campbell (1998, p. 256) define que a mudança semântica envolve alterações nos conceitos associados às palavras, sem necessariamente alterar sua forma fonética e observa que sua explicação requer integração com fatores como analogia, sintaxe, pragmática e contexto sociocultural e histórico. A análise de todos esses fatores oportuniza ao linguista perceber certa regularidade nesses processos de mudança que apontam, sobretudo, para a tendência à unidirecionalidade, segundo a qual os elementos linguísticos caminham, ao longo do tempo, de significados mais concretos, representacionais e objetivos para significados mais abstratos, subjetivos e intersubjetivos (Martelotta, 2011).

A literatura em linguística histórica, segundo Koch (2016) e Traugott (2017), costuma distinguir as motivações e os mecanismos de mudança, sendo as primeiras relacionadas às razões pelas quais a mudança ocorre e os segundos aos processos pelos quais ela se realiza. As motivações para a mudança semântica relacionam-se, em grande medida, a transforma-

⁵ Do original, “la langue étant un fait social, c’est l’histoire de la société qui explique l’évolution linguistique. [...] le vocabulaire constitue [...] un élément mobile, soumis aux moindres variations de la société”.

ções culturais e discursivas (constatação igualmente defendida por Matoré). Paralelamente, há motivações de natureza pragmática, ligadas às inferências produzidas na interação comunicativa (Traugott; Dasher, 2004).

Entre os mecanismos cognitivos que explicam a mudança semântica, destaca-se a metáfora. De acordo com Traugott (2017), a metáfora é entendida como um processo baseado na percepção de similaridade entre domínios distintos, permitindo que termos de um campo sejam reinterpretados em outro, como no caso de *belly* ('barriga'), do inglês, que tem origem no inglês antigo *bælg* (*bag, purse*, 'bolsa') e que, baseado na semelhança percebida entre o formato de uma bolsa e o abdômen humano, gerou uma reinterpretação motivada por analogia. Além desse processo, Traugott (2017) e Koch (2016) destacam metonímia, subjetivação, intersubjetivação, pejorização, melhoriação, estreitamento e generalização.⁶ Esse último, caro para esta pesquisa, envolve a ampliação (*widening*) do escopo semântico de uma palavra, que passa a abarcar um conjunto mais amplo de referentes – um exemplo seria o termo *dog*, que originalmente designava uma raça específica e se expandiu para incluir todos os cães em geral.

Na sequência, descreve-se a metodologia do trabalho.

4 Metodologia

Entre os enfoques teóricos que orientam o estudo da mudança semântica (Traugott; Dasher, 2004, p. 24-27), a perspectiva semasiológica preocupa-se com as alterações de significado associadas a uma palavra ao longo do tempo, mantendo relativamente constante a forma. É nesse eixo de investigação que se inscreve a presente pesquisa.

Metodologicamente, esta pesquisa exploratória tem caráter qualitativo e interpretativista, de natureza descritivo-analítica, e adota uma perspectiva diacrônica de análise lexical. O objetivo central é investigar a evolução semântica e o processo de mudança lexical do termo “gambiarra” no PB, observando como os diferentes registros lexicográficos e as ocorrências em textos jornalísticos de distintas épocas refletem a reconfiguração dos sentidos do termo. O *corpus* de análise foi constituído a partir de duas fontes: (i) registros lexicográficos de dicionários de diferentes períodos; e (ii) ocorrências da palavra “gambiarra” coletadas no acervo digital da *Hemeroteca Digital Brasileira*, compreendendo textos de jornais e revistas entre os séculos XIX e XXI.⁷

A *Hemeroteca Digital Brasileira*⁸ é um projeto desenvolvido pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) com o objetivo de preservar, digitalizar, catalogar e disponibilizar acervos de periódicos históricos publicados no Brasil. O método de busca pela plataforma se dá por meio de um sistema de pesquisa que permite ao usuário realizar consultas a partir de um filtro de “palavras-chave”. Após a pesquisa do termo “gambiarra” nesse filtro, os documentos digitalizados em que esse item ocorre podem ser visualizados em seu formato original, escaneados.

⁶ A limitação de espaço nos impede de aprofundar a descrição desses processos.

⁷ Como a Hemeroteca não registra ocorrências do termo gambiarra no período de 2020 a 2025, foram coletadas 30 ocorrências do termo em títulos de notícias por meio da plataforma de pesquisa do Google News.

⁸ *Hemeroteca Digital Brasileira*. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

As ocorrências foram selecionadas após leitura e recorte das sentenças em que o termo aparece. A plataforma organiza resultados por intervalos de dez anos, justificando o recorte temporal adotado. Quantitativamente, foram selecionadas 30 ocorrências para cada década, exceto nas décadas em que não foi possível obter esse número devido à escassez de registros do termo. A delimitação de 30 ocorrências por década foi estabelecida a partir de um critério metodológico que busca equilibrar representatividade e viabilidade analítica. Assim, a seleção não visa à exaustividade quantitativa, mas à representatividade funcional dos contextos em que os diferentes sentidos da unidade lexical emergem e se sobrepõem. Em termos empíricos, a observação dos dados revelou que os períodos de transição – isto é, as décadas em que os sentidos do termo entram em coexistência – apresentaram uma distribuição balanceada das ocorrências entre categorias semânticas. Esse equilíbrio é indicativo de que o *corpus*, ainda que composto por um número limitado de exemplos por década, é suficientemente representativo dos momentos de mudança lexical.

Os dados foram transcritos para planilha no Excel, onde foram classificados segundo quatro rótulos baseados nas definições dicionarizadas (ver Seção 5). O tratamento quantitativo foi conduzido no Excel e visualizado no software *Orange* (Demsar et al., 2013), enquanto o qualitativo se fundamentou em modelos baseados no uso (Diessel, 2019; Koch, 2016) e nas análises lexicológicas de Matoré (1953). As redes lexicais foram exploradas com o *Voyant Tools* (Sinclair; Rockwell, 2016), o que permitiu observar coocorrências e *campos nocionais* associados ao termo.

Por fim, é importante reconhecer, contudo, que o *corpus* desta pesquisa se limita ao domínio jornalístico,⁹ o que constitui uma restrição metodológica relevante, uma vez que representa apenas uma parcela do conjunto de práticas discursivas da língua. Nas próximas seções, apresentamos a análise dos significados de “gambiarra”, bem como os resultados obtidos.

5 Definições de “gambiarra” nos dicionários

De acordo com Ferreira (2010, p. 1009), o termo “gambiarra” vem, possivelmente, do radical *gamb-* e se refere à palavra italiana *gamba* que significa ‘perna’. Ernout e Meillet (1939, p. 267) indicam que o termo significa “pata, jarrete do cavalo e, mais geralmente, dos quadrúpedes”. Segundo os autores, *gamba* foi, posteriormente, aplicada na linguagem popular aos homens e acabou por suplantá-lo para ‘perna’.

Entretanto, se é possível reconstruir a etimologia do termo *gamba*, não é possível o mesmo para “gambiarra”. Em geral, nos dicionários o termo está associado à luz e à iluminação de palcos de teatro: “ribalta de luzes na parte anterior e superior dos palcos” (Silva, 1998, p. 849). Nascentes (1952, p. 234) indica que gambiarra se relaciona à *gâmbia*, “porque a luz dá nas pernas dos atores”. Morfologicamente, segundo Bueno (1974, p. 1518), a raiz do termo deve ser *gamba*, do italiano ‘perna’, e o sufixo basco *-arra*, que tem sentido aumentativo.

Ferreira (2010, p. 1009) também relaciona o termo gambiarra à iluminação de teatros e palcos: “rampa de luzes e/ou refletores, de cores variadas, situado ao lado de outras, ou na parte anterior do urdimento, acima da ribalta, ou no teto da plateia, a alguns metros

⁹ O *corpus* reúne predominantemente textos jornalísticos provenientes das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

de distância do palco”. Aulete (2011), igualmente, relaciona “gambiarra” ao teatro, sendo uma “fileira de refletores suspensa acima do palco”, e a mais três sentidos:

gambiarra (gam.bi:ar.ra) sf. 1 Extensão de fio elétrico, com um ou mais bocais de lâmpada: *Uma gambiarra iluminava o jardim.* 2 Bras. Pop. Extensão ilegal para levar eletricidade a algum ponto ou remediar improvisadamente uma passagem de corrente elétrica; GATO 3 Pop. P. ext. Qualquer solução improvisada para resolver um problema ger. do ambiente doméstico (p. 697, destaques do autor).

A partir dessa pesquisa em dicionários, podemos assumir quatro significados para o termo “gambiarra”:

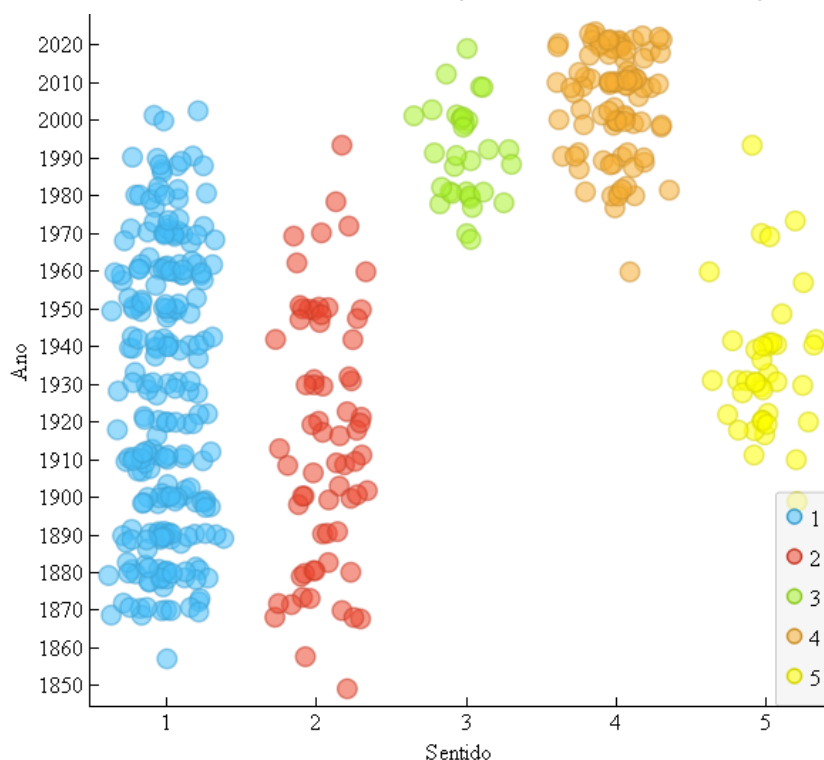
- (1) Extensão com lâmpadas: um cabo com um ou mais soquetes para lâmpadas. Essa montagem é usada em festas, obras ou locais onde não há iluminação fixa, funcionando como uma forma de levar luz a determinado espaço.
- (2) Equipamento de iluminação no teatro: uma estrutura composta por várias lâmpadas ou refletores colocados no palco para iluminar os atores e o cenário durante uma peça.
- (3) Ligação elétrica clandestina: uma ligação de energia feita sem autorização ou de forma improvisada. Por exemplo, quando alguém puxa fios de um poste de energia para abastecer uma casa sem passar pelo medidor.
- (4) Solução improvisada para resolver problemas: qualquer tipo de conserto ou adaptação feita de forma criativa e provisória; pode ser desde colar uma peça quebrada com fita adesiva até usar objetos para uma função diferente da original.

Esse último sentido é estudado por Sedlmayer (2024) que afirma o termo designar “tanto o ato de construção quanto os aparatos criados” (p. 25). Na próxima seção, mapeamos esses diferentes sentidos vinculados ao uso de “gambiarra” no *corpus*.

6 Mapeando os significados de gambiarra no *corpus*

Como explicado anteriormente, nesta etapa da pesquisa, cada enunciado do *corpus* foi analisado individualmente e classificado em uma planilha do Excel, conforme os quatro sentidos de “gambiarra” identificados nos dicionários mencionados na seção anterior. Foram atribuídos os seguintes rótulos: Rótulo 1 (R1), “gambiarra” como extensão com lâmpadas; Rótulo 2 (R2), “gambiarra” como equipamento de iluminação teatral; Rótulo 3 (R3), “gambiarra” como ligação elétrica clandestina ou improvisada; e Rótulo 4 (R4), “gambiarra” como processo ou resultado de uma solução improvisada para resolver problemas. O Gráfico 1 mostra os resultados dessa classificação.

Gráfico 1 – Gráfico de dispersão dos usos de “gambiarra” mapeados pelo significado



Fonte: elaboração do autor.

Na legenda do gráfico, o eixo X apresenta os rótulos numéricos e as cores correspondentes aos significados anteriormente definidos: R1, azul, R2, vermelho, R3, verde e R4, laranja. Além desses, foi incluído um quinto rótulo, R5, em amarelo, para indicar os casos em que o uso de “gambiarra” se refere a um nome próprio (28 ocorrências) ou a um sentido não identificado entre os quatro anteriores durante a análise (13 ocorrências).

Como é possível observar no gráfico, o sentido de “gambiarra” como extensão com lâmpadas (R1) aparece pela primeira vez na década de 1850 e se mantém em uso ao longo do tempo, com diversas ocorrências até a década de 2000. O sentido de “gambiarra” como equipamento de iluminação teatral (R2) ocorre já na primeira ocorrência do termo no *corpus*, também na década de 1850, e estende-se até as décadas de 1980 e 1990. O terceiro sentido, “gambiarra” como ligação elétrica clandestina ou improvisada (R3), surge a partir da década de 1970. O quarto sentido, “gambiarra” como processo ou resultado de uma solução improvisada para resolver problemas (R4), tem sua primeira ocorrência na década de 1960 e passa a ser amplamente utilizado nas décadas seguintes.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a quantificação das ocorrências representadas visualmente no Gráfico 1.

Tabela 1 – Quantificação dos significados de “gambiarra”

Década	Significado rotulado					Total
	1	2	3	4	5	
1850	0	1	0	0	0	1
1860	1	1	0	0	0	2
1870	13	8	0	0	0	21
1880	24	6	0	0	0	30
1890	27	3	0	0	0	30
1900	21	8	0	0	1	30
1910	21	7	0	0	2	30
1920	12	8	0	0	10	30
1930	13	6	0	0	11	30
1940	18	2	0	0	10	30
1950	18	11	0	0	1	30
1960	25	2	0	1	2	30
1970	22	3	2	0	3	30
1980	10	1	10	9	0	30
1990	9	1	7	12	1	30
2000	3	0	9	18	0	30
2010	0	0	3	27	0	30
2020	0	0	1	29	0	30
Total	237	68	32	96	41	474

Fonte: Elaboração dos autores.

O enunciado (1), a seguir, apresenta a transcrição da primeira ocorrência do termo “gambiarra” no *corpus* empregada com o sentido de instrumento de iluminação utilizado no teatro.

- (1) VENDE-SE uma iluminação de theatro em bom uso, com *gambiarra* e pertences, propria para algum theatro de provincia ou interior; na rua de Santa Anxa n. 55.

O trecho apresentado foi retirado do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, publicado em 1857. Na década seguinte, a ocorrência do termo permanece reduzida, com apenas duas ocorrências, transcritas nos enunciados (2) e (3), a seguir.

- (2) E finalmente todos os utensílios decoros e liquidos, gaz, etc., pias de marmore com torneira, coreto com columnas de ferro, o gaz de toda a casa, sendo grande porção de bicos *gambiarra* da iluminação da frente.
- (3) Cheira-me a fumo de *gambiarra* e ribalda; temos intriga de camarim.

Classificamos a ocorrência apresentada em (2) como pertencente ao R1, em que “gambiarra” designa uma extensão elétrica com lâmpadas. Assim como no exemplo anterior, essa ocorrência foi encontrada no *Jornal do Commercio*, datada de 1868. A ocorrência em (3), por sua vez, foi extraída de uma seção de folhetim do jornal *O Ypiranga*, publicado em São Paulo, no ano de 1869. Trata-se de uma fala de personagem da narrativa “Uma Família Inglesa: Scenas da vida no porto”, escrita por Júlio Diniz. Embora o uso do termo “gambiarra” pareça assumir um sentido figurado,¹⁰ o contexto da cena envolve um diálogo sobre o ambiente teatral. Por essa razão, optamos por classificá-la como pertencente ao R2.

Em 1870, foram registradas 21 ocorrências do termo “gambiarra”, das quais 13 apresentam o sentido relacionado à extensão elétrica com lâmpadas e 8 à iluminação utilizada em teatros. A partir da década de 1880, o número de ocorrências aumentou significativamente, permitindo a aplicação da metodologia adotada, que consiste em selecionar 30 ocorrências por década. Apresentamos a seguir quatro ocorrências representativas de cada sentido mapeado no *corpus*. Assim, os enunciados de (4) a (6) correspondem a usos do termo “gambiarra” com o sentido de extensão elétrica com lâmpadas – que totalizam 237 ocorrências.

- (4) A praça do General Osorio está brilhantemente enfeitada para os festejos de hoje. O lado proximo á rua de S. Pedro tem uma *gambiarra*, com duzentos bicos de luz [Gazeta de Noticias, R], 1882].
- (5) Grande illuminação em cordões de *gambiarra*s, com capacidade para 1.500 lâmpadas [O Jornal, R], 1929].
- (6) Amaioria dos vereadores e quase 100 dirigentes de clubes disputam no Departamento de Turismo e Certames da Prefeitura 17 mil metros de *gambiarra* (fio com lâmpadas coloridas) para ornamentação carnavalesca [Jornal do Brasil, R], 1960].

Com o agrupamento de todas as ocorrências de “gambiarra” com esse significado, foi possível utilizar o *Voyant Tools* (Sinclair; Rockwell, 2016), uma ferramenta online de análise textual que, a partir da análise de coocorrências, gera um gráfico em rede dos termos que aparecem conjuntamente com maior frequência. O Gráfico 2, apresentado a seguir, ilustra o resultado dessa análise aplicada às 237 ocorrências de “gambiarra” no sentido de “extensão com lâmpadas”, R1.

Gráfico 2 – “gambiarra” como extensão com lâmpadas



Fonte: elaboração do autor.

¹⁰ No trecho em questão, o personagem sugere que uma carta recebida traz um enredo típico de bastidores teatrais, cheio de intrigas.

A ferramenta organiza a disposição das palavras em duas cores distintas: os quadros azuis representam as palavras-chave, enquanto os quadros laranja indicam as coocorrências, ou seja, palavras que aparecem próximas às palavras-chave no *corpus*. Além disso, a espessura das linhas que conectam os quadros – compreendidos como nós em uma rede lexical – indica o grau de frequência com que os termos ocorrem em conjunto. Essa representação visual da rede reflete, nos termos de Diessel (2019, p. 18), o modo como “o conhecimento que um falante tem sobre itens lexicais inclui associações com outros itens semanticamente e/ou foneticamente relacionados”¹¹. Para a abordagem baseada no uso, as relações lexicais são formadas por meio de processos de categorização, reforçadas pela automatização e pelo *priming* (ativação prévia), o que faz com que expressões frequentemente utilizadas em conjunto, dentro de um mesmo domínio, tornem-se associadas entre si.

Se o conhecimento linguístico não é pré-determinado, mas construído a partir de experiências reais de uso linguístico em sociedade, torna-se possível correlacionar essa organização em rede com os conceitos de *campo nocional* (*champ notionnel*) e *palavras-testemunho* (*mots-témoins*), propostos por Matoré (1953, p. 63-67). Segundo o lexicólogo, o *campo nocional* corresponde a um conjunto de palavras associadas na consciência dos falantes, reunidas com base em afinidades sociológicas (Cambraia, 2013). Na rede analisada, o *campo nocional* está relacionado aos termos que se associam à “gambiarra”: lâmpada, luz, iluminação, gás (em referência à iluminação a gás¹²), rua, praça – lugares onde as “gambiarra”, muitas vezes com dezenas de metros, eram comumente instaladas durante festas, penduradas em bambus. Esses termos não apenas refletem o contexto histórico e social, como também justificam o sentido de “gambiarra” enquanto extensão elétrica com lâmpadas. A transformação desse *campo nocional* está diretamente ligada à mudança de significado da construção “gambiarra”, que passa, nesse ponto, a assumir o papel de *palavra-testemunho*, isso é, um neologismo (de forma ou de sentido) que, ao emergir, torna-se símbolo de uma transformação social de sua época, reorganizando e hierarquizando todo o *campo nocional* ao qual pertence. Esse fenômeno será retomado nas próximas seções, onde veremos como a mudança no sentido da construção “gambiarra” também implicará em uma reconfiguração dos nós simbólicos da rede lexical.

Com base na representação visual do Gráfico 1 e nos dados quantitativos da Tabela 1, apresentados no início deste capítulo, é possível observar a convivência de dois significados distintos para o termo “gambiarra”: um relacionado a uma extensão com lâmpadas (R1) e outro à iluminação utilizada em teatros (R2). Os enunciados de (7) a (9) exemplificam o uso de “gambiarra” classificada como R2. Ao todo, foram identificadas 68 ocorrências desse uso no *corpus*.

- (7) A Sra. Leonardi não pregou nenhuma peça aos frequentadores do theatro Recreio Dramatico, por isso que a *gambiarra* bem accessa deixava ver aos que chegavão que não era a Catalina, mas outro o espetaculo da noite [Jornal do Commercio, RJ, 1881].
- (8) As caixas de theatro, durante os ensaios, desprovidas de scenarios, mal illuminadas por uma *gambiarra*, têm um aspecto soturno que não impressiona bem [Jornal do Brasil, RJ, 1924].

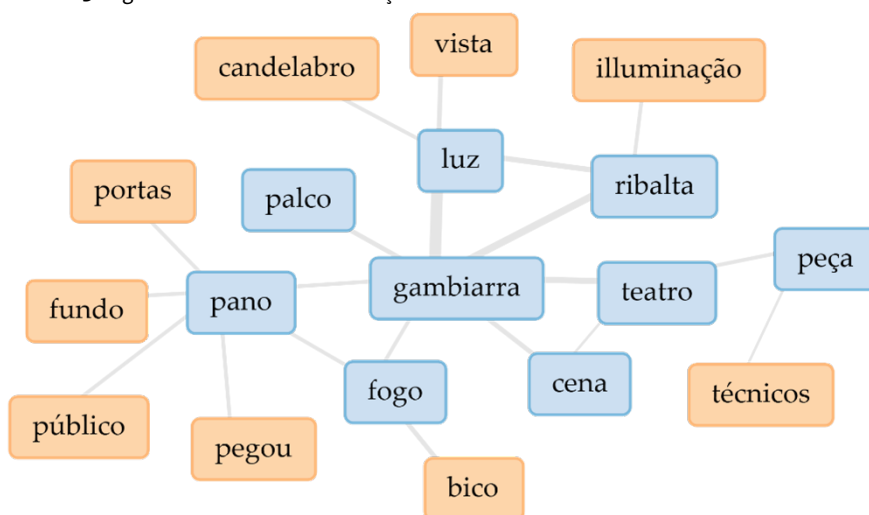
¹¹ Do original “a speaker’s knowledge of lexical items includes associations to other semantically and/or phonetically related items”.

¹² O Rio foi a primeira cidade latino-americana com iluminação a gás (em 1854 haviam 1.853 pontos desse tipo de iluminação), enquanto em São Paulo ela só surgiu a partir da década de 1870.

- (9) O Professor Gilson Amado, diretor da TV-Educativa, doou à Escola do Teatro da FEFIEG todo o estoque de refletores, spots, *gambiarra*s e outros apetrechos do antigo Teatro Nôvo, e a alegria foi grande na escola... [Diário de Notícias, RJ, 1961]

O Gráfico 3, apresentado a seguir, representa a organização radial do termo “gambiarra” em sua associação com esse sentido. Nessa visualização, o *campo nocional* abrange não apenas termos diretamente ligados ao universo do teatro – como “ribalta”, “pano”, “palco”, “cena”, “plateia”, “público” – mas também vocábulos relacionados à “iluminação” e à “luz”. Especificamente nessa rede, observa-se a presença de palavras como “fogo” e “bico” e de verbos como *pegar* (“pegar fogo”). Esses elementos refletem diversas ocorrências jornalísticas em que se relata a ocorrência de incêndios provocados pelo contato entre um *bico de* “gambiarra” e um *pano*, evidenciando os riscos associados ao uso desse tipo de equipamento no ambiente teatral.

Gráfico 3 – “gambiarra” como iluminação de teatro



Fonte: elaboração do autor.

Como indicado anteriormente, embora em quantidade significativamente menor (68 ocorrências de R2 em comparação às 237 ocorrências do R1), o uso de “gambiarra” como iluminação teatral coocorre com o sentido de “gambiarra” como extensão elétrica para iluminação. Dessa forma, estabelecer uma fronteira rígida entre esses dois significados não nos parece viável, considerando tanto a metodologia empregada quanto a natureza do *corpus*. As diferentes acepções do termo dependem, neste caso, do que Cambraia (2013) denomina de fatores externos à língua, que contribuem para explicar a constituição e a mudança do léxico. Isso implica levar em conta “as diferenças na sociedade – de gênero, de idade, de classe social, de região, de formação escolar etc. – ao analisar o léxico” (Cambraia, 2013, p. 167). Assim, a definição da rede aninhada de nós e conexões (Diessel, 2019) entre os sentidos de “gambiarra” está diretamente relacionada ao grau de envolvimento dos falantes com práticas sociais que possibilitam o contato com tais usos. Por exemplo, falantes que não tinham qualquer relação com o meio teatral, provavelmente associavam o termo “gambiarra” a esse *campo nocional* de forma mais distante ou indireta. Em contrapartida, pessoas inseridas no universo das artes

cênicas reconheciam com facilidade o termo vinculado a esse contexto específico, como na ocorrência em (10), transcrita abaixo.

- (10) Sendo quinta geração de artista, até onde eu sei, ribalta, coxia, urdimento, *gambiarra*, roteiro, esquerda baixa, são palavras que aprendi antes do bê-á-bá [Jornal do Brasil, RJ].

Trata-se de um relato em que um artista menciona ter aprendido termos técnicos ligados ao universo teatral ainda na infância, devido à convivência com o meio artístico desde muito cedo. O exemplo evidencia como o conhecimento e o uso de determinadas palavras estão diretamente relacionados às variantes sociais do falante.

Na análise dos dados, a maior parte das ocorrências de “gambiarra” com o sentido relacionado à iluminação teatral concentra-se entre as décadas de 1870 e 1950. A partir das décadas de 1960 e 1970, observa-se uma queda significativa no uso desse sentido, o que pode estar associado à modernização do teatro brasileiro. Algumas ocorrências presentes no *corpus* evidenciam esse processo de transformação, como um dado de 1978, representado abaixo, em (11). Essa ocorrência explica, ainda que de forma implícita, o abandono de práticas técnicas e vocabulários associados a um modelo teatral mais antigo.¹³

- (11) Com Ziembinski, o teatro nacional abandonou a *gambiarra* e a ribalta [Jornal do Brasil, RJ].

As últimas décadas do século XX, especialmente os anos 1980 e 1990, marcam, no *corpus* analisado, o fim das ocorrências dos sentidos do R1 e R2 de “gambiarra” e o início da predominância dos sentidos de R3 e R4. Ou seja, “gambiarra” deixa de ser associada a equipamentos de iluminação e passa a significar, no *corpus*, uma ligação elétrica clandestina ou improvisada (R3) e o processo ou resultado de uma solução improvisada para resolver problemas (R4).

Esse período representa um momento de transformação na rede lexical do termo, em que os nós simbólicos se alteram, ao menos no plano semântico e a palavra “gambiarra” passa, então, a exercer uma função discursiva diferente, refletindo uma mudança em seu uso. Nesse ponto, em diálogo com os trabalhos de Matoré (1953) e Cambraia (2013), o termo “gambiarra” pode ser compreendido como uma *palavra-testemunho*, um neologismo de sentido que expressa dinamismo e marca uma mutação significativa no sistema linguístico.

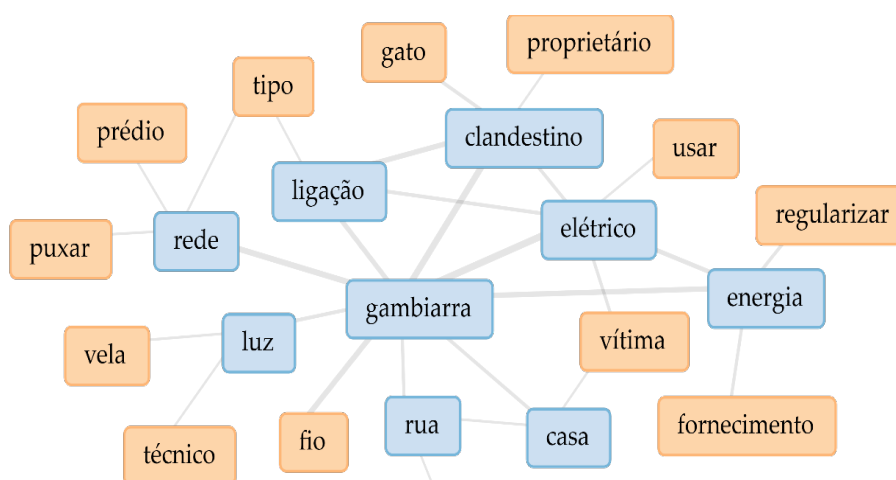
Novamente, os sentidos de “gambiarra” representados pelos rótulos 2 e 3 coexistem no *corpus*, porém com uma diferença significativa na frequência: o sentido associado ao R3 ocorre em 96 *tokens*, enquanto o do R2 aparece em apenas 32 *tokens*. Em relação ao R3, que corresponde ao uso de “gambiarra” como ligação elétrica clandestina ou improvisada a primeira ocorrência no *corpus* data de 1970 e se estende até 2020, com apenas uma ocorrência registrada neste último ano. Os exemplos de (12) a (14), apresentados a seguir, ilustram ocorrências desse sentido.

¹³ Ziembinski foi um diretor teatral que teve papel fundamental na modernização do teatro brasileiro no século XX

- (12) Em entrevista concedida a esta página, o Sr. José Rita, Diretor-proprietário da SOPREMACO, disse que a sua empresa usava energia elétrica através de uma *gambiarra*, que é uma ligação precária [Correio Braziliense, DF, 1974].
- (13) A equipe encontrou uma *gambiarra* de luz e um gato de água que leva os recursos além dos muros do cemitério [Jornal do Brasil, RJ, 2008].
- (14) *Gambiarra* é a causa mais comum de choques em casa [G1, 2020].

A distinção entre as redes lexicais correspondentes aos rótulos 3 e 4 neste estudo ocorre exclusivamente em função da análise separada dos significados realizada ao longo deste trabalho. Consequentemente, como esses dois sentidos frequentemente coocorrem, as redes apresentadas nos Gráficos 4 e 5, a seguir, devem revelar semelhanças e conexões significativas entre si.

Gráfico 4 – “gambiarra” como ligação elétrica clandestina



Fonte: elaboração do autor.

A organização radial apresentada acima revela o *campo nocional* associado ao novo sentido de “gambiarra”, entendido como uma ligação clandestina de energia elétrica. Diversos termos reforçam as coocorrências mais frequentes nesse contexto, como “casa”, “rua”, “luz”, “puxar” (no sentido de “puxar energia da rua”) e “prédio”. O termo “gato” aparece como uma designação popular alternativa para esse tipo de ligação. Outros elementos do gráfico, como “regularizando”, “técnico” e “vítima”, refletem a ilegalidade e os riscos associados a essa prática, frequentemente retratada em notícias sobre acidentes graves ou fatais causados por “gambiarras”. Na sequência, o Gráfico 5 apresenta as associações radiais referentes ao sentido do R4, no qual “gambiarra” é compreendida como o processo ou resultado de uma solução improvisada para resolver problemas em geral.

Gráfico 5 – “gambiarra” como solução improvisada para problemas



Fonte: elaboração do autor.

A primeira ocorrência de “gambiarra” com o sentido associado ao R4, ou seja, como solução improvisada para resolver problemas, aparece no *corpus* em 1960, sendo seguida por outras ocorrências distribuídas entre as décadas de 1980 a 2020. Nesses enunciados, o uso de “gambiarra” extrapola o sentido mais restrito de ligação improvisada estritamente elétrica. Aqui, o termo passa a designar qualquer tipo de solução improvisada e com os recursos disponíveis, para lidar com diferentes situações cotidianas. As conexões evidenciadas na rede lexical refletem esse novo campo nocional: a *gambiarra* utilizada na TV a cabo; a *gambiarra* para puxar água para a casa; a *gambiarra* como um mecanismo provisório ou um artifício; a *gambiarra* como uma tentativa de resolver um problema; além das relações recorrentes com a segurança – uma vez que pode provocar acidentes – e com o governo – sendo reflexo da precariedade da vida de um povo que recorre ao uso da “gambiarra” como forma de resistência e adaptação. Os exemplos de (15) a (18), apresentados a seguir, ilustram esse uso.

- (15) Na Avenida Brasil, então, senti que estava dirigindo a maior *gambiarra* (ônibus em condições precárias). Como êle tinha saído da revisão justamente para passar na vistoria, estranhei, mas levei-o até lá, na Rua Frei Caneca [Jornal do Brasil, RJ], 1968].
- (16) Os profissionais fizeram uma “*gambiarra*”, um arranjo improvisado para evitar que o cloro continuasse vazando [Cidade de Santos, SP, 1985].
- (17) Para ampliar o porta-malas generoso, de 526 litros, a Zafira emprestou o assoalho - e também cedeu alguns componentes da suspensão e amortecedores. Da Meriva vieram botões do painel e console, cujo desenho lembra o do Astra. E por aí vai. Houve até quem torcesse o nariz, chamando o modelo de “*gambiarra*”. Uma injustiça [Jornal do Brasil, RJ, 2005].

- (18) A casa de Maene, aliás, não tem esgoto, água encanada, energia elétrica. É tudo na base da gambiarra [Correio Braziliense, DF, 2002].

É interessante observar que, na maioria de usos nesse contexto, “gambiarra” começa a aparecer registrada entre aspas ou acompanhada de uma explicação entre parênteses. Isso indica um estágio de mudança semântica, no qual o termo, ainda relativamente pouco convencional nesse uso, pode gerar ambiguidades – sobretudo em razão da polissemia –, exigindo, assim, uma explicitação por parte do enunciador para garantir o entendimento do leitor; ou, ainda, a sinalização do uso do termo como gíria.

Por fim, 41 ocorrências foram classificadas sob o rótulo 5, atribuídas a 28 casos em que o termo é empregado como nome próprio. Além disso, esse rótulo também inclui 13 casos em que não foi possível determinar com precisão o sentido de “gambiarra”. Encerramos, aqui, a análise das ocorrências de “gambiarra” no *corpus*. Na seção seguinte, propomos uma reflexão sobre os possíveis mecanismos linguísticos envolvidos na trajetória de mudança semântica da construção “gambiarra”.

7 Refletindo sobre a mudança semântica de “gambiarra”

De acordo com Koch (2016, p. 56-57), as inovações semânticas mais significativas são geralmente motivadas por fatores socioculturais e pragmáticos. Nesse sentido, o uso de “gambiarra” para designar a extensão elétrica (R1), associada a contextos de falta de iluminação, serviu de base para a ampliação do termo ao campo do improvisado em geral. Os exemplos de (19) a (21), apresentados a seguir, ilustram esse processo: em todos eles, “gambiarra”, ainda no sentido de extensão elétrica (R1), aparece relacionada a contextos de improvisação para iluminação temporária durante apagões ou festas.

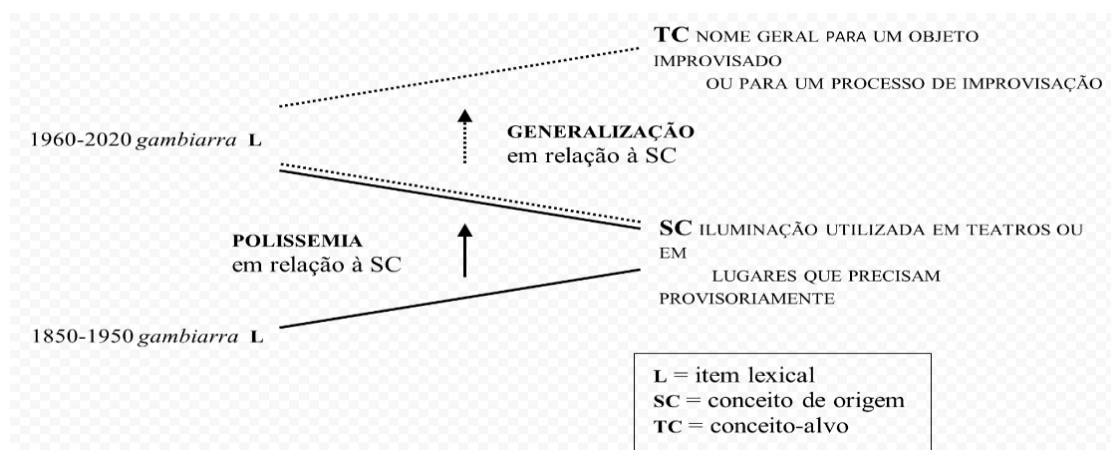
- (19) Nada menos de 930 bicos de gás, distribuídos por aparelhos provisórios, colocados nas paredes, por uma *gambiarra* correndo ao longo da cimalha real, por vários candeladros... [Gazeta de Notícias, RJ, 1885].
- (20) A iluminação à *gambiarra* (bambus com furos para as torcidas embebidas em querosene), era imprescindível, pois não existia iluminação elétrica [A Tribuna, SP, 1957].
- (21) A Rua B e a Avenida Industrial ficaram às escuras, sendo que um trecho da Rua B foi beneficiado pela *gambiarra*, um fio com várias lâmpadas [O Fluminense, RJ, 1990].

Esse processo pode ter dado origem a dois novos sentidos: o de ligação elétrica clandestina (R3), registrado a partir da década de 1970, e o de solução improvisada para resolver problemas de forma provisória (R4), cuja emergência, no *corpus*, remonta à década de 1960. Este último representa a máxima expansão semântica da construção “gambiarra”, abrangendo qualquer tipo de reparo, adaptação ou construção realizada provisoriamente, podendo referir-se tanto ao processo quanto ao produto final. Segundo Koch (2016, p. 27), a reiteração e aceitação desse novo uso pela comunidade de fala refletem os mecanismos de *propagação*, que evidenciam seu aspecto social, e de *entrincheiramento*, ligado ao aspecto psicolinguístico da mudança semântica, i.e., o modo como a inovação se estabiliza na mente dos falantes. Assim, a transição para o R4 implica um ato de inovação da designação por parte do

falante, que, diante da necessidade de nomear uma “solução improvisada”, com sentido mais abstrato, utiliza um termo de sentido mais concreto (a extensão elétrica, R1) por *generalização*, focando na qualidade da ação (o improvisado) em vez do objeto (a luz). É por conta dessa *generalização* que, hoje, o termo se enquadra no que a tradição linguística vem nomeando de *nomes gerais* (Amaral; Ramos, 2014).

A Figura 2, abaixo, baseada na formalização de Koch (2016), busca ilustrar o processo analisado: entre 1850 e 1950, “gambiarra” tem o sentido original (SC) de “iluminação utilizada em teatros ou lugares que precisavam provisoriamente de luz”. A partir de 1960, ocorre o surgimento de novos usos associados a esse significado inicial, configurando uma fase de polissemia, em que o termo passa a ser empregado também em outros contextos de improvisação. Em seguida, observa-se um processo de *generalização* (TC), pelo qual “gambiarra” adquire um sentido mais abrangente.

Figura 2 – Representação do processo de polissemia e generalização de “gambiarra”



Fonte: elaboração do autor.

O diagrama também ilustra o modo como a ascensão do sentido mais recente e abrangente de *gambiarra* (R4) é acompanhada por um processo que Koch (2016, p. 26) denomina *mudança de significado redutiva* (*reductive meaning change*). No ciclo da polissemia – como se observa nas décadas de 1980 e 1990, quando múltiplos sentidos coexistem –, o estabelecimento de um novo sentido dominante – a partir dos anos 2000 – tende a reduzir a frequência dos significados anteriores, que eventualmente podem desaparecer. O desaparecimento do sentido teatral (R2) na década de 1990 e a expressiva diminuição do uso relacionado à iluminação com lâmpadas (R1) após 2000 sinalizam que o sentido de solução improvisada (R4) está se consolidando como o núcleo semântico da palavra. A principal consequência desse percurso é a *convencionalização* do novo sentido, isso é, o movimento de tensão semiótica que ocorre entre o discurso e a organização do sistema (Koch, 2016, p. 27), pelo qual o uso reiterado e socialmente compartilhado estabiliza a inovação semântica e a integra ao léxico comum da língua.

8 Considerações finais

O presente estudo se propôs a analisar a trajetória de mudança semântica do item “gambiarra” em textos jornalísticos brasileiros, investigando como a variação dos contextos de uso ao longo do tempo reconfigurou o significado dessa unidade lexical. Alinhado aos pressupostos dos modelos da linguística baseados no uso e da lexicologia sócio-histórica, o objetivo central foi mapear o percurso do termo no *corpus* desde suas primeiras ocorrências no século XIX até sua consolidação no uso contemporâneo.

A análise do *corpus* revelou um processo de polissemia e generalização, culminando na ascensão de um novo significado. O termo sofreu ampliação de sentido, uma vez que houve a transição dos significados originais, ligados a equipamentos de iluminação (teatral e extensões elétricas), para sentidos mais abstratos e subjetivos, como o de ligação elétrica clandestina ou de solução improvisada, que confirmam as tendências de mudança linguística, segundo as quais os elementos caminham, ao longo do tempo, de significados mais concretos e objetivos para significados mais abstratos e subjetivos.

Apesar dos resultados, é imperativo reconhecer as limitações deste trabalho. O *corpus*, restrito majoritariamente a textos do domínio jornalístico, impõe uma restrição metodológica que compromete a representação da frequência real dos sentidos, especialmente em contextos de fala informal. Assim, sugerem-se caminhos para pesquisas futuras que ampliem o escopo da investigação.

Referências

- AMARAL, E. T. R.; RAMOS, J. *Nomes gerais no português brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.
- AULETE, C. *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2011.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BUENO, F. S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Brasília, 1974.
- BYBEE, J. L. *Língua, uso e cognição*. São Paulo: Cortez, 2016.
- CAMBRAIA, C. N. Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 21, n. 1, 2013, p. 157-188. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.21.1.157-188>. Acesso em: 4 set. 2025.
- CAMPBELL, L. *Historical linguistics: an introduction*. Cambridge: MIT Press, 1998.
- CROFT, W. *Explaining language change: an evolutionary approach*. Londres: Longman, Pearson Education, 2000.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

- CROFT, W. Construction grammar. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Orgs.). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 463-508.
- CROFT, W. Language as a process. In: ARNOS, I.; CLARK, E. V. (Orgs.). *Experience, Variation and Generalization: Learning a first language*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2011. p. 241-260.
- CRUSE, D. A. *Meaning in Language: An Introduction to Semantics and Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- DEMSAR, J. et al. *Orange: data mining toolbox in Python*. *Journal of Machine Learning Research*, [S.l.], v. 14, ago. 2013, p. 2349-2353. Disponível em: <https://jmlr.org/papers/volume14/demsar13a/demsar13a.pdf>. Acesso em: 29 jan 2026.
- DIESSEL, H. *The Grammar Network: how language structure is shaped by language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- ENFIELD, N. J. *The utility of meaning: what words mean and why*. Oxônia: Oxford Linguistics, 2015.
- ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: [s.l.], 1939.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurelio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. Amsterdã: John Benjamins, 2018.
- KOCH, P. Meaning change and semantic shifts. In: JUVONEN, P.; KOPTJEVSKAJA TAMM, M. (Orgs.). *The lexical typology of semantic shifts*. Berlin: Walter de Gruyter, 2016. p. 21-66.
- KOPTJEVSKAJA-TAMM, M.; VANHOVE, M.; KOCH, P. Typological approaches to lexical semantics. *Linguistic Typology*, v. 11, 2007, p. 159-185.
- MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MATORÉ, G. La lexicologie sociale. *L'Information Littéraire*, Paris, n. 2, mar./abr. 1949.
- MATORÉ, G. *La méthode en lexicologie: domaine français*. Paris: Didier, 1953.
- NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Acadêmica, v. 1, 1952.
- SEDLMAYER, S. *Quem não tem cão caça com gato: estudando a gambiarra*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2024.
- SILVA, A. P. e. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 15. ed. São Paulo: Encyclopedia Britannica do Brasil, 1998.
- SINCLAIR, S.; ROCKWELL, G. *Voyant Tools*, 2016. Disponível em: <https://voyant-tools.org/>. Acesso em: 15 set. 2025.
- TRAUOGOTT, E. C. Semantic change. In: *Oxford Research Encyclopedias, Linguistics*, 2017.
- TRAUOGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

A categoria de gênero nas gramáticas de língua portuguesa publicadas no Brasil: Um excursus histórico

Gender Category in Portuguese Grammars Published in Brazil: A Historical Excursus

Roberto Mulinacci

Università degli Studi di Bologna
(UniBo) | Bolonha | BO | IT
roberto.mulinacci@unibo.it
<https://orcid.org/0000-0002-9440-9207>

Resumo: Apesar de o gênero ser visto hoje em dia principalmente, pelo menos no debate público, como uma construção social (e não por acaso, para dar conta dessa relevância do gênero na definição de uma identidade, individual e coletiva, se fala frequentemente em “social gender”), as questões de gênero continuam, porém, repercutindo cada vez mais também na noção de gênero entendido como categoria gramatical, cujo inesperado ressurgimento nos estudos linguísticos atuais tem muito a ver exatamente com a nova e desejada centralidade da mulher na sociedade contemporânea. Partindo dessa premissa, o presente artigo visa a reconstruir o tratamento dado ao gênero nas gramáticas de língua portuguesa publicadas no Brasil entre o final do séc. XIX e o final do séc. XX, com o intuito de verificar se, ao longo desse tempo, a evolução social do país, nos termos do papel desempenhado pelas mulheres na vida pública e no mercado do trabalho, tem sido acompanhada inclusive por uma renovada consciência metalinguística da complexidade dessa categoria.

Palavras-chave: Gênero; Língua Portuguesa; Gramáticas; Séculos XIX e XX.

Abstract: Although gender is now seen mainly, at least in public debate, as a social construct (and it is no coincidence that, in order to account for the relevance of gender in defining individual and collective identity, there is frequent reference to “social gender”), gender issues continue to have an increasing impact on the notion of gender understood as a grammatical category, whose unexpected revival in current linguistic studies has much



to do with the new and desired centrality of women in contemporary society. Based on this premise, this article aims to reconstruct the treatment given to gender in Portuguese language grammars published in Brazil between the end of the 19th century and the end of the 20th century, with the aim of verifying whether, over this period, the social evolution of the country, in terms of the role played by women in public life and in the labor market, has been accompanied by a renewed metalinguistic awareness of the complexity of this category.

Keywords: Gender; Portuguese Language; Grammars; 19th and 20th Centuries.

Il genere è, molto all'ingrosso, una trasposizione nel sistema grammaticale di quello che è il sesso nell'ambito della realtà.
(B. Migliorini, *Linguistica*, 1946)

1 Preâmbulo: antecedentes

Em 1º de janeiro de 2011, o discurso de posse de Dilma Rousseff como nova presidente eleita do Brasil teve uma repercussão, afinal de contas, inesperada para esse tipo de pronunciamentos, chegando a gerar, muito além de suas intenções, uma verdadeira celeuma na mídia nacional. Não foi o conteúdo geral do discurso em si, mas o fato de Dilma, reivindicando orgulhosamente sua identidade de gênero, se autoproclamar “a presidenta de todos os brasileiros”, que acabou transformando um evento político de grande relevância, tal como a eleição da primeira mulher presidente na história do Brasil, em uma polêmica linguística bastante rasteira. “Rasteira” não tanto pelo tema abordado, porque as questões de gênero são certamente – sob qualquer perspectiva – cada vez mais importantes em nossas sociedades contemporâneas, quanto pelo modo como foi abordado, haja vista a reação esdrúxula de uma parte dos principais jornalistas, colunistas e blogueiros do país, que não se limitaram a rejeitar a legitimidade gramatical daquela autotitulação de Dilma como “presidenta” (cf. Paz; Pelúcio; Borba, 2020, p. XII), mas se serviram dela também como pretexto para ataques, inclusive pessoais – embora disfarçados de amor à norma-padrão – contra uma adversária política.

Em outras palavras, longe de se configurar, no imaginário coletivo nacional, apenas pelo que realmente era, ou seja, uma pequena e plenamente compreensível infração ao protocolo institucional da Presidência da República, conquanto completamente dentro das possibilidades previstas pelo sistema da língua, aquela simbólica ousadia lexical por parte da representante do mais elevado cargo público do Brasil pareceu, a muitos comentaristas da imprensa escrita e televisada, um insuportável e ilegítimo ultraje à gramática do português. Ora, como foi possível que a opção por uma forma feminina, não só, em tese, perfeitamente autorizada pelas regras morfológicas do português, mas também já lexicalizada nos dicionários dessa língua

desde 1912 (cf. Cavalcante-Coan 2018, p. 190; Rubio-Torres 2018, p. 496), tenha se tornado, nos meios de comunicação brasileiros, um novo pomo da discórdia gramatical é um daqueles mistérios que talvez se explique só pelo ditado que “no Brasil” – e não só aí – “toda polêmica termina na gramática” (Faraco 2011, p. 270).

Claro que não se pretende aqui voltar novamente sobre a questão de “presidenta”, que foi, aliás, tão bem esclarecida, na sua incontestável plausibilidade morfológica (não obstante, escusado será dizer, as igualmente plausíveis ressalvas de gosto pessoal que se lhe podem opor), por vários linguistas e gramáticos consultados naquela ocasião ou que se manifestaram sobre o mesmo assunto também em seguida. Contudo, procurando agora nos abstrair do âmago da polêmica linguístico-política em apreço, o episódio de Dilma *presidenta* se revela, na verdade, bastante elucidativo não só, em geral, da atitude tradicionalmente purista que persiste na cultura gramatical das elites brasileiras (embora o mesmo se possa dizer das elites de praticamente qualquer país, a começar pelas italianas), como também, em particular, da complexidade cada vez maior que, por exemplo, à medida do avanço do protagonismo social das mulheres, a noção de gênero vem assumindo até em português, principalmente em função da desejável construção de uma linguagem menos sexista e mais respeitosa das diferenças (uma situação que, de novo, a língua portuguesa e o Brasil compartilham com os demais idiomas e os demais países).

Em suma, se tratar do gênero – mesmo deixando de lado, neste artigo, a outra acepção do termo, atualmente talvez dominante, que tem a ver com a identidade social (construída e/ou percebida) de machos e fêmeas, ou seja, com todas as implicações ligadas ao assim chamado “social gender” (Hellinger; Bußmann 2001, p. 10) – virou hoje em dia um assunto ainda mais complicado, por ser a representação linguística do masculino e do feminino uma questão irreduzível a um puro e simples problema de forma gramatical, envolvendo profundamente, como se sabe, os sistemas simbólicos dos falantes, que repercutem na língua, ao mesmo tempo em que são influenciados por ela, será que os principais instrumentos normativos de português, como as gramáticas e os dicionários, de que dispõem agora os cidadãos e as cidadãs do Brasil oferecem um guia realmente confiável para lidar de modo consciente com tal complexidade? Mas sobretudo: como é que historicamente evoluiu o tratamento dado à categoria de gênero no discurso científico brasileiro, em especial aquele veiculado pelos compêndios gramaticais de língua portuguesa publicados no país?

De fato, é justamente a partir dessas perguntas que surgiu a ideia do presente trabalho, cujo objetivo consiste, afinal, em verificar se aquela legítima pretensão, por parte da sociedade contemporânea, de “encontrar no uso da língua um reflexo das mudanças sociológicas” (Villalva; Silvestre, 2014, p. 175), a despeito dos tempos mais lentos da mudança linguística, teve ou não um efetivo respaldo na gramaticografia nacional do português.

Para tal, propõe-se, logo a seguir, uma análise dos principais textos congêneres vindos a lume no Brasil durante mais de um século, ou seja do final do Oitocentos até o final do Novecentos, tomando como balizas cronológicas, de um lado, a primeira edição da *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881) e, do outro, a última edição da *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara (1999). No entanto, antes de definir melhor este corpus de referência e os métodos adotados, vale a pena esclarecer desde já que o recorte temporal aqui escolhido se justifica seja com base no reconhecimento da obra supramencionada de Júlio Ribeiro como “marco introdutório” (Cavaliere 2014, p. 30) da nova vertente brasileira da gramática científica, seja tendo em vista que a 37ª edição da obra de Bechara (definida pelo autor um “novo livro”

em relação à primeira edição de 1961) “encerra, de certa forma, a época do prescritivismo clássico para abrir as portas a um tratamento mais científico dos assuntos linguísticos” (Mulinacci, 2016, p. 114). No meio entre esses dois extremos, estão as demais gramáticas listadas abaixo:

- ◆ Júlio Ribeiro, *Grammatica Portugueza* (1885)
- ◆ Maximino Maciel, *Grammatica descriptiva* (1894)
- ◆ Eduardo Carlos Pereira, *Grammatica Expositiva* (1907)
- ◆ Manuel Said Ali, *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa* (1924)
- ◆ Napoleão Mendes de Almeida, *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (1943)
- ◆ Carlos Henrique da Rocha Lima, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1957)
- ◆ Celso Cunha, *Gramática do Português Contemporâneo* (1976)
- ◆ Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa* (1999)

Será, então, sobre esses textos, que evidentemente não esgotam nem em parte o conjunto documental da ampla gramaticografia de língua portuguesa produzida no Brasil no período recortado – embora sejam dela espécimens absolutamente representativos e canônicos, além de bem distribuídos no decorrer do tempo para acompanhar eventuais progressos no campo do conhecimento linguístico – que este estudo vai se debruçar, visando reconstruir, em perspectiva diacrônica, as coordenadas de uma abordagem do tema do gênero não raro tida como “superficial” (Gonçalves, 2019, p. 109).

Contudo, na impossibilidade de dar conta, na íntegra, de todas as descrições dessa categoria gramatical elaboradas pelos autores acima – o que, aliás, considerando também a tendência conservadora dos gramáticos em relação a seus predecessores, tornaria o trabalho em pauta uma mera e banal compilação de excertos textuais alheios – pretende-se encarar o assunto não de forma reducionista cronológica e sim produtivamente temática, isto é, isolando, na sequência inevitavelmente repetitiva das conceituações, dos rótulos e dos exemplos, tanto os desvios eventualmente inovadores, assim como os tradicionais pontos críticos que se acumulam em torno da teoria sobre o sistema de gênero do português, a saber: a interpretação dessa categoria na ótica da morfologia flexional, os critérios de atribuição do valor de gênero aos substantivos, o procedimento de formação de palavras (tecnicamente denominado “moção”).

2 O gênero gramatical em sincronia: questões teórico-terminológicas

Não sei se o Gênero é realmente “a mais desconcertante de todas as categorias gramaticais”¹ (Corbett, 1991, p. 1, tradução própria), mas, com certeza, “é uma categoria infinitamente fascinante”² (Corbett, 2014, p. 1, tradução própria), por ter características, pelo menos parcialmente, distintas de outras categorias gramaticais, como, por exemplo, a de Número, com a qual é normalmente associada no âmbito da morfologia flexional. De fato, apesar de o comportamento da categoria de Gênero ser semelhante ao da categoria de Número nas relações de concordância no domínio do sintagma nominal, onde, justamente, o valor de

¹ “the most puzzling of the grammatical categories”.

² “is an endlessly fascinating category”.

Gênero do substantivo, a par do valor de Número, “desencadeia, controla ou governa o valor nos restantes constituintes, alvos da concordância” (Mota, 2016, p. 154), diferentemente do Número, porém, que pode assumir duas formas, singular e plural, o Gênero não é variável, sendo apenas – nas línguas que têm sistemas de Gênero com dois valores, tal como o português – ou masculino ou feminino. Isso, então, significa não só que a informação de Gênero é inerente aos lexemas nominais (ao passo que se apresenta contextualmente determinada em outras partes do discurso como artigos e adjetivos), mas que também a distinção entre masculino e feminino desempenha basicamente, para esta classe de palavras, uma função classificadora, contrapondo todos os substantivos de um gênero a todos os substantivos do outro (o que não pode ser dito, mais uma vez, da distinção entre singular e plural, a qual, pelo contrário, remete para o número efetivo dos elementos).

Daí resulta que o paradigma dos substantivos portugueses tem apenas duas células e não quatro como o dos adjetivos, porque, embora, em alguns casos, apresentem aparentemente a mesma alternância de formas dos adjetivos, que variam em gênero e número, os substantivos variam exclusivamente em número, sendo neles a eventual alternância masculino-feminino ou entregue a pares de lexemas corradicais com significados diferentes (por ex.: porto-porta, prato-prata etc.) ou baseada em uma diferença semântica regular como aquela do sexo biológico dos referentes (por ex.: aluno-aluna, primo-prima etc.).

Só que, mesmo deixando de lado o fato de o gênero ter nos adjetivos uma função puramente formal, enquanto manifestação da concordância, uma vez que, por exemplo, seu valor eventualmente feminino não faz nenhuma referência ao sexo das entidades designadas (diferentemente do que acontece no caso de um substantivo como “mulher” ou “professora”, que é o controlador da relação de concordância e do qual, pois, dependem os traços de gênero dos elementos alvos), é a própria associação entre gênero e sexo, que, embora não seja de jeito nenhum, “fragílima e parcialíssima” (Mattoso Camara, 1954, p.107), é tida porém, nos substantivos, como problemática, por não haver “uma relação necessária entre uma e outra propriedade” (Gonçalves, 2019, p. 109). De fato, são bem conhecidas as exceções, onde, também em português, se tem um conflito entre o gênero gramatical da palavra e o sexo natural do referente, como nos surrados exemplos, que sempre se citam, de “mulherão”, “pessoa”, “ídolo” (Villalva; Silvestre, 2014, p. 166), isto é, palavras que, conquanto sejam gramaticalmente femininas ou masculinas, se referem a indivíduos do sexo oposto (mulherão) ou de ambos os sexos, parecendo, portanto, colocar em xeque aquela associação.

Na verdade, como é fácil ver, sendo essas exceções numericamente pouco relevantes, se tornam praticamente não influentes no tocante ao funcionamento do sistema de gênero da língua portuguesa, de forma a podermos afirmar, sem muitos problemas, que, conforme se verifica nas demais línguas que distinguem só entre masculino e feminino, existe também em português “uma acentuada divisão sexual do trabalho”³ (McConnell; Ginet, 2014, p. 11, tradução própria)⁴ capaz de fazer convergir, em uma esmagadora maioria de substantivos referentes a seres animados, gênero gramatical e sexo biológico. Não é por acaso, de resto, que

³ “a sharp sexual division of labor”

⁴ “In languages with feminine and masculine grammatical genders, nouns denoting male humans exclusively are overwhelmingly masculine gender, and nouns denoting female humans exclusively are overwhelmingly feminine gender. Epicene nouns, those which can readily denote humans of either sex can often be assigned to either grammatical gender class (assignment may depend on phonological factors in such cases)”. (McConnell; Ginet, 2014, p.11):

a inerência do gênero nos substantivos se revela totalmente arbitrária e convencional quase tão-só naqueles que se referem a entidades com traço [- animado], cuja atribuição a um valor ou a outro independe de qualquer característica extralinguística delas, segundo confirmam também – não obstante pouquíssimos contraexemplos (*das Kind, das Mädchen*) – aquelas listas de palavras (do tipo: *il sole/die Sonne, el mar/la mer*) retiradas de vários idiomas para demonstrar a incoerência da categoria em apreço quando não é semanticamente motivada pelo sexo.

Mas se o sexo é o primeiro critério semântico utilizado para atribuir o valor masculino ou feminino aos substantivos portugueses que designam seres animados e, em especial, humanos, levando em conta que os substantivos abstratos ou inanimados são absolutamente majoritários, é óbvio, então, que deve haver para eles também outro critério de classificação, como, por exemplo, o formal, assente basicamente na forma da palavra, ou melhor, na sua terminação, permitindo identificar – exceto nos substantivos terminados em *-e*, *-Ø* e *atemáticos* – em *-o* um típico expoente do valor masculino e em *-a* do valor feminino. Entretanto, mais uma vez, do mesmo modo que, como vimos, ocorria com o conceito biológico de sexo, os compêndios gramaticais e os manuais de linguística fazem questão de salientar que, na realidade, tais previsões do gênero de uma palavra a partir do seu índice temático *-o* e *-a* “são falsificadas pelos dados” (Villalva; Silvestre, 2014, p. 167), alegando como justificativa, mais uma vez, as costumeiras exceções representadas pelos substantivos femininos de tema em *-o* (*tribo*) e pelos masculinos de tema em *-a* (*profeta*), além dos substantivos masculinos e femininos que não terminam nem em *-o* nem em *-a* (*problema, dente, sal, café* vs. *tribo, lente, cal, pá*).

Ora, trata-se, também nesse caso, de uma observação sem dúvida correta do ponto de vista da análise linguística, mas que talvez não corresponda completamente nem à intuição dos falantes nativos de português nem à opinião de outros linguistas, os quais, pelo contrário, tendem a ver “no *-O* a marca nítida do masculino, tanto quanto no *-A* para o feminino” (Henriques, 2014, p. 73), a ponto de considerar, com toda a razão, “a associação entre vogal *o* e gênero masculino inteiramente previsível” e “também é previsível a relação entre vogal final *a* e gênero feminino” (Gonçalves, 2019, p. 47). Todavia, apesar de a previsibilidade do gênero com base no critério fonológico ter principalmente, para os substantivos em *-o* e em *-a*, um fundamento estatístico, no sentido de que a porcentagem de correspondência entre aqueles índices temáticos e os valores masculinos e femininos ultrapassa longamente, para uns e para outros, 90%,⁵ vale porém a pena ressaltar que nem todas as demais desinências finais garantem um resultado análogo (pense-se tão só no *-e*, que é absolutamente imprevisível quanto ao valor de gênero), chegando assim à conclusão, justamente compartilhada pela comunidade científica lusófona, de que, também em português, o gênero de um substantivo se revela apenas nos elementos do sintagma que concordam com ele.

Mas se, em um sistema de gênero misto como o do português, critérios meramente fonológicos não podem dar conta por completo da distribuição, nos substantivos, dos valores masculino e feminino – e a mesma coisa, como vimos anteriormente, se dá também com os critérios semânticos – parece igualmente impróprio, a partir das considerações acima, inferir que o gênero é, nessa língua, uma categoria totalmente opaca (“covert”, segundo a definição

⁵ “Em terceiro lugar, caracterizando-se como um dos argumentos para justificar a intuição dos falantes sobre o pareamento perfeito entre *o*/masculino e *a*/feminino, observou-se que, de fato, no léxico dicionarizado e no uso, respectivamente, 95,1% e 89,6% das palavras terminadas em *a* são femininas e 99,9% e 100% das palavras terminadas em *o* são masculinas, ainda que isso não tenha relação robusta com sexo biológico ou gênero social, como mostraremos logo a seguir”. (Schwindt, 2018, p. 754).

de Corbett, 1991, p. 62), sendo, antes, possível dizer, no máximo, que a sua codificação é, no fundo, tão irregular que às vezes acaba por se configurar como não transparente.

Além disso, todavia, a questão que continua se apresentando mais controversa nas abordagens do tema em apreço, e não só no âmbito dos estudos linguísticos portugueses, diz respeito à interpretação a ser dada àquela mudança de classe temática dos substantivos que tem a ver com “os processos de formação de palavras utilizados para derivar substantivos que designam seres humanos ou animados de um determinado sexo a partir do nome que designa um ser da mesma espécie ou função mas do sexo oposto”⁶ (Thornton, 2004, p. 218, tradução própria) e que, com um termo tomado emprestado da linguística germanófila, se chama “moção” (*Movierung* em alemão). Efetivamente, esta passagem de um substantivo pertencente à classe temática em *-o* para a classe temática em *-a*, que é a passagem mais comum, mas que pode ir também na direção inversa, ou seja, dos substantivos de tema em *-a* para os de tema em *-o*, é não raro abordada, por muitos linguistas e gramáticos, como processo flexional, ainda que a hipótese mais prevalente a identifique, na realidade, como processo derivacional.

De resto, admitindo que os substantivos que se referem a entidades abstratas e inanimadas têm um gênero gramatical inerente, deveríamos admitir, por simetria, que o mesmo valha também para os substantivos cujos referentes são seres humanos ou animados e que, por conseguinte, nos pares de substantivos corradicais a forma feminina seja considerada um lexema distinto da forma masculina (cf. Matthews 1991), derivado por adição de um sufixo *-Ø* (enquanto simples “conversão do radical”, Thornton 2004, p. 220, tradução própria) e não por flexão. Em caso contrário, com efeito, exatamente como acontece com os adjetivos, deveria ser possível converter todos os substantivos masculinos em femininos e vice-versa, inclusive, obviamente, os abstratos e inanimados, e para fazer isso, porém, deveríamos supor também que haja um gênero inerente para os substantivos abstratos e inanimados e um gênero variável para os substantivos animados, a não ser que, ainda pior, se julgue a mudança de classe temática através da conversão dos expoentes prototipicamente associados ao valor masculino (*-o*) e ao feminino (*-a*) como um processo flexional, enquanto o recurso a sufixos seria um processo derivacional.

Pois bem, diante desse quadro teoricamente bastante complexo, como é que têm se comportado os principais autores brasileiros de gramáticas de língua portuguesa ao tentarem descrever a categoria de gênero? Houve alguma evolução teórica na maneira como ela tem sido abordada ao longo praticamente de um século, isto é, aquele que medeia entre a alvorada do assim chamado “período científico” dessa gramaticografia no Brasil e o final do Novecentos, a que remontam os últimos espécimens das fontes bibliográficas aqui sob análise?

3 O gênero gramatical em diacronia: da gramática às Gramáticas (1881-1999)

Para responder às perguntas acima, começa-se por convocar à análise o primeiro texto do corpus sob exame, a saber, a *Grammatica Portuguesa* de autoria de Júlio Ribeiro (1845-1890), publicada originalmente em 1881, mas que aqui se apresenta na “segunda edição, refundida

⁶ No original: “i processi di formazione di parole usati per derivare sostantivi designanti esseri umani o animati di un certo sesso a partire dal nome che designa un essere della stessa specie o funzione ma di sesso opposto”.

e muito aumentada” de 1885. O capítulo que trata do gênero se encontra no âmbito da primeira parte, relativa à Lexeologia, e se abre com as seguintes palavras: “O genero do substantivo é determinado pela significação do thema ou pela flexão”⁷ (1881, p. 89). Logo a seguir, todavia, Ribeiro esclarece melhor o sentido daquela afirmação inicial, acrescentando, em letra miúda, uma anotação que, na realidade, relativiza bastante aquela aparente equivalência entre critérios semânticos e formais na atribuição de gênero:

A flexão nominal, perfeita relativamente ao numero e ao grau, é deficiente no que diz respeito ao genero: na mór parte dos casos ha necessidade de pedir ao thema a significação do substantivo para determinar-se o genero a que elle pertence. Em geral pôde-se dizer que as regras tiradas da desinencia para determinar o genero de um substantivo estão sempre subordinadas ás que se tiram da significação do thema (Ribeiro, 1885, p. 89)

Só que, conforme demonstram também as generalizações (embora pontuadas de exceções) que se seguem a esse trecho e que ambicionam se apresentar como autênticas regras de atribuição de gênero para diversas classes de palavras (por ex.: “os nomes propios” de anjos, ventos, montes, rios, mares, meses etc.), apesar de as regras semânticas serem consideradas por Ribeiro predominantes sobre as regras formais, são, porém, exatamente essas últimas que, em muitos casos, poderiam ser invocadas para atribuir o valor masculino ou feminino a determinados substantivos. Basta pensar, por exemplo, nos nomes ali citados dos mares “Baltico-Caspio” ou dos meses “Janeiro-Abril”, cujo valor masculino, mais do que semanticamente motivado, pode ser, antes, simplesmente postulado com base em uma regra fonológica (segundo a qual, justamente, os substantivos terminados em *-o* são majoritariamente masculinos) ou, inclusive, coerentemente atribuído, transmitindo aos hipônimos o gênero dos hiperônimos (ou seja, nos dois casos acima referidos, os termos “mar” e “mês”).⁸

Se, portanto, parece discutível a hipótese de que haja uma regra semântica por trás da atribuição de gênero aos substantivos que significam objetos concretos ou entidades abstratas, é porém interessante ressaltar que, na *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro – onde o gênero é definido como “a distincção flexional dos nomes em relação aos sexos das cousas por elle significadas ou modificadas” (1885, p. 83) – nem o sexo figura entre os critérios de significação específicos da categoria gramatical em apreço, sendo praticamente seu conteúdo conceitual neutralizado ou, pelo menos, equiparado ao de todos os demais “themas”, mesmo daqueles relativos a referentes assexuados (e, de fato, desse ponto de vista,

⁷ Todas as gramáticas citadas nesse trabalho conservam a grafia original.

⁸ Claro que, deixando de lado a “vacuidade” dessas generalizações, que se referem frequentemente a classes lexicais fechadas, como, justamente, a dos mares, dos meses, dos pontos cardeais, etc., não faltam também casos de discrepância entre o gênero do hiperônimo e o gênero dos hipônimos (pense-se, por exemplo, na classe dos “continentes”, que, em português, a despeito do valor masculino do hiperônimo, são todos femininos), mas podem ser facilmente solucionados com base na forma fonológica da palavra, ao invés de fazer recurso a uma hipotética regra semântica (sobre o mesmo assunto teórico, ainda que aplicado ao italiano, cf. Thornton 2003). Nesse ponto, merece também destacar que Said Ali, na sua *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa* (1924), sugere exatamente a aplicação desse idêntico critério – “As denominações de rios e montes dizem-se sempre com o artigo masculino referido aos termos *rio*, *monte* e *montes* (...) Nas denominações *o Atlantico*, *o Pacifico* subentende-se o «oceano» e em *o Mediterraneo*, *o Baltico*, *o Adriatico*, a palavra «mar» (Said Ali, [s.d.], p. 68) – e o mesmo fazem também a *Gramática do Português Contemporâneo* (1976) de Cunha (cf. p. 131) e a *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara (1999), que fala em “gênero estabelecido por palavra oculta” (p. 138).

não estranha que o autor opte também por uma formulação um tanto ambígua, do tipo “significa macho/significa femea”, em que a relação entre significante e significado parece quase prescindir do dado biológico, remetendo apenas para uma lógica do senso comum).

Não menos interessante se revela também a abordagem das regras formais propriamente ditas de atribuição de gênero, que são listadas por Ribeiro, logo a seguir àquelas assentes na significação, sob o guarda-chuva terminológico da “flexão”, ainda que essa nova lista se reduza, mais uma vez, e sempre de modo idiográfico, a uma infinda série de desinências, acompanhadas das mesmas exceções de sempre, mas sem que se possa extrair dela qualquer princípio classificador de ordem geral, senão recorrendo paradoxalmente, de vez em quando, a critérios que decerto não são, porém, nem fonológicos nem morfológicos:

As exceções a esta regra são muito numerosas: em geral póde-se dizer que são femininos os substantivos derivados do (sic) adjectivos e de verbos, ex.: «*Aptidão – multidão – transformação – variação*». Todos os augmentativos em *ão* são masculinos. (Ribeiro, 1885, p. 92)

De resto, uma análoga e confusa mistura de critérios, no tratamento do gênero, se manifesta também nos rótulos utilizados por Júlio Ribeiro para indicar as várias subcategorias nominais da gramática tradicional, dentre as quais, em particular, os substantivos “communs de dous” e “epicenos”, uma vez que, não obstante os diferentes exemplos aduzidos pelo autor para tentar distinguir os dois grupos, as definições inerentes a cada um deles acabam quase por ser intercambiáveis ou, digamos, não de todo desambiguizadoras:

Os substantivos que têm uma só fôrma para designar ambos os sexos chamam-se *communs de dous*, ex.: «*Artifice – conjuge – guia*».

Os nomes que sob um só genero indicam tanto o sexo feminino como o masculino chamam-se *epicenos*, ex.: «*Jacu – Leopardo – Tigre*». (Ribeiro, 1885, p. 91)

Por falar nisso, será depois a *Grammatica Descriptiva* de Maximino Maciel (1866-1923), datada de 1894, que, assumindo a noção de gênero como “a distribuição dos nomes relativamente ao sexo natural ou usual” (1914, p. 148), consegue esclarecer um pouco melhor as articulações internas dessa categoria gramatical, não se limitando apenas a introduzir novas subcategorias, como a do “genero por heteronymia” (1914, p. 152) – cujos membros⁹, na *Grammatica* de Júlio Ribeiro, integravam, pelo contrário, o grupo indistinto e omnicompreensivo dos “irregulares” (1885, p. 94) – ou do “genero por juxtaposição” (1914, p. 152), em que Maciel inclui exatamente os “communs (a dous)” e os “epicenos ou promiscuos” (1914, p. 153), mas tentando até contribuir para uma maior precisão nomenclatória da taxonomia vigente naquela época.

Cabe dentro dessa perspectiva, afinal de contas, a glosa inserida por Maciel quando explica que “epicenos ou promiscuos são os nomes de animaes, quasi sempre silvestres e bravios, e dos insectos, que, designando geralmente um dos sexos, podem também designar o sexo opposto” (1914, p. 153), embora uma tal oportuna restrição do campo semântico dos

⁹ Os heterônimos são aqueles tradicionais pares de substantivos “diferentes”, onde a distinção entre a forma masculina e feminina é expressa por meios lexicais, a partir de dois radicais distintos (Maciel, 1914, p. 152: bode-cabra, cavalleiro-amazona, cavalleiro-dama, carneiro-ovelha, cavallo-egua, frei-soror ou sôr, gamo-corça, genro-nora, macho-femea, homem-mulher, pae-mãe, zangão-abelha). Pereira (1907, p. 56), ao contrário, define as formas femininas desses pares como “palavras desconexas”.

substantivos assim denominados – e que vai ser adotada, *mutatis mutandis*, até os compêndios gramaticais do fim do séc. XX (cf. Rocha Lima, 1957; Cunha, 1976; Cunha; Cintra, 1985; Bechara, 1999) – não implique uma total univocidade do sentido a ser dado a essa categorização. Isso será demonstrado, alguns anos mais tarde, quer pela *Grammatica Expositiva* (1907) de Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), quer pela *Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa* (1924) de Manuel Said Ali (1861-1953), ambas rotulando precisamente de “epícenos ou promiscuos” os substantivos de gênero único que se referem aos dois sexos, independentemente do fato de os indivíduos designados serem humanos ou animais.¹⁰

Não é a toa, aliás, que para ser consequente com essa reestruturação taxonômica da sua gramática, Said Ali nega qualquer status privilegiado aos “nomes de animais”, apontando a atribuição do gênero gramatical a essas palavras como uma questão banalmente formal, ou seja, fonologicamente determinada:

Os nomes de animais em que a distinção do sexo, ou por difícil ou por desnecessária, não costuma ser feita na vida real, têm gênero gramatical do mesmo modo que os nomes de coisas, atendendo à terminação. Assim, em virtude das regras precedentes, são masculinos: badejo, tubarão, rouxinol, albatroz, gavião (...); e femininos: baleia, águia, formiga, rã, onça, cobra, borboleta, tartaruga etc. (Said Ali, [s.d.], p. 66)

Mas se, então, diferentemente de Maciel, que tinha reservado o uso do termo “epícenos ou promiscuos” apenas para os nomes de animais, Pereira e Said Ali o estendem até englobar nele o que a Nomenclatura Gramatical Brasileira hoje chama de substantivos “sobrecomuns”,¹¹ criando assim as premissas para a sucessiva autonomização desse rótulo – a qual, no *corpus* aqui em pauta, se registra a partir da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (1943) de Napoleão Mendes de Almeida (1911-1998), que, efetivamente, introduz a categoria de “sobrecomum” ao lado das de “epícenos” e de “comum de dois gêneros” – cumpre entretanto observar que se deve ainda a Maciel o mérito de ter identificado os “communs (a dous)” com base inclusive em critérios sintáticos, ao invés de simplesmente semântico-referenciais:

Communs (a dous) são aqueles cujo gênero se indica mediante um determinativo ou syntacticamente, ex: *estadista, comunista, democrata, epicurista, hypocrita, interprete, martyr, publicista, socialista, selvagem*. (Maciel, 1914, p. 153)

Em suma, enquanto, como se vê, entre o final do séc. XIX e primeira metade do séc. XX, a gramaticografia brasileira parece dar os primeiros passos em direção a uma lenta mas progressiva revisão dos conteúdos relativos ao gênero, pelo menos do ponto de vista dos padrões terminológicos herdados da tradição, as outras questões teóricas correlatas a essa

¹⁰ “Chamam-se epícenos ou promiscuos os appellativos que, debaixo de uma só forma generica, indicada pela terminação, designam ambos os sexos, como: – a onça, a araponga, o jacaré, a criança, o algoz, a testemunha, o conjuge” (Pereira, 1907, p. 54); “Epícenos ou promiscuos são os que têm uma só terminação e um só gênero gramatical, com que se denota um e outro sexo: a testemunha, a criança”. (Said Ali, [s.d.], p. 59)

¹¹ Essa equiparação entre *Epícenos* e *Sobrecomuns* estava já presente na *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* (1822) de Jeronymo Soares Barbosa, que cito aqui a partir da segunda edição de 1830, p. 127: “ou com huma só terminação e debaixo de hum só gênero, ou masculino ou feminino, servem para significar ambos os sexos, no qual caso tem então o nome de *Epícenos*, isto é, *sobrecommuns*”.

categoria, pelo contrário, continuam em suspenso, tendendo quase invariavelmente a se reproduzir, por inércia, de um autor para outro, todas girando em torno, em especial, do conceito de flexão.

No rastro de Júlio Ribeiro, com efeito, que tinha colocado ao abrigo do mecanismo flexional toda conversão não só de “substantivo que representa individuo do sexo masculino em outro que representa individuo do sexo feminino” (1885, p. 93), como também de “alguns substantivos que significam cousas que não têm sexo” (1885, p. 95), os autores que lhe sucedem na produção gramatical brasileira mantêm, com poucas variações, o mesmo esquema de abordagem dos fenômenos, a começar pela enunciação das regras de formação do feminino e até chegar à menção das suas principais irregularidades ou particularidades. Contudo, se a formação do feminino é constantemente descrita como uma mudança na terminação da palavra (troca do *o* pelo *a* ou acréscimo de *a*), mais interessante é, antes, o tratamento dado pelos gramáticos em apreço às irregularidades ou particularidades da “flexão generica” (Maciel, 1914, p. 148), uma vez que cada um deles parece interpretá-las de modo diferente.

Basta ver, por exemplo, como Pereira reinterpreta extensivamente o processo de formação do feminino em português, incorporando – além dos seres vivos tradicionalmente previstos e previsíveis (moça, esposa, loba, infanta, presidenta etc.) – ao rol dos substantivos obtidos por “simples mudança da terminação ou flexão da forma masculina” (1914, p. 55) também as formas femininas de pares corradicais concernentes a objetos inanimados e com significado mais ou menos diferente das masculinas (chinella, cesta, lenha, sacca, fructa, barca etc.), que, porém, Maciel (1885, p. 155) já havia rotulado de “duplas genéricas” não flexionáveis, ou seja, substantivos “que, referentes a cousas e destituídos de sexo, possuem duas formas, uma para o masculino, outra para o feminino, constituindo o genero analogico”.

Sob esse aspecto, na mesma linha de Maciel, e, por conseguinte, sempre na contra-mão de Júlio Ribeiro e de Eduardo Carlos Pereira, se colocam também Said Ali e Almeida, com o primeiro definindo os lexemas do tipo “barco-barca”, “cesto-cesta”, “fruto-fruta” etc. como “nomes de duplo genero” (s/d, p. 66),¹² cuja variação pode acarretar também “mudança de sentido” (p. 67), e o segundo confirmando neles uma fundamental “analogia de sentido”, que, porém, a depender de cada caso, pode se tornar “nuns muito próxima (alguns são até sinônimos: *chinelo, chinela*), e noutros mais afastada” (Almeida 1969, p. 102).

E se nem a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1957) de Rocha Lima (1915-1991), nem a *Gramática do Português Contemporâneo* (1976) de Celso Cunha (1917-1989) se debruçam sobre essa questiúncula aparentemente menor, mas, na verdade, bastante emblemática da maneira como tem sido historicamente declinado no Brasil, quanto ao gênero, o conceito de flexão, será a *Moderna Gramática Portuguesa* (1999) de Bechara (1928-2025) que vai fechar o círculo iniciado em 1881 por Júlio Ribeiro, não se limitando, pois, a resumir um século de reflexões linguístico-gramaticais, mas colocando também um primeiro ponto final no que tange a esse assunto:

¹² Para dar uma ideia de como os mesmos rótulos gramaticais podem ser utilizados para indicar coisas diferentes, saliento que na Gramática de Rocha Lima (2011, p. 121) são rotulados de “duplo gênero” ou “de gênero vacilante” os substantivos – como, por ex.: personagem, pijama, faringe, laringe etc. – em cujo uso “tem havido certa vacilação” entre masculino e feminino.

É pacífica, mesmo entre os que admitem o processo de flexão em *barco*→*barca* e *lobo*→*loba*, a informação de que a oposição masculino – feminino faz alusão a outros aspectos da realidade, diferentes da diversidade de sexo, e serve para distinguir os objetos substantivos por certas qualidades semânticas, pelas quais o masculino é uma forma geral, não marcada semanticamente, enquanto o feminino expressa uma especialização qualquer:

barco/barca (= barco grande)

jarro/jarra (=um tipo especial de jarro)

lobo/loba (a fêmea do animal chamado lobo)

Esta aplicação semântica faz dos pares *barco/barca* e restantes da série acima não serem consideradas primariamente formas de uma flexão, mas palavras diferentes marcadas pelo processo de derivação. Esta função semântica está fora do domínio da flexão. A analogia material da flexão de gênero do adjetivo é que levou o gramático a pôr no mesmo plano *belo/bela* e *menino/menina*. (Bechara 2009, p. 132).

Todavia, muito mais do que nos parágrafos dedicados em cada gramática às particularidades do sistema de gênero do português, tanto no que respeita às regras concretas de formação do feminino, como também à ideal especialização semântica do valor feminino em relação ao masculino, o autêntico problema teórico que emerge do conjunto de compêndios aqui em estudo consiste principalmente na avaliação da “moção” – termo que, de resto, quase nunca comparece nesses textos, nem, mais em geral, na tradição linguística brasileira, exceto em Bechara (cf. 2009, p. 133) – enquanto processo flexional ou derivacional.

De fato, se, parafraseando as palavras do Mestre pernambucano acima citadas, o paralelo formal entre pares de substantivos em “o” e em “a” e os paradigmas dos adjetivos com quatro células pode ser provavelmente responsável pela nítida e incontestada predominância, em todos os autores (tirante Said Ali), da ideia da mudança de gênero como produto da flexão, não devemos, porém, esquecer que esse panorama, na aparência uniforme, ao menos até a *Moderna Gramática Portuguesa*, deixa às vezes enxergar, debaixo da superfície, algumas falhas decorrentes do embate entre modelos teóricos não sobreponíveis.

Este, por exemplo, é o caso, na minha opinião, da *Gramática Normativa* de Rocha Lima, que, sem questionar minimamente o arcabouço conceitual recebido pelos predecessores, ao qual, com efeito, ela continua aderindo não só formalmente, dá, porém, a impressão de querer submetê-lo a uma parcial modernização, graças, em especial, às contribuições advindas da linguística. Emblemática, a esse respeito, a citação de Mattoso Camara, que era, com certeza, naquela altura, o principal expoente brasileiro dos estudos da linguagem:

Tal interpretação, a única objetiva e coerentemente certa, se estende aos casos em que um sufixo derivacional se restringe a um substantivo em determinado gênero, e outro sufixo, ou a ausência de sufixo, em forma nominal não derivada, só se aplica ao mesmo substantivo em outro gênero. Assim, *imperador* se caracteriza, não flexionalmente, pelo sufixo derivacional *-dor* e *imperatriz*, analogamente, pelo sufixo derivacional *-triz*. Da mesma sorte, *galinha* è um diminutivo de *galo*, que passa a designar as fêmeas em geral da espécie *galo*, como *perdigão* è um aumentativo limitado aos machos da *perdigão*. Dizer que *-triz*, *inha* ou *ão* são aí flexões de gênero é confundir flexão com derivação. (Mattoso Camara *apud* Rocha Lima, 2011, p. 119)

Por paradoxal que pareça, contudo, essa passagem, retirada do livro *Estrutura da Língua Portuguesa* e pensada por Rocha Lima para endossar sua descrição supostamente inovadora dessa espécie de supletivismo lexical representado pelos heterônimos, termina, na verdade, por colocar implicitamente em dúvida a própria plausibilidade teórica de ler como exemplos de flexão os demais casos de formação do feminino que são por ele descritos logo a seguir (loba, mestra, pastora etc.). De resto, diante da parte final da citação de Mattoso Camara, pondo de sobreaviso contra o risco de “confundir flexão com derivação”, qual a razão que, à falta de mais esclarecimentos, deveria justificar a interpretação do “acréscimo ao masculino da desinência a (com supressão da vogal temática aos nomes de tema em -o e em -e)” (Rocha Lima, 2011, p. 119) como mecanismo flexional ao invés de derivacional? Por que considerar loba, mestra e pastora como substantivos flexionados em gênero e, ao contrário, imperatriz, galinha e perdigão como substantivos derivados por sufixação? Qual a vantagem, em termos de mera funcionalidade pedagógica ou de clareza expositiva, de utilizar, em uma gramática norteada – ipse dixit – “por obsessiva busca de exatidão” (Rocha Lima, 2011, p. 27), critérios distintos de análise para o que são evidentemente os mesmos sufixos derivacionais?

Se, portanto, a despeito das expectativas suscitadas por aquela inesperada intrusão da linguística moderna no interior de um palimpsesto gramatical bastante cristalizado, a Gramática Normativa de Rocha Lima vem reiterando, sobre o gênero, todo o consolidado ideário transmitido ao longo das décadas anteriores, cabe ao mesmo tempo realçar nela também um mínimo esforço de aprimoramento conceitual, a partir justamente da natureza da categoria em foco, que, porventura pela primeira vez, nesse excuro historiográfico – conquanto através de mais uma citação alheia, extraída, dessa vez, da Gramática castellana de Alonso e Ureña – consegue se desvincular eficazmente da noção biológica de sexo para se assumir, por meio das relações de concordância, como função prioritária de coesão morfo-sintática: “Gênero é uma classificação puramente gramatical dos substantivos em dois grupos, masculinos e femininos, segundo a terminação do adjetivo acompanhante” (Rocha Lima, 2011, p.115, grifo do autor).

Por isso, não pode não surpreender que a penúltima etapa dessa trajetória da categoria de gênero através das gramáticas brasileiras de língua portuguesa represente, de tal ponto de vista, uma provisória interrupção daquele ideal e tímido impulso reformador engatilhado por Rocha Lima e que parecia ser fadado a inspirar as vindouras abordagens do tema. Com efeito, a Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha, lançada em 1976, nada acrescenta de significativo à reflexão que a havia precedido, se limitando substancialmente a sistematizar de modo mais orgânico e completo os conhecimentos até então adquiridos sobre o assunto, sem marcar nenhum posicionamento específico em face das questões mais espinhosas acima debatidas.

Por exemplo, a flexão de gênero enquanto problema teórico no enquadramento do processo de moção sai ali praticamente de cena, apenas evocada através de um costumeiro e desnecessário tecnicismo sob forma de verbo (“flexionar-se”), que em nada, porém, contribui para o entendimento dos fenômenos a ele mais ou menos imprópriamente associáveis: “os substantivos que designam pessoas e animais costumam flexionar-se em gênero, isto é, têm geralmente uma forma para indicar os seres do sexo masculino e outra para indicar os do sexo feminino” (Cunha, 1976, p. 133). No entanto, se, justamente, no exemplário utilizado por Cunha para explicar a formação do feminino, comparecem, mais uma vez, primeiro os heterônimos, cujos radicais distintos – Mattoso Camara docet – não flexionam em gênero e depois os substantivos femininos, que, pelo contrário, a maioria dos gramáticos têm por derivados dos radicais do masculino, qual, pois, o significado possível a ser dado ao termo flexão no contexto da categoria de gênero?

A esta pergunta, e a várias outras correlacionadas, vai responder novamente a 37ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara, vinda a lume em 1999 e à qual precisamos também reconhecer o mérito de ter tentado recompor aquele “cisma teórico e metodológico” (Cavaliere, 2012, p. 222) entre linguística e filologia que havia caracterizado os compêndios precedentes aqui em discussão. A prova cabal disso, tratando de um assunto complexo como o gênero, está não só na profunda reformulação teórica e terminológica a que Bechara submeteu essa categoria gramatical, esclarecendo conceitos progressivamente tornados vagos (por ex.: justamente, o de *flexão*) e empregando de modo funcional novos rótulos (por ex., o de *moção*) ou readequando aqueles estereotipados pelo uso (por ex.: *epicenos, comuns de dois, sobrecomuns*), mas também no apoio cientificamente fundamentado que, em um âmbito de confronto ainda hoje tão aberto e controverso, ele dá à ideia de os substantivos femininos serem “palavras diferentes” (Bechara, 2009, p. 133) dos substantivos masculinos, ou seja, obtidos por um processo derivacional, e não flexional, que leva à criação de lexemas novos, com distinto significado referencial.

E talvez não seja por acaso, então, que, nesse oportuno comprometimento com as patentes implicações sociais dessa categoria gramatical, Bechara acrescenta a seu compêndio também um parágrafo específico intitulado “O gênero nas profissões femininas” (2009, p. 132), cuja mais-valia para o tema em apreço consiste – além do fato de remeter, na nota de rodapé, a uma Lei federal de 1956 sobre as normas para disciplinar o gênero dos nomes nas funções públicas do Brasil – em demonstrar implicitamente que “não é verdade nem que as profissões tenham um nome consolidado e que este seja masculino, nem que a exigência de feminizar o nome de algumas profissões seja uma “pretensão” surgida de repente, por motivos ideológicos, nos últimos anos”¹³ (Cortelazzo, 2024, p. 43, tradução própria).

4 Tirando as conclusões: dos antecedentes aos consequentes

A citação do colega italiano Cortelazzo, que encerra este excuro histórico sobre a abordagem da categoria gramatical de gênero nas gramáticas brasileiras, se espelha perfeitamente, a meu ver, no preâmbulo inicial do presente trabalho. Com efeito, a polêmica surgida em torno da *presidenta* Rousseff por ter reivindicado o direito de não aceitar que os nomes das profissões, principalmente quando se trata de cargos públicos, sejam apanágio exclusivo dos homens e precisem, portanto, ser declinados apenas no masculino, diz respeito à gramática muito mais do que parece, porque interpela também nossa consciência linguística, que os tradicionais instrumentos normativos contribuíram, direta ou indiretamente, para plasmar ou condicionar. Mas, exatamente por isso, para que nossa consciência linguística seja realmente tal, precisamos que a gramática, no sentido de disciplina científica que reflete criticamente sobre a língua, ao invés de simples conjunto de regras ou nomenclatura estéril, tenha a ambição de se pensar como método de análise adequado a essa tarefa, fugindo à tentação de se limitar a repetir o que já se sabe e aceitando o risco de se questionar para renovar-se constantemente.

¹³ No original: “non è vero né che le professioni abbiano un nome consolidato e questo è al maschile, né che la richiesta di femminilizzare il nome di alcune professioni sia una “pretesa” sorta d'improvviso, per motivi ideologici, negli ultimi anni”.

Infelizmente, os compêndios gramaticais brasileiros da língua portuguesa que aqui foram abordados com um enfoque muito parcial, circunscrito, justamente, ao gênero, não satisfazem por completo esses requisitos. Evidentemente, de saída, não se estava à espera de grandes avanços de um texto para outro, conforme é hábito em todas as tradições gramaticais de todos os países, mas se confiava em que, pelo menos, ao longo de um percurso diacrônico de mais de um século e, por sinal, denominado “científico”, as descontinuidades em relação ao pré-construído fossem um pouco mais numerosas ou significativas, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Claro que, afinal de contas, a historinha do termo “presidenta” era apenas, não só etimologicamente, um pretexto para medir o grau de evolução relativa da língua portuguesa em comparação com a sociedade brasileira e obviamente ninguém imaginava que as gramáticas do final do Oitocentos e dos meados do Novecentos manifestassem, em torno do gênero, uma atenção especial que, compreensivelmente, estava ainda por vir.

Contudo, não obstante o essencial *continuum* teórico-metodológico dessa lacunosa série gramatical aqui em pauta, uma sumária discretização das oito descrições do sistema de gênero do português parece igualmente possível, começando por identificar nelas, em particular, dois autores, Maciel e Rocha Lima, que, além de Bechara – a quem, como se viu, a gramaticografia brasileira representada nesse *corpus* deve o tratamento mais completo do assunto – contribuem, senão para inovar de forma autêntica, ao menos para se desviar um pouco, em alguns pontos, das descrições precedentes. Mas se, em suma, Maciel é mais inovador do que Ribeiro e Said Ali, assim como Almeida e Cunha são menos “modernos” do que Rocha Lima, a maioria desses gramáticos, porém, parece no fundo concordar, ainda que com diferentes graus de convicção e aceitabilidade, em ter como plausíveis e legítimas as formas femininas de “presidente”¹⁴ ou de outras profissões consideradas tipicamente masculinas¹⁵, as quais, nas dobras dos diversos exemplários, chegam a emergir quase à revelia dos processos normativos ali em andamento, documentando usos linguísticos provavelmente já correntes. E talvez seja mesmo a partir daí, então, que uma nova história da categoria de gênero no Brasil pode hoje recomeçar.

Referências

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 22ªed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAVALCANTE, S. A. de S.; COAN, M. O vocábulo *presidenta* sob análise em cinco dimensões correlatas: diacrônica, interlinguística, normativa, morfológica e sociopolítica. *Signôtica*, Goiânia, v. 30. n. 2, p. 182-203, abr./jun. 2018.

CAVALIERE, R. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

CORBETT, G. (ed.). *The expression of gender*. Berlin: De Gruyter, 2014.

¹⁴ Além das gramáticas de Pereira (1907, p. 55) e de Bechara (2009, p. 135), que registram o par “presidente-presidenta”, também as gramáticas de Rocha Lima e Cunha mencionam expressamente o termo *presidenta*, mas de modo diametralmente oposto: cf. Rocha Lima (2011, p. 118): “a força do uso já consagrou as formas flexionadas *infanta*, *parenta* e *presidenta*”; e Cunha (1976, p. 136): “os femininos *giganta* (...) e *presidenta* (de *presidente*) têm ainda curso restrito no idioma, pelo menos no Brasil”.

¹⁵ Por exemplo, Ribeiro (1885, p. 93) cita “marechal/marechala” e Almeida (1969, p. 101) “reitor/reitora”.

- CORBETT, G. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- CORTELAZZO, M. La feminilizzazione dei nomi di professioni e di cariche. Un problema recente? In: JAFRANCESCO, E; FRATTER, I; TUCCI, I. (a cura di). *Educazione all'uguaglianza di genere ed educazione linguistica*. Firenze: Firenze University Press, 2024.
- CUNHA, C. *Gramática do Português Contemporâneo*. 6ª ed. revista. Belo Horizonte: Editora Bernardo Alvares S.A., 1976.
- FARACO, C. A. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, X.C; BAGNO, M. (orgs.) *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CONÇALVES, C.A. *Morfologia*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- HELLINGER, M; BUßMANN, H. Gender across languages. The linguistic representation of women and men. In: HELLINGER, M; BUßMANN, H. (eds.). *Gender across languages: The linguistic representation of women and men*. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001, p. 1-25.
- HENRIQUES, C.C. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. 4ª ed. Ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- MACIEL, M. *Grammatica Descriptiva*. 5ª ed. aumentada e refundida. Rio de Janeiro: Francisco Alves & C.ia; Paris: Aillaud, Alves & C.ia, 1914.
- MATTHEWS, P. H. *Morphology*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press. 1991.
- MATTOSO CAMARA J. Jr. A categoria de gênero. In: *Princípios de lingüística geral*. 2ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, p. 107-115, 1954.
- McCONNELL-GINET, S. Gender and its relation to sex: the myth of 'natural' gender. In: CORBETT, G. (ed.), *The expression of gender*. Berlin: De Gruyter, p. 3-38, 2014.
- MOTA, M. A. A categoria gramatical gênero, nos nomes e adjetivos do português: algumas reflexões. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial, p. 150-164, 2016.
- MULINACCI, R. Moderna gramática portuguesa: habemus grammaticam? In: FARACO, C.A.; VIEIRA, F.E. (orgs.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 113-147, 2016.
- PAZ, D.; PELÚCIO, L.; BORBA, R. The gender of the nation and 'the [cru]x of the matter'. Linguistic controversies in the brazilian political context. *Cahiers du genre*, n. 69, p. I-XXVI, 2020/2.
- PEREIRA, C. E. *Grammatica Expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co., 1907.
- RIBEIRO, J. *Grammatica Portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Teixeira & Irmão Editores, 1885.
- ROCHA LIMA, C.H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.
- RUBIO, C.F.; TORRES, F.F. Presidente ou presidenta? Com a palavra os senadores da República Federativa do Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 491-524, 2018.
- SAID ALI, M. *Grammatica secundaria da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, [s.d.].
- SCHWINDT, L. C. Exponência de gênero e classe temática em português brasileiro. *Delta*, São Paulo, 34.2, p. 745-768, 2018.

THORNTON, A. L'assegnazione del genere in italiano. In: MIRET, F. S. (ed.), *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica*, vol. I, Tübingen: Niemeyer, p. 467-481, 2003.

THORNTON, A. Mozione. In: GROSSMANN, M; RAINER, F. (eds.) *La formazione delle parole in italiano*. Tübingen: Niemeyer, p. 218-227, 2004.

VILLALVA, A; SILVESTRE, J. P. *Introdução ao estudo do léxico: Descrição e análise do Português*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

Linguística

A Representação Fonológica dos Róticos no Português Brasileiro

The Phonological Representation of Rhotics in Brazilian Portuguese

Thaís Cristófar Alves da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
thaiscristofaro@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0386-6304>

Resumo: Este artigo tem por objetivo caracterizar a variabilidade fonética observada nos róticos do Português Brasileiro (PB) e considerar representações fonológicas possíveis para esta classe de sons. Cinco propostas são analisadas: histórica, unifonemática, bifonêmica, trifonêmica e distribucional. Enquanto as propostas históricas, unifonemática, bifonêmica, trifonêmica pautam-se no contraste fonêmico, a proposta distribucional avalia a relação do contexto em que os sons ocorrem. Critérios distribucionais e contextuais oferecem explicações abrangentes tanto para casos de alternância categórica (fonemas) quanto para casos de variação sociolinguística (alofonia) dos róticos no PB. Adicionalmente, a proposta apresentada explica por que o tepe não ocorre em início de palavra: ele ocorre obrigatoriamente entre vogais. É também explicado por que somente o tepe ocorre em formas derivadas (*amores*, *amoroso*) e junturas de palavra terminada em rótico e seguida de vogal (*amor eterno*), além de explicar fenômenos de variação linguística descritos na literatura.

Palavras-chave: Representação Fonológica; Róticos; sons de 'r'; Fonema; Contraste fonêmico.

Abstract: This article aims to characterize the phonetic variability observed in Brazilian Portuguese (BP) rhotics and consider possible phonological representations for this class of sounds. Five proposals are analyzed: historical, uniphonemic, biphonemic, triphonemic, and distributional. While the historical, uniphonemic, biphonemic, and triphonemic proposals are based on phonemic contrast, the distributional proposal evaluates the distributional context of



the sounds. Distributional and contextual criteria offer comprehensive explanations for both cases of categorical alternation (phonemes) and sociolinguistic variation (allophony) of rhotics in BP. Furthermore, the presented proposal explains why the tap does not occur at the beginning of a word: it occurs obligatorily between vowels. It also explains why the tap only occurs in derived forms (*amores*, *amoroso*) and word junctions ending in a rhotic and followed by a vowel (*amor eterno*), in addition to explaining phenomena of linguistic variation described in the literature.

Keywords: Phonological Representation; Rhotics; r-sounds; Phoneme; Phonemic contrast.

1 Introdução

Este artigo tem por objetivo caracterizar a variabilidade fonética observada nos róticos do Português Brasileiro (PB) e considerar representações fonológicas possíveis para esta classe de sons.¹ Uma proposta é apresentada em contrapartida às propostas existentes, argumentando que a ênfase no contraste fonêmico limita o poder explicativo da gramática fonológica dos róticos no PB.

Róticos consistem em uma classe de sons foneticamente heterogênea que é comumente referida na literatura como ‘sons de r’ (Trask, 1996; Ladefoged e Maddieson, 1996). Os autores associam ‘sons de r’ às representações ortográficas e sugerem que a classe engloba tepes, vibrantes, tepes fricativas ou aproximantes com diversos pontos de articulação. Do ponto de vista notacional, a representação fonológica dos róticos é bastante assistemática na literatura do PB: /r, r, r̄, rr, r̄, R/. As diferentes representações fonológicas seguem de abordagens teóricas diferentes que validam argumentos específicos e da distribuição dos róticos no PB.

Para compreendermos a representação fonológica dos róticos é necessário considerar alguns conceitos tradicionais da fonologia: fonema, alofones, neutralização e sobreposição fonêmica uma vez que estes conceitos permeiam as argumentações propostas em diferentes perspectivas teóricas.² Um fonema é uma unidade abstrata, não pronunciável que define o contraste fonêmico entre sons. Fonemas são definidos pelo exame de pares de sons foneticamente semelhantes que ocorrem no mesmo contexto fonológico, em palavras que tenham significados diferentes. Por exemplo: nas palavras *faca* e *vaca* o contraste fonêmico

¹ Representações fonéticas são representadas entre colchetes [xxx] e representações fonológicas são representadas entre barras transversais /xxx/. Representações [fonéticas] refletem os sons atestados na fala que são diversos e variáveis. Representações /fonológicas/ são sistemáticas e explicam a gramática fonológica da língua. Toda língua tem mais símbolos fonéticos do que fonológicos.

² Apresento estes conceitos para fins didáticos da discussão de contraste e alternâncias fonológicas. Estes são conceitos do estruturalismo (Dresher; van der Hurst, 2022, parte II). Mesmo que esta terminologia não seja utilizada em outras teorias fonológicas, os fatos apresentados para ilustrar estes conceitos são, em geral, considerados.

entre /f/ e /v/ é atestado no início de palavra e cada palavra tem significado particular. A troca de um som pelo outro mudaria o significado da palavra. Espera-se que uma vez atestado o contraste fonêmico ele operará sistematicamente na língua: uma vez fonema, sempre fonema.

Historicamente, o tepe e a vibrante múltipla evidenciavam o contraste fonêmico intervocálico entre os róticos em português, em palavras como *caro* (vibrante simples ou r-fraco) e *carro* (vibrante múltipla ou R-forte). Contudo, atualmente, a vibrante múltipla é quase inexistente no PB sendo que em seu lugar ocorre uma fricativa posterior. Assim, no PB, atualmente, é atestado o contraste entre o tepe [r] (*caro*) e fricativas posteriores [h, x, X] (*carro*) em posição intervocálica. Note que o tepe e fricativas posteriores não consistem em sons foneticamente semelhantes, pois apresentam inúmeras diferenças articulatórias. Mas ainda assim, *caro* e *carro* definem dois fonemas que denomino, em consonância com outros autores, r-fraco e R-forte respectivamente.

O contraste fonêmico entre o r-fraco e R-forte no PB ocorre somente entre vogais (*caro* x *carro*, *careta* x *carreta*, *aranha* x *arranha* etc.). Nos demais contextos, o R-forte ocorre sempre em início de sílaba que pode ser: início de sílaba que coincide com início de palavra (*rapaz*, *rio*, *rosa* etc.); início de sílaba em meio de palavra (*carro*, *terra*) ou início de sílaba após consoante (*Israel*, *desrespeito* etc.). Por outro lado, o r-fraco ocorre em dois contextos: entre vogais (*caro*, *para*, *beira* etc.) e em encontros consonantais tautossilábicos que são sequências consonantais de obstruinte e líquida (*prato*, *drama*, *gruta* etc.).

Outro conceito relevante para a presente discussão é o de alofonia contextual que define que dois sons acontecem em contextos exclusivos. A manifestação fonética do fonema será previsível pelo contexto fonológico que define os alofones. É o caso do fonema lateral /l/ no PB. Em final de sílaba /l/ se manifesta majoritariamente no PB como o alofone glide posterior [ɥ]: *sol*, *calda*, *mel* etc. Em início de sílaba – *lado*, *lua*, *bala*, *gula* – e em encontros consonantais tautossilábicos – *plano*, *blusa* – o /l/ se manifesta como uma lateral alveolar [l]. Dizemos que o fonema /l/ tem o alofone contextual [ɥ], em final de sílaba e o alofone contextual [l] nos demais ambientes. Na alofonia contextual, a materialização articulatória do fonema segue da distribuição preditiva do contexto distribucional.

Além de contextual a alofonia pode ser livre. Nos casos de alofonia livre, a realização fonética do fonema é imprevisível pelo contexto, embora parâmetros sociolinguísticos como localidade, idade, sexo, grau de instrução possam favorecer algumas das realizações fonéticas possíveis. Por exemplo, a primeira vogal da palavra *banana* pode ser oral ou nasal. Vários falantes do PB alternam livremente entre a nasalidade ou oralidade, o que caracteriza a alofonia livre.

Um conceito adicional é o de neutralização que reflete a perda de contraste fonêmico em contexto específico. Por exemplo, no PB os fonemas /s, ʃ, z, ʒ/ contrastam em início de palavra – *seca*, *checa*, *Zeca*, *jeca* – e em meio de palavra – *assa*, *asa*, *acha*, *haja*. Contudo, em final de sílaba – *mês*, *feira*, *asma* – este contraste é perdido e ocorre a neutralização quando a ocorrência de [s, ʃ, z, ʒ] pode ser atestada. Nesses casos, a fonêmica recomenda postular um arquifonema que é representado em letra maiúscula: *mês* /meS/. A materialidade fonética do arquifonema pode ser um dos alofones [s, ʃ, z, ʒ].

Finalmente, o conceito de sobreposição fonêmica é relevante para a presente discussão. A sobreposição fonêmica diz respeito aos casos em que um som pode pertencer a mais de um fonema. Por exemplo, no PB temos os fonemas /i/ e /e/: *pisso* x *peso* (nome). A manifestação fonética de /i/ tende a ser [i] e a manifestação fonética de /e/ tende a ser [e] e esta relação é sistemática em posição tônica no PB. Contudo, em posição pretônica, por exemplo,

na palavra *perigo*, tanto [i] quanto [e] pode ocorrer.³ A questão que se coloca é: quando o falante escuta um som [i] pretônico ele o associa ao fonema /i/ ou ao fonema /e/?

Neste artigo eu argumento que a ênfase no contraste fonêmico limita o poder explicativo da gramática fonológica. Sugiro então que critérios distribucionais e contextuais oferecem explicações abrangentes tanto para casos de alternância categórica (fonemas) quanto para casos de variação sociolinguística (alofonia) dos róticos no PB.⁴ Esta perspectiva pode ser acomodada em Modelos Baseados no Uso e na Teoria de Exemplares (Johnson 1997, 2007; Bybee 2001, Pierrehumbert 2001). Após esta introdução, a segunda seção considera a caracterização fonética dos róticos no PB. A terceira seção considera trabalhos desenvolvidos na perspectiva sociolinguística, buscando apontar a diversidade fonética dos róticos no PB. A quarta seção considera a distribuição fonológica dos róticos como monofonemática, bifonêmica ou trifonêmica e conclui apresentando uma proposta de representação fonológica distribucional que explica fatos atestados e faz predições para a ocorrência não esperada de róticos no PB.

2 Fonética dos Róticos

A caracterização fonética dos róticos é bastante ampla nas línguas naturais. Maddieson (1984) apresenta uma análise detalhada dos róticos em diversas línguas destacando a grande diversidade articulatória que envolve vários pontos e modos de articulação, bem como ausência ou presença de vozeamento. Quanto ao ponto de articulação os róticos podem ser articulados desde os alvéolos até a glote e quanto ao modo de articulação, podem ser vibrantes, tepe, fricativas ou aproximantes. Diante da considerável variabilidade, podemos nos perguntar o que agrupa a classe dos róticos. Segundo Ladefoged e Maddieson (1996), os róticos são sons representados ortograficamente pelo grafema <r>. O agrupamento a partir do grafema <r> certamente nos remete a uma classe que não tem princípios fonéticos. De fato, a classe de róticos é uma classe fonológica (não fonética) que agrupa sons diversos que se relacionam fonologicamente. O problema representacional é, portanto, fonológico e não fonético.

Consideremos, por exemplo, a manifestação fonética do tepe. No português, espanhol e italiano o som do tepe é considerado um rótico que ocorre em encontros consonantais tautossilábicos (*prata*), entre vogais (*caro*) e pode também ocorrer em final de sílaba (*mar*, *carta*). Por outro lado, o tepe no inglês não tem qualquer relação com o rótico /r/ da língua inglesa que se manifesta foneticamente como a aproximante [ɹ] e ocorre em palavras como: *right*, *berry*, *car*. Por que o tepe não é um rótico em inglês? Porque em inglês o tepe se relaciona fonologicamente com os fonemas /t, d/, em alofonia (e não com o fonema rótico do inglês /r/). Os fonemas /t, d/, em inglês, podem se manifestar como um tepe quando em posição intervocálica, em exemplos como: *city*, *madam*. Diversas publicações em inglês sugerem os símbolos [ɹ̥, ɹ̄] ao invés do símbolo do tepe [r] para representar o som do tepe em inglês. Adicionalmente, a fricativa glotal [h] em inglês – que ocorre em palavras como *house*, *hat* etc. – não é um rótico em inglês, mas é considerado um rótico em português em exemplos como:

³ A alternância de vogais pretônicas pode envolver até quatro possibilidades de produção em uma palavra como *desperta*: [i, e, ε] ou a não manifestação da vogal pretônica: [ds]perta.

⁴ A ideia de critérios distribucionais serem relevantes na fonologia são discutidos em Fisher-Jørgensen (1952), Sapir (1925) e Bloomfield (1933). Contudo, revisar estas propostas aqui desviaria o foco primário deste artigo que é considerar a representação fonológica de róticos no PB.

rua, carro, mar, marca etc. Resumindo, um som pode pertencer à classe fonológica de róticos em algumas línguas, mas não em outras. Esta generalização pode ser ampliada para: um elemento fonético (som) pode pertencer a mais de uma categoria fonológica.

Análises fonéticas do PB tendem a agrupar os róticos nas seguintes categorias: vibrante [ř], tepe [r], aproximante retroflexa [ɻ, ɺ], fricativas posteriores [h, ħ, ʁ, x, χ, ʁ] e indicam que o rótico pode ter articulação vocálica ou não ter manifestação fonética, i.e., Ø (Rennicke 2015, 2016). Em estudo pautado na fonética articulatória, Cagliari (1981) identificou 30 possibilidades de produção para os róticos no PB, incluindo tepes, flepes, vibrantes, fricativas, aproximantes retroflexas e constritivas. Rennicke (2015) realizou um estudo pautado em análise acústica e identificou 21 sons associados aos róticos no PB, incluindo tepes, vibrantes, fricativas, aproximantes retroflexas e realizações vocálicas. Tanto Cagliari (1981) quanto Rennicke (2015) identificaram variantes desvozeadas de tepes e aproximantes que são tipicamente sons vozeados. A diferença entre os dois trabalhos é que Rennicke (2015) tem natureza experimental. Outro trabalho que caracteriza a diversidade de produções dos róticos no PB, neste caso somente da variedade de São Paulo, é Ramsammy e Medeiros (2024) que empreenderam uma cuidadosa análise fonética experimental tanto acústica quanto articulatória oferecendo informações importantes, sobretudo, sobre valores duracionais dos róticos em relação ao contexto prosódico que ocorrem. Os resultados destes trabalhos indicam que a classe dos róticos é amplamente variável do ponto de vista fonético no PB. A grande variabilidade fonética atestada para a classe dos róticos em PB levou à realização de inúmeros estudos, em diferentes regiões do país, que investigaram a variação dos róticos no PB. Alguns destes estudos são reportados na próxima seção.

3 A variação dos róticos no PB

A variação dos róticos no PB tem sido amplamente estudada com ênfase primordial nas variantes que ocorrem em final de sílaba (*marca*) e de palavra (*mar*). Vou referir a estes casos como R-pósvocálico. A grande maioria dos estudos reportados na literatura adotam a abordagem sociolinguística (Labov, 1972). Contudo, análises que se pautam na Difusão Lexical (Wang, 1969) também apresentam contribuições importantes para a compreensão dos róticos no PB.

Oliveira (1983), até onde pude identificar, foi o primeiro trabalho que debruçou ao estudo dos róticos na perspectiva sociolinguística. O autor buscou explicar a variação atestada nas líquidas, e em particular analisou o rótico pósvocálico, encontrando sete possíveis realizações fonéticas neste contexto: [rr, r, ř, ʁ, R, x, h], além do cancelamento variável do rótico em final de sílaba: Ø. O cancelamento do R-pósvocálico ocorre em maiores índices em formas verbais de infinitivo, mas também ocorre, em menores índices, em formas nominais (Oliveira, 1997; Huback, 2006). Outro tema bastante investigado em relação aos róticos pósvocálicos é a ocorrência da aproximante retroflexa e sua estigmatização social (Oushiro e Beline, 2013). Por razões de limitações técnicas, os estudos do PB tendem a não considerar a variabilidade das fricativas posteriores em posição pósvocálica – sejam velares, uvulares ou glotais (Cristófarro Silva et al., 2019).

Um caso específico de variação de róticos pósvocálicos foi reportado por Taylor e Eddington (2006) em Piripiri, no Piauí. Os autores reportam que róticos pósvocálicos podem se manifestar como sibilantes quando seguidos por /t/ ou /d/, em exemplos que podem ter uma sibilante apical alveolar ou uma fricativa alveopalatal ao invés do rótico: ['kwaste] ~ ['kwašte]

quarta ou ['vezdɪ] ~ ['vezɔdɪ] *verde*. Este caso, segundo os autores, é estigmatizado e está associado com a baixa escolaridade. O que temos neste caso é uma sibilante substituindo um rótico pós-vocálico seguido de /t, d/.

Na fala infantil observa-se que pode ocorrer o cancelamento do tepe em encontros consonantais tautossilábicos como em *prato* ou *outro* (Miranda, 2007). O cancelamento do tepe em encontros consonantais tautossilábicos é também atestado na fala adulta em diversas variedades dialetais do PB (Oliveira, 2017; Cristófaros Silva et al., 2017). Em posição intervocálica o tepe também pode não ser realizado como reportado no PB de Belo Horizonte (Fontes Martins, 2001; Mendes Jr., 2018).

Ainda em relação ao tepe, observa-se que em encontros consonantais tautossilábicos o rótico equivalente ao tepe pode ocorrer em alternância com uma lateral, em algumas variedades do PB: *plano* ['plãɲɔ] ~ ['prãɲɔ]. Este caso é denominado de rotacismo (Costa, 2006).

Em algumas regiões do Brasil, sobretudo onde se observa fortemente a presença de imigrantes, ainda pode ser atestada uma vibrante múltipla correspondendo ao rótico em início de sílaba (Monaretto, 1997). Contudo, a ocorrência da vibrante múltipla apresenta baixos índices no território brasileiro. A grande tendência do PB é a manifestação do rótico em início de sílaba como fricativas posteriores (que como a vibrante múltipla pertence à classe do R-forte).

Para a discussão que segue devemos lembrar que o R-forte ocorre sistematicamente em início de sílaba, que pode coincidir com o início de palavra (*rua*), início de sílaba em meio de palavra (*carro*) ou início de sílaba precedido por uma consoante que pode ser uma sibilante (*Israel*), uma nasal fonológica sem manifestação fonética (*honra*) ou uma lateral que pode ou não ser vocalizada (*guelra*). Oliveira e Cristófaros Silva (2002) reportam a manifestação de um tepe (r-fraco) quando uma fricativa posterior (R-forte) seria esperada após uma consoante lateral /l/: ['gɛʋhɛ] ~ ['gɛʋrɛ] *guelra*. Os autores avaliam que a alternância atestada entre uma fricativa posterior (esperada) e um tepe (inovação) ocorre devido à vocalização da lateral no final de sílaba. No caso da palavra *guelra* – e similares – a consoante pós-vocálica /l/ é seguida de um rótico, que neste caso deve ser o R-forte (fricativa posterior) por estar em início de sílaba. Contudo, a vocalização da lateral faz com que o /l/ se manifeste como uma vogal posterior em ditongo: ['gɛʋhɛ], e o rótico passa a ocorrer como um tepe – ['gɛʋrɛ] – porque a vocalização da lateral faz a sequência segmental ser compreendida como um ditongo decrescente [ɔ], e o rótico esperado após ditongos decrescentes no PB é o tepe (e não uma fricativa posterior): *europa*, *feira* etc.

Ainda em relação à consoante lateral, observa-se que em algumas variedades do PB ela pode ocorrer como uma aproximante retroflexa: *sal* [saj] ou *boldo* ['boɔdɔ]. Neste caso a aproximante retroflexa se relaciona com a consoante lateral /l/ e não com um rótico. Sabemos disto porque palavras derivadas de *sal* ou *sol* têm uma consoante lateral: *saleiro*, *solar*.

Finalmente, eu reporto casos em que a fricativa posterior ocorre no PB, mas não corresponde fonologicamente a um rótico e sim a uma sibilante pós-vocálica. Auler (1992) reporta o que ela denomina aspiração de sibilante. A autora analisou dados de Natal, Fortaleza e Cordeiro (RJ) investigando casos como o da palavra *mesmo* que pode ter uma fricativa posterior em posição pós-vocálica: ['meɦmɔ]. Diversos trabalhos investigaram a aspiração de sibilantes, mostrando que o item lexical é relevante para que a aspiração se manifeste e que a palavra *mesmo* é acionadora do fenômeno (Melo e Gomes, 2018).

Os estudos reportados nesta seção indicam a grande variabilidade dos róticos no PB e apontam para casos de lenição e cancelamento do rótico tanto em final de sílaba e palavra (*mar*, *carta*) quanto em encontros consonantais ou posição intervocálica (*outro*, *para*).

Atestamos também a alternância entre uma fricativa posterior e o tepe (*guelra*) ou entre fricativas posteriores e sibilantes (quarta). Consideramos também casos em que sons róticos podem ser associados à outras categorias fonológicas, como laterais que podem se manifestar como aproximantes retroflexas (*sal*) ou sibilante que podem se manifestar como fricativas posteriores. (*mesmo*). Para explicarmos estes fatos devemos compreender a distribuição dos róticos no PB e propostas de análises fonológicas para interpretá-los.

4 A representação fonológica dos róticos no PB

Maddieson (1984) e Ladefoged e Maddieson (1996) apresentam descrições importantes sobre a ocorrência dos róticos nas línguas naturais. Wiese (2011) aponta que a maioria das línguas tem fonemas róticos ou alternativamente apresentam alofones róticos. O autor observa que é raro alguma língua ter mais de dois fonemas róticos. Como mencionei anteriormente, róticos constituem uma classe fonológica que engloba vibrantes, tepes, fricativas e aproximantes com diversos pontos de articulação. Estes sons, de alguma maneira se relacionam fonologicamente entre si. No caso dos róticos no PB temos sincronicamente as classes de tepes, fricativas e aproximantes retroflexas associadas aos róticos (Callou, Moraes e Leite, 1996; Monaretto, Quednau e Hora, 2005). A questão que se coloca é: qual é a representação fonológica mais adequada para a classe dos róticos que é tão diversa foneticamente no PB? Para responder a esta pergunta devemos inicialmente considerar a distribuição dos róticos no PB.

Quadro 1 – Distribuição dos róticos no PB

	Símbolo	Descrição do contexto	Exemplo
a.	[r]	Posição intervocálica	caro
b.	[r]	Encontros consonantais tautossilábicos	prata
c.	[h]	Início de palavra	rua
d.	[h]	Posição intervocálica	carro
e.	[h]	Início de sílaba precedido de consoante	Israel
f.	[r, h, ʝ, ∅]	Final de sílaba em meio de palavra	marca
g.	[r, h, ʝ, ∅]	Final de sílaba em fim de palavra	mar

Fonte: autores

Para fins da discussão em tela foi excluída a grande variabilidade fonética atestada na literatura para os róticos. Contudo, ela pode ser inferida para cada classe, como indicado em trabalhos mencionados na seção 2. No Quadro 1 os exemplos (a, b) ilustram a categoria dos tepes. Em (c, e) é ilustrada a categoria das fricativas posteriores e esta classe pode incluir a vibrante múltipla que tem pouca ocorrência no PB. Em (f, g) a classe de tepes, fricativas posteriores e aproximantes retroflexas é apresentada.

Consideremos, a seguir, um pouco da história dos róticos no português. Teyssier (1982 p. 54) representa a oposição fonológica dos róticos no português como /r/ brando e /r̄/ forte. O /r/ brando corresponderia ao tepe e o /r̄/ forte corresponderia à vibrante múltipla ambos em posição intervocálica. Nas demais posições ocorreria [r] ou [r̄] sendo previsível: o [r] brando, tepe, ocorre em encontros consonantais tautossilábicos (*três*) e em final de sílaba (*par, parte*) e o [r̄] forte, a vibrante múltipla, ocorre em início de sílaba (*ramo, melro, tenro, Israel*). Esta distribuição bem organizada e previsível oferece os fundamentos para análises monofonemáticas dos róticos no português.

Algumas propostas teóricas sugerem que o tepe /r/ seja o único fonema rótico subjacente no português (Lopez 1979; Mateus e D'Andrade, 2000). Outras propostas sugerem que uma vibrante /r/ seja o único segmento rótico subjacente no português (Câmara 1953; Abaurre e Sandalo, 2003). Estas propostas adotam, de maneira geral, princípios da Fonologia Gerativa ao propor que regras específicas gerariam foneticamente os róticos em contextos específicos. O r-fraco seria representado por um único elemento /r/ e o R-forte seria representado por uma sequência de róticos, /r.r/. A sequência /r.r/ caracterizaria uma consoante geminada em que o primeiro rótico da sequência estaria em posição pós-vocálica e o segundo rótico ocuparia a posição inicial da sílaba seguinte: *carro* /kar.ro/, consistindo em uma consoante geminada. Note que o primeiro rótico ocuparia posição idêntica de final de sílaba em uma palavra como *carta* /karta/

Em algumas línguas as consoantes pós-vocálicas determinam sílabas pesadas que atraem o acento tônico. Neste caso é dito que o acento tônico é sensível ao peso silábico. A análise de consoantes geminadas /r.r/, define uma sílaba pesada que atrairia o acento tônico ao assumir que o PB é sensível ao peso silábico. Esta abordagem explicaria o fato de que não ocorrem /r.r/ em posição postônica em palavras proparoxítonas no português: *bizarro. O acento neste caso deve ser paroxítono porque a sílaba que contém o primeiro /r/ atrai o acento tônico: *bizarro, cigarro, empurra* etc. Esta análise é compatível com fatos atestados para outras consoantes pós-vocálicas do português: *robusto, diverso, fidalgo, latente* (e não *róbusto, *díversono, *fidalgono, *látenteno). Casos em que /r.r/ poderia receber o acento proparoxítono, como em *córrego*, são tratados como excepcionais sendo a última sílaba extramétrica, i.e., invisível à atribuição do acento.

Outra predição da abordagem monofonemática é que a geminada /r.r/ não deve ser precedida por ditongo decrescente. Isto porque ditongos decrescentes consistem de uma sílaba pesada que estaria em competição com o rótico em posição pós-vocálica. De fato, exemplos como *bairro* ou *bairrista* – que apresentam ditongos decrescentes seguidos de um rótico na sílaba seguinte – são excepcionais no português e é o tepe que segue recorrentemente os ditongos decrescentes: *europa, feira* etc. Outro fato que pode ser explicado nesta abordagem é que prefixos de negação do tipo <-in> que ocorre em exemplos como em *inelegível* ou *indestrutível* coocorrem com palavras iniciadas por certas consoantes, como: *infeliz* ou *improvável*. Contudo, quando a palavra se inicia com um rótico o prefixo é <-i>: *irregular, irracional* etc. A justificativa é que em /r.r/ o primeiro /r/ ocupa a posição pós-vocálica que seria ocupada pela consoante nasal em casos como *infeliz* ou *improvável*. Finalmente, um dos argumentos da proposta monofonemática é que somente [r] ocorre em formas de plural (*amores*) e derivadas (*amoroso*), bem como em junção de palavras quando a palavra terminada em um rótico é seguida de vogal: *amor eterno*.

Em contraste com a proposta de um único fonema, Câmara (1970) propõe que o PB tem dois fonemas róticos: R-forte e r-brando (ou r-fraco). Esta abordagem, na perspectiva estruturalista, propõe que o contraste fonêmico é atestado somente em posição intervocálica: *carro* x *caro*. A oposição fonêmica seria entre o tepe e uma fricativa posterior: [h] e [r]. O autor sugere que em posição pós-vocálica o contraste fonêmico é neutralizado: *mar* e *carta*. Câmara (1970, p. 51) propõe que a representação do rótico pós-vocálico seja /r/.

Finalmente, vamos considerar a proposta de análise fonológica ternária que é apresentada em Cristóvão Silva (2010): /r, r̄, R/. Esta proposta, de cunho estruturalista, como diversas análises precedentes, assume o contraste fonêmico entre os róticos em posição intervocálica, como em *caro* e *carro* representados por /r/ e /r̄/ que caracterizam o r-fraco e o R-forte respectivamente. Em posição pós-vocálica é sugerida a representação /R/ que reflete a neutralização do contraste entre o R-forte e o r-fraco, podendo se manifestar como um tepe, fricativas posteriores ou aproximantes retroflexas.

Em consonância com a proposta ternária de análise dos róticos, surge a proposta de quase-contraste entre os róticos do PB, uma estratégia sugerida para algumas línguas (Hualde, 2004; Scobbie e Stuart-Smith, 2008). Neste caso, as ‘duas categorias fonológicas podem contrastar em alguns (mas não todos os) contextos’ (Rennicke, 2016, p. 90). Para a autora, as três classes fonológicas – r-fraco, R-forte e coda – estabelecem relações de parentesco e não de classe natural que envolve processos fonológicos.

As diversas propostas discutidas nesta seção oferecem análises fonológicas plausíveis, mas todas têm alguma excepcionalidade: postulação de consoantes geminadas; sensibilidade ao peso silábico; contraste intervocálico apenas e da perda do contraste pós-vocálico ou pela adoção da categoria de quase-contraste.

Nas próximas páginas eu apresento uma proposta de representação fonológica que explica a organização dos róticos no PB e sistematiza a relação entre contexto distribucional e representação fonológica em que cada categoria ocorre em contexto específico: intervocálico, início de sílaba e final de sílaba. Considere o quadro 2:

Quadro 2 – Distribuição dos róticos no PB

	Fonética	Descrição do contexto	Exemplo	Classe	Fonologia
a.	[r]	Intervocálica (Início de sílaba após vogal ou ditongo)	caro	/r/	r-fraco
b.	[r]	Intervocálica (CCV após vogal de apoio)	prata		
c.	[h]	Início de sílaba e palavra	rua	/h/	R-forte
d.	[h]	Início de sílaba após vogal (intervocálica)	carro		
e.	[h]	Início de sílaba precedido de consoante	Israel		
f.	[r, h, ʝ, ∅]	Final de sílaba em meio de palavra	marca	/R/	R-pós-vocálico
g.	[r, h, ʝ, ∅]	Final de sílaba em fim de palavra	mar		

Fonte: autores

O quadro 2 propõe três categorias fonológicas para os róticos no PB – /r, h, R/ (4ª coluna) – em que o contexto prediz quais sons podem ocorrer em cada contexto (1ª coluna): tepes (intervocálicos: r-fraco), fricativas posteriores (início de sílaba: R-forte) e tepes, fricativas posteriores ou aproximantes retroflexas (final de sílaba: R-pós-vocálico). A classe fonológica

representada entre barras transversais na quarta coluna remete às categorias fonológicas definidas a partir de critérios distribucionais da língua (2ª coluna). Embora visualmente as categorias fonológicas sejam transcritas entre barras transversais, de maneira análoga a fonemas, elas consistem em objetos teóricos distintos. Enquanto fonemas são unidades estanques e dependentes de contraste entre pares de sons, as categorias fonológicas emergem da distribuição contextual dos sons em línguas específicas.

No quadro 2, em (a, b), ocorre em posição intervocálica o tepe e suas variantes. A posição intervocálica em *caro* é consensual. No caso de encontros consonantais tautossilábicos, a literatura mostra que ocorre uma vogal de apoio ou elemento vocálico após a primeira consoante, como CvCV, sendo que o elemento vocálico tem características fonéticas da vogal seguinte (Nishida, 2009; Silva et al., 2006). A vogal de apoio é breve, e tende a definir a natureza intervocálica do tepe.

Em relação a [h] ocorrer no início de sílaba, é consensual no PB que ocorra tipicamente uma fricativa posterior nesta posição (no passado uma vibrante múltipla). A definição do contexto de início de sílaba prevê que a fricativa posterior (e variantes) ocorra em início de palavra, como, por exemplo em *rua*, ou início de sílaba no meio de palavra, como, por exemplo, em *carro*, ou em início de sílaba precedido por uma consoante que pode ser uma sibilante como, por exemplo em *Israel*, pode ser uma nasal fonológica sem manifestação fonética, como, por exemplo em *honra*, ou pode ser uma lateral vocalizada, como por exemplo em *guelra*.

O ponto não consensual desta análise possivelmente venha a ser assumir que a posição intervocálica do R-forte, como em *carro*, está de fato em início de sílaba. Isto é um problema pois a natureza do contraste fonêmico em modelos precedentes pautou-se no contraste fonêmico intervocálico pelo exame de pares mínimos. Se categorias fonológicas emergem da organização lexical a partir de restrições distribucionais da língua o problema se dissipa.

A distribuição contextual é definida a partir do exame dos fatos e da análise proposta. Considere o caso de /ŋ/ no inglês que é assumido ocorrer exclusivamente em final de sílaba: *king* [kɪŋ], *finger* ['fɪŋ.gə] ou *hanger* ['hæŋ.ə]. Nos exemplos de *king* e *finger* a posição de final de sílaba é óbvia. Contudo, em *hanger* é possível sugerir tanto o contexto de final de sílaba quanto intervocálico. A categorização de final de sílaba segue do fato que falantes separam a sílaba com /ŋ/ no final da sílaba – ['hæŋ.ə] – e que é mais adequado para a análise fonológica do inglês. Retomando o caso do português, falantes separam a sílaba tendo /h/ no início de sílaba, e eu argumento que a definição deste contexto é mais adequada para a análise fonológica do PB. É consensual os demais casos que /h/ ocorre em início de sílaba (cf. (d, e)).

Considerando-se a distribuição de (a-b) e (c-e) no Quadro 2, seria possível postular a alofonia contextual uma vez que [r] e [h] ocorrem em contexto exclusivos: onde um ocorre o outro não ocorre. Como discutido em Janda (1999), dois elementos pertencem a uma categoria fonológica se compartilham uma ou mais propriedades articulatórias. No caso de [r] e [h] há total ausência de compartilhamento seja de ponto ou modo de articulação ou de vozeamento. Segue-se que /r/ e /h/ são categorias fonológicas distintas. Se retomarmos a distribuição de /ŋ/ em inglês e a avaliarmos em relação a /h/ poderíamos postular a alofonia contextual uma vez que /h/ ocorre somente em início de sílaba (*house*, *behind*) e /ŋ/ que ocorre somente em final de sílaba (*king*, *finger*, *hanger*). A inadequação desta proposta deve-se à falta de compartilhamento de propriedades fonéticas entre /ŋ/ e /h/, assumindo assim que sejam unidades fonológicas distintas.

Quanto a postulação da categoria pós-vocálica /R/, na concepção fonêmica, teríamos, em princípio, o problema de sobreposição fonêmica. Ou seja, ao escutar [h] ou [r] pós-vocálico como o falante saberia a qual fonema o som se associa? Argumento que a distribuição contextual conjugada com o detalhe fonético define explicitamente as possibilidades articulatórias.

Como observado por Silva et al. (2006), no PB a natureza do elemento vocálico associado ao tepe pós-vocálico difere do elemento vocálico em encontros consonantais tautossilábicos. Em posição pós-vocálica o tepe tem um elemento vocálico que é equivalente à uma vogal central não especificada: *mar* ['marə] ou *marca* ['marəkə]. O elemento vocálico neste caso expressa estritamente a soltura da breve oclusão do tepe e por isto difere do elemento vocálico em encontros consonantais tautossilábicos. Neste último caso, em sílabas CCV, o elemento vocálico tem características fonéticas da vogal seguinte, expressando o caráter intervocálico do tepe: *três* ['teres] ou *cruz* ['kɾʊs] (Nishida, 2009; Silva et al., 2006).

Quanto à [h], argumento que o detalhe fonético fino da fricativa posterior pós-vocálica (*mar, marca*) difere da fricativa posterior em início de sílaba (*rua, carro, Israel, honra, guelra*). Ramsammy e Medeiros (2024) apontam algumas indicações possíveis nesta direção, mas no estudo apresentado por eles a distribuição de fricativas posteriores é limitada somente à posição intervocálica (*caro x carro*) e início de palavra (*rabo, rapaz*). Lanço a hipótese que a duração será o fator que caracteriza as duas categorias de [h] – em início e final de sílaba – como distintas, em termos do detalhe fonético atestado.

O exame do detalhe fonético fino tem oferecido importantes avanços do conhecimento sobre a organização fonológica em diferentes línguas ao promover o exame experimental de dados da fala (Cohn et al., 2012). Por outro lado, a representação por símbolos fonéticos permite a documentação e apresentação de trabalhos impressos. Crítica à limitação do uso de símbolos fonéticos aponta que existem mais parâmetros articulatórios detalhados do que é possível ser expresso por símbolos fonéticos (Munson et al., 2010). Estudos futuros sobre a avaliação de parâmetros articulatórios finos, ou seja, detalhe fonético, dos róticos no PB, sobretudo das fricativas posteriores, pode lançar luzes sobre a natureza segmental e da distribuição prosódica nos enunciados que contém róticos.

Quanto à aproximante retroflexa [ɺ], é justamente ela, por seu caráter inovador e particular no PB, que oferece argumentos para a postulação do rótico pós-vocálico /R/ como categoria fonológica independente.⁵ Em posição pós-vocálica, cada falante terá a sua opção de som dependendo de parâmetros sociolinguísticos, estilísticos ou pessoais. Um mesmo falante pode inclusive variar entre [r, h, ɺ, ∅] em final de sílaba, como é amplamente demonstrado na literatura sobre a variação de róticos no PB, desde que resguardados os critérios distribucionais discutidos neste artigo. Sugeri ainda que os símbolos [r] e [h] possam diferir entre (a-e) e (f-g) no quadro 2, pois o detalhe fonético destes sons não foi ainda devidamente investigado.

Uma questão ainda persiste: como justificar que as três categorias fonológicas independentes – /r, h, R/ – se relacionam entre si? Argumento que a análise com três categorias fonológicas distintas no PB tem poder fonológico preditivo: ao escutar um enunciado qualquer o falante saberá qual rótico se manifesta a partir da distribuição contextual e este conjunto de sons opera como uma classe fonológica no PB. A possibilidade de imaterialidade fonética, ∅, nas três categorias fonológicas, adicionalmente consolida a categoria sob o rótulo de róticos.

⁵ Eu poderia sugerir a representação /ɺ/ que agregaria [r, h, ɺ] e variantes. Contudo, /ɺ/ é um símbolo especial, fonético, que demanda uso de teclado específico para registrá-lo. Assim, eu optei por sugerir o símbolo /R/ para o rótico pós-vocálico que é uma representação recorrente na literatura do PB para este contexto.

A proposta apresentada neste artigo explica porque em palavras derivadas (*amores*, *amoroso*) ou em limite de palavras (*amor eterno*) o tepe ocorre. Isso segue dos princípios distribucionais do PB que define que em posição intervocálica é o tepe que se manifesta. Esta proposta adicionalmente, explica porque o tepe não ocorre em início de palavra no PB: *[rua], uma vez que ele ocorre exclusivamente em posição intervocálica.

Os casos de rotacismo, *plano* ['plãnu] ~ ['prãnu], são explicados pela alternância distribucional de tepes e laterais em encontros consonantais tautossilábicos. Nestes casos é atestada uma vogal de apoio quando o tepe se manifesta. Os casos de redução segmental em sílabas CCV - *prato* ['pratʊ] ~ ['patʊ] ou *outro* ['oʊtrʊ] ~ ['oʊtʊ] – são explicados pela ocorrência distribucional de sílabas CV.

A abordagem proposta neste artigo explica a variação de róticos atestada em Piripiri (PI), em exemplos como [kwaste] ~ [kwaʃte] *quarta*, em que sibilantes se relacionam com róticos pósvocálicos quando seguidos de [t, d]. As demais sibilantes de falantes de Piripiri são associadas com a classe de sibilantes, como em *paz* [pas] ou *pasta* ['paʃte]. Por que os róticos em Piripiri podem se manifestar como sibilantes neste caso? A resposta é: tanto róticos quanto sibilantes ocorrem em posição pós-vocálica no PB. Sendo o contexto distribucional o motor da organização fonológica, as posições pós-vocálicas se relacionam contextualmente entre si.

A proposta apresentada neste artigo também explica por que o tepe e a fricativa posterior podem alternar quando precedidos de //l/: *guelra* ['gɛohe] ~ ['gɛore]. A lateral pós-vocálica no PB tende a ser vocalizada e a sequência segmental passa a ser interpretada como um ditongo decrescente seguido do rótico que é uma fricativa posterior, como em: *guelra*, *bilro* etc. Contudo, no PB, os ditongos decrescentes são seguidos pelo rótico que é o tepe, como em: *europa*, *feira* etc. É exatamente o contexto distribucional da lateral pós-vocálica que permite a alternância entre o tepe e a fricativa posterior neste contexto.

É possível também explicar casos em que uma aproximante retroflexa ocorre em final de sílaba em alternância com uma lateral, vocalizada ou não: *sal* [saɹ] ou *boldo* ['boɹdʊ]. Laterais ocorrem em posição final de sílaba o que autoriza a sua relação com a aproximante retroflexa que também ocorre em final de sílaba no PB. De maneira análoga, [h] ou [r] podem ser atestados neste contexto.

O caso de sibilantes que se manifestam como fricativas posteriores – *mesmo* ['meɦmʊ] – é explicado de maneira análoga. Sibilantes podem ocorrer em posição final de sílaba no PB, o que define a relação com fricativas posteriores que também ocorrem em final de sílaba.

Um dos argumentos das análises monofonemática e bifonêmica foi da excepcionalidade de palavras como *bairro* ou *bairrista* – que aparentemente violam a restrição de apenas róticos ocorrerem após ditongos decrescentes no PB. Estas formas, aparentemente excepcionais, têm a fricativa posterior justamente em início de sílaba que reflete a manifestação do rótico nesta posição. A expansão para novos itens lexicais reflete apenas limitações do léxico, mas nada previne que possam ocorrer.

Outro argumento das análises monofonemática e bifonêmica é sobre o prefixo de negação ser <-i> quando palavra se inicia por um rótico: *irregular*, *irresponsável* etc. A análise que propus neste artigo explica estes casos pela posição de início de sílaba em que fricativas posteriores ocorrem. Note que nada previne um prefixo nasal <-in> de ocorrer, uma vez que vogais nasais podem ser seguidas de fricativas posteriores no PB: *genro*, *honra* etc. De fato, formas não convencionais do PB podem apresentar vogais nasais em [ĩ] responsável e também em [ĩ]diota o que demonstra que o prefixo de negação que alterna [i], [ĩ] e [in] pode variar para alguns falantes.

A última questão a ser levantada é: como expressar a diversidade fonética dos róticos (ver seção 2) na presente análise que tem três categorias fonológicas: /r, h, R/? A literatura fonológica recente indica que uma categoria fonológica, tradicionalmente denominada fonema, tem enorme variabilidade articulatória expressa por detalhe fonético empiricamente investigável. Isto quer dizer que qualquer categoria fonológica é constituída de múltiplas realizações, ou exemplares, na denominação da Teoria de Exemplares (Johnson 1997, 2007; Bybee 2001, 2010; Pierrehumbert 2001). A proposição da Fonologia tradicional em ter representação única para cada segmento na verdade apenas acata princípios de teorias reducionistas em que a economia representacional era privilegiada e o processamento era complexo. Teorias mais recentes, como a Teoria de Exemplares, argumentam pelo contrário: processamento simples e representações complexas (Johnson, 1997). Portanto, a análise apresentada neste artigo é superior às análises precedentes por sua simplicidade representacional, pelo poder explicativo da ocorrência distribucional dos róticos com previsibilidade para a gramática fonológica do PB e pelo uso de símbolos obtidos em qualquer teclado.⁶

5 Conclusão

Este artigo teve por objetivo caracterizar a variedade fonética observada nos róticos do PB e considerar representações fonológicas possíveis para esta classe de sons. As seguintes propostas foram discutidas:

Quadro 3 – Representações fonológicas dos róticos no PB

Histórica	r-brando /r/	R-forte /r̄/	pósvocálico /r/
Unifonêmica	r-simples /r/	r-geminado /r.r/	pósvocálico /r/
Bifonêmica	r-fraco /r/	R-forte /r/	pósvocálico /r/ neutralizado
Trifonêmica	r-fraco /r/	R-forte /R̄/	R-pósvocálico /R/
Distribucional	r-fraco /r/	R-forte /h/	R-pósvocálico /R/

Fonte: autoras

⁶ É importante destacar que os símbolos fonológicos propostos – /r, h, R/ – podem ser digitados em qualquer teclado. Esta é uma vantagem quando consideradas outras propostas que utilizam símbolos específicos que devem ser digitados em teclados de fontes fonéticas. Esta praticidade retoma um fato que experienciei ao propor um alfabeto para uma língua indígena brasileira. Os falantes daquela língua, na época, me disseram que não aceitavam símbolos especiais porque não poderiam enviar mensagens de MSN ou de texto para outras pessoas. Eles pediram que o alfabeto fosse adaptado para o teclado do português que eles usavam em seus computadores e celulares.

O Quadro 3 apresenta as cinco perspectivas de análises fonológicas para os róticos no PB: histórica, unifonêmica, bifonêmica, trifonêmica e distribucional. Para cada perspectiva é listado o rótulo adotado e na linha inferior os símbolos para cada caso. As propostas (1-4) pautam a análise no contraste fonêmico intervocálico. A quinta proposta argumenta por critérios distribucionais: r-fraco: tepe em posição intervocálica; R-forte: fricativa posterior em início de sílaba e R-pósvocálico: tepe, fricativa posterior ou aproximante retroflexa em final de sílaba. Critérios distribucionais e contextuais oferecem explicações abrangentes tanto para casos de alternância categórica (fonemas) quanto para casos de variação sociolinguística (alofonia) dos róticos no PB. Adicionalmente, a proposta apresentada explica por que o tepe não ocorre em início de palavra: ele ocorre obrigatoriamente entre vogais. É também explicado por que somente o tepe ocorre em formas derivadas (*amores*, *amoroso*) e junturas de palavra terminada em rótico e seguida de vogal (*amor eterno*), além de explicar fenômenos de variação linguística descritos na literatura.

Agradecimentos

A autora agradece ao apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) Bolsa Produtividade em Pesquisa, Processo número 311934/2020-0. A autora também agradece aos pareceristas por contribuições valiosas e aos editores e à equipe editorial pela eficiência e cooperação.

Referências

- ABAURRE, M. B. M.; SANDALO, M. F. S. Os róticos revisitados. In: HORA, D.; COLLISCHON, G. (org.). *Teoria linguística: Fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- AULER, M. A. A difusão lexical num fenômeno de aspiração do português. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 1, p. 43–51, 1992.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt, 1933.
- BRESCANCINI, C.; MONARETTO, V. N. O. Os róticos no sul do Brasil: panorama e generalizações. *Signum*, v. 11, n. 2, p. 51–66, 2008.
- BYBEE, J. *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BYBEE, J. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CAGLIARI, L. C. *Elementos de fonética do português brasileiro*. 1981. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1981.
- CALLOU, D. M. I.; MORAES, J.; LEITE, Y. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, I. (org.). *Gramática do português falado*, v. 6. Campinas: Unicamp, p. 465–493, 1996.
- CÂMARA JR., J. M. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1953.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

- C. COHN A., C. FOUGERON & M. K. HUFFMAN (eds.), *The Oxford handbook of Laboratory Phonology*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- COSTA, L. T. da. *Estudo do rotacismo: variação entre as consoantes líquidas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CRISTÓFARO SILVA, T. *Fonética e Fonologia do Português* – Roteiro de Estudos e Guia de Exercícios (1a edição 1999/10a. edição 2010). 9. ed. São Paulo: Editora Contexto (Inclui áudio e Índice remissivo), v. 1, 2010.
- CRISTÓFARO SILVA, T.; OLIVEIRA, N.; CANTONI, M.; MIRANDA, I. Segmental loss and phonological representation. In: LINDSEY, G.; NEVINS, A. (Org.). *Sonic Signatures*. 1a. ed. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. 1, p. 215-230, 2017.
- CRISTÓFARO SILVA, T.; SEARA, I. C.; SILVA, A. P.; RAUBER, A.; CANTONI, Maria Mendes. *Fonética Acústica: os sons do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, v. 1, 2019.
- DRESHER, B. E.; VAN DER HURST, H. *The Oxford History of Phonology*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- EDDINGTON, D.; TAYLOR, M. Negative Prestige and Sound Change: A Sociolinguistic Study of the Assibilation of /χ/ in Piauí Portuguese. In: SAGARRA, N.; TORIBIO, A. J. (ed.). *Selected Proceedings of the 9th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, p. 320–325, 2006.
- FERRAZ, I. S. *Características fonético-acústicas do /r/ retroflexo do português brasileiro: dados de informantes de Pato Branco (PR)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- FISHER-JØRGENSEN, E. On the definition of phoneme categories on a distributional basis. *Acta Linguistica*, v. 7, n. 1–2, p. 8–39, 1952.
- FONTES MARTINS, R. *Cancelamento de líquidas intervocálicas no português contemporâneo de Belo Horizonte*. 2001 Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- HUALDE, J. I. Quasi-phonemic contrasts in Spanish. In: CHAND, V.; KELLEHER, A.; RODRÍGUEZ, A. J.; SCHMEISER, B. (org.). *WCCFL 23: Proceedings of the 23rd West Coast Conference on Formal Linguistics*. Somerville: Cascadilla Press, p. 374–398, 2004.
- HUBACK, A. P. Cancelamento do R final em nominais: uma abordagem difusionista. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 9, p. 13–30, 2006.
- JANDA, R. Accounts of phonemic split have been greatly exaggerated – but not enough. In: *Proceedings of the International Congress of Phonetic Sciences*. São Francisco, p. 329–332, 1999.
- JOHNSON, K. Speech perception without speaker normalization: an exemplar model. In: JOHNSON, K.; MULLENNIX, J. (org.). *Talker Variability in Speech Processing*. San Diego: Academic Press, p. 145–165, 1997.
- JOHNSON, K. Decisions and mechanisms in exemplar-based phonology. In: SOLE, M.; BEDDOR, P.; OHALA, M. (org.). *Experimental Approaches to Phonology*. Oxford: Oxford University Press, p. 25–40, 2007.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LADEFOGED, P.; MADDIESON, I. *The Sounds of the World's Languages*. Oxford: Blackwell, 1996.
- LOPEZ, B. *The sound pattern of Brazilian Portuguese (cariocan dialect)*. 1979. Tese (Doutorado) – Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1979.

- MADDIESON, I. *Patterns of Sounds*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- MATEUS, M. H. M.; ANDRADE, E. D. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- MELO, M. A. L.; GOMES, C. Sobre a variação, mudança e representação da coda (r) na comunidade de fala do Rio de Janeiro. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 169–190, 2018.
- MENDES Jr., W. A. *A lenição do tepe alveolar intervocálico por falantes do português brasileiro*. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- MIRANDA, I. C. C. *Aquisição e variação estruturada de encontros consonantais tautossilábicos*. 2007. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- MONARETTO, V. N. O. Análise sociolinguística da vibrante no sul do Brasil. *Graphos*, v. 1, n. 2, p. 25–34, 1997.
- MONARETTO, V. N. O.; QUEDNAU, L. R.; HORA, D. As consoantes do português. In: BISOL, L. (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 207–242, 2005.
- MUNSON, B.; EDWARDS, J.; SCHELLINGER, S. K.; BECKMAN, M. E.; MEYER, M. K. Deconstructing phonetic transcription: covert contrast, perceptual bias, and an extraterrestrial view of vox humana. *Clinical Linguistics and Phonetics*, v. 24, n. 4–5, p. 245–260, 2010.
- NISHIDA, G. *Natureza intervocálica do tap em PB*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- OLIVEIRA, M. A. *Phonological variation and change in Brazilian Portuguese: the case of the liquids*. 1983. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate Faculties, University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.
- OLIVEIRA, M. A. Reanalizando o processo de cancelamento do (R) em final de sílaba. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 70–97, 1997.
- OLIVEIRA, M. A.; CRISTÓFARO SILVA, T. Variação do /r/ pós-consonantal no português brasileiro: um caso de mudança fonotática ativada por cisão primária. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 25–47, 2002.
- OLIVEIRA, N. *Variação em encontros consonantais tautossilábicos no português brasileiro*. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- OUSHIRO, L.; MENDES, R. B. A pronúncia de (-r) em coda silábica no português paulistano. *Revista do GEL*, v. 8, p. 66–95, 2013.
- PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: Word frequency, lenition, and contrast. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (org.). *Frequency effects and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam; Filadélfia: John Benjamins, p. 137–157, 2001.
- RAMSAMMY, M.; MEDEIROS, B. R. Rhotic variation in Brazilian Portuguese. *Languages*, v. 9, n. 12, p. 364, 2024.
- RENNICKE, I. *Variation and change in the rhotics of Brazilian Portuguese*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- RENNICKE, I. Representação fonológica dos róticos do Português Brasileiro: uma abordagem à base de exemplares. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 20, n. 38, p. 70–97, 2016.
- SAPIR, E. Sound patterns in language. *Language*, v. 1, n. 2, p. 37–51, 1925.

- SCOBIE, J. M.; STUART-SMITH, J. Quasi-phonemic contrast and the fuzzy inventory: examples from Scottish English. In: AVERY, P.; DRESHER, B. E.; RICE, K. (org.). *Contrast in Phonology: Theory, Perception, Acquisition*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 87–113, 2008.
- SILVA, A. H. P.; CLEMENTE, F.; NISHIDA, G. Para a representação dinâmica do tap em grupos e codas: evidências acústicas. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, ano 4, n. 7, ago. 2006.
- TAYLOR, M.; EDDINGTON, D. Negative prestige and sound change: a sociolinguistic study of the assibilation of /x/ in Piauí Portuguese. In: SAGARRA, N.; TORIBIO, A. J. (org.). *Selected Proceedings of the 9th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, p. 320–325, 2006.
- TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- TRASK, R. L. *A dictionary of phonetics and phonology*. London: Routledge, 1996.
- VEGINI, V. As realizações dos róticos no português brasileiro: um recorte fonoestilístico. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 5, n. 9, ago. 2007.
- WANG, W. S.-Y. Competing sound change as a cause of residue. *Language*, v. 45, p. 9–25, 1969.
- WIESE, R. The representation of rhotics. In: OOSTENDORP, M. van; EWEN, C.; HUME, E.; RICE, K. (org.). *The Blackwell Companion to Phonology*. Oxford: Blackwell, p. 711–729, 2011.

Apagamento do segmento /r/ em coda silábica na fala de Currálinho-PA: uma abordagem sociolinguística variacionista

Deletion of the /R/ Segment in Syllabic Coda in the Speech of Currálinho-PA: A Variationist Sociolinguistic Approach

Benedita Maria Do Socorro

Campos De Sousa

Universidade Federal do Pará
(UFPA) | Cametá | PA | BR
bmsocorrocampos@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3597-0416>

Pryscélia Pantoja de Paula

Universidade Federal do Pará
(UFPA) | Currálinho | PA | BR
prysceliapaula@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0731-4980>

Resumo: Este artigo objetiva investigar o apagamento do segmento /r/ em coda silábica, tanto em posição medial quanto final de vocábulo, no português falado na cidade de Currálinho, localizada na Ilha do Marajó, estado do Pará. Fundamentando-se nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, foram analisadas 4.279 ocorrências do /r/ em coda silábica, obtidas por meio de entrevistas com 12 informantes, distribuídos de acordo com sexo, idade e escolaridade. Os dados foram transcritos, codificados e analisados com o auxílio do software estatístico *GoldVarb X*. Os resultados evidenciam que o fenômeno se manifesta em 54% das ocorrências, apresentando maior frequência em verbos no infinitivo, em posição final e entre falantes do sexo feminino. Além disso, a variação mostrou-se estável, não estigmatizada e condicionada por fatores fonológicos, morfossintáticos e sociais. Observou-se, de modo particular, que a omissão do /r/ em coda final, sobretudo em verbos no infinitivo, decorre da redundância morfológica e da fragilidade articulatória dessa posição. Desse modo, a análise realizada permite constatar a existência de um padrão fonológico socialmente legitimado, o qual se integra à identidade linguística local. Nesse sentido, o estudo contribui para o mapeamento das variedades do português falado na Amazônia e ressalta a relevância de documentar fenômenos linguísticos pouco explorados em regiões periféricas, ampliando assim a compreensão da diversidade sociolinguística do português brasileiro.

Palavras-chave: variação fonológica; apagamento do /r/; coda silábica; português amazônico; sociolinguística.



Abstract: This article aims to investigate the deletion of the /r/ segment in syllable-final position, both in medial and word-final contexts, in the Portuguese spoken in the city of Curralinho, located on Marajó Island, in the state of Pará, Brazil. Based on the assumptions of Variationist Sociolinguistics, 4,279 occurrences of /r/ in syllable-final position were analyzed, obtained through interviews with 12 informants, distributed according to gender, age, and educational background. The data were transcribed, coded, and analyzed with the aid of the statistical software *GoldVarb X*. The results show that the phenomenon occurs in 54% of the cases, with higher frequency in infinitive verbs, in word-final position, and among female speakers. Furthermore, the variation proved to be stable, not stigmatized, and conditioned by phonological, morphosyntactic, and social factors. In particular, it was observed that the omission of /r/ in final coda, especially in infinitive verbs, stems from morphological redundancy and the articulatory weakness of this position. Thus, the analysis reveals the existence of a socially legitimized phonological pattern, which integrates into the local linguistic identity. In this sense, the study contributes to mapping the varieties of Portuguese spoken in the Amazon region and highlights the importance of documenting linguistic phenomena that are rarely explored in areas distant from metropolitan centers, thereby broadening the understanding of the sociolinguistic diversity of Brazilian Portuguese.

Keywords: Phonological variation; /r/ deletion; Syllable coda; Amazonian Portuguese; Sociolinguistics.

1 Introdução

O português falado no Brasil caracteriza-se por uma ampla diversidade de traços fonológicos, cuja manifestação varia em função das regiões geográficas, dos grupos sociais e dos diferentes contextos de uso. Nesse quadro de heterogeneidade linguística, o comportamento do segmento /r/ em posição de coda silábica constitui-se como um dos fenômenos mais recorrentes nos estudos da fonologia variacionista brasileira (Callou; Leite; Moraes, 1998; Bisol, 1999; Oliveira, 2001).

O presente artigo se propõe a investigar essa variação na fala de moradores do município de Curralinho, situado na Ilha do Marajó (PA), de modo a contribuir para a documentação e análise das variedades amazônicas do português brasileiro. A escolha dessa

localidade, justifica-se pela escassez de investigações linguísticas direcionadas à Amazônia Legal, a despeito da reconhecida riqueza sociocultural e linguística que a caracteriza.

A pesquisa insere-se nos marcos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1972), vertente que se contrapõe à existência de uma variação livre e explica a motivação das diferentes formas de realização, a partir de condicionamentos linguísticos e extralinguísticos. Partimos da hipótese de que o apagamento do /r/ em coda silábica, na fala marajoara, ocorre de forma sistemática, com padrões fonológicos recorrentes e possíveis implicações sociais.

O foco recai sobre o comportamento do /r/ pós-vocálico em coda medial e final, considerando os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos que favorecem seu apagamento. O objetivo é verificar a produtividade do fenômeno e identificar padrões fonológicos, morfosintáticos e sociais relacionados à sua ocorrência, com atenção especial a fatores como classe de palavra, posição na sílaba, contexto fonológico, sexo, idade e escolaridade dos falantes.

A escassez de estudos voltados para a compreensão da linguagem do interior do Pará, especialmente em regiões ribeirinhas e insulares como o Marajó, reforça a relevância desta investigação. Ao abordar a fala de Curralinho, pretende-se lançar luz sobre fenômenos que escapam aos grandes centros urbanos e, por isso, permanecem invisibilizados na produção científica nacional.

2 A variação linguística e o uso variável do /r/ em coda silábica

A Sociolinguística Variacionista, corrente inaugurada por Labov (1972) e aprofundada no Brasil por autores como Tarallo (1985) e Bortoni-Ricardo (2004), parte da premissa de que as variantes linguísticas se distribuem de forma sistemática, podendo ser previstas estatisticamente com base em determinados condicionamentos. O fenômeno estudado neste artigo refere-se à variação da vibrante /r/. Este segmento tem sido objeto de estudos por ser fonologicamente instável em diversas variedades do português brasileiro (PB).

A língua portuguesa manifesta diversas realizações da vibrante, representadas pelo segmento /r/. Do ponto de vista fonológico, esse segmento pode ocorrer em posição inicial de sílaba como em “roda”; posição intervocálica, como em “espera”; ou ainda em coda silábica, seja na posição medial, como em “terceiro”, seja na posição final, como em “jogar”.

Segundo Bisol (1999), são múltiplas as variantes para o /r/ pós-vocálico: vibrante [r], fricativa velar [x], uvular [R], aspirada [h], vibrante simples [r], ou ainda um som retroflexo [ɻ]. Em posição de coda, as variações não alteram o significado do vocábulo. Por exemplo, a palavra “professor”, que pode ser pronunciada como [profes'sor], [profes'sox], [profes'soR], [profes'soh], [profes'sor], [profes'soɻ], [profes'soø], sem perda de sentido.

Em nosso estudo, não será possível abordar todas essas variantes, uma vez que a comunidade investigada realiza apenas a consoante aspirada [h], sendo as demais realizações do /r/ praticamente inexistentes. Assim, são pertinentes as palavras de Alves (2015, p. 22), que contribuem para uma compreensão acerca da variante /r/:

Além da alofonia existente para /R/, que confere diferentes peculiaridades aos dialetos do PB, alguns estudos como os de Votre (1978), Monguilhott (1997) e Monaretto (2000; 2002) que apontam para a não realização do segmento rótico em final de sílaba, representado por [ø], que pode ocorrer tanto em meio quanto em final de palavra.

A vibrante varia em função de processos fonológicos dialetais que afetam a realização dos segmentos na fala. Dessa forma, um estudo sobre a realização do /r/ pós-vocálico revela-se de grande importância, visto que suas variações estão correlacionadas a fatores linguísticos e extralinguísticos.

O apagamento do /r/ não é fenômeno recente. Callou, Morais e Leite (1998) destacam que essa característica já aparecia em textos do século XVI, inclusive nas peças de Gil Vicente, sendo associada à fala de personagens escravizados. No entanto, o que antes era visto como estigmatizado foi, com o tempo, generalizado a diversos estratos sociais. Estudos sincrônicos e diacrônicos realizados por essas autoras no dialeto carioca confirmam uma taxa crescente de apagamento do /r/ em verbos no infinitivo, chegando a 82% nas coletas realizadas na década de 1990.

No Pará, Oliveira (2001) analisou a variante presença/ausência do /r/ final em Itaituba e verificou que o zero fonético [∅] é amplamente usado, sobretudo em verbos no infinitivo e entre falantes com menor escolaridade. A autora sustenta que o apagamento está associado tanto a fatores linguísticos (posição da sílaba, classe de palavra, contexto seguinte) quanto sociais (sexo, idade e escolaridade). Gregis (2001), ao estudar o português falado em Porto Alegre, também identificou alta taxa de apagamento do /r/ em coda final, principalmente em verbos e entre mulheres jovens, corroborando a tese de que fatores sociolinguísticos desempenham papel decisivo na escolha da variante. Em seu estudo, verbos apresentaram 96% de apagamento, contra apenas 8% em palavras não-verbais, o que reforça a hipótese de que a redundância morfológica favorece a omissão da consoante.

Do ponto de vista articulatorio, Hora, Pedrosa e Cardoso (2010) explicam que a coda silábica constitui a posição mais fraca da estrutura fonológica e, portanto, é mais suscetível a apagamentos. Isso é particularmente evidente quando a coda ocorre no final da palavra, posição marcada por baixa perceptibilidade auditiva. Assim, a omissão do /r/ pode ser compreendida como parte de um processo de simplificação articulatoria que transforma sílabas fechadas (CVC) em abertas (CV), forma considerada mais natural em diversas línguas do mundo.

Esse raciocínio está alinhado à teoria fonológica de Selkirk (1982), segundo a qual a estrutura da sílaba influencia diretamente os processos de variação e mudança. Em português brasileiro, a tendência à abertura das sílabas e à eliminação de codas consonantais é um padrão recorrente.

Além disso, estudos como os de Monaretto (2000), Carmo e Taborda (2019) e Alves (2015) reforçam que a classe de palavra – especialmente o verbo no infinitivo – desempenha papel decisivo na supressão do /r/, em razão da previsibilidade morfológica já oferecida pelas terminações *-ar*, *-er*, *-ir*.

Tarallo (1985) sustenta que “as variantes são diferentes formas de dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade”, reafirmando a ideia de que formas como *falar* e *falá*, apesar da diferença fonética, compartilham o mesmo significado e mesmo contexto funcional. O apagamento do /r/ em coda, portanto, não pode ser entendido como falha ou erro, mas uma realização legítima dentro de padrões fonológicos e sociais bem definidos. Em comunidades como Curalinho-PA, onde a norma culta não é rigidamente imposta e os meios de comunicação locais reproduzem a fala regional, essa variação tende a ser aceita e transmitida intergeracionalmente, consolidando-se como um traço identitário da variedade local do português.

3 Os passos do fazer e os materiais

A pesquisa sociolinguística, como abordagem científica, tem por objetivo compreender fenômenos linguísticos reais a partir do uso da língua em situações espontâneas de comunicação. Como destaca Oliveira (1997 *apud* Bahia et al., 2023, p. 7), o método é “o conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma determinada realidade”. Assim, a metodologia adotada neste estudo fundamenta-se nos princípios da Sociolinguística Variacionista, que busca estabelecer relações entre as variantes linguísticas e os contextos sociais em que elas ocorrem.

No presente trabalho, os procedimentos metodológicos seguem o modelo proposto por Labov (1972), que orienta a coleta e a análise de dados linguísticos a partir de critérios sociodemográficos como sexo, idade e escolaridade. A pesquisa toma como objeto o apagamento do segmento /r/ em coda silábica, em vocábulos na fala espontânea de moradores da cidade de Curralinho-PA.

Cezário e Votre (2011, p. 142) ressaltam que, “graças à sua metodologia de análise da língua em situação real de comunicação, a Sociolinguística consegue medir o número de ocorrências de usos de uma variante e, sobretudo, fazer previsões sobre as principais tendências de uso”. É com base nesse entendimento que esta pesquisa foi delineada: registrando o uso espontâneo da língua, transcrevendo as falas e codificando os dados para análise estatística.

O *corpus* desta pesquisa foi constituído por entrevistas realizadas com 12 (doze) informantes, selecionados de forma aleatória e estratificados com base em três variáveis sociais: sexo, faixa etária e escolaridade. A seleção considerou apenas falantes nativos da cidade de Curralinho-PA ou indivíduos que tenham se mudado para o município ainda na infância, desde que não tenham residido fora da localidade por mais de dois anos consecutivos.

A amostra foi distribuída de forma equilibrada entre os sexos (06 homens e 06 mulheres), duas faixas etárias (16 a 39 anos e 40 anos ou mais) e três níveis de escolaridade (ensino fundamental, médio e superior).

As entrevistas foram realizadas individualmente, com gravações de voz por meio de um aplicativo de celular. Cada gravação teve duração média de 35 a 40 minutos, totalizando aproximadamente sete horas de material fonográfico. O roteiro seguiu tópicos relacionados à vivência dos participantes, como escolarização, infância, histórias locais, aspirações e cotidiano, com o objetivo de promover uma fala espontânea, minimizando a interferência do pesquisador.

Cabe ressaltar que, por se tratarem de entrevistas de fala espontânea, nem todos os informantes produziram todos os contextos possíveis para a ocorrência do segmento /r/ em coda silábica. Esse aspecto é inerente a estudos baseados em dados naturais e pode influenciar a representatividade quantitativa de alguns fatores linguísticos e extralinguísticos analisados. Ainda assim, o *corpus* reúne um conjunto significativo de ocorrências que possibilita identificar tendências robustas na comunidade de fala investigada.

3.1 Codificação e análise dos dados

Os dados fonológicos foram obtidos a partir da transcrição dos áudios, com ênfase nas ocorrências do segmento /r/ em coda silábica, nas posições medial e final de vocábulo. Identificaram-se 4.279 ocorrências válidas para análise. Em seguida, os dados foram organizados e codificados no formato requerido pelo programa estatístico *GoldVarb X*, amplamente utilizado em pesquisas sociolinguísticas de base variacionista.

A análise contemplou fatores linguísticos e extralinguísticos (ou sociais), com o propósito de verificar os condicionamentos que favorecem ou inibem o apagamento do segmento /r/ no português amazônico.

3.2 Fatores linguísticos considerados

Os grupos de fatores linguísticos considerados neste estudo são compostos por uma variável dependente, correspondente à manutenção ou ao apagamento do segmento /r/ em coda silábica na variedade linguística da cidade de Curralinho. Os fatores linguísticos selecionados para a análise, a partir de estudos bibliográficos e da organização dos dados, foram cinco, além da variável dependente: posição da sílaba, vogal precedente, extensão do vocábulo, classe de palavra e contexto seguinte.

Quadro 01 – Variantes da variável dependente

Grupos de Fatores	Fatores
Variante da Variável Dependente	Presença do segmento /r/ Ausência do segmento /r/

Fonte: Elaboração própria

Para a realização das análises, foram considerados os fatores linguísticos previamente mencionados. O primeiro refere-se à posição silábica, subdividida em medial e final. Estudos como os de Alves (2015), Gregis (2001), Monaretto (2000), Hora, Pedrosa e Cardoso (2010) demonstram que a posição final favorece o apagamento da consoante, pois segundo Silva (2011), é em contexto de bordas de palavras ou encontros consonantais que o apagamento costuma ocorrer.

O segundo fator corresponde à **vogal precedente**, abrangendo as sete vogais tônicas orais do português (/a, e, é, i, ó, o, u/), que antecedem o /r/ em coda silábica. Exemplos ilustrativos incluem *falar, fazer, certo, partir, melhor* e *cirurgia*.

O terceiro fator diz respeito à **extensão do vocábulo**, analisada a partir das categorias monossílabo, dissílabo, trissílabo e polissílabo, com base em hipóteses divergentes entre Alves (2015), que associa maior apagamento a vocábulos menos extensos, e Oliveira (2001), que aponta a queda do /r/ em palavras mais longas.

O quarto fator considera a **classe gramatical**, incluindo substantivos, verbos (no infinitivo e no não infinitivo), adjetivos, conjunções, preposições, advérbios, pronomes e numerais. Parte-se da hipótese de que o apagamento é mais recorrente nos verbos no infinitivo (Oliveira, 2001; Monaretto, 2000; Carmo; Taborda, 2019).

Por fim, analisou-se o **contexto seguinte** ao segmento /r/, com o objetivo de verificar se o elemento subsequente condiciona sua manutenção ou apagamento. Foram considerados, nesse grupo, consoantes nasais, oclusivas, fricativas, laterais, africadas, as sete vogais tônicas do português brasileiro, além da pausa.

3.3 Fatores sociais considerados

Labov (2008) evidencia que os fatores sociais são de fundamental importância para a explicação da variação linguística. A identidade cultural de uma sociedade é transmitida no decorrer do ato da fala, pois a forma de pronunciar reforça o modo de vida do grupo social. Os grupos distinguem-se por aspectos sociais, econômicos, geográficos e culturais próprios. Nesse sentido, Segundo Fiorin (1999), a construção da identidade ocorre sempre em relação ao outro, uma vez que o sentido do mundo e das práticas sociais se estabelece a partir das diferenças.

Para a presente pesquisa, foram selecionadas três categorias sociais relevantes: faixa etária, escolaridade e sexo.

A **faixa etária** exerce forte influência nas pesquisas sociolinguísticas, uma vez que os diferentes usos da língua por indivíduos de distintas idades contribuem para a compreensão das mudanças de fala. Por exemplo, uma criança apresenta vocabulário mais restrito; adolescentes e jovens recorrem a expressões geralmente não utilizadas por adultos ou pessoas mais velhas; e, ao longo da vida, os hábitos linguísticos se modificam em decorrência das experiências vividas, resultando em uma linguagem mais elaborada. Labov (1994) defende a hipótese de que a língua de um indivíduo se constitui até aproximadamente os quinze anos de idade, e a mudança linguística pode ser observada em tempo aparente.

A **escolaridade** é outro fator extralinguístico analisado. Para Tarallo (1990, p. 47), “em uma sociedade tão estratificada como a nossa, fatal será que o nível socioeconômico e escolaridade do indivíduo tenha direta relevância sobre o seu desempenho linguístico”. Esse condicionamento auxilia a compreender como o sujeito desenvolve seu vocabulário, já que o nível educacional e a qualidade das instituições frequentadas refletem diretamente em seu repertório sociolinguístico.

O **sexo** dos informantes também constitui variável significativa. Cezario e Votre (2011, p. 148) observa que “nas sociedades em que as funções entre homens e mulheres são muito distintas, os falantes de um e outro sexo falam dialetos bastante diferenciados, como é o caso de línguas de várias partes do mundo”. Durante muito tempo – e, em alguns contextos, ainda hoje –, a educação destinada às mulheres foi distinta daquela oferecida aos homens. As funções sociais atribuídas a cada sexo explicam diferenças linguísticas e fazem com que determinadas variantes sejam mais prestigiadas que outras, uma vez que a língua está relacionada a atitudes sociais. Todas as mudanças e variações estão subordinadas a um complexo sistema de valores sociais, capaz de impedir, atrasar ou acelerar seu desenvolvimento. Assim, a variável sexo permite observar eventuais assimetrias na produção ou no apagamento do segmento /r/ entre os grupos analisados.

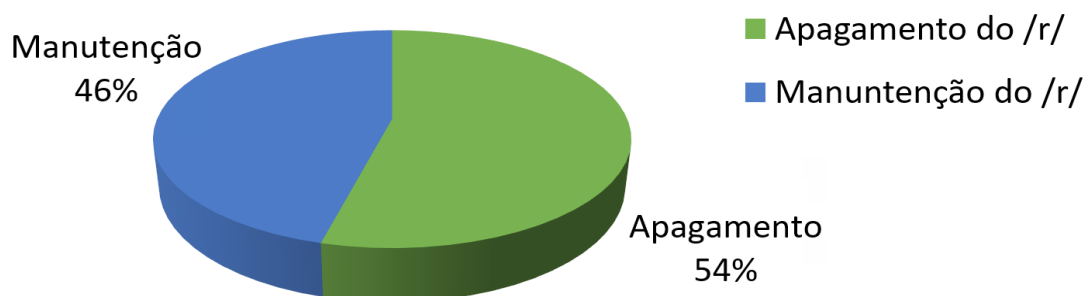
4 Resultados e discussões

Após o processamento do arquivo de dados, o programa computacional considerou todos os grupos de fatores linguísticos, elencados em ordem decrescente de significância: posição do segmento /r/ no vocábulo, classe morfológica, contexto seguinte, extensão do vocábulo e a vogal precedente; além de dois de três fatores sociais: sexo do sujeito e nível de escolaridade.

Percebe-se que apenas a variável social faixa etária não foi selecionada. A exclusão desse fator comprova que o fenômeno em análise não constitui mudança em progresso, podendo ser considerado estável, uma vez que os índices percentuais se mantêm praticamente iguais entre os informantes de diferentes idades: 54.4% na primeira faixa etária e 54.1% na segunda. Tal constatação acerca da estabilidade do fenômeno no português falado em Curalinho encontra correspondência em pesquisas realizadas em outras regiões do Brasil que investigaram a mesma variante, como Callou *et al.*, (1998), no Rio de Janeiro; Alves (2015), em Florianópolis e, Carmo e Taborda (2019), no interior de São Paulo.

Em termos gerais, os resultados revelaram percentuais muito próximos: do total de 4.279 ocorrências, o apagamento foi constatado em 2.321 (54%). Para exemplificação, destacam-se os vocábulos *passaø* e *teøceiro*, em que o apagamento é representado pelo zero fonético (\emptyset). A manutenção do segmento ocorreu em 1.958 casos (46%), como, por exemplo, nos vocábulos *jogar* e *internet*.

Gráfico 01 – Variantes da Variável dependente



Fonte: Elaboração própria.

Constata-se uma diferença de apenas 8% entre as variantes, com maior propensão para o apagamento. Contudo, os resultados também sugerem que a manutenção do segmento /r/ ainda se faz presente na fala dos curralinhenses, embora em menor proporção. Esse quadro confirma a tendência observada em Florianópolis, nos estudos de Alves (2015), com 56,5% de apagamento, e em Carmo e Taborda (2019), com 52,2% no interior paulista.

O grupo de fatores mais relevante para o apagamento do segmento /r/ pós-vocálico foi a **posição do segmento no vocábulo**. Os resultados encontram-se na Tabela 01:

Tabela 01 – Posição do segmento /r/ no vocábulo

Posição do segmento /r/ no vocábulo	Aplicação	Percentual	Peso relativo
Posição final	2230/2649	84.2%	0,92
Posição medial	91/1630	5.6%	0,01

Fonte: Elaboração própria.

Os dados indicam que a posição final é quase categórica para o apagamento, com peso relativo de 0,92 e percentual de 84,2%, como em *fazeø* e *professoø*. Em contraste, a posição medial apresentou peso relativo de apenas .01, registrando 91 casos de apagamento em 1.630 ocorrências (5,6%), como em *teøceiro* e *cuøso*.

Quanto ao contexto interno, observa-se que vocábulos como *porque*, *certo*, *perto*, *tarde* e *portanto* (analisados na classe de palavras) foram amplamente reproduzidos pelos informantes, exibindo menor índice de apagamento, tendência também registrada no português brasileiro em geral. O elevado índice de apagamento em posição final justifica-se pelo fato de a coda nessa posição ocupar a margem decrescente da sílaba, considerada a mais frágil, em virtude da redução progressiva da sonoridade, conforme a teoria de estrutura silábica de Câmara Jr. (1999).

O segundo fator selecionado pelo programa *GoldVarbX* foi a classe morfológica do vocábulo.

Tabela 02 – Classe morfológica do vocábulo

Categoria gramatical	Aplicação	Percentual	Peso relativo
Numeral	16/49	33%	0,85
Verbo no infinitivo	1855/2090	89%	0,65
Advérbio	4/52	8%	0,64
Verbo não infinitivo	60/255	24%	0,49
Adjetivo	81/219	37%	0,48
Substantivo	273/1065	25%	0,48
Pronome	17/18	95%	0,40
Conjunção	9/307	3%	0,36
Preposição	6/224	3%	0,00

Fonte: Elaboração própria.

Os verbos no infinitivo lideraram com 89% de apagamento (PR = 0,65), seguidos por pronomes (95%, PR = 0,40). O percentual elevado para a queda do rótico nessas duas categorias coincide com a explicação de Gregis (2001) ao mencionar que o pronome qualquer é formado, historicamente, pela palavra qual mais a forma verbal *quer e*, por isso, esteja sendo tratado pelos falantes como verbo. Os dados conferem com os resultados encontrados por Callou et al. (1998), Gregis (2001), Melo e Gomes (2018) e Oliveira (2001), pois esses autores tiveram uma taxa com mais de 90% de omissão da vibrante nesse vocábulo em diferentes dialetos brasileiros. No entanto, como os pronomes tiveram frequência muito baixa, optou-se por desconsiderá-los na análise inferencial. Substantivos e adjetivos, por outro lado, apresentaram baixos percentuais (25% e 37%, respectivamente), reforçando a tese de que o apagamento ocorre com menor frequência em classes nominais (Monaretto, 2000; Gregis, 2001).

Os verbos flexionados (não infinitivos) mostraram comportamento mais conservador (24%) e peso relativo a 0,49, sendo necessário destacar que há bem menos ocorrências de verbos não infinitivos (255 dados no total) do que de infinitivos (2.090 dados no total). Para Gregis (2001, p. 69) “os resultados indicam a possibilidade de uma mudança morfológica na direção de eliminar o /r/ como marcador de infinitivo verbal (com extensão analógica aos outros casos de /r/ final verbal)”.

As classes numeral e advérbio apresentaram pesos relativos expressivos (0,85 e 0,64), mas sua frequência, no *corpus*, não é suficiente para demonstrar a sua influência. Contudo, podemos insinuar que o programa considerou o fato de que a supressão desses vocábulos ocorreu especialmente em posição medial. Assim, levantaríamos a hipótese de que o verbo no infinitivo favorece o apagamento em posição final, enquanto os numerais e advérbios influenciariam a não realização da coda /r/ no meio de palavra.

Os adjetivos e os substantivos, classes que não apresentam informações morfológicas, são menos favorecedores da regra de apagamento, com percentuais de apenas 37% e 25% dos dados, respectivamente, e apresentaram baixa significância, ambas com peso relativo de 0,48 para a manutenção do fenômeno. Esses dados corroboram a literatura da área, segundo a qual é mais difícil ocorrer o apagamento final de vocábulos nos nomes do que nos verbos (Monaretto, 2000; Carmo; Taborda, 2019; Alves, 2015).

Já as conjunções e as preposições foram praticamente irrelevantes no processo de apagamento, com apenas 3% de ocorrência. Nossos resultados diferenciam-se dos de outros trabalhos sobre o fenômeno em questão, nos quais a conjunção apresentava percentuais que favoreciam o apagamento, como em Gregis (2001) e Alves (2015). A preposição apresenta grande significância para a manutenção da variável, pois a presença de um fonema vocálico na palavra seguinte favorece a preservação do fonema consonantal por meio de um processo de reorganização silábica (Gregis, 2001).

A tabela 03 apresenta o terceiro grupo suscetível a supressão do rótico em coda. Analisaremos primeiro as vogais, a pausa e, por último, o fator consoante.

Tabela 03 – Contexto seguinte da consoante R

Contexto seguinte	Aplicação	Percentual	Peso relativo
Vogais posteriores	292/311	94%	0,60
Vogal baixa	276/314	88%	0,52
Vogais anteriores	236/321	75%	0,52
Pausa	262/364	72%	0,12
Consoante lateral	38/63	60%	0,62
Consoante fricativa	258/512	50%	0,83
Consoante nasal	296/648	45%	0,44
Consoante oclusiva	570/1471	38%	0,49
Consoante africada	93/275	34%	0,35

Fonte: Elaboração própria.

Entre as vogais, percebe-se um maior índice do fenômeno de apagamento diante de vogais posteriores com 292 ocorrências de um total de 311 dados, equivalente a 94%, e peso relativo 0,60. Exemplos de contextos com a vogal posterior foram: *vê_ um filho* e *batê_ o aluno*. As vogais baixas e anteriores receberam o mesmo peso relativo (0,52) e influenciaram a não manutenção do /r/ em 88% e 75% dos dados, respectivamente, como nos exemplos: *fazê_ aquilo*, *compra_ açáe* e *entra_ igual*, *melhora_ éssa* e *vence_ então*.

Nos casos em que o rótico se mantém diante de uma vogal no contexto fonológico seguinte, ocorre a reorganização da estrutura silábica (CVC → CV): o /r/ passa da posição de coda para onset e, de aspirada, passa a ser tepe, em razão da posição intervocálica, como em *por'isso* e *ser'umano*. Nascentes (1960, p. 31) menciona que a reorganização silábica é uma tendência das consoantes finais do português de se ligarem à vogal inicial da palavra seguinte.

Já o contexto de pausa obteve 72% de apagamento, mas com baixo peso relativo (0,12). Para Callou et al. (1998, p. 33), a vibrante pós-vocálica é muitas vezes tão débil que pode desaparecer quando seguida de pausa.

As consoantes fricativas foram o contexto fonológico que mais favoreceu o apagamento do /r/, com peso relativo de 0,83, como em *orientadô_falou* e *te_ceiro*. Segundo Gomes (2006), isso se deve ao fato de que fricativas e róticos compartilham traços articulatórios semelhantes, o que pode levar ao apagamento do segmento em coda por simplificação estrutural. As consoantes laterais também se destacaram, com percentual de 60% e peso relativo de 0,62. Por se tratar de um resultado inesperado, buscamos informações adicionais e, após observação cuidadosa das entrevistas, identificamos uma possível explicação: a maioria dos contextos seguintes em que a consoante lateral ocorreu estava em nomes próprios (*Carla*) ou advérbios (*mexe_lá*).

As consoantes oclusivas (38%, PR 0,49), como em *perto*; as nasais (45%, PR 0,44), como em *forma*; e as africadas (34%, PR 0,35), como em *suporti*, desfavorecem a aplicação da supressão, conforme indicam seus baixos percentuais e pesos relativos.

Nossos resultados corroboram com Votre (1978), Alves (2015) e Oliveira (2001): maior apagamento diante de vogal e pausa, e maior retenção diante de consoante.

Na Tabela 4, detalhamos os resultados de apagamento do /r/ de acordo com a extensão do vocábulo

Tabela 04 – Extensão do vocábulo

Extensão do vocábulo	Aplicação	Percentual	Peso
Polissílabo	185/479	39%	0,69
Trissílabo	686/1192	58%	0,56
Dissílabo	1081/1982	55%	0,49
Monossílabo	369/626	59%	0,26

Fonte: Elaboração própria.

Segundo a literatura sociolinguística, o maior índice de apagamento ocorreria em vocábulos monossilábicos, o que foi corroborado por nossa pesquisa, na qual se obteve percentual mais elevado de apagamento (59%), seguido por palavras trissílabas (58%) e dissílabas (55%). Pode-se perceber que os resultados se comportam de maneira semelhante quanto aos percentuais, com pequenas diferenças entre eles, indicando neutralidade em relação ao apagamento. As palavras polissilábicas, por sua vez, distinguiram-se das demais extensões, com supressão do /r/ em apenas 39% dos dados. Isso sugere que é um pouco mais provável o falante apagar o rótico em finais de palavras como *lêø*, *lugáø* e *entendêø* do que em palavras como *particular*.

No entanto, vale ressaltar que, apesar do baixo percentual de apagamento em polisílabos, o peso relativo foi bastante alto (0,69) e mostrou-se mais significativo para a supressão do segmento /r/. Em contrapartida, os monossílabos obtiveram peso relativo de 0,26. O contraste entre percentual e peso relativo em palavras mais extensas, em comparação com palavras de menor extensão, pode estar relacionado à distinção entre classes de palavras, como analisado em Gregis (2001), Monaretto (2000), Callou et al. (1998) e Oliveira (2001).

O último fator linguístico selecionado pelo programa *GoldVarb X* foi o contexto precedente do /r/.

Tabela 05 – Contexto precedente do /r/

Vogal	Aplicação	Percentual	Peso
Vogal posterior alta	27/140	20%	0,84
Vogal anterior alta	217/277	78%	0,64
Vogal anterior aberta	86/227	38%	0,62
Vogal anterior fechada	650/1091	60%	0,50
Vogal baixa	1112/1478	75%	0,46
Vogal posterior fechada	194/948	20%	0,44
Vogal posterior aberta	35/118	30%	0,25

Fonte: Elaboração própria

A vogal que mais favoreceu a supressão do rótico em coda silábica no meio da palavra foi a vogal posterior alta, com peso relativo de 0,84. As vogais anteriores alta e aberta mostraram-se relevantes para o apagamento em posição final de palavra, pois receberam pesos relativos muito próximos: 0,64 e 0,62, respectivamente. O contrário ocorre com a vogal posterior aberta, que apresentou peso relativo baixo (0,25), sendo altamente desfavorecedora. Uma possível explicação para esse resultado está relacionada à classe de palavras, já que a maioria dos casos de queda ocorreu em adjetivos, ainda que pouco frequentes, como *melhór*, *piór* e *maiór*. A vogal anterior fechada (0,50), a vogal baixa (0,46) e a vogal posterior fechada (0,44) mostraram-se neutras em relação ao fenômeno.

Quanto aos fatores sociais, o programa selecionou o sexo como principal condicionador. Houve maior peso relativo favorável ao apagamento da consoante entre as informantes femininas, com 0,61, em oposição aos informantes masculinos, que apresentaram apenas 0,38. Os dados indicam que, na sociedade curralinhense, os homens assumem um papel conservador e monitoram mais sua fala, reproduzindo uma linguagem mais cuidada e, conseqüentemente, utilizando menos apagamento. Esses resultados confirmam a tendência observada por Brescancini e Monaretto (2008) e Alves (2015), de que as mulheres são mais propensas a adotar variantes inovadoras.

Outra hipótese é que o fenômeno não seja socialmente estigmatizado, uma vez que os percentuais de apagamento foram próximos: 58% para o sexo feminino e 50% para o masculino. Esses achados se aproximam dos registrados por Alves (2015) e Gregis (2001), que também observaram índices semelhantes de apagamento entre os gêneros.

O fator escolaridade também foi selecionado. Informantes com ensino fundamental apresentaram 57% de apagamento, seguidos pelos de ensino médio (55%) e de ensino superior (50%), o que confirma que falantes com menor escolaridade tendem a usar mais a forma não padrão. À medida que o sujeito avança na escolarização, cresce a ocorrência da forma padrão em sua fala (Cezario; Votre, 2011). O grupo de ensino médio obteve o maior peso relativo (0,60), o que pode indicar que esse nível de escolaridade, geralmente associado a uma faixa etária jovem, adota formas mais livres da norma-padrão. Já os informantes com ensino superior mostraram-se neutros quanto à manutenção ou apagamento do segmento estudado, com 50% para ambas as variantes. Esses achados estão de acordo com Cezario e Votre (2011) e Votre (1987 apud Gregis, 2001), que relacionam maior escolaridade à preservação de formas prestigiadas.

5 Considerações finais

GoldVarb X Este estudo buscou descrever e sistematizar os condicionamentos linguísticos e sociais que determinam a realização ou o apagamento do segmento /r/ em coda silábica na fala de moradores do município de Curalinho, na Ilha do Marajó (PA). Com base em 12 entrevistas analisadas, obteve-se um *corpus* de 4.279 ocorrências da consoante /r/ em coda, das quais 2.321 (54%) evidenciaram o fenômeno de apagamento, enquanto 1.958 (46%) revelaram a sua manutenção.

A análise estatística mostrou que o apagamento do /r/ em Curalinho é um fenômeno regular, condicionado e estável, com predominância em: verbos no infinitivo, posição final de palavra, contexto fonológico com fricativas e vogais posteriores, informantes do sexo feminino e falantes com menor escolaridade.

Dentre os sete grupos de fatores investigados, apenas a variável social faixa etária não foi considerada significativa pelo programa *GoldVarb X*, o que sugere que a variação observada é estável na comunidade linguística estudada. Os demais fatores – linguísticos e extralinguísticos – foram relevantes para a explicação do fenômeno, permitindo uma visão detalhada dos contextos que favorecem ou desfavorecem a supressão da coda /r/.

Na posição medial, o apagamento foi bem menos frequente (5,6%) e condicionado por fatores específicos, como a presença de consoantes fricativas no contexto seguinte e o uso de numerais trissílabos. A manutenção, por sua vez, ocorreu especialmente em palavras funcionais, como conjunções e advérbios, com estrutura dissilábica e seguidas de consoantes oclusivas ou africadas. Esses contextos explicam, em parte, o equilíbrio entre apagamento e preservação do /r/ na fala da comunidade.

No que se refere aos fatores sociais, observou-se que o sexo feminino apresentou maior taxa de apagamento, confirmando uma tendência já documentada em outros estudos (Brescancini; Monaretto, 2008; Alves, 2015). A escolaridade também influenciou o fenômeno: quanto menor o grau de instrução formal, maior a frequência de apagamento, embora mesmo falantes com ensino superior reproduzam a variante inovadora, o que indica a ausência de estigmatização social para esse traço linguístico na comunidade.

O fato de a faixa etária não ter apresentado diferenças significativas entre os grupos reforça o caráter sistemático e socialmente legitimado da variante. Tanto jovens quanto adultos utilizam o apagamento do /r/ de forma recorrente, o que permite afirmar que o fenômeno não representa uma mudança em progresso, mas sim uma forma consolidada da fala local.

Conclui-se que o comportamento da coda /r/ na variedade falada em Curralinho reflete padrões similares aos observados em outras regiões do Brasil, mas com nuances regionais. Além de contribuir para o entendimento da diversidade linguística do português brasileiro, este trabalho também representa um esforço de valorização e registro das formas de fala da região amazônica, historicamente pouco representada em estudos sociolinguísticos.

Finaliza-se destacando a importância de pesquisas como essa para o mapeamento das variedades linguísticas no Brasil. Espera-se que os dados aqui apresentados venham somar-se a outros estudos sobre o segmento /r/ em diferentes localidades, ampliando o conhecimento sobre as realidades fonológicas do país e fortalecendo a representação da fala marajoara na literatura científica.

Referências

ALVES, Mariane Antero. Variação na produção/apagamento da vibrante pós-vocálica no falar florianopolitano. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 16, n.1, p. 20-35, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2015v16n1p20>.

BAHIA, Pablo Queiroz; BELO, Rayane de Lima Silva; FERREIRA, Luciana Rodrigues; SOUZA, Raimundo Renato Coelho de. A técnica do estudo de caso como estratégia metodológica aplicado na pesquisa científica. *Contemporânea. Revista de Ética e Filosofia Política*, v. 3, n. 6, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N6-066.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. 108 p.

BISOL, Leda. *Introdução à fonologia do português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

BRESCANCINI, Cláudia; MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. Os Róticos no Sul do Brasil: panorama e generalizações. *Signum: Estudos de Linguagem*, v. 11, p. 49-64, 2008. DOI: 10.5433/2237-4876.2008v11n2p51.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne; MORAES, João A. *Apagamento do /R/ Final no Dialeto Carioca: um Estudo em Tempo Aparente e em Tempo Real*. *Delta*, vol.14, número especial, p. 61-72, 1998.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARMO, Márcia Cristina do; TABORDA, Isabela Ribeiro. *Apagamento de /r/ em coda silábica na variedade do interior paulista*. <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras>, Macapá, v. 9, n. 3, 2º sem., 2019.

CEZÁRIO, Cristiane; VOTRE, Joseph. *A sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2011.

FIORIN, José Luiz. *Línguas, identidades, fronteiras*. São Paulo: Contexto, 1999.

GOMES, Christina Abreu. Aquisição do tipo silábico CV(r) no português brasileiro. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 77-90, 1º sem. 2006.

- GREGIS, Ângela. *A variante zero do /r/ em coda final*: estudo de fala urbana de Porto Alegre. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- HORA, D. da; PEDROSA, J. L. R.; CARDOSO, W. *Status da consoante pós-vocálica no português brasileiro: coda ou onset com núcleo não preenchido foneticamente?*. *Letras de Hoje*, v.45 (1), p.71-79, 2010.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994. v. 1.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno; Maria Marta Scherre; Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008. [1972].
- CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 141–155.
- MELO, Marcelo Alexandre Silva Lopes de; GOMES, Christina Abreu. Sobre variação, mudança e representação da coda (r) na comunidade de fala do Rio de Janeiro. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2018.v20n2a18330>.
- MONARETTO, Solange. *A vibrante pós-vocálica no português do Brasil: apagamento e fricativização*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- OLIVEIRA, Marilúcia Barros de. *Apagamento e manutenção do (r) final de vocábulo na fala de Itaituba*. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.
- SELKIRK, Elisabeth. The syllable. In: HULST, Harry; SMITH, Norval (eds.). *The Structure of Phonological Representations*. Dordrecht: Foris, 1982.
- TARALLO, Fernando. *Relação entre língua e sociedade*. São Paulo: Ática, 1985.
- VOTRE, Sebastião]. *Aspectos da variação fonológica na fala do Rio de Janeiro*. 1978. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

Resenha

A morte e a morte do marido: precisamos voltar a falar do lugar simbólico da literatura

Flávia Alves Figueirêdo Souza

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) | Juiz de Fora | MG | BR
flavia_figs@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-7704-076X>

Como matar seu marido, livro de poemas de Laura Cohen Rabelo, é deliberadamente desconfortável, pois trata-se de uma provocação que é construída sob a égide do desaforo, isto é, de uma linguagem descomprometida com a polidez ou com a reverência, com alcance semântico desagradável e hiperbólico, e ainda assim, hipnótico. É necessário, portanto, que suspendamos por um instante a literatura de seu poder de materialidade, ou seja, de sua já sabida potência em se indissociar da construção estética e política, denunciando e se reinventando, uma vez que não se trata de um assassinato consolidado de corpo e carne presente do marido, mas de mortes conotativas que evocam a profundidade e a potência do texto literário.

É claro que *Como matar seu marido* subverte, aliás, tumultua a linguagem e qualquer poder patriarcal que algum dia existiu em qualquer eu lírico, todavia, é tão mais esteticamente magnético como os versos conseguem nos despertar a volição para também matarmos este marido que falar do poder simbólico da literatura é tarefa irresistível. Poder *matar alguém* sem que este seja um lugar de performance, sem que para isso se percorra a anatomia deste assassinato, é essencial para a manutenção da ordem das civilidades, das sociedades, das literaturas. Poder dizer sem ser é aqui essencial.

Solidarizamo-nos com a algoz ao final dessa leitura. É fato. Acreditamos na coletividade atribuída aos coros que caminham pelo itinerário de um casamento fracassado, *as ressentidas* e os *cidadãos*. Não há necessariamente eus líricos, há vozes, coros que, embora estejam dispostos opostamente, se convertem ao mesmo discurso de morte ao tal marido. O sujeito vai sendo montado num devir-insuportável tão bem-ajambrado, articulado, que o desconectamos da voz da ressentida e ele passa a se comprometer por si só como cidadão, *brother, man*, ele mesmo é bastante para seu rebaixamento moral, está fadado.

O livro se inaugura com um poema-prólogo que anuncia a morte do marido, a tragédia se converte em comunicado protocolar, burocrático, e se divide em duas partes centrais: “Um quilo de sal”, e “Como matar seu marido”. A primeira parte do livro “Um quilo de sal” destila um casamento inarredavelmente desgraçado que nos é apresentado pelo coro das ressentidas, estas que abarcam uma voz descarada e declaradamente feminina, das filhas desleixadas, da nora que toma sopa com a mãe feia do marido, da mãe que cutuca o marido quando a criança chora, da esposa fisiologicamente alérgica ao matrimônio, da mulher fértil parturiente que sofreu episiorrafia para agradar a quem? O marido, o morto de morte matada. Ali estão versos



que hiperbolizam as tiranias e as expectativas do marido com relação à mulher, deflagrando o machismo a partir de um olhar que ridiculariza as supostas normas a serem seguidas pelas esposas perfeitas.

O cônjuge são os cidadãos reduzidos a disfuncionais e calvos no segundo tempo do livro, mas que já vinha sendo patético, impotente, infantil, machista, irresponsável, assediador, asqueroso, ao longo dos versos na primeira parte do livro, ainda que supostamente os assinasse: “o coro dos cidadãos”. Seus versos são sempre imbuídos de opiniões e julgamentos que ratificam o discurso machista, colocando-o em coro, coletivo. E se colocarmos exato reparo, nunca nos foi dada alternativa alguma: “para o bonde das divorciadas / e para aquelas que infelizmente não conseguiram sair” (p. 10). Estava lá o tempo todo, nós é que preferimos nos ater aos prólogos mais metalinguísticos e ficcionais. Agora que sabemos, continuamos partidárias ao óbito conjugal.

Caso é que a pseudoconstrução de vozes, coros da tradição clássica, para escamotear a unicidade eu lírica, não dá nenhum azo para quaisquer oitivas, qualquer alteridade – não há tempo, não há oportunidade, não há misericórdia, os coros não deixarão, serão fatais e não será por acaso que suas interlocuções estarão disseminadas por aí – e aqui é preciso que interrompamos a suspensão do caráter pragmático da literatura e reflitamos sobre o quão representativo é o discurso do engodo matrimonial para as mulheres como manutenção de patriarcado, majoritariamente. A receita de *Como matar seu marido* tem alcance planejado, eles tornam-se todos. Mas, voltemos, o livro já está pronto, o quilo de sal já foi degustado.

Há pouco tempo descobri que o ditado sobre o consumo do quilo de sal com outra pessoa é comumente mal-interpretado como provação, e não é nada disso.

A segunda parte do livro leva seu nome; “Como matar seu marido”, nela, o diagrama de um casamento sórdido começa a se encaminhar para sua dissipação. As mortes do marido são várias: cianeto, facada, pisadura, chinelada, martelada, expulsão, dedetização, ressentimento etc. Um padrão de movimento, ventania e gritaria sendo investido contra um *cara* que alterna da morosidade à inércia, parado em frente à TV, alegando previsivelmente o excesso, a precipitação da ressentida.

Em “Como matar seu marido” – a segunda parte, não o todo – a intenção é direta: o manual da morte do marido é consolidado em simbólico, desconstruindo a ideia de performance ou literalidade, ainda que nos despertando um pouco de ânsia de que tudo seja tetricamente uma autoficção: O eu lírico feminino não mata em carne, mas explicita a misoginia, a falência do casamento tradicional, a romantização do sacrifício da mulher, ao mesmo tempo em que menospreza os discursos que culpabilizam as mulheres e isentam os homens. Reforça-se, assim, as estratégias de texto voltadas para o escárnio e para a hipérbole, em favor da denúncia das estruturas de violência de gênero e da zombaria direcionada aos comportamentos masculinos. Durante todo o livro, na verdade, são infladas à mulher sua paciência e a expectativa de uma devolutiva social, em forma de deboche, estrutura que não minimiza ou suplanta a agressividade dessa trajetória, mas a expõe com sucesso e desconforto necessários. Depois que morre, o marido sempre é reinserido de alguma forma nos versos da ressentida, ou pela menção alheia ou pelo reencontro ou pela lembrança dela própria ou em um novo ponto de vista a partir do que ela passou a perceber, e isso requer-lhe novo empenho de assassinato.

Comer um quilo de sal com uma pessoa, na verdade, é sobre tornar-se. O sal demora a ser consumido, pois é um condimento lançado aos poucos e com muito cuidado para que o sabor da comida não se passe, quando seu um quilo acaba, as pessoas não são mais as mesmas, o tempo do sal requer um novo pacto, requer que reflitamos se os maridos permanecerão maridos. Assim, a ressentida fora comovida pelo desejo de retirar de seu horizonte, e de seu alcance, o marido, expulsando-o de seu casamento, matando-o pelo divórcio, mas o que ela ainda não sabia era que matar o outro é também matar-se a si mesma ratificando, diuturnamente, determinadas mortes, literárias ou não, pois o tempo do sal também passou para ela.

um marido não é um amor
para se viver o marido
primeiro é preciso matar o marido
(p. 103)

Referências

RABELO, Laura Cohen. *Como matar seu marido*. São Paulo: CEPE, 2025.